



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCS

Departamento de História

Programa de Pós-graduação em História Comparada

**A atuação político-estratégica da Petrobras
na Bolívia e na Venezuela**

DANIELLE DE OLIVEIRA VIEIRA

Rio de Janeiro

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DANIELLE DE OLIVEIRA VIEIRA

**A atuação político-estratégica da Petrobras
na Bolívia e na Venezuela**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História Comparada.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva

Prof. Dr. Fernando Roberto de Freitas Almeida.

Aos meus pais.
Ao professor Fernando Roberto.

AGRADECIMENTOS

A Petrobras e ao Cenpes, pelo apoio concedido na realização desta dissertação. Ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ao professor doutor Francisco Carlos, pela liberdade e apoio que me foram dados para fazer este trabalho.

A professora Sonia de Camargo, pelo apoio e carinho.

Darc Costa e Melissa Mathias.

Aos professores Sabrina Medeiros, Cristina Buarque de Holanda e Alexander Zhebit. As professoras da UERJ, Lia Vals Pereira e Miriam Gomes Saraiva.

Aos meus colegas de mestrado.

“Os países industrializados não poderão viver se não tiverem à sua disposição os recursos naturais não renováveis do planeta... Terão que montar um sistema de pressões e constrangimentos garantidores da consecução de seus intentos”.

Henry Kissinger (1994) – Ex-secretário de Estado dos Estados Unidos.

RESUMO

A presente dissertação tem o objetivo de analisar o processo integracionista em curso na América do Sul, que tem a peculiaridade de apresentar um agente bastante destoante em termos de peso econômico, o Brasil, proveniente de um projeto colonial europeu diferente do de seus vizinhos, tendo efeito escolhas distintas ao longo de sua história. A hipótese testada para o problema refere-se à montagem de uma rede estatal-privada na área energética, a fim de aprofundar a integração regional. Tal rede de infraestrutura teria condições de ser implantada, em virtude da atual percepção do papel da América do Sul no sistema internacional. O modelo empregado na comparação realizada é o de Bloch, para quem a História deve valer-se de outros campos teóricos como a Economia, a Geografia e as Relações Internacionais. Neste último campo, a teoria utilizada é o Neofuncionalismo, em razão de acreditamos que a cooperação energética entre os países sul-americanos e a construção de infraestrutura regional pode servir de estímulo para integrar, progressivamente, as economias da região. A pesquisa revela que desde o governo Geisel, os hidrocarbonetos bolivianos atraíram o interesse do Brasil. Contudo, a consolidação dessa política só aconteceu na presidência de Fernando Henrique Cardoso com a construção do *Gasbol*. Em relação à Venezuela, desde a eleição de Chávez, a diplomacia do país vem-se pautando na aproximação com os países da América do Sul e do Caribe. Sua ascensão política marcou uma maior aproximação entre Caracas e Brasília. Como conclusão, o estudo defende que o incremento do consumo de energia sul-americano no próximo decênio poderá ser um fator dinamizador para as iniciativas de integração física da região. Há espaço para aproveitar as complementaridades energéticas do continente. Contudo, para isso será necessário investir em infraestrutura e fomentar a cooperação no setor de energia, a fim de que as economias da América do Sul possam crescer e se desenvolver de maneira mais autônoma, sem precisarem importar hidrocarbonetos de outros mercados. A participação do gás natural na matriz energética sul-americana deve aumentar, assim como deve haver um incremento da produção de biocombustíveis, área em que o Brasil possui excelência e que pode transformá-lo em líder desse mercado.

Palavras-chave: integração sul americana, energia, Gasbol, infraestrutura energética, Gasoduto do Sul.

ABSTRACT

This dissertation has the purpose of analyzing the integrationist process happening in South America, which has the peculiarity of presenting an agent very inharmonious in terms of economic weight, Brazil, coming from a very different European colonial project in comparison to its neighbors, having made different choices throughout its history. The hypothesis tested for the problem refers to the construction a public-private network in the energy area, in order to deepen the regional integration. Such an infrastructure network would have the condition of being implanted, due to the current perception of the role of South America in the international system. The model used for the comparison comes from Bloch, to whom History must profit from other theoretical fields such as Economics, Geography and International Relations. In the latter field, the theory used is Neofunctionalism, because we believe that energy cooperation among the South-American countries and the construction of regional infrastructure may serve as a stimulus to progressively integrate the economies in the region. The research shows that since the Geisel administration, the hydrocarbon from Bolivia has attracted the interest of Brazil. However, the consolidation of such policy has only occurred during Fernando Henrique Cardoso's administration with the *Gasbol* construction. With respect to Venezuela, since Chávez's election, the Venezuelan diplomacy has been concerned with its rapprochement with other countries from South America and the Caribbean. His political rise marked a rapprochement between Caracas and Brasilia. As a conclusion, this study defends that the increase in the consumption of energy in South America in the next decade may be a dynamizing factor to the initiatives of physical integration in the region. There is space to take advantage of the energy complementarities in the continent. However, it will be necessary to invest in infrastructure and to foment cooperation in the energy sector, in order to enable the South-American economies to grow and develop in a more autonomous manner, without needing to import hydrocarbon from other markets. The share of natural gas in the South-American energy matrix should increase, as well as there should be an increase in the biofuel production, an area in which Brazil has primacy and that can turn the country into a leader in this market.

Key words: South-American integration, energy, *Gasbol*, energy infrasturcture, South pipeline.

LISTA DE SIGLAS:

AAA: *American Arbitration Association* (Associação Americana de Arbitragem).

AD: Ação Democrática.

AIE: Agência Internacional de Energia.

Alalc: Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Aladi: Associação Latino-Americana de Integração.

Alba: Aliança Bolivariana para as Américas.

Alca: Área de Livre Comércio das Américas.

Alcsa: Área de Livre Comércio Sul-Americana.

Anatel: Agência Nacional de Telecomunicações.

Aneel: Agência Nacional de Energia Elétrica.

ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Asean: Associação de Nações do Sudeste Asiático

Aspa: Cúpula América do Sul-Países Árabes.

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BNDE: Banco Nacional de Desenvolvimento.

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Bogoc: Bolivian Gulf Oil Company

BP: British Petroleum

CAF: Cooperação Andina de Fomento.

Calc: Cúpula da América Latina e Caribe.

CAN: Comunidade Andina de Nações.

Caricom: Comunidade do Caribe.

CARIFTA: Associação de Livre Comércio do Caribe.

Casa: Comunidade Sul-Americana de Nações.

Ceca: Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

Cenpes: Centro de Pesquisa Leopoldo Américo Miguez de Mello.

Cepal: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.

CIA: *Central Intelligence Agency* (Agência Central de Inteligência).

CLHB: Companhia Logística de Hidrocarbonetos Boliviana.

CNPE: Conselho Nacional de Política Energética.

Comibol: Corporação Mineira da Bolívia.

Conatel: Comissão Nacional de Telecomunicações.

Copei: Comitê de Organização Política Eleitoral Independente.

CVP: Corporação Venezuelana de Petróleo.

CVTV: Cadeia Venezuelana de Televisão.

Ecosoc: Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

Ecopetrol: Empresa Colombiana de Petróleos S/A.

Eletróbrás: Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

ELVP: Exército de Libertação do Povo da Venezuela

Embrapa: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Enarsa: Energia Argentina S.A.

Enap: Empresa Nacional de Petróleo.

Enap Sipetrol: Sociedade Internacional Petroleira.

ESG: Escola Superior de Guerra.

FED: Federal Reserve.

Fedecâmaras: Federação de Câmaras de Comércio e Produção.

Fedepetrol: Federação Sindical Petroleira de Venezuela.

Feder: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Fiem: Fundo de Investimento para a Estabilização Macroeconômica

FMI: Fundo Monetário Internacional.

Focem: Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento das Instituições do Mercosul.

Fonden: Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Fondespa: Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do País.

Fonplata: *Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata.*

Gasbol: Gasoduto Brasil-Bolívia.

GNL: gás natural liquefeito.

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano.

IIRSA: Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana.

INT: Instituto Nacional de Terras.

Interbras: Petrobras Comércio Internacional S.A.

IPC: índice de preços ao consumidor.

IVP: Instituto Venezuelano de Petroquímica.

MAS: Movimento ao Socialismo.

MBR-200: Movimento Bolivariano Revolucionário 200

Mercosul: Mercado Comum do Sul.

MCD: milhões de metros cúbicos diários.

MNA: Movimento dos Países Não Alinhados.

MNE: Ministério das Minas e Energia.

MNR: Movimento Nacionalista Revolucionário.

MVR: Movimento V República.

Nafta: *North American Free Trade Agreement* (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio).

NEP: *National Energy Policy* (Política Nacional de Energia).

NEPDG: *National Energy Policy Development Group*.

NPE: Nova Política Econômica.

OEA: Organização dos Estados Americanos

Olade: Organização Latino Americana de Energia.

OMC: Organização Mundial do Comércio.

ONGs Organizações não Governamentais.

ONU: Organização das Nações Unidas.

OPA: Operação Pan-Americana.

Opaep: Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo.

Opegasur: Organización de los Países Productores y Exportadores de Gas de Sudamérica.

Opep: Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

OTCA: Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento.

PDVSA: Petróleos de Venezuela.

Pemex: Petróleos Mexicanos.

Pequiven: Petroquímica de Venezuela.

Petromisa: Petrobras Mineração S.A.

PIB: Produto Interno Bruto.

PPM: partículas por milhão.

PPP: *Plan Puebla-Panamá*

PPT: Pátria para Todos.

Proex: Programa de Financiamento às Exportações.

PSUV: Partido Socialista Unificado de Venezuela.

PT: Partido dos Trabalhadores.

RCTV: Rádio Caracas de Televisão.

RT: Russia Today (Rússia Hoje).

SAL: campo de San Alberto.

SAN: campo de San Antonio.

Sela: Sistema Econômico Latino-Americano.

Sinopec: China Petro-Chemical Corporation.

TCA: Tratado de Cooperação Amazônica

TEC: tarifa externa comum.

Telesur: Televisao do Sul.

Televen: Televisão de Venezuela.

Unasul: União de Nações Sul-Americanas.

ÚNICA: União da Indústria de Cana de Açúcar.

Venevisión: Venezuela Televisão.

ViVe: Visão Venezuela.

VTV: Venezuelana de Televisão.

YPF: Yacimientos Petrolíferos Fiscales (Argentina).

YPFB: Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	1
1. A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DOS HIDROCARBONETOS.....	14
1.1 A estrutura econômica do mercado de petróleo.....	15
1.2 O papel decisivo da Venezuela na criação da OPEP e seu impacto na indústria petrolífera.....	16
1.3 Enfraquecimento da Opep na década de 1980.....	20
1.4 Os efeitos do Consenso de Washington no mercado de petróleo sul-americano.....	21
1.5 A desregulamentação do setor petrolífero na América do Sul.....	23
1.5.1. A PDVSA e o governo de Hugo Chávez.....	25
1.6 A relevância do petróleo para os Estados Unidos e para a China.....	26
1.6.1. A Política energética estadunidense.....	26
1.6.2. A petrodiplomacia chinesa.....	29
1.7. A crescente importância das jazidas sul-americanas.....	34
1.7.1. Venezuela.....	34
1.7.2. Bolívia.....	37
1.8. Segurança energética da América do Sul.....	38
2. BOLÍVIA E A LUTA PELO CONTROLE DOS RECURSOS NATURAIS.....	42
2.1. O início da exploração de hidrocarbonetos nas décadas de 1920 e de 1930.....	45
2.2 Revolução de 1952 e as Notas Reversais de Roboré.....	46
2.3 As décadas de 1960 e de 1970.....	48
2.4 A década de 1980 e o liberalismo econômico.....	49
2.5 Aproximação entre Bolívia e Brasil na década de 1990 e desregulamentação do setor petrolífero boliviano.....	51
2.6 Governo Fernando Henrique e a crise de abastecimento de energia.....	55
2.7 Instabilidade política e a Guerra do Gás.....	58
2.8 Antecedentes da terceira nacionalização dos recursos energéticos bolivianos...61	
2.9 A nacionalização de Morales.....	63
2.10 Problemas que a Bolívia enfrenta para diversificar seu mercado consumidor.....	67
2.11 Problemas que o Brasil enfrenta para substituir o gás boliviano.....	68
3. A VENEZUELA E O PETRÓLEO.....	70
3.1 A tese do capitalismo rentístico.....	71
3.2 O início da exploração de petróleo.....	73
3.3 O Punto Fijo.....	76
3.4 A Petrodiplomacia venezuelana antes de Chávez.....	79
3.5 A década de 1970 e a nacionalização do petróleo.....	81
3.6 A Crise dos anos de 1980 e o Plano Brady.....	83
3.7 A eleição de Andrés Pérez e <i>El gran viraje</i>	84
3.8 <i>Caracazo</i> : uma revolta popular que abalou a Venezuela.....	85
3.9 Década de 1990.....	86
3.9.1 O fracasso do Plano Ezequiel Zamora e a vitória política de Chávez.....	86
3.9.2 O <i>impeachment</i> de Andrés Pérez e o início do fim do <i>Punto Fijo</i>	88

3.9.3 A intensificação da crise econômica e a reestruturação da PDVSA.....	89
3.10 A ascensão de Hugo Chávez a presidência.....	90
3.10.1 Eleições presidenciais de 1998 e a vitória de Chávez.....	91
3.11 Política externa do governo Chávez.....	92
3.12 A nova Constituição de 1999.....	97
3.13 A Lei de Hidrocarbonetos e a retomada do controle da PDVSA pelo governo.....	98
3.13.1 A greve patronal de 2001 e a criação do Grupo de Amigos da Venezuela.....	100
3.13.2 Resultados da greve patronal.....	103
3.14 A diplomacia midiática do governo Chávez.....	106
3.15 A criação de uma OEA sem a presença de Estados Unidos e Canadá.....	107
3.16 As relações comerciais entre Brasil e Venezuela.....	108
4. INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA DA AMÉRICA DO SUL.....	110
4.1 Potencialidade energética da América do Sul.....	112
4.2 Segurança energética.....	115
4.3 A integração energética promovida pelo presidente Chávez: Petroamérica, Petrocaribe, Petrosur e Petroandina.....	120
4.4 Cooperação Energética entre Brasil e Venezuela.....	125
4.5 A integração energética por meio da CASA e da Unasul.....	126
4.6 A importância do desenvolvimento de infraestrutura.....	129
4.6.1 Dificuldade de acesso a crédito.....	129
4.7 A relevância da criação da IIRSA para a América do Sul.....	131
4.8 Gasoduto do Sul.....	134
4.9 A importância dos combustíveis não fósseis para o Brasil: o etanol e o biodiesel.....	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
ANEXO	
Entrevista: Darc Costa.....	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	154

INTRODUÇÃO

O tema energético é fundamental para o desenvolvimento da América do Sul¹. A região como um todo possui um excedente global de energia, contudo há grandes *superávits* em certos países e *déficits* em outros. Como exemplo de países superavitários há a Venezuela, o Equador e a Bolívia para o gás e o petróleo². No caso de energia hidrelétrica há o Brasil, o Paraguai e a Venezuela. Por outro lado, o Chile e o Uruguai possuem um déficit estrutural de energia e há casos intermediários como o do Peru, da Colômbia e da Argentina.

Importa frisar que uma vantagem comparativa importante da América do Sul é a oferta de energia. Se o sistema energético for bem gerenciado, será aberta uma janela de oportunidades para uma inserção mais vantajosa da região na economia mundial. Todavia, esses recursos também podem gerar conflitos relacionados à sua exploração e uso. Com efeito, a integração energética e a autonomia regional em energia é uma prioridade da diplomacia brasileira na América do Sul, e a Bolívia e a Venezuela são os países mais importantes para a consecução dessa política.

A Bolívia ocupa posição central no tabuleiro geopolítico da América do Sul, participando dos sistemas do Prata, dos Andes e da Amazônia. Os recursos naturais bolivianos estão no centro da agenda diplomática brasileira. O gás natural proveniente da Bolívia abastece aproximadamente 50% do parque industrial do Brasil. Esse fato torna aquele Estado fundamental para a consecução da política externa brasileira na América do Sul. Da mesma forma que o Brasil necessita do gás boliviano, a dependência da Bolívia em relação ao mercado brasileiro aumentou desde a década de 1990. Contudo, as tradicionais instabilidades políticas e econômicas na Bolívia podem afetar os países vizinhos, comprometendo o equilíbrio no continente e o êxito da integração sul-americana.

¹ Para a Agência Internacional de Energia, os combustíveis fósseis continuarão sendo a principal fonte de energia até o ano de 2030, apesar da busca por energias alternativas. Embora o gás natural deva ser a fonte de energia de crescimento mais rápido entre os hidrocarbonetos, com 2,4% ao ano, o petróleo, perfazendo 37% do *mix* mundial de energia, permanecerá como principal fonte global de energia, principalmente devido à expansão do setor de transporte (que aumentará dos atuais 47% para 55% de todo o consumo de óleo) (JOCHEN, 2005: 29).

² Bolívia, Chile e Venezuela são países extremamente dependentes da exportação de *commodities*, e embora atravessem conjunturas distintas, são países cuja pauta de exportação restrita condiciona a política comercial fortemente.

A posição geográfica da Venezuela, entre a América do Sul e o Caribe³, e a presença de uma das maiores jazidas de petróleo do mundo, já seriam suficientes para que o país fosse considerado estratégico⁴. Sua relevância se amplia por ser relevante fornecedor de petróleo dos Estados Unidos há décadas. A Venezuela é consciente de sua importância para o setor energético mundial e para a estabilidade do continente sul-americano e sua atuação internacional ocorre por intermédio da “petrodiplomacia”. Os próprios articuladores da política externa venezuelana, no governo Chávez, afirmam que é na política externa do petróleo que o país encontra seu principal campo de atuação.

Para o Brasil, a Venezuela tem condições de tornar-se o seu principal fornecedor de petróleo, assegurando sua tranquilidade energética. Isto além de prover a região Norte do país de eletricidade, essencial para o desenvolvimento dos estados amazônicos⁵. Com a integração de infraestrutura de transportes, o Brasil pode reduzir custos de exportação se escoar suas mercadorias pelos portos venezuelanos. Para a Venezuela, é interessante a cooperação com o Brasil nas áreas de petróleo, petroquímica, mineração, siderurgia e tecnologia espacial.

Ribeiro (1970: 373-376) considera que os povos brasileiro e venezuelano possuem bases étnicas semelhantes, resultado de uma colonização que privilegiou o latifúndio e o escravismo africano⁶. A proximidade cultural entre os dois países poderia ser utilizada para fomentar maior cooperação bilateral. Ribeiro (1970: 100) tipifica os povos extra-europeus do mundo moderno em quatro configurações histórico-culturais: Povos-Testemunho⁷, Povos-Novos, Povos-Transplantados⁸ e Povos-Emergentes⁹. Cada

³ A República Bolivariana da Venezuela se situa ao norte da América do Sul, e conta com um total de fronteiras de 4.993 quilômetros: ao norte, o Mar do Caribe; ao leste o Oceano Atlântico e a Guiana; ao oeste a Colômbia e ao sul o Brasil, compartilhando a Amazônia com a Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru e Suriname.

⁴ Além de hidrocarbonetos, o país tem reservas de bauxita, cromo, diamantes, ferro, manganês, ouro e tungstênio. No território da Venezuela está localizada a maior queda d'água do mundo, o Santo Angel, com mais de novecentos metros de altura.

⁵ A Venezuela é muito relevante para as economias do Amazonas e de Roraima, devido ao petróleo e ao fornecimento de energia, bem como pela proximidade geográfica, e por ser rota de passagem para produtos brasileiros escoados pelos portos venezuelanos exportados para o Caribe, os Estados Unidos e a Europa.

⁶ Além do escravismo africano, a Venezuela, assim como o Brasil no final do século XIX, passou a receber imigrantes europeus, que foram atraídos por sucessivos governos preocupados em “melhorar a raça” e em implantar uma sociedade nova (RIBEIRO, 1970: 374-375).

⁷ Ribeiro (1970: 103-104) cita como exemplo de Povos-Testemunho a Índia, a China, o Japão, a Coreia, a Indochina e os países islâmicos. Nas Américas, são representados pelo México e pela Guatemala, além dos povos do Altiplano Andino, que são os sobreviventes das civilizações Asteca, Maia e Incaica.

⁸ Para Ribeiro (1970: 101), os Povos-Transplantados são aqueles cujas nações foram constituídas por meio da implantação de populações europeias, que preservaram o perfil étnico, linguístico e culturais de sua origem. Nas Américas, o autor cita como exemplos: a Argentina, o Uruguai e os Estados Unidos.

um deles engloba populações muito distintas, mas também homogêneas em relação às suas características básicas. Esses povos seriam o resultado da expansão mercantil européia e da reordenação mundial pela civilização de base industrial.

Os Povos-Testemunho são aqueles formados pelos representantes modernos de antigas civilizações, que foram colonizadas pelos europeus. Para Ribeiro (1970: 178), as populações boliviana, equatoriana e peruana, apesar de diferenciações linguísticas e de variantes culturais e nacionais, devem ser percebidas como um “único complexo histórico-cultural e uma só macro-etnia, a neo-incaica¹⁰”. Os Povos-Novos são subproduto da expansão européia pela fusão e aculturação de matrizes indígenas, africanas e europeias. Segundo essa classificação, Brasil e Venezuela pertenceriam aos Povos-Novos. Para Ribeiro (1970: 108): “os Povos-Novos são produto, tanto da deculturação redutora de seus patrimônios tribais indígenas e africanos, quanto da aculturação seletiva desses patrimônios e da sua própria criatividade face ao novo meio.”

Na visão dos atuais governantes, recuperando uma intenção manifestada nos anos 1980, no governo de José Sarney (1985-1990), o Brasil precisa estreitar suas relações com a Venezuela além da área comercial e de investimentos. A proximidade de culturas é fator relevante para essa aproximação. A Venezuela é o país com maior potencial exportador para a região, devido à sua proximidade e às suas grandes jazidas de hidrocarbonetos. Esse fato justifica a construção do Gasoduto do Sul, assim como a de um anel energético sul-americano. A realização dessas obras infraestruturais permitiria à América do Sul: a) absorver o *déficit* de oferta e de demanda de derivados de petróleo; b) induzir novas atividades econômicas, a partir da escolha do traçado, com a geração de emprego e de renda; c) fortalecer a posição política e econômica da região no sistema internacional, abrindo espaços e sinergias, que podem ser articuladas em prol do desenvolvimento dos países sul-americanos.

Dessa forma, é preciso estabelecer uma política estratégica de energia para a América do Sul devido ao aumento da demanda energética da Ásia e a limitada disponibilidade mundial de aumentar a produção de hidrocarbonetos em curto e médio

⁹ Os Povos-Emergentes são para Ribeiro (1970: 101) as nações africanas e asiáticas, “cujas populações ascendem de um nível tribal ou da condição de meras feitorias coloniais para a de etnias nacionais”.

¹⁰ A civilização Incaica (1438-1533) possuía um perfil menos mítico do que as civilizações Asteca e Maia, e um vasto senso organizatório, que lhes proporcionou forjar um dos impérios teocráticos de regadio (desenvolvido a margem de rios) mais coesos e melhor integrados da história. Sua administração, política e centro das Forças Armadas estavam localizados em *Cusco*. Uma de suas principais características era a organização social baseada em uma estruturação de caráter coletivista, em um Estado teocrático altamente centralizado e uma agricultura de regadio (RIBEIRO, 1970: 180).

prazos, no caso de uma elevação da demanda global de petróleo e de gás natural, ou da falha de capacidade de produção planejadas. É questionável a ideia de que o mercado pode regular o setor de energia, sem levar em consideração as dimensões geopolíticas e globais dos hidrocarbonetos.

Esta dissertação analisa o problema da montagem de uma rede estatal-privada na área energética, visando ao aprofundamento da integração regional. Considera aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais dos países envolvidos e apresenta a hipótese de que tal rede de infraestrutura tem condições de ser implantada, dada a atual percepção do papel da América do Sul no sistema internacional, entendido como um oligopólio de Estados poderosos, conforme a visão de Raymond Aron.

O termo integração é utilizado para definir o processo de aproximação econômica entre dois ou mais países, que pode ir desde o estabelecimento de uma zona de preferências tarifárias, passando por uma área de livre comércio, com a circulação de bens sem tarifas, posteriormente por uma união aduaneira com a criação de tarifa externa comum, até formas mais avançadas de coordenação macroeconômica, uniformização cambial e fiscal, e concertação política em parlamentos com poderes supranacionais. Haas (2004: xv-xvi) define integração como: *“the process whereby actors in several distinct national settings are persuaded to shift their loyalties, expectations, and political activities towards a new centre whose institutions possess or demand jurisdiction over the pre-existing national states.”*¹¹

Deutsch (1982: 274) defende que o processo de integração quase sempre se inicia em torno de uma área central, formada por uma ou poucas unidades políticas mais fortes que são atraentes para os demais. Contudo, para adquirir profundidade à integração tem que se tornar evidente para grupos de interesse substanciais e para extensos segmentos da população, a integração tem que ter legitimidade. Por essa razão, é importante fomentar instituições que promovam o desenvolvimento regional como a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) e o Banco do Sul.

Com efeito, a infraestrutura pode mitigar disparidades regionais de renda e maximizar o acesso às oportunidades advindas da ampliação de mercados. Não por acaso, a União Européia investiu maciçamente em infraestrutura para reduzir as

¹¹ “O processo pelo qual atores em diversos contextos distintos são persuadidos a transferir suas lealdades, expectativas, e atividades políticas em direção a um novo centro cujas instituições possuem ou exigem competência sobre os pré-existentes Estados nacionais” (tradução nossa).

disparidades regionais e as assimetrias estruturais entre seus Estados-membros. Sendo assim, a infra-estrutura não é apenas relevante para a formação e consolidação de mercado regional, mas também é um importante instrumento de coesão político e social. Para Moravcsik (1998: 200), a integração está condenada ao fracasso se não estiver baseada em uma prévia cooperação econômica. No caso da América do Sul, diversas tentativas de integração foram feitas ao longo do século XX, envolvendo diferentes blocos de países, mas esbarraram em animosidades internas e, também, em pressões externas para que se obtivesse êxito em associações regionais que teriam tudo para evoluir, tendo em vista principalmente os estudos postos à disposição pela maior rede intelectual do continente, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, Cepal, órgão das Nações Unidas, criado em 1948.

Com efeito, o processo de cooperação envolve custos políticos e econômicos para os países envolvidos. De acordo com Onuki (2006: 316), o maior desafio de um processo de integração é encontrar países dispostos a assumir os custos em curto prazo, e ao mesmo tempo, ter paciência para esperar os benefícios, que, geralmente, só serão percebidos em longo prazo e em outra administração. Historicamente, o Brasil sempre foi reticente em aprofundar os processos integracionistas dos quais faz parte. Contudo, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) concedeu prioridade à integração sul-americana, privilegiando a infraestrutura e o setor de energia, aprofundando propostas iniciadas nos anos 1990 pelo presidente Itamar Franco (1992-1994).

A regionalização envolve a negociação e construção de acordos interestaduais ou intergovernamentais e de regimes. A questão de porque determinados atores participam de regimes internacionais mesmo recebendo poucos benefícios de outros membros pode ser explicada por meio do constrangimento de escolha. Wiesebron (2008: 14) defende que:

“Atores mais fracos tentam melhorar a sua posição no palco mundial constituindo formas de cooperação com países do mesmo porte e com outros mais fortes, através de alianças diversificadas, indo acordos de comércio preferenciais (ACP) à integração regional”.

A assimetria entre os Estados em relação à capacidade negociadora reforçaria o desejo dos países mais fracos em buscar o fortalecimento das regras para assim nivelar essas assimetrias. Os regimes internacionais serviriam para mitigar os efeitos de ações de Estados e reduzir a incerteza no cenário internacional. Para Hopkins e Puchala (KRASNER, 1983: 8): “*regimes exist in all areas of international relations*

*even those, such as major power rivalry, that are traditionally looked upon as clear-cut examples of anarchy.*¹²”

Sobre a América Latina, Weisbrot (2008: 9) afirma que: *“the collapse of the IMF has greatly contributed to Washington’s loss of influence in Latin American. Most of the governments in the region are now more independent of Washington than Europe is*¹³.” Para o autor, a criação de instituições como a Unasul (União Sul-Americana de Nações) e o Banco do Sul demonstram a importância dessas mudanças estruturais que estão solidificando a independência latino-americana assim como a busca por integração econômica e política.

De acordo com Haas (*apud*: MALAMUD, 2005: 4), as ideias, assim como os líderes políticos e seus objetivos são importantes para a integração regional. Isso pode ser observado na América do Sul, após a ascensão de líderes políticos como Lula e Chávez, que privilegiaram a integração e a cooperação sul-americanas. Com efeito, a proposta de entrada da Venezuela no Mercosul como membro pleno, em 2006, configurou a espinha dorsal da integração regional, estendendo o Mercosul da Patagônia ao Caribe, com ampliação da concertação política e da cooperação também em foros multilaterais, como as Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Para Souza (2009: 89): “A Venezuela é estratégica para o Brasil por causa da Amazônia, da energia e do fluxo de comércio a nosso favor.”

Importa frisar que o ingresso da Venezuela no Mercosul mudou o eixo estratégico da Bacia do Prata para o Norte, transformando a Amazônia em pólo da integração sul-americana¹⁴. Os projetos na área viária e de energia são apenas uma pequena parte da integração e do desenvolvimento, capazes de gerar empregos e renda localmente. As estradas e pontes em construção apontam para a Colômbia, o Peru e a Venezuela e a geração de energia para a região norte que é o único meio de integrar a região ao desenvolvimento brasileiro, superando o seu isolamento secular¹⁵. O Brasil

¹² “regimes existentes em todos os domínios das relações internacionais, mesmo aqueles que, como rivalidades de grandes potências, que são tradicionalmente vistos como exemplos claros de anarquia” (tradução nossa).

¹³ “O colapso do FMI contribuiu fortemente para a perda de influência de Washington na América Latina. A maioria dos governos da região são agora mais independentes de Washington do que a Europa” (tradução nossa).

¹⁴ A importância da Venezuela para o Brasil decorre da extensa linha de fronteira na região amazônica, com potencialidades e desafios comuns, mas também da aliança estratégica que tem possibilitado a integração da infraestrutura física, o crescimento do comércio de bens e serviços, o intercâmbio de investimentos e a cooperação na área energética entre os dois países.

¹⁵ Ver: TEIXEIRA, Francisco Carlos. Amazônia: Região Pivô da Integração Sul-Americana. Análise de Conjuntura OPSA, número 7, julho 2006. pp. 7.

deve desenvolver, com os demais países da região, diretrizes análogas e coordenadas para a Amazônia, que visem o enriquecimento de suas economias, baseadas em uma estrutura produtiva que não seja predatória. Para Costa (2009: 505): “A Bacia Amazônica se constitui em uma sub-região de conexão entre duas áreas de importância estratégica, o Caribe e o altiplano boliviano, este último considerado uma espécie de *heartland* do continente”. Além disso, a criação da Unasul é uma relevante iniciativa para integrar o continente em torno de três eixos principais: a concertação política, a integração econômica e o desenvolvimento infraestrutural.

Para Cervo (2008: 85), com a ascensão de Lula, houve um retorno de políticas desenvolvimentistas, paradigma que o ator qualifica como de um *Estado logístico*. A ideologia do Estado logístico associa o liberalismo com o desenvolvimentismo, fundindo a doutrina clássica do capitalismo com o estruturalismo latino-americano¹⁶. O paradigma logístico diferencia-se do Estado desenvolvimentista ao transferir à sociedade a responsabilidade do Estado empresário. Difere do paradigma liberal, ao não limitar a atuação estatal apenas a promoção da estabilidade econômica, mas ao auxiliar a sociedade na realização de seus interesses. O mercado deixa de ser percebido como o grande promotor do desenvolvimento.

Na percepção de Cervo (2008: 83), a introdução do paradigma logístico durante o governo Fernando Henrique Cardoso não passou de um ensaio¹⁷. Para o autor, (2008: 79) o paradigma que define o governo Cardoso é o Estado normal ou liberal, que substitui o conceito de Estado desenvolvimentista¹⁸. O fim da Guerra Fria, o colapso da União Soviética, a globalização e o triunfo do neoliberalismo fizeram com que os governantes da América Latina acreditassem que havia chegado ao fim o papel do Estado como propulsor do desenvolvimento. Além disso, a crise da dívida externa somada à “década perdida” de 1980 parecia corroborar que essa estratégia havia fracassado.

¹⁶ O modelo logístico seria a soma do paradigma desenvolvimentista com o liberal ou normal.

¹⁷ Para Cervo (2008: 83-84), o paradigma logístico só seria firmado operacionalmente durante a administração Lula.

¹⁸ Segundo Cervo (2008: 67) há quatro paradigmas nas relações internacionais brasileiras: o liberal-conservador (que perpassa o século XIX até a Primeira República), o desenvolvimentista (de 1930 a 1989), o liberal ou normal (de 1990 a 2002) e o logístico, sendo que os três últimos exercem influências variadas ao longo do tempo no modelo de inserção internacional do Brasil de 1990 até a atualidade.

Os regimes neoliberais que foram eleitos após a redemocratização seguiram o Consenso de Washington¹⁹ que pregava a desregulamentação da economia e das leis trabalhistas, privatizações, disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, abertura comercial, reforma tributária, juros de mercado, direito à propriedade intelectual, investimento estrangeiro direto sem restrições, câmbio de mercado e abertura do setor petrolífero ao capital externo. O ideário neoliberal fez com que a Argentina privatizasse a YPF (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales*) e enfrentasse, posteriormente, uma grave crise energética. No Brasil houve o fim do monopólio da Petrobras e na Venezuela, a tentativa de vender a PDVSA (*Petróleos de Venezuela S.A.*).

A administração Lula por um lado, deu continuidade a certas políticas macroeconômicas de seu antecessor, como a manutenção da estabilidade econômica, metas de inflação e juros altos, mas, por outro lado, buscou retomar a autonomia decisória na área de política externa. Embora estas sejam condições definidas pelo *mainstream* econômico, para a formação de confiança entre os investidores internacionais (processo de *confidence building*), o Brasil passou a atribuir alta prioridade à consolidação do Mercosul e à integração da América do Sul, percebidas como um projeto político e não como um simples esquema econômico comercial para a região. De acordo com Cervo (2008: 56), a correção de rumos da diplomacia do governo Lula ocorreu nos seguintes eixos:

- a) busca de um multilateralismo recíproco entre os países emergentes e desenvolvidos, abandonando a concepção do governo anterior de multilateralismo utópico. O país passou a priorizar a reciprocidade de interesses nas negociações comerciais, coalizões entre países em desenvolvimento foram formadas como o IBAS e o G20;
- b) mitigar as dependências estruturais de ordem financeira, empresarial e tecnológica. A diplomacia volta-se para a busca de novos mercados para os produtos brasileiros. O governo substituiu a dívida externa pela interna. Houve a internacionalização das empresas nacionais por toda a América do Sul aumentando a interdependência;

¹⁹ Consenso de Washington é um conjunto de medidas formulado em novembro de [1989](#) por economistas de instituições financeiras baseadas em [Washington D.C.](#), como o [FMI](#), o [Banco Mundial](#) e o [Departamento do Tesouro dos Estados Unidos](#), para promover o reajuste econômico dos países latino-americanos após a década perdida. O receiturário foi fundamentado em um texto do economista [John Williamson](#), do *International Institute for Economy*.

- c) reforçar a América do Sul como pólo de poder e plataforma político-econômica brasileira.

Na concepção de Cervo (2008: 84-85) o início do governo Lula significou para o Itamaraty o fortalecimento de um segmento que defende com mais vigor a construção de uma liderança brasileira na América do Sul. Para tanto, a Presidência da República instituiu uma área de atuação nova no aparato diplomático, na figura do assessor especial Marco Aurélio Garcia, dedicado aos assuntos sul-americanos. Foi uma mudança qualitativa em relação ao que ocorrera no governo de Fernando Henrique Cardoso, cuja política externa pareceu, aos analistas do tema, como um processo sem fundamentação.

Para o Brasil, o objetivo basilar da integração sul-americana é expandir a sua própria autonomia, assim como a dos países vizinhos, solidificando a ação da mesma no cenário internacional e fornecendo elementos para consolidar o processo de desenvolvimento regional. A consolidação do Mercosul e sua ampliação e o aprofundamento de relações com a América do Sul, inclusive o estabelecimento de uma área de livre comércio entre os países mercosulinos e a CAN, encontram respaldo na ideia da diplomacia brasileira de reforçar-se na sua região, para depois buscar o entendimento com as demais economias mundiais.

Assim, o objetivo geral da dissertação é analisar o processo integracionista em curso, que tem a peculiaridade de apresentar um agente bastante destoante em termos de peso econômico, o Brasil, proveniente de um projeto colonial europeu diferente do de seus vizinhos, tendo efeito escolhas distintas ao longo de sua história. Os campos de análise aqui presentes são os da História Econômica, História Comparada, História do Tempo Presente, História Política e História Cultural, em um diálogo necessário com a Economia Política Internacional e a Teoria das Relações Internacionais. Convém enfatizar que o campo histórico da História Econômica encontra-se em permanente interface com a História Política²⁰ e a História Social²¹. Para Bloch (1974: 35), a História deve utilizar-se de outras disciplinas como a economia

²⁰ Para Barros (2008: 107), a História Política privilegia o estudo do poder, que pode ser estatal ou até micropoderes.

²¹ A História Social é considerada como ramo da História que avalia a “dimensão social” de uma sociedade (BARROS 2008: 111). Entre os objetivos de estudo da História Social as relações sociais, as classes e estamentos e as ideologias (BARROS 2007: 97).

e a geografia²². Essa interação com outras ciências sociais é fundamental para esta pesquisa, pois para compreender o setor de energia é preciso utilizar outros campos teóricos como a economia, as relações internacionais e a geopolítica.

De acordo com a taxonomia de Barros (2007: 37-40) a dissertação pode ser classificada como *ex post facto*, pois se trata de uma investigação empírica, na qual foram analisados fatos que já ocorreram ou fenômenos que estão ocorrendo, mas que por sua natureza não são manipuláveis e não é possível um tratamento experimental.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo, “A Importância Geopolítica dos Hidrocarbonetos”, trata da problemática da segurança nacional e internacional em relação aos hidrocarbonetos, pois seu fornecimento constante é indispensável para o crescimento econômico mundial. A estrutura econômica do mercado de petróleo é analisada para demonstrar que sua estrutura de oligopólio é suscetível a formação de cartéis. Avaliou-se o papel decisivo da Venezuela na criação da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e a controversa atuação política do cartel. Foram estudados os efeitos do choque do petróleo na economia mundial, e como a crise desencadeou o aumento da taxa de juros nos Estados Unidos tornando a dívida dos países em desenvolvimento impagável. Analisou-se o enfraquecimento da Opep na década de 1980, e as consequências da queda do preço do barril de petróleo. Foram considerados os efeitos do Consenso de Washington no mercado petrolífero sul-americano. Nesse sentido, os neoliberais, por terem uma visão estritamente voltada ao mercado, retiraram o caráter estratégico dos hidrocarbonetos, e vários países latino-americanos foram pressionados a flexibilizar o setor de energia. A política de revitalização da Opep de Chávez e suas repercussões são analisadas. Avaliou-se a relevância do petróleo para as economias estadunidense e chinesa e suas respectivas políticas energéticas. Foi considerada a importância crescente das jazidas sul-americanas, em especial as venezuelanas e bolivianas. Por fim, avaliou-se a questão da segurança energética da América do Sul.

O segundo capítulo, “O Caso Boliviano: a Luta pelo Controle dos Recursos Naturais”, trata da luta pelo domínio dos recursos naturais bolivianos desde a sua independência, em 1825. Analisou-se o início da exploração comercial de

²² Bloch, a partir de seus estudos, ampliou largamente o diálogo da História com outras áreas. Sua obra, “Os Reis Taumaturgos” (1924), dialogou as com ciências nascentes da época como a psicologia coletiva, a biologia, a etnografia comparada, a medicina popular comparada e o folclore.

hidrocarbonetos no país em 1921, a criação da YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales) em 1937, e as diversas nacionalizações de hidrocarbonetos promovidas pela Bolívia. Estudou-se a Revolução de 1952, que promoveu importantes mudanças sociais, mas que não logrou incluir as populações indígenas na sociedade. As *Notas de Roboré*, firmadas com o Brasil em 1958, foram avaliadas para entender a razão de seu fracasso. Analisaram-se as décadas de 1960 e de 1970, quando a Bolívia, ao enfrentar dificuldades econômicas, aderiu às diretrizes do Fundo Monetário Internacional (1967), abrindo o país aos investimentos estrangeiros diretos. A redemocratização dos anos 1980, assim como o liberalismo econômico, foram avaliados para compreender a desregulamentação do setor petrolífero boliviano na década de 1990. Avaliou-se a consolidação da política de aproximação da Bolívia, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, que culminou com a construção do Gasbol. Foram analisadas as razões geopolíticas e econômicas da implementação desse projeto e a atuação da Petrobras em sua execução. Foi estudada a instabilidade política boliviana na primeira metade dos anos 2000, ocasionada pelo controle dos recursos naturais, em especial do gás natural e da água. Avaliaram-se os antecedentes, as razões e as consequências da nacionalização promovida por Morales em primeiro de maio de 2006. Por último, foram analisadas as dificuldades encontradas pela Bolívia no mercado de energia os problemas do Brasil para substituir o gás boliviano em sua matriz energética.

O terceiro capítulo, “A Venezuela e o Petróleo”, trata da importância dos hidrocarbonetos para a economia venezuelana. Analisou-se a tese do capitalismo rentístico, que afirma que a renda advinda do petróleo é uma renda internacional da terra e, assim, não produto do esforço de produção interno. Ponderou-se acerca do início da exploração de petróleo e a promulgação da primeira Lei de Petróleo venezuelana em 1920. Foram estudados os impactos econômicos e políticos da exportação de petróleo na economia venezuelana. Avaliou-se as consequências do *Pacto de Punto Fijo* e da Doutrina Betancourt para a Venezuela e para as relações com a América do Sul. Ponderou-se sobre a nacionalização petrolífera venezuelana ocorrida em 1975, e a posterior criação da *PDVSA (Petróleos de Venezuela)*. Foram estudados os impactos da crise da década de 1980, que pôs fim ao período conhecido como *Venezuela Petrolera*. Estudou-se a eleição de Andrés Pérez (1988) para presidente e as consequências de seu plano econômico contracionista (*El Gran Viraje*), que geraram revolta popular, culminando com o *Caracazo*, em 1989. A estabilidade fugaz do início da década de 1990 foi avaliada para compreender a política privatizante do governo de Andrés Pérez,

e a desvinculação da *PDVSA* do Estado venezuelano. O fracasso do Plano Ezequiel Zamora, e a vitória política de Chávez foram analisados para entender a sua posterior ascensão ao poder na Venezuela. Avaliou-se a crise política e econômica que levou ao *impeachment* de Andrés Pérez e o colapso do *Pacto de Punto Fijo*. Também foi estudada a reestruturação da *PDVSA* em 1996, a fim de atrair investimentos estrangeiros diretos. Analisou-se as eleições presidenciais de 1998 e a vitória eleitoral de Chávez. A política externa terceiro-mundista de Chávez e a rearticulação da Opep foram avaliadas a fim de compreender as suas motivações políticas. A promulgação da nova Constituição de 1999, que possibilitou o fortalecimento do controle estatal sobre a *PDVSA*, foi estudada para entender a política nacionalista do governo Chávez. Avaliou-se Lei de Hidrocarbonetos de 2001 com o objetivo de perceber as razões que desencadearam os conflitos entre o governo e a cúpula da *PDVSA*, que culminaram com a paralisação geral e o golpe de Estado de 2002. Da mesma forma, foram analisados os prejuízos da greve patronal e a recuperação econômica venezuelana. Avaliou-se as políticas sociais do governo Chávez, as “missões bolivarianas”, para entender como essas iniciativas passaram a influenciar a vida de grande parte do povo venezuelano. Analisou-se a importância da diplomacia midiática do governo Chávez e a criação da *Telesur (Televisión del Sur)* em 2005. Foram avaliadas as possíveis consequências para a América Latina da criação de uma OEA (Organização dos Estados Americanos) sem a presença dos Estados Unidos e do Canadá. Por fim, foram estudadas as relações comerciais entre Brasil e Venezuela.

O quarto e último capítulo, “Integração Energética da América do Sul”, trata da cooperação na área de energia entre os países sul-americanos, a fim de ampliar os pontos fortes das economias regionais e mitigar as necessidades relativas em relação ao resto do mundo. Analisou-se de que forma as assimetrias regionais e a falta de infraestrutura impactam negativamente o comércio e os processos integracionistas no continente sul-americano. O balanço energético da América do Sul foi avaliado a fim de perceber a potencialidade do continente em relação aos hidrocarbonetos e a energia hidrelétrica. Avaliou-se de que forma a carência de energia tem sido em geral um empecilho ao desenvolvimento, e sua abundância nem sempre tem gerado progresso e bem-estar para os países sul-americanos. Estudou-se como uma política de energia comum seria importante para a segurança energética da América do Sul. Foram avaliados os projetos de integração energética regional. A criação da Petroamérica, da Petrocaribe, da Petrosur e da Petroandina foram analisadas a fim de entender os

objetivos da integração energética promovida pelo presidente Chávez. Avaliou-se a importância da cooperação energética entre Brasil e Venezuela, por intermédio da Petrobras e da *PDVSA*, para suas respectivas economias. Estudou-se o processo de integração via energia promovida pela Casa (Comunidade Sul Americana de Nações) e, posteriormente, pela Unasul (União Sul Americana de Nações). Analisou-se a importância da infraestrutura regional e da criação da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) para o desenvolvimento do continente. Assim como a criação de mecanismos de crédito regional, como o Banco do Sul. A importância do Gasoduto do Sul foi avaliada para demonstrar que sua consecução permitiria a região tornar-se auto-suficiente e independente em relação aos hidrocarbonetos. Por fim, estudou-se a importância dos combustíveis não fósseis, como o etanol e o biodiesel, para a economia brasileira, considerada como a economia motriz do continente.

1. A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DOS HIDROCARBONETOS.

O petróleo é a principal fonte de energia primária do mundo²³ e nenhuma outra *commodity*²⁴ tem uma relação tão estreita com a geopolítica quanto ele. Isso decorre por ser uma fonte de energia vital para a economia internacional e devido ao fato de suas reservas de mais fácil exploração estarem geograficamente concentradas, o que o torna suscetível à manipulação política. A problemática da segurança nacional, e internacional, está estreitamente ligada ao tema energético. Assim, a energia qualifica-se como elemento relevante para a consecução do poder nacional, chegando-se a citar, nos meios econômicos, uma “maldição do petróleo”, que afeta países pobres que o tinham descoberto em seu território.

Winston Churchill percebeu que o petróleo era o combustível mais eficiente para mover exércitos. Nesse sentido, foi a importância militar e não a econômica que colocou esse combustível no centro da geopolítica internacional. Para os estrategistas militares estadunidenses, o petróleo foi o fator essencial na vitória dos Aliados contra o Eixo, tendo em vista a vulnerabilidade do *Reich* em seu provimento.

Para Morgenthau (2003: 133), a política internacional do século XX estava intrinsecamente ligada ao petróleo e à dependência que os países desenvolvidos passaram a ter em relação a essa *commodity*. Para o autor, os fatores essenciais que caracterizam uma potência são: a) amplo território; b) abundância de recursos naturais; c) capacidade industrial; d) eficiência militar; e) população numerosa e apta; f) caráter nacional; g) moral nacional; h) aptidão diplomática.

Já para Ratzel (*apud* HAGE, 2008: 65-66) o desenvolvimento do Estado não poderia existir corretamente sem os recursos naturais. Por sua vez, Meira Mattos (1981: 3) afirma que: “a Geopolítica tem por base a Geografia, dela extraíndo os meios necessários à realização dos interesses do Estado.” Com efeito, a localização geográfica, a dimensão territorial, a demografia, a infraestrutura e os recursos naturais são categorias clássicas da política internacional e da geopolítica. Kjellén (*apud*

²³ Segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), o consumo mundial de energia primária está dividido em: 35% petróleo; 21,1% gás natural; 23,3% carvão; 11% biomassa; 6,9% energia nuclear; 2,2% hidrelétrico; 0,5% outras energias. Dados disponíveis em: <<http://www.iea.org/Textbase/country/maps/world/tpes.htm>> Consulta em: 29/08/09.

²⁴ *Commodity* são produtos de base em estado bruto ou com pequeno grau de processamento, de qualidade quase uniforme, produzidas em grandes quantidades por inúmeros produtores. Essas mercadorias podem ser cultivadas ou de origem mineral e são cotadas em bolsas de valores.

COUTO E SILVA, 1981: 161) afirma que: “a geopolítica é o estudo dos processos políticos que ocorrem em dependência do solo dos Estados”.

Para Penha (2007:134):

“O termo geopolítica, ao tratar de problemas como traçado de fronteiras, formação de novos Estados, conflitos étnicos/territoriais, expansionismo e equilíbrio de forças no cenário mundial, está se referindo a essa ideia-chave de Ratzel, que buscava justificar a importância dos fatores geográficos na formulação da política de um Estado, em sua projeção espacial como potência regional ou mundial.”

De acordo com Deutsch (1967: 52-54), o potencial de poder é uma simples conjectura dos recursos materiais e humanos que podem ser usados para prever quanto êxito poderá ter um país em uma disputa com outro Estado, se esses recursos forem utilizados a seu favor. Para o autor, um país terá mais condições de afirmar-se como potência, quanto maior forem a sua população e os seus recursos naturais.

Para os países centrais, devido ao seu caráter estratégico, o petróleo continuará a ser um importante item na agenda de segurança nacional, pois a garantia de fornecimento constante é indispensável para o crescimento econômico mundial. Contudo, possuir óleo ou gás natural em abundância pode tornar um país ou uma região suscetíveis a disputas internacionais.

1.1 A Estrutura Econômica do Mercado de Petróleo:

O mercado de petróleo possui estrutura de oligopólio, pois sua estrutura se caracteriza pela existência de reduzido número de produtores e de vendedores que produzem bens substitutos entre si e há barreiras à entrada²⁵ de outros concorrentes. Por essa razão, é prática comum entre as grandes companhias a fusão e a aquisição para expandir o nível de reservas e o montante de recursos a serem investidos. Uma estrutura oligopolista é suscetível à formação de cartéis²⁶, como a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) que busca, ao combinar a quantidade a ser produzida,

²⁵ Como barreiras à entrada podem-se citar os altos riscos geológicos; as incertezas regulatórias; as incertezas econômicas, políticas e empresariais; tecnologia; elevado capital de risco; acesso à matéria-prima.

²⁶ Cartel é uma organização (formal ou informal) que determina a política de preços para todas as firmas que compõem um mesmo setor.

auferir lucros maiores, bem como as ações das antigas “sete irmãs do petróleo”²⁷, as grandes transnacionais do setor.

Economicamente a elasticidade preço da demanda²⁸ do petróleo é em curto prazo inelástica²⁹, pois não há substitutos próximos, a quantidade conhecida de reservas petrolíferas e a capacidade de extração não podem ser alteradas rapidamente. Em curto prazo, a decisão de explorar um campo de hidrocarbonetos é “irreversível devido a certa rigidez das variáveis que condicionam a estrutura e no nível dos custos de produção de petróleo, mesmo que ocorram variações no preço e na demanda” (CAMPOS, 2007: 21). Todavia, no longo prazo, a oferta e a demanda são relativamente elásticas.

A demanda de consumo de petróleo é determinada, em grande medida, pela taxa de crescimento econômico. Em virtude da importância do petróleo, quase todos os países desenvolvidos consumidores adotam altas taxas e/ou direitos alfandegários a produtos de petróleo para limitar a demanda interna, assim como os dispêndios em moeda estrangeira, e gerar receita.

1.2 O Papel Decisivo da Venezuela na Criação da Opep e seu Impacto na Indústria Petrolífera:

Entre o final da década de 1920 e até o início dos anos de 1960, somente sete empresas, as anteriormente citadas “sete irmãs”, controlavam a produção e a distribuição de petróleo. Ao atuarem como cartel, estabilizaram os preços em baixa, para favorecer a expansão do consumo e consolidar sua preponderância na produção mundial³⁰. Sua atuação política sempre foi controversa.

No ano de 1959, a *British Petroleum* reduziu seus preços em 10%, o que desencadeou reações contrárias nos países exportadores na tentativa de defender sua

²⁷ As sete irmãs eram formadas por: *Esso (Exxon)*, *Shell*, *British Petroleum (BP)*, *Mobil*, *Chevron*, *Texaco* e *Gulf* (CAMPOS, 2007: 13).

²⁸ Elasticidade preço da demanda é a medida da intensidade da resposta da quantidade demandada a alterações no preço do bem, é calculada como a variação percentual da quantidade demandada dividida pela variação percentual do preço.

²⁹ A curva da demanda é inelástica quando a quantidade varia proporcionalmente menos do que ao preço.

³⁰ O Acordo de *Achnacarry* (1926) foi a primeira tentativa promovida pelas multinacionais petrolíferas de controlar o mercado mundial, coordenando as atividades e aumentando as barreiras à entrada. Com esse acordo, a *Standard Oil*, a *Shell*, e a *Anglo Persian* tentaram controlar as jazidas situadas no Oriente Médio. Estabeleceu-se, assim, um cartel internacional, que posteriormente, com a inclusão da *Compaigne Française des Pétroles* e das empresas formadas pela extinção da *Standard Oil (Mobil, Gulf, Texaco e Socal)* formou o cartel das “sete irmãs” (CAMPOS, 2007: 5). A *Compaigne Française des Pétroles* é formalmente associada as “sete irmãs” em razão de sua função similar e importância histórica. A empresa foi fundada em 1924 para substituir os alemães no Império Otomano depois da Primeira Guerra Mundial (CAMPOS, 2007: 13).

renda nacional. Em agosto de 1960, a *Standard Oil Company of New Jersey (Exxon)* reduziu o valor do produto em 7%. Em resposta a esses eventos, cinco países (Venezuela, Arábia Saudita, Irã, Iraque e Kuwait) que representavam 80% das exportações mundiais decidiram criar a Opep³¹ a fim de aumentar o preço do barril de petróleo e estabilizar o mercado (MARINHO JR, 1989: 114-115).

A Opep foi baseada no modelo da *American Texas Railroad Commission (TRC)*. Entre os anos de 1931 e de 1971, essa agência regulatória controlou o suprimento de óleo no estado do Texas. A *TRC* foi criada em resposta a precária situação dos produtores locais. Seu modelo operacional foi estudado pelo venezuelano Juan Pablo Perez Alfonso quando se encontrava em exílio nos Estados Unidos na década de 1950. Com o fim do regime ditatorial em seu país, Perez Alfonso regressa e torna-se Ministro de Minas e Hidrocarbonos do segundo governo Rómulo Betancourt (1959-1964) (CAMPOS, 2007: 137).

Em 1959, Perez Alfonso viajou a Washington para negociar a decisão norte-americana de impor cotas ao petróleo importado. Essa medida afetava profundamente a Venezuela, que exportava 40% de sua produção para os Estados Unidos. Com efeito, México e Canadá não foram contemplados com essa cota, pois para o presidente Dwight D. Eisenhower (1953-1961) esses países eram centrais para a segurança nacional norte-americana (SOUZA 2008: 70).

Ao ver frustradas as suas iniciativas junto ao governo estadunidense, Perez Alfonso decidiu procurar aliados no Cairo, onde uma reunião estava sendo realizada, entre ministros árabes de países exportadores de petróleo, para debater as medidas realizadas pelas *majors*, com o intuito de diminuir o preço do óleo combustível. A fundação da Opep foi uma resposta à redução dos preços operada pelas sete irmãs. Sua criação significou uma restrição à estratégia das grandes companhias de obter o controle total das reservas petrolíferas. O equilíbrio de poder deslocou-se das empresas petrolíferas multinacionais, que detinham tecnologia e capacidade técnica, para os países exportadores de petróleo e suas estatais. Contudo, em seus primeiros anos, as realizações do cartel foram limitadas. As importações estadunidenses eram objeto de cotas, o petróleo da União Soviética inundava o mercado, os países árabes não conseguiam lidar de forma apropriada com suas rivalidades, e as jazidas de óleo de

³¹ Os países fundadores da Opep são: Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela. Posteriormente aderiram: Qatar (1961), Líbia (1962), Emirados Árabes Unidos (1967), Argélia (1969), Nigéria (1971) e Angola (2007). O Equador se tornou membro em 1973, mas se retirou em 1992, para retornar como membro em dezembro de 2007. Os ex-membros são: Gabão (1975-1994) e Indonésia (1962-2008).

países exportadores estavam sendo exploradas por concessionárias estrangeiras. Além disso, no início da década de 1970³², com o fim do padrão dólar-ouro, a moeda norte-americana foi desvalorizada duas vezes, diminuindo abruptamente o valor financeiro de bens e investimentos de países árabes. Nessa conjuntura, era melhor para os países exportadores não explorar petróleo do que acumular ativos financeiros.

Diante do apoio decisivo dos Estados Unidos a Israel durante a Guerra do *Yom Kippur*³³, os países árabes por intermédio da Opaep³⁴ (Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo) impuseram um embargo³⁵, suspenderam as negociações com as companhias estrangeiras, e passaram a fixar o preço do petróleo de forma autônoma. A produção foi reduzida e as tarifas e os encargos fiscais sobre o petróleo exportado foram majorados, fazendo com que o preço do barril quadruplicasse. Em dezembro de 1973, o barril de petróleo atingiu a marca de US\$ 11,65, quatro vezes mais do que valia um trimestre antes (SÉBILLE-LOPEZ, 2006: 15-16).

Nesse contexto, no Brasil, o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), ex-presidente da Petrobras, a fim de atrair os países da Opep, votou contra Israel na Assembleia Geral das Nações Unidas, ao mesmo tempo em que aprofundou a estratégia de industrialização por substituição de importações, “com vistas a tornar-se autosuficiente em insumos básicos e, se possível, em energia. O governo optou por diversificar as fontes de energia” (VIZENTINI, 2005: 50). Apenas dois países reagiram àquela crise com planos expansionistas: o Brasil e o Japão.

A disparada do preço do barril de petróleo, em 1973, gerou um choque adverso na economia mundial, que produziu retração no crescimento e na demanda agregada³⁶ e aumento da inflação, levando à *estagflação*, situação na qual baixo crescimento e inflação ocorrem simultaneamente. Com efeito, a crise de 1973 pôs fim à chamada “era de ouro” do pós-Segunda Guerra. Nos países industrializados, os efeitos

³² Em 1971, unilateralmente, o governo estadunidense (Nixon) encerrou o sistema monetário acordado na Conferência Econômica e Monetária de Bretton Woods de 1944, que definiu uma taxa fixa entre o dólar norte-americano e o ouro.

³³ A Guerra do *Yom Kippur* foi um conflito militar ocorrido de seis de outubro a vinte e seis de outubro de 1973. Uma coalizão de países árabes, liderados por Egito e Síria, deflagrou um ataque surpresa ao tentar retomar o Sinai e as Colinas de Golã, que haviam sido capturados por Israel durante a Guerra dos Seis Dias em 1967.

³⁴ A Opaep, criada em 1968, é uma organização intergovernamental regional, cujo objetivo é promover o desenvolvimento da indústria petroleira e fomentar a cooperação entre seus membros. A organização foi fundada pela Arábia Saudita, Kuwait e Líbia, posteriormente tornaram-se Estados-partes a Argélia, o Bahrain, os Emirados Árabes Unidos, o Catar, a Síria, o Iraque, o Egito e a Tunísia, que se desvinculou da Opaep em 1986.

³⁵ O embargo tinha por objetivo impedir a venda de petróleo para os Estados Unidos devido ao seu apoio a Israel e como protesto pelo colonialismo de Holanda, África do Sul, Rodésia e Portugal.

³⁶ Demanda agregada é o somatório das demandas de uma economia em um período de tempo.

mais imediatos do primeiro choque foram o aumento dos juros e a contração da atividade econômica, entre os anos de 1974 e 1975 (MARINHO JR., 1989: 153-155).

A crise econômica nos países centrais reduziu ainda mais a capacidade de importar das nações em desenvolvimento que viram suas receitas de exportação reduzirem-se. Com efeito, as dificuldades dos países em desenvolvimento no comércio internacional foram aliviadas, paradoxalmente, por outro efeito do choque de petróleo: a forte entrada de petrodólares no mercado financeiro internacional. Dessa forma, os petrodólares acabaram financiando os déficits em conta corrente dos países endividados.

O aumento na renda petrolífera proporcionou aos países do Oriente Médio a capacidade de investir em bancos europeus e norte-americanos, o que gerou excessiva liquidez no sistema financeiro internacional. Os superávits árabes ampliaram os recursos disponíveis no mercado internacional, reduzindo as taxas de juros vigentes. Nesse contexto, de capital abundante a juros baixos, houve uma aceleração no ritmo de endividamento do Brasil³⁷ e da América Latina como um todo.

Em 1979, ocorreu um novo choque do petróleo, após a Revolução Iraniana³⁸. Embora o Irã representasse menos de 20% das exportações da Opep, o preço do barril de petróleo elevou-se rapidamente, em virtude da escassez de suprimento e da possibilidade de que o produto voltasse a ser utilizado como arma política. A Guerra Irã-Iraque, na década de 1980, exacerbou a situação e desestabilizou ainda mais o mercado internacional de petróleo, com uma queda de 10% na produção mundial (MINGST, 2009: 263).

O segundo choque do petróleo interrompeu o fluxo de capitais dos países centrais para as nações em desenvolvimento. Para conter a inflação, os bancos centrais dos países desenvolvidos, em sua maioria, elevaram suas taxas básicas de juros. Em 1981, nos Estados Unidos a taxa de juros atingiu 16,4% ao ano, mais do que o dobro

³⁷ O governo militar captou dívida externa a fim de completar a parque industrial brasileiro.

³⁸ A Revolução Iraniana pôs fim ao reinado do Xá Mohammad Reza Pahlavi, transformando o país em uma república islâmica sob o comando do *aiatolá* Ruhollah Khomeini (1979-1989). Pahlavi havia governado o país de forma quase ininterrupta desde 1941, quando o Reino Unido e a União Soviética invadiram o Irã para assegurar os recursos petrolíferos do país. Em 1953, o Xá foi forçado a deixar o país, em razão de revoltas populares pela demissão do primeiro-ministro Mohammad Mossadegh (1951-1953). Com efeito, Mossadegh era um nacionalista, que defendia que o Irã deveria controlar seus recursos petrolíferos. Todavia, o Xá retornou ao poder no mesmo ano após depor o governo democraticamente eleito de Mossadegh com a ajuda da CIA. Com o apoio estadunidense e britânico, o Xá reprimia, violentamente, os clérigos xiitas e os defensores da democracia. A polícia política de seu governo era conhecida como *Savak*. No final da década de 1970, o Xá decidiu implantar um projeto vultoso de transformação do deserto em áreas aprazíveis conforme orientação norte-americana, o que uniu a maior parte do povo em torno da liderança do *aiatolá* Khomeini.

dos 7,9% anuais vigentes antes do choque. A *prime rate*, taxa de juros do mercado financeiro de Nova York, usada como referência nos empréstimos domésticos e externos passou para 18,9% anuais no ano de 1981.

O novo patamar das taxas de juros inaugurou uma fase de recessão nos países industrializados, que se estendeu, na maioria deles, até o ano de 1982. Nessa conjuntura, os juros que eram variáveis tiveram um aumento exponencial tornando a dívida impagável para os países em desenvolvimento. Assim no início dos anos de 1980, as importações voltaram a pressionar a Balança comercial³⁹, ampliando o déficit e, por consequência, o saldo devedor da Balança de Transações Correntes⁴⁰.

1.3 Enfraquecimento da Opep na Década de 1980:

O erro estratégico da Opep foi subestimar a elasticidade-preço da demanda no longo prazo. A adoção de cotas não se mostrou viável ao longo do tempo, porque houve redução na demanda, visto que o mundo entrou no citado processo de *estagflação*, e pelo não cumprimento das cotas por alguns de seus Estados-partes (CAMPOS, 2007: 8-9).

A estratégia de aumentar o preço do barril de petróleo possibilitou a exploração em novas áreas não pertencentes à Opep, devido à expansão dos investimentos realizados pelos países consumidores e produtores que não faziam parte do cartel. Ao mesmo tempo, viabilizou projetos de substituição energética e de conservação de energia, como foi o caso do Proálcool brasileiro (1975), parte do já citado II Plano Nacional de Desenvolvimento. Políticas de conservação de energia aumentaram a eficiência do uso de petróleo entre 1973 e 1985 em 32% nos Estados Unidos e em 51% no Japão (TORRES FILHO, 2008: 198).

As rivalidades no interior da Opep inviabilizaram o seu funcionamento a partir da década de 1980. O cartel tornou-se, então, um simples fórum de debates para os países exportadores, perdendo sua função estratégica. De 1982 a 1985, os preços do barril de petróleo registraram um declínio constante de cerca de 10% ao ano. Seguiu-se um período de insatisfação e de desorganização entre os membros da Opep. Em 1986, a cooperação entre os países pertencentes ao cartel estava aniquilada e os preços tiveram

³⁹ Balança Comercial é um item do balanço de pagamentos em que são lançadas as exportações e importações de mercadorias, relativas a FOB (*free on board*).

⁴⁰ Balança de Transações Correntes é o registro contábil de todas as transações de um país com o resto do mundo. Envolve transações com mercadorias, serviços e capitais (monetários e físicos).

queda de 45%. O barril de petróleo que, em novembro de 1985, custava US\$ 31,75, passou a custar menos do que US\$ 11,50 em abril de 1986.

Diante das sucessivas reduções no valor pago pelo barril de petróleo, os exportadores independentes de petróleo decidiram negociar com a Opep para estabilizar os preços no mercado internacional. Em dezembro de 1986, os exportadores independentes e a Opep alcançaram um acordo em que a cotação do barril deveria flutuar entre US\$ 18,00 e US\$ 15,00. Valores acima ou abaixo dessa meta seriam combatidos por intermédio de redução ou aumento na produção. Esse foi o início da consolidação de um novo mercado baseado na flexibilidade dos preços. O grande problema dessa estratégia é que os preços são afetados pela volatilidade do mercado, que prejudica o planejamento em longo prazo da indústria petrolífera.

1.4 Os efeitos do Consenso de Washington no Mercado de Petróleo Sul-Americano:

A partir de 1979, o *Federal Reserve (FED)*, entidade que cumpre o papel de Banco Central nos Estados Unidos, adota uma política monetária restritiva, a fim de conter a tendência de desvalorização do dólar que se verificava desde o fim do padrão dólar-ouro e da adoção de câmbio flutuante, em 1973⁴¹. Assim, restringiu o crédito e dificultou o financiamento do Tesouro estadunidense, tentando forçar o ajustamento da economia.

Quando Ronald Reagan assumiu a presidência em 1980, a inflação já superava a casa dos 10% anuais. Nesse mesmo ano, a *prime rate*⁴² superou a barreira dos 20%. Ao ter que financiar-se no mercado financeiro internacional em uma situação de restrição creditícia, o governo norte-americano elevou as taxas de juros a níveis jamais observados, transformando o país no grande absorvedor da liquidez mundial. Isso aumentou a necessidade de divisas por parte das nações em desenvolvimento, pois a disponibilidade de recursos para os países devedores reduziu-se drasticamente. O mundo em desenvolvimento teve seus recursos drenados e se tornou exportador de capitais.

No início dos anos de 1980, assistiu-se à ascensão dos economistas liberais, associados em sua maioria à Universidade de Chicago, que entendiam o problema da

⁴¹ A economia norte-americana vinha há muitos anos perdendo competitividade diante de outros países industriais, como Alemanha e Japão, o que se materializava na piora das contas externas e profunda tendência de desvalorização do dólar que se iniciara no ano de 1973.

⁴² A *prime rate* é a taxa de juros básica dos Estados Unidos.

economia estadunidense como excesso de intervenção governamental. De acordo com essa corrente de pensamento, a superação da crise econômica passaria pela redução do tamanho do Estado, diminuindo os gastos públicos e reduzindo a carga tributária sobre as empresas. As dificuldades de financiamento das economias industrializadas, que se baseavam em Keynes, haviam aumentado muito.

O aumento dos juros nos Estados Unidos e o segundo choque do petróleo atingiram gravemente os países importadores de hidrocarbonetos, especialmente aqueles já endividados, como o Brasil. O resultado desse cenário internacional foi o racionamento de crédito para as nações altamente endividadas – a maioria da América Latina – e a deflagração da crise da dívida latino-americana.

Incapazes de saldar ou de refinarciari as elevadas despesas financeiras em dólares, os países latino-americanos viram-se forçados a declarar moratória da dívida externa. O primeiro deles foi o México, em agosto de 1982. À moratória mexicana seguiu-se um longo período de estancamento do fluxo de capitais para as nações em desenvolvimento, bem como de renegociação da dívida externa latino-americana (caso a caso), que se estendeu até o final dos anos de 1980. O governo mexicano chegou a sondar o Brasil com vistas à formação de um *pool* de países endividados, mas não contou com o apoio do presidente da época, o general Figueiredo (1979-1985).

A redução do fluxo de empréstimos dirigidos à economia latino-americana, aliada ao crescimento do serviço da dívida (devido à elevação dos juros), estrangulou a economia da região. Como consequência, os recursos internacionais praticamente se esgotaram levando as nações latino-americanas a recorrer ao Fundo Monetário Internacional, cujos recursos estão condicionados à adoção de uma política econômica interna acertada com o fundo.

Nessa conjuntura, esses países foram praticamente obrigados a entrar em uma política de geração de superávits externos, para fazer frente aos serviços da dívida externa. Contudo, na década de 1970 a captação de dívida externa era colocada como uma forma de superar os constrangimentos externos e as nações foram praticamente capturadas pelo sistema financeiro internacional. Nos anos de 1980, esse se transformou no próprio gerador de constrangimentos (GREMAUD *et al*, 2007: 410).

Na década de 1990, o Consenso de Washington⁴³ definiu vários parâmetros a fim de reduzir a presença estatal na economia. Nesse sentido, os neoliberais retiraram o

⁴³ Reunião realizada em 1989, entre economistas das Américas, ligados à formulação de políticas, com o objetivo de sistematizar procedimentos para a estabilização.

caráter estratégico do setor de energia, que passou a ser percebido como uma simples *commodity*. Os países da região foram pressionados a flexibilizar a indústria petrolífera, esquecendo-se do papel de agente indutor do desenvolvimento que os Estados possuíam.

Jean Pierre Serene discorda desse pensamento, pois em sua concepção, nos países em via de desenvolvimento como o Brasil, a Índia e a China, que têm demandas sociais e energéticas gigantescas e mercados em expansão, não há como promover o desenvolvimento energético sem a presença estatal⁴⁴. Observe-se que a primeira empresa estatal de petróleo do mundo foi criada na Argentina, em 1936, a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales*. Este país, por décadas um produtor consistente, não conheceu a “maldição do petróleo”.

1.5 A Desregulamentação do Setor Petrolífero na América do Sul:

A volatilidade das cotações, durante as décadas de 1970 e de 1980, enfraqueceu as estatais petrolíferas latino-americanas, pois a queda dos preços limitou a capacidade financeira necessária para manter níveis adequados de investimento. No contexto da crise da dívida na década de 1980, as estatais latino-americanas encontraram-se sem recursos para investir em pesquisa e desenvolvimento, o que causou o sucateamento de muitas empresas. A falta de investimentos foi utilizada por aqueles que eram favoráveis à privatização, como exemplo de ineficiência estatal, sem que analisassem suas causas reais.

Durante a década de 1990, a maioria dos governos da região aderiu às políticas e reformas neoliberais, preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial. Essas instituições internacionais propuseram a abertura do setor petrolífero ao capital externo e a privatização das empresas estatais. Contudo, o ideário de soberania e estratégia do setor petrolífero foi o grande impedimento do prosseguimento da abertura do setor no Brasil e na Venezuela. O primeiro atrasou-se bastante nas reformas neoliberais, o que foi comentado no Consenso de Washington.

O mesmo não ocorreu na Argentina, na qual o processo de privatização teve início com a venda das jazidas marginais, seguida dos campos centrais e finalmente com a venda da *YPF* para a *Repsol* no governo de Carlos Menem (1989-1999). Em 2004, a

⁴⁴ *Le Monde Diplomatique*, Jean Pierre Serene, 14/04/2007.

Argentina enfrentou uma crise energética. Para alguns observadores, os gargalos no suprimento energético faziam parte de uma estratégia das empresas para majorar os preços administrados. As companhias teriam exacerbado de propósito os gargalos para tornar necessária a importação de gás boliviano, e para pressionar o governo argentino a aumentar o preço da tarifa de energia. Diante dessas circunstâncias, a Argentina teve de importar gás natural da Bolívia, do Brasil e da Venezuela. No ano de 2004, o governo de Néstor Kirchner (2003-2007) criou uma empresa energética estatal, a *ENARSA (Energia Argentina S.A.)*, e reestatizou a *YPF*, mas o país já está na fase de esgotamento de suas reservas⁴⁵.

A abertura do setor energético ocorrida na década de 1990 foi possibilitada pela disponibilidade de capitais no mercado financeiro internacional e pela dificuldade enfrentada pelos Estados sul-americanos de conseguir recursos para investir nos setores estratégicos da economia. De acordo com o Banco Mundial, o Estado deveria atuar apenas como emissor de regras para incentivar o setor produtivo, ao proteger a eficiência, a concorrência e as leis de mercado.

No Brasil, a primeira medida para a abertura do setor petrolífero foi a privatização de algumas subsidiárias da Petrobras (que não faziam parte do monopólio constitucional). No ano de 1990, o presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) extinguiu a Petromisa⁴⁶ (Petrobras Mineração S.A.) e a *trading company* Interbras⁴⁷ (Petrobras Comércio Internacional S.A.). Em 1992, o setor petroquímico foi incluído no Programa Nacional de Desestatização, havendo a privatização da Fosfértil⁴⁸ e da Goiásfértil⁴⁹. Apesar da retórica, de que a verticalização da Petrobras impedia a formação de grupos privados fortes, devido ao seu controle no fornecimento de nafta e de gás natural, a extinção e a venda dessas empresas não promoveu a desconcentração do setor.

⁴⁵ Isso recoloca a ordem do dia a questão da propriedade das Ilhas Malvinas/*Falklands*, nas quais o Reino Unido deseja extrair petróleo de águas profundas.

⁴⁶ A Petromisa foi criada pelo governo Geisel, atuando na extração de cloreto de potássio (um tipo de adubo químico) em Sergipe. Na atualidade, essas minas são exploradas pela Companhia Vale do Rio Doce.

⁴⁷ A Interbras foi criada pelo governo Geisel e estava ligada à Petrobras. A empresa atuava no comércio exterior, sendo seu principal parceiro comercial o Iraque e estabeleceu vínculos comerciais com países africanos.

⁴⁸ A Fosfértil foi criada pelo governo Geisel, com o objetivo de promover a pesquisa, a lavra, a concentração e a comercialização da rocha fosfática da jazida de Patos de Minas (Minas Gerais). A companhia fornece insumos para indústrias de fertilizantes e para empresas químicas, sendo a maior fornecedora de produtos fosfatados e nitrogenados para a produção de fertilizantes no Brasil.

⁴⁹ Em novembro de 1995, a Goiásfértil S/A (empresa controlada integralmente pela Fosfértil), dedicada à extração de rocha fosfática em Catalão (Goiás), incorporou a Ultrafértil. Após a incorporação, a Goiásfértil assumiu a razão social de Ultrafértil S/A.

Em 1995, o Congresso Nacional, no bojo das privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso, aprovou a Emenda Constitucional número 9, que pôs fim ao monopólio estatal do petróleo, em toda a cadeia de produção, transporte e refino, que prevalecia no país. A partir de então, a Petrobras foi equiparada a qualquer outra empresa privada, mas a sua privatização foi impedida, dada a pressão de diversos setores nacionalistas. Chegou a ser iniciado um processo para mudar seu nome para Petrobrax, o que descaracterizaria sua imagem.

O principal argumento a favor da flexibilização do setor foi a falta de recursos para investir na exploração de petróleo. Com efeito, a Petrobras desempenhou um importante papel na modernização da economia brasileira, ao mitigar a vulnerabilidade do país em relação à importação de petróleo. Após o fim do monopólio, foi criada uma agência reguladora a Agência Nacional do Petróleo, em um setor onde existia uma única empresa estatal que continuou pertencendo ao Estado.

1.5.1. A *PDVSA* e o Governo de Hugo Chávez:

Até a eleição de Hugo Chávez em 1999, este país encontrava-se em um primeiro estágio do processo de privatização, por intermédio da fragmentação da *PDVSA* (*Petróleos de Venezuela S.A.*) em diversas subsidiárias. Várias jazidas marginais, após serem licitadas pelo governo apresentaram uma expansão notável de sua produção, em um momento de queda dos preços internacionais. A continuidade desse processo levaria a exaustão das reservas venezuelanas delimitadas, embora os venezuelanos frequentemente especulem sobre disponibilidades bem maiores.

A administração de Hugo Chávez foi um divisor de águas na política petrolífera venezuelana, ao retomar uma política mais nacionalista. Um dos principais pontos de mudança foi a Constituição de 1999, que proibiu a privatização da *PDVSA* e a atuação minoritária da estatal nos contratos de exploração e produção. Outro aspecto relevante na diplomacia de Chávez foi o fortalecimento da Opep, advindo da manutenção do sistema de cotas, que proporciona o maior controle do mercado por parte das nações exportadoras de petróleo e a redução da vulnerabilidade frente aos países consumidores, especialmente os desenvolvidos.

1.6 A Relevância do Petróleo para os Estados Unidos e para a China:

A importância estratégica do petróleo é crescente para todos os países, especialmente para os Estados Unidos, pois suas reservas internas decrescem em torno de 3% ao ano⁵⁰, e para a China⁵¹ que vem se aproximando das Américas, em especial da Venezuela e do Canadá. As jazidas de hulhas pesadas e as reservas de gás natural⁵² situadas no Orinoco tornam a Venezuela uma das grandes protagonistas da geopolítica energética no continente americano, ao lado do Canadá. Da mesma forma, a importância do gás natural vem-se expandindo de tal forma no cenário internacional, que a Rússia já admitiu a possibilidade de criar uma “Opep do gás” (LIMA, 2008:13).

De acordo com Fiori (2007: 95):

“A grande competição econômica mundial e a grande disputa geopolítica estão se dando em torno dos territórios e das regiões que dispõem dos excedentes energéticos para mover a nova ‘locomotiva’ do crescimento mundial, puxada pelos Estados Unidos e a China, com efeitos imediatos sobre a Índia”.

1.6.1. A Política Energética Estadunidense:

George W. Bush, em seu primeiro mandato, afirmou que a crise energética nacional era sua grande preocupação, sendo imprescindível elevar os fluxos de hidrocarbonetos para o país. Em dezoito de março de 2001, o secretário de Energia, Spencer Abraham, admitiu em conferência na *National Energy Summit* que:

“America faces a major energy crisis over the next two decades. The failure to meet this challenge will threaten our nation’s economic prosperity, compromise our national security, and literally alter the way we lead our lives”⁵³.

⁵⁰ De acordo com as projeções do Departamento de Energia, a produção de petróleo doméstica norte-americana deverá declinar de 8,5 Mb/d em 2002, para 7 Mb/d em 2020, enquanto o consumo passará de 19,5 Mb/d para 25,5 Mb/d. Disponível em: <www.eia.cloe/oiaf/archive/aco02/pdf/0383.pdf>. Consulta em 30/08/09.

⁵¹ A China necessita de matérias-primas para manter o seu nível de crescimento econômico, ao mesmo tempo, em que procura diminuir sua dependência de hidrocarbonetos provenientes do Oriente Médio.

⁵² Em setembro de 2009, a PDVSA e a espanhola Repsol anunciaram a descoberta de uma importante jazida de gás natural, situada nas águas do golfo venezuelano, que pode conter entre sete e oito trilhões de pés cúbicos. Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/noticias/secciones/nota/57485-NN/chavez-anuncia-en-espana-descubrimiento-de-importante-yacimiento-de-gas-en-venezuela/>>. Consulta em: 11/09/09.

⁵³ A América enfrentará uma grande crise energética nas próximas duas décadas. O fracasso em lidar com esse desafio ameaçará a prosperidade de nossa nação, comprometerá a nossa segurança nacional, e literalmente alterar o modo como levamos nossa vida (tradução nossa).

O fornecimento constante de petróleo é essencial para a competitividade das indústrias norte-americanas e para a segurança nacional. Em 2006, o presidente Bush afirmou, na *State of Union*, que para que o país mantivesse a competitividade de sua economia seriam necessários recursos energéticos baratos, e que: “*America is addicted to oil, which is often imported from unstable parts of the world*”⁵⁴. O controle das reservas de petróleo é cada vez mais imprescindível para os Estados Unidos, pois os gastos com a compra de petróleo representaram 40% do déficit comercial norte-americano no ano de 2006 (BANDEIRA, 2009: 20).

Os atentados de 11 de setembro de 2001 permitiram que o governo norte-americano intensificasse a militarização de sua política externa e empreendesse campanha para assegurar as fontes de energia e as rotas de abastecimento. Bandeira (2009: 16) afirma que:

“A guerra contra o terrorismo constitui mera figura de retórica, um eufemismo, para disfarçar os reais objetivos do presidente George W. Bush, que consistiam em vencer a resistência e/ou a insurgência islâmica, e controlar a Ásia Central e o Oriente Médio, com suas enormes jazidas de gás e petróleo. A convergência das necessidades da economia mundial, capitalista e os interesses das grandes corporações pautou a sua política internacional.”

Para Tokatlian (2008: 59):

“O 11 de Setembro significou, sob a perspectiva das relações internacionais, um duplo retorno: recuperou o papel central do Estado e exacerbou a competição entre as nações. Nesse contexto, a revalorização do Estado nos principais países (particularmente os Estados Unidos), acontece dentro de uma abordagem de política de segurança, enquanto a competição se expressa em termos de geopolítica dos recursos estratégicos (especialmente os energéticos)”.

De acordo com Johnson (*apud*: TORRES FILHO, 2008: 208) a principal razão para os Estados Unidos disporem de mais de setecentos e vinte e cinco bases militares no estrangeiro é a dependência petrolífera crescente do país. Para o autor, essas bases defendem as jazidas de petróleo (norte-americanas) no exterior de outros competidores ou protegem os gasodutos de ataques terroristas. No início do século XXI, os Estados Unidos importam 53% do petróleo que consomem. Em 2020, essa porcentagem alcançará a ordem de 62%.

A fim de resolver os problemas energéticos do país, o presidente Bush criou o grupo de trabalho denominado de *National Energy Policy Development Group*

⁵⁴ A América é dependente de petróleo, que muitas vezes é importado de regiões instáveis do mundo.

(*NEPDG*), que tinha por objetivo formular um plano de longo prazo para atender a demanda de combustível do país. A direção desse grupo ficou a cargo do vice-presidente Dick Cheney, ex-diretor geral da *Halliburton*, uma das maiores empresas de serviços para campos petrolíferos do mundo.

Na concepção de Penha (2007: 154), a intensificação da crise no Oriente Médio após o 11 de setembro, pode ser analisada, do ponto de vista geopolítico, por meio da nova doutrina de segurança estratégica, conhecida como “guerra preventiva”⁵⁵ ou Doutrina Bush. A Guerra do Golfo de 1991 demonstrou o interesse estadunidense em reafirmar o seu poder militar e o seu novo papel no mundo, diante do fim da União Soviética. Nesse sentido, a derrota de Saddam Hussein representava para George Bush a emergência de uma nova ordem mundial em que os Estados Unidos teriam papel preponderante. O Iraque constituía um modelo alternativo na região, com seu Estado laico e possuidor de uma forte empresa petrolífera estatal.

O *NEPDG* concluiu que os Estados Unidos poderiam seguir dois caminhos: continuar a consumir petróleo de forma crescente, o que aumentaria a dependência externa, em razão do declínio das reservas norte-americanas; ou promover a utilização de energias renováveis, que teriam custos econômicos altos, devido aos investimentos que são necessários para desenvolver novas tecnologias. Observa-se que a China vem investindo bastante em tecnologias “verdes”.

O governo Bush decidiu por aumentar a dependência petrolífera norte-americana. Contudo essa dependência não se caracteriza pela passividade, ao contrário, o relatório do *NEPDG*⁵⁶ enfatizou a prioridade de garantir a segurança energética estadunidense, por intermédio de sua política comercial e de sua política externa. O objetivo primordial da administração Bush era estimular a oferta de petróleo em nível mundial, para assim mitigar a dependência perante o Oriente Médio, especialmente da Arábia Saudita. Com efeito, a região do Golfo terá uma posição chave para a segurança energética global nas futuras exportações de petróleo e de gás natural. Na região, encontram-se 65% das reservas de petróleo mundiais e 34% de todas as reservas mundiais de gás natural (JOCHEN, 2005: 32).

⁵⁵ A noção de guerra preventiva contraria o Direito Internacional Público, que autoriza o uso da força apenas em casos de ameaças reais e não potenciais.

⁵⁶ Relatório do *NEPDG*, *National Energy Policy*, maio de 2001, 170 p. *The White House*. Disponível em: <www.whitehouse.gov/energy/>. Consultado em: 25/08/2009.

Os Estados Unidos redefiniram suas importações de hidrocarbonetos e três de seus quatro maiores exportadores encontram-se no continente americano: Canadá⁵⁷, México e Venezuela, com quem ocorreram sérios atritos. Com efeito, o presidente Hugo Chávez foi o maior problema da administração Bush nas Américas, sendo rotulado, em 2005, pela então Secretária de Estado, Condoleezza Rice (2005-2009), como uma força negativa na região. Os ideais bolivarianos⁵⁸ de Chávez causam preocupação aos Estados Unidos, pois a Venezuela possui a sexta maior jazida de petróleo do mundo (cerca de 78 bilhões de barris de reservas prováveis), a nona maior reserva de gás natural (com 4,22 trilhões de metros cúbicos), sem contar com as enormes reservas de óleo extra pesado localizadas no Orinoco (SÉBILLE-LOPEZ, 2006: 100).

A *National Energy Policy* (NEP) concorda com o reforço do intervencionismo norte-americano no mundo, a fim de evitar que revoluções, insurreições e outros problemas interfiram em suas importações de hidrocarbonetos. Essa política refere-se diretamente aos países situados no Oriente Médio, na bacia do Cáspio, na África e na América Latina. Para Klare (2004: 50-53) esses esforços terão implicações importantes na política de defesa e de segurança dos Estados Unidos e conduzirão inevitavelmente ao aumento da violência e a resistências em várias regiões produtoras, fomentando o sentimento anti-estadunidense.

1.6.2. A petrodiplomacia chinesa:

A China emerge como potência econômica, política e militar cada vez mais poderosa. Os déficits gêmeos⁵⁹ norte-americanos precisam ser financiados pela venda de títulos públicos, e o governo chinês é um dos maiores compradores desses papéis⁶⁰. Os Estados Unidos ao gastar mais do que arrecadam, para financiar as guerras no Iraque e no Afeganistão, precisam captar recursos externos, aumentando a liquidez internacional, o que ocasiona a desvalorização do dólar. Tais ações bélicas, porém,

⁵⁷ Cerca de 99% das exportações de petróleo canadense estão destinadas aos Estados Unidos.

⁵⁸ Trata-se de um projeto político de caráter nacionalista hispano-americano, apresentado como plataforma para um novo tipo de socialismo.

⁵⁹ O déficit gêmeos caracteriza-se pelo déficit fiscal associado ao déficit em Conta Corrente. Esse fenômeno pode ocorrer quando o governo gasta mais do que arrecada, gerando dificuldades na Conta Corrente.

⁶⁰ O déficit norte-americano na Conta Corrente é financiado por uma forte entrada de capitais que vêm em sua maior parte são provenientes da China. A economia chinesa encontra-se em uma situação oposta, pois tem obtido um superávit quase na mesma proporção que o déficit estadunidense. O EUA vem fazendo uma enorme pressão política para que a China valorize a sua moeda em relação ao dólar para que este gigantesco déficit possa ser pelo menos reduzido.

tolhem novas investidas em países dissidentes e, conforme Perkins (2005: 233): “Pelo menos por algum tempo, acredito uma grave crise foi evitada na Venezuela - e Chávez foi salvo - por Saddam Hussein. A administração Bush não podia tomar o poder ao mesmo tempo no Afeganistão, no Iraque e na Venezuela.”

No início do século XXI, a Ásia consome um quarto da demanda mundial de petróleo. Em dois decênios, seu consumo de energia deverá duplicar. Diante da carência de políticas de segurança de abastecimento de energia e da pouca diversificação de suas matrizes energéticas, a região já é compelida a pagar um sobrepreço de até US\$ 1,50 por barril acima do preço de mercado, por meio do *Asian Premium*.

Com efeito, em 2004, a Indonésia, maior produtor de petróleo do Sudeste Asiático, pela primeira vez em sua história, passou a importar petróleo, pois suas jazidas esgotaram-se e os investimentos externos diminuíram em virtude da instabilidade política que assola o país. O aumento no preço do barril colocou em evidência os desafios e tensões existentes no mercado de hidrocarbonetos.

Desde o ano 2000, a demanda por petróleo cresceu sete milhões de barris por dia, sendo que o consumo chinês representa quase 30% desse consumo (MINGST, 2009: 263). O vertiginoso crescimento do Império do Meio e da Índia levou esses países a buscarem mais petróleo, que só pode ser encontrado no mercado exterior. A elevação do preço das *commodities* ocorrida no final de 2004 foi resultado do aumento da procura não só de petróleo, mas também das demais matérias-primas para atender a demanda chinesa e indiana.

A China busca na América do Sul e na África recursos naturais para garantir seu crescimento econômico, como petróleo da Venezuela, cobre do Chile, e minério de ferro do Brasil. O continente também é importante para os chineses como fonte de alimentos. Essa valorização foi responsável pelo crescimento econômico da América Latina e pela recuperação argentina após a crise que se abateu sobre o país e inverteu o processo conhecido como deterioração dos termos de troca⁶¹.

A China e a Índia detêm um terço da população mundial e suas economias apresentam taxa de crescimento de 6% a 10% ao ano há dois decênios. Dessa forma seu consumo de energia será suficiente para reformar sem precedentes as matrizes energéticas de todo o mundo (ALMEIDA, 2007: 188). Em 2020, a demanda de energia

⁶¹ Segundo a Cepal, a deterioração dos termos de troca, consiste na tendência de longo prazo de queda dos preços das matérias-primas, pelo regime concorrencial de seus mercados, e na alta dos preços das manufaturas, que podem ser cartelizadas.

da China, da Índia e dos demais países que compõem a Associação de Nações do Sudeste Asiático⁶² (ASEAN) mais do que duplicará e o petróleo continuará a ser o principal insumo energético da região. Em 2005, o Conselho de Inteligência Nacional dos Estados Unidos previu que, se forem mantidas as taxas atuais de crescimento, a China deverá aumentar em 150% o seu consumo energético e a Índia em 120% até 2020. Contudo, nenhum deles têm condições de atender as suas necessidades através do incremento da produção doméstica de petróleo ou de gás natural.

Essa carência de recursos energéticos na Ásia explica a recente aproximação do Irã, apesar da forte oposição estadunidense. Explica também a ofensiva diplomática da China e da Índia na Ásia Central, na África e na América Latina. A China sofre com uma crescente crise energética. Em quase dois terços do país, o consumo de energia elétrica está sendo reduzido, a fim de evitar um colapso geral da rede elétrica. Em 2004, o governo ordenou em todo o país mais de setecentos e cinquenta mil cortes temporários de energia. Os esforços para expandir o uso de fontes de energia renováveis não são suficientes devido à gigantesca demanda por energia. De acordo com o embaixador Botafogo Gonçalves (2009: 95): “Há fortes indícios de que a China já esteja buscando níveis mais altos de crescimento anual com novas tecnologias de produção de energia fóssil bem menos poluentes de que as atuais, sobretudo na área de carvão mineral.”

O governo chinês busca forjar alianças estratégicas com fornecedores de petróleo, gás natural e minérios. Em 2000, as necessidades energéticas chinesas correspondiam a dez por cento da demanda mundial. Três anos depois, a China tornou-se o segundo maior consumidor de petróleo do mundo. O país importa 51% de seu consumo, mas estudos afirmam que em vinte anos a sua dependência será de 77%. Estudos apontam que o consumo chinês de gás natural atingirá 2,5 bilhões de metros cúbicos de gás e 4,5 bilhões de toneladas de petróleo em 2020 (SÉBILLE-LOPEZ, 2006: 260). Nesse sentido, o desafio do país é garantir os seus próprios fornecimentos de hidrocarbonetos. Com efeito, a China é o Estado que mais investe em recursos para modificar sua matriz energética. O país tem problema de imagem, por ser considerado

⁶² A ASEAN é uma organização regional de Estados do Sudeste Asiático, que foi constituída em 1967, por Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia. Mais tarde se uniram a organização: Brunei (1984), Vietnã (1995), Mianmar (1997), Laos (1997) e Camboja (1999). Com efeito, o Timor Leste e a Papua-Nova Guiné são membros observadores. As principais metas da ASEAN são: acelerar o crescimento econômico e fomentar a paz e a estabilidade na região. Em 1992, os países membros decidiram transformá-la em área de livre comércio, a fim de desenvolver a competitividade da região, que passou a funcionar como um bloco unido. A organização firmou acordos de cooperação com China, Coreia do Sul e Japão (ASEAN + 3).

um vilão ambiental, muitos de seus produtos sofreram restrições devido a cláusulas ambientais.

O carvão representa cerca de dois terços do consumo energético chinês. Isso se deve, em parte, ao fato de a China ser o maior produtor mundial de carvão⁶³. Todavia, essa matriz energética apresenta vários inconvenientes. Além de ser altamente poluente⁶⁴, existem problemas logísticos, pois os recursos carboníferos chineses encontram-se, em sua maioria, no Norte de seu território, enquanto as áreas de maior desenvolvimento econômico localizam-se no Leste e no Sul, notadamente em *Guandong* e *Fujian*. Problemas de transporte causam atrasos na produção manufatureira e as minas são inseguras, promovendo graves acidentes a todo momento.

Há algum tempo observa-se processo de concentração de produção e de reservas carboníferas, que faz com que os países exportadores mencionem a necessidade de criar uma Opep do carvão. A China apesar de possuir as maiores reservas do mundo, importa cada vez mais carvão devido a razões ambientais, pois o carvão estrangeiro em geral contém menos enxofre. Assim a concorrência na demanda desse combustível fóssil tem aumentado no mercado mundial.

O ciclo de crescimento sul-americano observado no início dos anos de 2000, contou com o peso decisivo das exportações, importações asiáticas no continente, em particular da China, que tem sido a grande responsável pelo aumento das exportações da América do Sul de minérios, energia e grãos. Ao mesmo tempo, suas exportações para os países latino-americanos aumentaram 52%, em 2006, enquanto os Estados Unidos só tiveram um incremento de 32% no mesmo ano. Só para o Brasil, as vendas chinesas cresceram 53%, enquanto as exportações brasileiras cresciam 32% no mesmo ano. Com efeito, a China já superou o Brasil como maior fornecedor de manufaturas para os países da América Latina.

Em 2009, tiveram início conversações entre Brasil e China sobre biocombustíveis⁶⁵. A exportação de etanol seria extremamente positiva, pois poderia equilibrar a balança comercial brasileira em relação a *Beijing*, que se tornou deficitária para o Brasil, após a China mudar seu padrão de comércio, passando a exportar

⁶³ A China é responsável por 33,7% da produção mundial de carvão.

⁶⁴ A China é o segundo maior poluidor mundial. As emissões chinesas de sulfureto de dióxido seriam responsáveis por 30% das chuvas ácidas que atingem o Japão. Isso faz com que o país seja líder na pesquisa de seqüestro de carbono e de liquefação de carbono.

⁶⁵ A Índia utiliza em sua gasolina 10% de etanol brasileiro.

produtos de alto e médio valor agregado, enquanto o Brasil continua a vender para o mercado chinês basicamente grão de soja e minério de ferro.

A “petrodiplomacia” de Beijing baseia-se em: a) parcerias estratégicas de Estado a Estado, permutando investimentos e abrindo reciprocamente mercados; b) aquisições de ativos por parte das petrolíferas chinesas; c) no apoio concedido pelo governo a empresas chinesas que invistam em uma lista de países e de recursos naturais considerados críticos, previamente definidos pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e de Reforma, a antiga Comissão de Planejamento Estatal⁶⁶.

A China, impelida pela sua necessidade de acesso a *commodities*, já não hesita em atuar na América Latina, área de influência norte-americana, utilizando como nunca antes sua fronteira natural com as Américas, através do Oceano Pacífico⁶⁷. Há estudos sobre a viabilidade de construir uma via férrea, que atravessaria a Cordilheira dos Andes, com o objetivo de conectar a Argentina, o Brasil e o Chile para escoar as exportações desses países para a China. A concorrência entre a China e o Japão por recursos petrolíferos é crescente. Os dois países disputaram por um oleoduto da Rússia e pela exploração das jazidas petrolíferas no Mar da China Oriental.

Em novembro de 2004, o dirigente chinês Hu Jintao visitou oficialmente quatro países latino americanos, Argentina, Brasil, Chile e Cuba, com o objetivo de impulsionar suas relações. Hu Jintao declarou suas intenções de investir na região 100 bilhões de dólares em uma década. Tradicionalmente ausente na América Latina, voltou-se para o continente em busca de matérias-primas indispensáveis à sua expansão econômica. Em 2004, a *China Petro-Chemical Corporation (Sinopec)* firmou contrato com a Petrobras para explorar plataformas submarinas na costa africana, na Venezuela, no Equador, na Colômbia e no Golfo do México (BANDEIRA, 2009: 66).

Após a sua visita oficial em 2004, o governo chinês assinou acordo de investimento, de US\$ 19,7 bilhões, com a Argentina, dos quais cinco bilhões seriam investidos na exploração de petróleo e gás. Com o Brasil, firmou onze acordos bilaterais nas áreas de transporte e energia, que somam US\$ 10 bilhões. Em dezembro de 2004, Hugo Chávez concluiu acordo bilateral com os chineses, que incluiu o setor de hidrocarbonetos. A Venezuela comprometeu-se a ajudar a China a formar a sua reserva estratégica de petróleo, em contrapartida do investimento de Beijing na agricultura venezuelana e no desenvolvimento de quinze jazidas venezuelanas inexploradas. O

⁶⁶ Disponível em: <www.en.ndrc.gov.cn> Consulta em 29/08/09.

⁶⁷ Sobre a atuação da China na América Latina, ver entrevista em anexo, página 152.

investimento deve ser da ordem de US\$ 350 milhões nas reservas de hidrocarbonetos venezuelanas e o país deve exportar cento e vinte mil barris de petróleo por mês para a China. Constitui motivo de preocupação para os Estados Unidos o fato de a Venezuela exportar petróleo para a China, que busca crescentemente ampliar seus fornecedores de energia, dadas as tradicionais relações EUA-Venezuela no setor.

O mercado petrolífero poderá ser afetado pelas intenções de *Beijing* de disponibilizar US\$ 10 bilhões para a criação de uma reserva estratégica própria de petróleo, que fortalecerá racionalmente a segurança de suprimento prolongado chinês. Dessa forma, a suposição de que o mercado carbonífero internacional é isento de problemas é questionável, pois é necessário considerar as questões geoestratégicas mundiais.

1.7. A Crescente Importância das Jazidas Sul-Americanas:

Em março de 2001, diante do Congresso estadunidense, o general Peter Pace⁶⁸ declarou que, no esquema do poder global, que inclui o controle das reservas petrolíferas, a América Latina e Caribe têm maior importância para os Estados Unidos do que o Oriente Médio⁶⁹. Dessa forma, não agrada à Casa Branca que a China, a Rússia e o Brasil explorem o petróleo do Orinoco, que é considerada uma das maiores reservas do planeta. Com efeito, a China, que deve duplicar o seu consumo de petróleo no próximo decênio, pode vir a desempenhar papel central na política energética de Hugo Chávez. Sua visita a Pequim, em 2004, teve por objetivo firmar um acordo bilateral, que inclui uma vertente petrolífera.

1.7.1. Venezuela:

A Venezuela, apesar de ser um dos países fundadores da Opep, por muitos anos desrespeitou as cotas⁷⁰ do cartel e retomou a sua posição de maior exportador de petróleo para os Estados Unidos, em detrimento da Arábia Saudita, na década de 1990. Essa estratégia mostrou-se equivocada, pois foi um fator a mais que levou à redução do valor pago pelo barril de petróleo. Em 1997, a cotação do petróleo alcançou o limite

⁶⁸ Peter Pace foi chefe do *Southern Command*, o comando que supervisiona a América Latina.

⁶⁹ Disponível em: <<http://www.ciponline.org/colombia/032701.htm>> Consulta em: 26/08/09.

⁷⁰ O sistema de cotas da OPEP diz respeito apenas as exportações de óleo convencional, não aplicando-se a produção de condensados.

máximo pré-estabelecido e o cartel decidiu então em dezembro desse ano aumentar a sua produção. Em 1998, ocorreu a crise asiática⁷¹ que diminuiu a demanda. Nesse mesmo ano, o Iraque voltou exportar petróleo, colocando no mercado um milhão de barris a mais por dia. Como resultado a cotação do barril que era de US\$ 23,00 em dezembro de 1996, caiu para US\$ 9,39, em dezembro de 1998. Para contornar a queda nos preços, a Opep reduziu a produção em 1998 e novamente em março de 2000.

Diante da redução do preço do petróleo no mercado internacional, o ex-presidente venezuelano Rafael Caldera (1994-1999), em seu segundo mandato, instaurou uma nova disciplina em relação à Opep, na qual as quotas foram respeitadas. Essa política foi mantida e aprofundada pelo governo Hugo Chávez que vem adotando políticas a fim de mitigar a dependência histórica da Venezuela em relação ao mercado estadunidense. Assim, forjou alianças políticas com a África do Sul, o Irã e a China. A visita do ex-presidente iraniano Mohammad Khatami (1997-2005) à Venezuela, em 2005, teve por objetivo firmar um contrato visando a um comércio triangular: Caracas fornece petróleo aos clientes do Irã na América Latina e, em contrapartida, Teerã atende aos pedidos feitos à Venezuela na Ásia. Chávez deseja, por intermédio desses acordos, reduzir sua dependência em relação aos Estados Unidos, que representam aproximadamente 60% das exportações de petróleo venezuelano.

A política externa venezuelana de cooperação Sul-Sul levou à assinatura de acordos com o Brasil, a Índia, a Líbia, o Catar e o Zimbábue. Em fevereiro de 2005, foram firmados vinte e seis acordos de cooperação entre Caracas e Brasília. No setor energético, foi estabelecida parceria entre a Petrobras e a *PDVSA* nas áreas de exploração e de refino. Com efeito, a Venezuela investiu na internacionalização, na verticalização e no fortalecimento da *PDVSA*, realizando parcerias sob seu comando e a abertura de concessões sob total controle da estatal.

⁷¹ Entre 1953 a 1992, o Japão teve o maior índice de crescimento econômico dos países desenvolvidos. Na década de 1980, a pujança da economia nipônica parecia indicar que o país superaria a economia dos Estados Unidos. Contudo, nos anos de 1990, a despeito da continuidade dos déficits comerciais e fiscais norte-americanos, o Japão deixou de ser percebido como uma grave ameaça aos interesses e à liderança dos Estados Unidos no mundo. Desde o Acordo de Plaza (1985), as sucessivas valorizações do *iene*, a realocação de indústrias japonesas no exterior e o surto especulativo nos mercado de capitais de Tóquio levaram o Japão a uma grave crise econômica e política. A partir de 1992, a economia do país ficou estagnada, com baixo consumo interno, altos níveis de poupança e taxas de juros muito baixas. Devido a esses fatores, os bancos japoneses passaram a investir no Sudeste Asiático em ativos altamente especulativos, como o setor de imóveis. Assim, a demanda cresceu mais do que a oferta, criando uma bolha especulativa. Como o preço nominal estava muito acima do valor real dos ativos, os investidores começaram a vender esses ativos, fazendo com que os preços desses despencassem. Isso gerou uma grave crise bancária, pois empréstimos deixaram de ser pagos, gerando uma crise de confiança no mercado. A crise se alastrou pelo Sudeste Asiático, causando a desvalorização das moedas locais e dos mercados de ações e aumentando a dívida privada.

A estatal venezuelana atua no refino e na comercialização em vários países sul-americanos, como Colômbia, Equador e Peru. Por sua vez, a Petrobras busca priorizar o aumento das reservas e da produção de petróleo em território nacional e explorar jazidas fora do país, para assim, liderar o mercado de óleo, gás natural e derivados na América Latina, atuando como empresa integrada de energia. Nesse sentido, o governo Lula busca a diversificação da matriz energética, com a utilização do gás natural e dos biocombustíveis, como o álcool e o biodiesel.

1.7.2. Bolívia:

Desde a década de 1970, a diplomacia brasileira vem-se pautando na intensificação de suas relações estratégicas com a América do Sul. O general Golbery do Couto e Silva, em sua obra “Geopolítica do Brasil” (1981), já percebia a importância estratégica da Bolívia para o poder nacional brasileiro. Com efeito, sua relevância aumentou em virtude do Gasoduto Brasil-Bolívia e da possibilidade de a produção do Centro Oeste brasileiro ser escoada através do território boliviano até os portos do Pacífico (COUTO E SILVA: 1981: 85). Destaca-se que o parque industrial do estado de São Paulo, que é o maior da América do Sul, foi adequado ao emprego do gás, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Para Pecequillo (HAGE, 2008: 16) a Bolívia, em razão de seus recursos, localização geográfica e por compartilhar fronteiras, ocupa lugar relevante para a geoestratégia brasileira. Todavia, as instabilidades políticas que sempre assolaram o país dificultam a realização de investimentos estrangeiros diretos. Nesse sentido, Castro (1994: 267) afirma que a Bolívia “mostraria a sua inviabilidade geopolítica” transformando-se “no país recorde dos golpes e contragolpes; e como o país mais instável geopoliticamente foi, o que mais territórios perdeu para seus vizinhos”.

Na atual conjuntura, as reivindicações locais de populações de determinados países produtores geram incertezas no mercado petrolífero. No caso da Bolívia, suas repercussões geopolíticas atingem diretamente os interesses da Petrobras, que é a maior investidora no setor de hidrocarbonetos do país. O Brasil dispõe de apenas duas semanas de reserva de gás natural e importa 60% de seu consumo da Bolívia. O GNL é imprescindível para alimentar as indústrias situadas no Sudeste do país, que mudaram sua matriz energética na metade dos anos de 1990, durante o governo Fernando

Henrique Cardoso. Além disso, cerca de seiscentos mil automóveis são abastecidos por gás natural.

Em 1996, por intermédio do Tratado de *La Paz*, o Brasil firmou compromisso de importar gás natural do planalto boliviano, para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que culminou com o Gasbol. Para Hage (2008: 17), o gás boliviano foi utilizado como uma válvula de escape para mitigar as deficiências prévias de planejamento estratégico e a falta de investimentos no setor. De fato, o Gasbol foi um plano de dois governos, que não tinha completa justificativa econômica quando foi idealizado. Esse empreendimento pode ser entendido como um projeto “geopolítico” brasileiro.

O gás natural é menos flexível do que o petróleo, devido a sua dispendiosa infraestrutura e altos investimentos. Muitos países dependem de apenas um gasoduto para abastecer seu mercado interno⁷². Um gargalo técnico ou uma interrupção no fornecimento por motivações políticas tem implicações muito mais sérias, uma vez que esse insumo não pode ser substituído rapidamente por combustíveis alternativos.

As reservas de gás boliviano representam as segundas maiores jazidas da América do Sul, com oitocentos e noventa bilhões de metros cúbicos. As primeiras são as reservas venezuelanas. Com efeito, o gás boliviano está situado no Sudeste do país, próximo à Santa Cruz, a região mais desenvolvida, controlada pela minoria branca, que deseja sua autonomia, enquanto os indígenas reivindicam a nacionalização desses recursos naturais⁷³. Em outubro de 2003, ocorreu a primeira “guerra do gás”, na qual oitenta pessoas foram mortas, devido ao anúncio de que o Estado boliviano iria exportar hidrocarbonetos para os Estados Unidos através de seu rival histórico, o Chile⁷⁴.

No ano 2005, ocorreu a segunda “guerra do gás”. Com efeito, a lei dos hidrocarbonetos promulgada pelo ex-presidente Carlos Mesa, em dezenove de maio,

⁷² Em entrevista, a especialista em gás natural da ANP, Melissa Mathias, afirmou que o GNL (gás natural liquefeito) é uma alternativa aos gasodutos, pois os mercados consumidores podem comprar o produto de qualquer produtor mundial. Nesse processo o gás é transformado em líquido, e transportado em navios tanque, como o petróleo. Diversos países europeus, a fim de diminuir sua dependência do gás russo, vêm investindo em usinas de GNL. A popularização dessa tecnologia de liquefação do gás natural reduziu os custos desse tipo de operação.

⁷³ Os movimentos pró-nacionalização argumentam que a Bolívia foi espoliada pelas empresas transnacionais e defendem a recriação de uma companhia nacional para explorar esses recursos naturais. A estatal *YPFB* não conta com quadros qualificados e nem possui os recursos necessários para investir na prospecção de hidrocarbonetos.

⁷⁴ A rivalidade entre os dois países origina-se na Guerra do Pacífico (1879-1881), que opôs o Chile à Bolívia e ao Peru. Ao sair vitorioso do conflito, o Chile, por intermédio do Tratado de Ancón (1883), anexou o território peruano de Tarapacá e a província boliviana de Antofagasta, ricas em recursos naturais. A perda desse território transformou a Bolívia em um país sem litoral, ao perder o seu único porto.

previa a majoração das taxas pagas pelas empresas petrolíferas internacionais que exploram petróleo e gás em território boliviano (18% de *royalties* e 32% de impostos). A instabilidade política do país, após a queda de Carlos Diego Mesa (2003-2005), gerou incertezas que prejudicaram os investimentos estrangeiros diretos. Em 2004, o país criou uma nova estatal, a Petrobolívia.

Em 2006, o presidente Evo Morales retomou o controle de setores estratégicos ligados ao setor de energia, impondo limites à ação de corporações estrangeiras no país, nacionalizando totalmente a indústria⁷⁵. Vinte e seis empresas petrolíferas exploravam o gás boliviano, representando um investimento da ordem de US\$ 3,5 bilhões, desde o final da década de 1990. Os principais investidores eram a Petrobras, a *Exxon Mobil*, a *Total*, a *British Gas*, a *Repsol* e a *Pluspetrol*.

O objetivo da nacionalização foi aumentar a participação do Estado na renda petrolífera e gerar divisas suficientes para equilibrar o Balanço de Pagamentos e impulsionar o desenvolvimento econômico do país. Apesar das críticas internas sobre a condução da crise pelo governo Lula, e acerca do excesso de investimentos na Bolívia, a diplomacia brasileira reafirmou seu compromisso com a estabilidade da região e com a solução pacífica de controvérsias, respeitando a decisão de *La Paz*. Não era do interesse do Brasil desestabilizar a Bolívia e o país vizinho havia agido em conformidade com resolução da ONU, de 1962⁷⁶.

1.8. Segurança Energética da América do Sul:

Os choques do petróleo na década de 1970 causaram mudança profunda na política energética da América do Sul, especialmente dos países do Cone Sul. A preocupação com a segurança do suprimento assumiu papel central na política energética, pois as importações de hidrocarbonetos passaram a ser percebidas como vulnerabilidade das economias nacionais. Contudo, a integração energética limitou-se à

⁷⁵ A partir da Resolução n 1.803/62 da Assembléia Geral da ONU, todos os regimes de propriedade mineral estão baseados na Teoria da Soberania do Estado. Quando a jazida de hidrocarbonetos está localizada no território do Estado é considerada sua propriedade, podendo o país exercer sua soberania e jurisdição plenas. Todavia, em uma plataforma continental a sua soberania somente é exercida para explorar, desenvolver e produzir petróleo e gás natural, a posse é obtida através da produção. É vedada a transferência para companhias concessionárias do título de propriedade do petróleo da reserva.

⁷⁶ A partir da Resolução da ONU número 1.083/62, todos os regimes de propriedade mineral passaram a basear-se na Teoria da Soberania do Estado (CAMPOS 2007: 69). Essa resolução “reconheceu o direito inalienável que o Estado soberano tem de dispor livremente de suas riquezas e de seus recursos naturais de acordo com os seus interesses nacionais de desenvolvimento” (MARINHO JR, 1989: 80).

exploração de complementaridades dos sistemas de energia existentes (diversidades hidrológicas e das curvas de carga) e ao aproveitamento dos recursos hidrelétricos fronteiriços.

Com o deslocamento da demanda agregada mundial de hidrocarbonetos dos países centrais para as nações emergentes de grande população, como a China e a Índia, a maior parcela global das refinarias se deslocará dos Estados Unidos e da Europa para a Ásia e outras regiões. Isso significa que a demanda crescente de petróleo bruto terá de ser coberta a partir de regiões instáveis e que grande parte das refinarias se encontrará em países de relativa instabilidade política. Nessa conjuntura, poderão ocorrer quedas de produção e conseqüentemente forte oscilação no preço internacional do barril de petróleo.

Para Tokatlian (2008: 60) o controle e a disputa pelos recursos energéticos aumentarão no século XXI. O autor afirma que:

“Os hidrocarbonetos ocupam um lugar central, mas também são importantes, os minerais, os alimentos, a capacidade nuclear, a água doce e as massas polares como o Ártico e a Antártica. Diferentes sub-regiões do mundo adquirem maior significado e são objeto de execução de políticas expansionistas dos principais atores internacionais. Nesse contexto, o papel do Estado é crucial, ao mesmo tempo em que os grandes conglomerados (públicos, privados e mistos) adquirem uma formidável gravitação. (...) Assim observa-se o retorno da diplomacia do petróleo: os países procuram assegurar um controle direto e fontes energéticas em ambas as zonas, garantir o seu abastecimento e competir com importantes ativos de petróleo e gás (por exemplo, a África do Oeste e o arco andino na América do Sul). Por outro lado, reforça-se a política de poder e seu correlato, que é a disputa por áreas de influência”

Os hidrocarbonetos ao invés de serem elemento desagregador, poderiam tornar-se fator de integração regional. A cooperação no setor energético pode ser um instrumento de criação de confiança e uma fonte de estabilidade para o continente. A sua carência pode gerar mais conflitos e mais insegurança. A criação da Petrosur permitiria coordenar políticas energéticas da Venezuela, do Brasil e da Argentina. A Petrobras estuda projeto de ligação de gasodutos a partir da Venezuela, que mitigaria a fatura energética e a dependência da América do Sul de petróleo proveniente do Oriente Médio.

A América do Sul não está preparada para os desafios impostos pela segurança energética internacional. A região ainda não foi capaz de desenvolver uma estratégia comum de segurança de suprimento energético e nem conseguiu criar

mecanismos adequados para a formação de estoques críticos. Tokatlian (2008: 61) afirma que:

“As áreas geográficas que possam estabelecer uma equação energética cooperativa estariam em melhores condições de elevar o bem-estar regional e aumentar seu peso específico na política mundial, o que constitui uma enorme prioridade e um desafio de enorme envergadura para a América do Sul.”

A soma de fatores econômicos (recurso não-renovável, indústria de capital intensivo, riscos geológicos) aos aspectos políticos aumentam a incerteza do setor de hidrocarbonetos. Nesse sentido, apesar de não existir ainda uma integração energética de fato na América do Sul, os contratos de cooperação podem ser entendidos como um primeiro passo nessa direção. Ao cooperarem, as indústrias petrolíferas sul-americanas conseguem obter o elevado capital requerido para investir, dividem os altos riscos inerentes ao segmento *upstream*⁷⁷, possibilitam a aquisição de tecnologia mais avançada e permitem que as empresas que possuam infraestrutura e instalações no segmento *dowstream*⁷⁸ possam garantir um suprimento cativo ou quantidades adicionais de cru, por intermédio de aquisições ajustadas diretamente com as companhias que atuam no *upstream*.

A formação da *Petrosur* e, posteriormente, da *Petroamerica*, tem por objetivo manter o máximo possível das rendas petrolíferas na América do Sul e manter estoques estratégicos em caso de crises mundiais. A criação da *Petrosur*, uma empresa energética estatal multinacional, encontra-se até o presente em estágio inicial. Para o Brasil, a integração sul-americana mitigaria a vulnerabilidade e aumentaria a autonomia de toda a região. A região produz quase que por completo os alimentos, os recursos energéticos e minerais estratégicos necessários para o seu desenvolvimento econômico.

As reservas de gás venezuelanas podem ser o trunfo decisivo para o projeto de integração da América do Sul almejado pelo presidente Chávez. A integração energética sul-americana pode não apenas reduzir a fatura energética, como pode converter a região em exportadora líquida de petróleo. Todavia, para que esse objetivo seja alcançado é preciso que haja cooperação energética entre os países da América do Sul orientada para a oferta de segurança de suprimento dos sistemas de energia nacionais (OLIVEIRA, 2005: 70).

⁷⁷ *Upstream*: refere-se as atividades de exploração, desenvolvimento, produção e transporte para beneficiamento (refino).

⁷⁸ *Downstream*: refere-se ao refino, distribuição e venda de produtos petrolíferos.

A utilização plena de linhas transmissão já concluídas e em construção permitiria mitigar os custos operacionais dos sistemas da região em aproximadamente US\$ 160 milhões por ano. A maior parte dessa economia de recursos (US\$ 120 milhões) ocorreria na conexão do mercado argentino com o mercado do Sudeste brasileiro (OLIVEIRA, 2005: 76). O consumo da América Latina cresce a taxas acima de 6% ao ano desde a década de 1990.

A segurança energética sul-americana depende da construção de infraestrutura que seja capaz de prover os centros de consumo em condições competitivas, e confiabilidade do arcabouço institucional de suporte às decisões de construção e operação dessas infraestrutura. Sem regulamentação adequada, não haverá investimentos necessários para desenvolver um mercado de energia integrado.

2. O CASO BOLIVIANO: A LUTA PELO CONTROLE DOS RECURSOS NATURAIS.

Desde sua independência, em 1825, a Bolívia vivenciou variados tipos de regimes políticos. Todavia, nenhum deles logrou alcançar o desenvolvimento e a inclusão social. O país continua sendo o mais pobre da América do Sul e seu índice de desenvolvimento humano é comparável ao dos países da África Subsaariana. De acordo com dados da *CIA (Central Intelligence Agency)* entre as duzentas e vinte e seis unidades políticas analisadas pela paridade de poder de compra, o PIB⁷⁹ boliviano é o 91º do mundo⁸⁰, sendo controlado por duas poderosas famílias de ascendência europeia. No continente americano, seus índices de mortalidade infantil (cinquenta e seis mortes a cada mil nascidos vivos) e população abaixo da linha de pobreza (62,4% do povo boliviano) só são superados pelo Haiti. O PIB *per capita*⁸¹ da Bolívia é um dos mais baixos da América do Sul, cerca de quatro mil dólares, e a maior parte de sua população economicamente ativa⁸² urbana não tem vínculo empregatício formal.

A proclamação da república não pôs fim às estruturas excludentes e de expoliação mantidas pela metrópole, “que consagravam prestígio, propriedade e poder em função da cor da pele, do sobrenome, do idioma e da linhagem” (GARCIA, 203: 173). As péssimas condições sociais do país e a disputa pelo controle dos recursos naturais são inseparáveis da questão indígena dos povos *quéchuas*⁸³, *aimarás*, e *guaranis*, que perfazem mais de 60% da população do país.

Ademais, a Bolívia perdeu território para os países vizinhos em conflitos pela posse de recursos naturais. Dos 2,36 milhões de quilômetros quadrados de território que o país possuía quando se tornou independente, mais da metade foi perdida para as nações vizinhas. Na Guerra do Pacífico (1879- 1883), o país perdeu o acesso ao mar, que é vital para que se tenha uma economia exportadora. Essa derrota levou a uma

⁷⁹ PIB (Produto Interno Bruto) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região (quer seja, países, estados ou cidades), durante um determinado período de tempo.

⁸⁰ Dados disponíveis em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/bl.html>> Consulta em: 11/12/09.

⁸¹ O PIB *per capita* é encontrado ao dividir o PIB de um país pelo número de seus habitantes. É essa relação que determina se, na média, a população está enriquecendo ou não.

⁸² População economicamente ativa (PEA): compreende o potencial de mão de obra, população ocupada e desocupada, com que o setor produtivo pode contar.

⁸³ Os *quéchuas* estão localizados majoritariamente na área dos vales da região de Cochabamba, e os *aimarás* no Altiplano. Os demais povos indígenas estão situados, sobretudo nas terras baixas, compondo 6% da população.

situação de permanente animosidade com o país vitorioso, o Chile, que até hoje impede um relacionamento normal.

Em dezessete de novembro de 1903, foi firmado o Tratado de Petrópolis, no qual a Bolívia cedeu o território do Acre (território do *Aiquiri* boliviano) ao Brasil em troca de indenização (dois milhões de libras esterlinas), da construção da ferrovia Madeira Mamoré, e de acesso fluvial ao mar. Essa região tinha grande importância econômica, devido ao ciclo da borracha⁸⁴. A exploração desse recurso era feita pelo *Bolivian Syndicate* (um conglomerado de capital europeu e norte-americano). Contudo, a presença estrangeira perto da fronteira preocupava o Brasil e o Barão do Rio Branco (1902-1912) utilizou nas negociações o argumento de *uti possidetis*⁸⁵ (quem possui de fato deve possuir de direito) e a Doutrina Monroe⁸⁶, ao defender que a América não seria mais dos americanos devido aos investimentos europeus no continente.

Na Guerra do Chaco (1932-1935) o país perdeu parte de seu território para o Paraguai, em um conflito inútil e degradante. Esse conflito demonstrou que os hidrocarbonetos passariam a ser objeto de disputa na região em longo prazo. De acordo com Câmara (2006: 71):

“(...) os primeiros cem anos de vida republicana da Bolívia se construíram sobre um arcabouço de saqueio e derrotas que imprimiram na memória coletiva do país o estigma da derrota, e a percepção de pertencimento a uma nação frágil, militar, econômica e politicamente”.

A Bolívia é conhecida por suas riquezas naturais, embora tenha o menor Índice de Desenvolvimento Humano⁸⁷ (IDH) da América do Sul. A economia do país caracteriza-se pelo perfil primário exportador, dominado por poucos produtos minerais e agrícolas. Os recursos naturais bolivianos sempre foram explorados por companhias estrangeiras ou estreitamente vinculados a interesses externos. De acordo com Ribeiro (1979: 178): “Desde a independência, a Bolívia desenvolveu-se como a concretização mais clara de um modelo de Estado nacional dominado por um setor empresarial monoprodutor, controlado do estrangeiro”. Seus menos de dez milhões de habitantes são etnicamente divididos em 30% *quéchuas*, 25% *aimarás*, 15% eurameríndios e 15%

⁸⁴ O período áureo do ciclo da borracha estendeu-se de 1880 a 1910.

⁸⁵ O Brasil defendeu que tinha direito ao Acre por causa da maciça presença de brasileiros na região

⁸⁶ A frase que define a Doutrina Monroe (1823) é: “América para os americanos”. Baseava-se em três pontos: a não criação de novas colônias nas Américas; a não intervenção em assuntos internos dos Estados americanos; e a não intervenção dos EUA em litígios que envolvessem os países europeus e suas colônias.

⁸⁷ O IDH é uma medida comparativa que leva em consideração a riqueza, a educação e a esperança média de vida. O índice é uma maneira padronizada de avaliar o bem-estar de uma população.

descendentes de espanhóis. Os idiomas espanhol, *quéchua* e *aimará* são as línguas oficiais do país.

Os principais ciclos econômicos pelos quais a Bolívia passou estão relacionados aos recursos naturais. A prata foi central para a sua economia desde 1548 até a metade do século XIX. A ela seguiram-se o salitre, a borracha, o estanho⁸⁸, o petróleo e o gás natural, todos vinculados a processos de exploração ligados a interesses externos. De acordo com o embaixador boliviano Pablo Sólón (2009: 26):

“Na Bolívia não se desenvolveu uma burguesia nacional com visão de país. O progresso de um setor econômico assentado na pujança de um aparelho produtivo foi quase inexistente. Os novos setores dominantes se organizaram à sombra das transnacionais e do Estado. Seu projeto era imediatista e familiar e carecia de uma perspectiva de país”.

No final do século XIX, teve início a exploração de estanho⁸⁹, cuja alta produtividade consolidou a Bolívia como a segunda maior produtora mundial, atrás somente da Malásia (SANTORO, 2006: 78). Com efeito, a relevância do estanho para a economia do país foi crescente. Entre os anos de 1900 e de 1909, o estanho já representava 40% das exportações do país, passando a sessenta por cento durante os anos de 1910 e 1919, subindo para 79% entre 1920 e 1939. O auge do setor ocorreu entre 1940 e 1949, quando o estanho representava 75% do comércio internacional boliviano (ANDRADE, 2007: 27). Todavia, essas exportações geravam pouco retorno para o desenvolvimento do país, devido aos baixos impostos cobrados pelo governo⁹⁰ e pela oligopolização do setor que era dominado por apenas três famílias⁹¹.

O poder econômico das famílias Patiño⁹², Hotchschild e Aramayo era tal que suas rendas eram superiores às do Estado boliviano⁹³. Esses grandes conglomerados privilegiavam a exportação bruta de minérios, sem investir em qualquer beneficiamento, que aumentaria o valor agregado⁹⁴ do produto. Assim, não foi formada uma cadeia

⁸⁸ Com a decadência da prata, o estanho tornou-se a base da economia boliviana até os anos de 1980.

⁸⁹ As jazidas de estanho estão associadas as antigas minas de prata, praticamente esgotadas no século XIX.

⁹⁰ O imposto cobrado pelo governo variava entre 3% a 5% do valor exportado, chegando a 13% em breves períodos.

⁹¹ As pequenas e as médias empresas mineradoras ocupavam um espaço marginal no mercado de estanho.

⁹² Simon I. Patiño era dono de ferrovias, fazenda, jornais e do maior banco da Bolívia. Seu desinteresse pelo país o fez instalar a sede de sua empresa, *Patiño Minies and Enterprise Consolidated Inc.*, em *Delaware*, nos Estados Unidos.

⁹³ Em 1931, Simon I. Patiño dominava 62% das exportações de estanho. No ano de 1934, Carlos Aramayo detinha 10%, e em 1938, Mauricio Hotschild detinha 26% das vendas internacionais de estanho (ANDRADE, 2007: 27).

⁹⁴ Valor agregado é o valor adicional que um produto ou bem adquire após serem transformados durante o processo produtivo.

produtiva⁹⁵ no setor de estanho, que englobaria empresas fornecedoras de insumos, de máquinas e equipamentos, de crédito, de assistência técnica e prestadoras de serviços. Com efeito, essa oligarquia ficou conhecida como a “rosca”, pois a estrutura girava em torno de si mesma, com limitada capacidade de transbordar a riqueza produzida para o resto da economia do país. A extrema concentração do setor perdurou até a nacionalização das grandes minas em 1952.

Os hidrocarbonetos começaram a tornar-se relevantes a partir da década de 1930. Todavia, o gás natural só adquiriu importância nos anos de 1990, principalmente após a construção do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol). Esse resultado de decisão tomada pelo governo brasileiro. Devido ao alto risco político do país andino, grupos empresariais de fora do continente não se interessaram pelo investimento. A dependência do exterior impediu que o país desenvolvesse mercado consumidor interno, tornando a economia vulnerável a crises internacionais.

2.1. O Início da Exploração de Hidrocarbonetos nas Décadas de 1920 e de 1930

A exploração comercial de hidrocarbonetos na Bolívia teve início em 1921, quando o presidente Bautista Saavedra Mallea (1921-1925), com base na Lei Orgânica de Petróleo, abriu o país ao capital estrangeiro. Assim a *Standard Oil*, empresa controlada pela família Rockefeller, torna-se a maior empresa investidora no país nas décadas de 1920 e de 1930. Em 1937, um ano após a criação da *YPFB*⁹⁶, o general David Toro Ruilliva (1936-1937) promoveu a primeira nacionalização, ao anular as concessões e confiscar os bens da *Standard Oil*, acusada de violação do contrato de concessão e traição à pátria, por supostamente ter ajudado ao Paraguai durante a Guerra do Chaco. Com efeito, em 1938, a Bolívia firmou primeiro acordo com o governo brasileiro para criar uma comissão mista para explorar o óleo boliviano, mas a cooperação não se efetivou.

A *YPFB* foi constituída e desenvolvida como uma empresa de petróleo integrada, “do poço ao posto”, contando com ativos em exploração, produção, refino,

⁹⁵ Cadeia produtiva é um ciclo de etapas consecutivas, ao longo das quais os insumos sofrem algum tipo de transformação, até a constituição de um produto ou bem final e sua colocação no mercado consumidor.

⁹⁶ A Bolívia criou a *YPFB* em 1936, na mesma época em que o México fundou a Pemex sob o governo de Lázaro Cárdenas del Río (1934-1940), seguindo-se a *YPF* argentina, a primeira empresa petrolífera estatal do mundo.

transporte, armazenagem, distribuição e varejo⁹⁷. Os primeiros executivos e técnicos da estatal foram formados em estágios e parcerias com a *YPF* da Argentina e com a *Pemex*. Com efeito, a legislação da época permitia que a estatal se associasse a empresas privadas, e não lhe garantia o monopólio, pois previa a possibilidade de conceder os campos petrolíferos a qualquer outra companhia. Todavia, após o litígio sobre o pagamento de indenização com a *Standard Oil*, as companhias privadas perderam o interesse em investir no país, dando origem ao monopólio de fato da *YPFB*.

2.2 Revolução de 1952 e as Notas Reversais de Roboré.

Um importante movimento político foi a Revolução de 1952, que promoveu mudanças sociais, comparáveis àquelas que ocorreram no México e em Cuba. O movimento boliviano promoveu reforma agrária, eliminou a servidão indígena, estabeleceu o sufrágio universal, investiu em educação e promoveu o desenvolvimento econômico por intermédio de empresas estatais nos setores de energia e de mineração. Contudo, não logrou consolidar a democracia, implantando um modelo de cidadania corporativa que degenerou em relações clientelistas e autoritárias entre o Estado e a sociedade. Da mesma forma, não conseguiu incluir as populações indígenas na sociedade, pois se esperava que o problema fosse resolvido com o crescimento da economia.

As origens da Revolução de 1952 remontam à Grande Depressão dos anos 1930, que prejudicou as exportações de estanho da Bolívia. Os problemas econômicos do país foram agravados pela decisão do governo de Daniel Salamanca Urey (1931-1934) de ir à guerra contra o Paraguai pelo controle da região do Chaco Boreal, território controlado pelos dois países, na qual se presumia existirem grandes reservas petrolíferas. A Bolívia saiu derrotada do conflito, mas a guerra expôs as incongruências da sociedade boliviana, causando crise de legitimidade dos políticos, da elite do estanho e dos grandes latifundiários do Altiplano. Assim, ganharam força o nacionalismo econômico e a mobilização política dos militares por meio de associações de ex-combatentes. Essas foram as bases para os golpes de Estado que ocorreram até a Revolução de 1952.

⁹⁷ Contudo, foi somente nos anos de 1950 a Bolívia deixou de ser importadora, para tornar-se exportadora de petróleo.

A Revolução de 1952 manteve a importância central da *YPFB* para a exploração dos hidrocarbonetos, mas também realizou aberturas ao capital externo, como exemplificado pelas Notas Reversais de Roboré, firmadas com o Brasil em 1958, que previam a ação de empresas privadas brasileiras para extrair petróleo. As Notas atualizaram os acordos assinados em 1938 e nunca efetivados. Esse contrato causou enorme controvérsia no Brasil, devido às interpretações de que outras companhias estrangeiras poderiam usar brechas no acordo para explorar os hidrocarbonetos bolivianos. A polêmica acirrou-se com a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, que criticou veementemente as Notas Reversais de Roboré e afirmou que essas deveriam ser objeto de tratado, submetido ao Congresso brasileiro. Os Acordos de Roboré definiam que: a) o Brasil compraria todo o petróleo boliviano, inclusive o gás natural, tido como subproduto; b) o Rio de Janeiro seria o maior comprador do produto; c) o transporte seria feito por oleoduto conectando *Santa Cruz de la Sierra* a São Paulo e Rio de Janeiro; d) o transporte do insumo seria feito sem qualquer custo de tributação federal, estadual ou municipal; e) o Brasil se comprometeria a ajudar na construção de obras de infraestrutura, que dinamizassem a economia boliviana.

O projeto seria financiado pelo então BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e pelas iniciativas privadas brasileira e boliviana. Se os Acordos de Roboré tivessem se efetivado, o Brasil teria investido vultosos recursos para a construção da integração nacional boliviana, vista como imprescindível para sua segurança nacional. A construção de ferrovias ajudaria a integrar o território boliviano. Entretanto, o Brasil estava envolvido com a execução do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), em meio à alta inflacionária e a contestações internas de setores militares. A construção de Brasília, que não estava prevista no Plano original estava drenando recursos, que já eram escassos.

Em 1956, o governo revolucionário do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) promulgou um novo Código do Petróleo, que depois de quinze anos de controle estatal, reabria a exploração para empresas estrangeiras. Além de indicar uma clara reorientação das propostas originais defendidas pelo MNR, o Código era “um reflexo direto das pressões dos Estados Unidos que ganhavam força e se aproveitavam da delicada situação financeira do país” (ANDRADE, 2007: 134). As companhias estadunidenses dividiram entre si as jazidas a serem exploradas.

2.3 As Décadas de 1960 e de 1970.

Em 1967, enfrentando dificuldades econômicas, a Bolívia aderiu formalmente às diretrizes do Fundo Monetário Internacional. A abertura aos investimentos estrangeiros diretos aprofundou-se no governo militar de René Barrientos Ortuño (1964-1969). O presidente boliviano aproximou-se dos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, o que beneficiou diversas empresas petrolíferas norte-americanas, destacando-se a *Gulf Oil*, que se tornou a maior investidora externa na Bolívia.

Com efeito, na década de 1960, as primeiras jazidas de gás natural foram descobertas, mas o Código Petrolífero não previa a sua exploração. A falta de regulação sobre esse insumo gerou conflitos entre o governo boliviano e a *Bolivian Gulf Oil Company (Bogoc)*, que investia pesadamente no país desde os anos de 1950, no marco do Código Petrolífero de 1955, que permitia a coexistência da *YPFB* e de empresas privadas. Assim, o presidente Alfredo Ovando Candia (1969-1970) revogou o Código Petrolífero e decretou em dezessete de outubro de 1969 a nacionalização da *Bogoc*, confiscando todos os seus ativos e anulando suas concessões, com o compromisso de pagar indenização. Essa medida, no entanto, não apresentou melhor resultado do que a nacionalização de 1936. Para Cepik e Carra (2006: 2-3):

“Nenhuma das duas nacionalizações logrou resolver os problemas do país. A Bolívia continuou tão pobre quanto era antes e a *YPFB* revelou-se incapaz de assumir os elevados encargos necessários para conduzir a indústria petrolífera. Em ambos os casos, faltaram capitais para investir em pesquisa, exploração e modernização. Faltava também mão-de-obra qualificada para tocar o setor”.

Em 1972, com o advento do primeiro governo de Hugo Banzer Suárez (1971-1978), o marco regulatório foi alterado uma vez mais. O general firmou a nova Lei Geral dos Hidrocarbonetos, que estabelecia o monopólio flexibilizado da *YPFB*, com participação de capital privado nas áreas de exploração e de produção de petróleo. As jazidas de petróleo e de gás continuavam a pertencer ao Estado boliviano, mas era permitida a participação do capital privado, por intermédio de contratos de operação com a *YPFB*, nas fases de prospecção e de produção. Todavia, o transporte, refino e comercialização ainda eram monopólio da estatal boliviana. Com efeito, a Lei Geral dos

Hidrocarbonetos vigorou até os anos de 1990, quando o setor foi liberalizado novamente.

Essa nova legislação permitiu que durante a década de 1970, a exploração de petróleo e gás alcançasse o maior nível da história da Bolívia. Para reconquistar credibilidade internacional, o país pagou indenização de US\$ 100 milhões à *Gulf Oil*. Nessa conjuntura, o governo de Richard Nixon (1969-1974) duplicou a ajuda econômica destinada à Bolívia, que voltou a ter crédito internacional, captando recursos para financiar projetos de infraestrutura e de expansão de indústrias e de refinarias, aumentando a dívida externa do país.

Após o primeiro choque do petróleo em 1973, diversas companhias petrolíferas instalaram-se na Bolívia, atraídas pelos contratos que previam a concessão de campos por vinte anos. Dentre as empresas investidoras no país, podem ser citadas: *Philips Petroleum Company Bo.*, *Total Bolivie*, *Amoco Bolívia Petroleum Company*, *Texaco Bolívia Inc.*, *Bolivian Sun Oil Co.*, *Hispánica de Petróleos S.A.*, *Parathon Petroleum of Bolívia* (SEGABINAZZI, 2006: 138).

Em 1975, Banzer buscou negociar com o presidente chileno Augusto Pinochet (1973-1990) uma saída para o Pacífico, restabelecendo assim relações diplomáticas entre os dois países. A Bolívia apresentou proposta segundo a qual receberia uma costa-corredor ao norte do Chile, próximo à fronteira com o Peru, além de um enclave portuário mais ao sul. Contudo, Augusto Pinochet não aceitou a proposta, permanecendo o mau relacionamento entre os dois países.

2.4 A Década de 1980 e o Liberalismo Econômico.

Os anos de 1980 e de 1990 foram marcados pela redemocratização, pelo aumento de liberdades civis e políticas, mas também pelas reformas econômicas inseridas nos modelos considerados neoliberais, que resultaram na deterioração das condições de vida, com perda de direitos sociais, para os estratos mais pobres do povo boliviano. Nesse contexto de crise, o gás natural tornou-se indispensável para a economia do país. Concomitantemente, surgiram novos movimentos sociais, destacando-se o sindicalismo dos cocaleiros. Os indígenas do país, que tradicionalmente mascam a folha de coca e a usam em chás e medicamentos, não aceitaram os ditames externos sobre sua criminalização. Isso criou outro tipo de atrito com os Estados Unidos, cuja doutrina de combate às drogas, estabelecida no governo Nixon, prevê o

controle da produção. Tal doutrina permanece e é a base do Plano Colômbia, pelo qual os Estados Unidos mantêm sete bases militares em território colombiano.

A transição da ditadura militar, que perdurou de 1964 a 1982, para a democracia ocorreu durante um período de grave crise na América Latina, no período da chamada “década perdida”. A Bolívia sofreu com a hiperinflação que, entre os anos de 1982 a 1985, superou vinte e quatro mil por cento ao ano. Além disso, os anos de 1980 foram menos promissores do que as décadas anteriores para a Bolívia, pois houve redução do preço do barril de petróleo no mercado internacional e estagnação dos investimentos estrangeiros no país.

O presidente Victor Paz Estenssoro (1985-1989) implementou medidas contracionistas, como o aumento de impostos e corte de gastos públicos, para combater a inflação e diminuir o déficit fiscal. Nesse sentido, era imprescindível elevar as receitas da *YPFB*, principal fonte de recursos do país. O economista estadunidense Jeffrey Sachs (2005: 126-127), que comandou o processo de reformas neoliberais no país, afirmou:

“O programa foi lançado no dia 29 de agosto, com um forte aumento dos preços dos combustíveis. Com a explosão dos preços da gasolina (um *gazolinazo*), o déficit orçamentário desapareceu. Choveu dinheiro na companhia estatal de petróleo e dela para os cofres do governo. O súbito fim do déficit orçamentário levou a uma estabilização súbita da taxa de câmbio. Uma vez que os preços eram estabelecidos em dólares e pagos em pesos, a estabilização súbita da taxa de câmbio significou igualmente a súbita estabilidade dos preços em pesos. Dentro de uma semana, a hiperinflação acabou”.

A redução do papel do Estado na economia, em consonância com o liberalismo vigente nos governos de Ronald Reagan (1981-1989) e de Margaret Thatcher (1979-1990), e a abertura aos investimentos estrangeiros diretos, colocaram a Bolívia entre os países pioneiros em adotar políticas neoliberais na América do Sul, após o governo de Pinochet e a ditadura militar argentina (1976-1983). As reformas foram sentidas principalmente pelo setor operário. As estatais, que estavam sucateadas devido a má administração durante os governos militares, foram vendidas ou fechadas. Isso fez com que muitos trabalhadores perdessem seus empregos nessas companhias. O Decreto Supremo 21.060 foi o mais significativo desse período, pois estabeleceu a Nova Política Econômica (NPE), nome dado às reformas.

Em 1985, a NPE promoveu a “capitalização”⁹⁸ (nome oficial do processo de privatização) de diversas estatais. Uma das mais atingidas foi a Corporação Mineira da

⁹⁸ Lei de capitalização (Lei no 1.544, de 21 de março de 1994), visou a fomentar a atração de investimentos privados por intermédio da criação de empresas de economia mista no país. O investidor

Bolívia (Comibol), que foi dividida em quatro subsidiárias, e teve de suspender qualquer tipo de investimento no setor e encerrar as atividades produtivas em várias minas. Antes de ser vendida, a empresa passou por uma reestruturação, na qual foram demitidos vinte e um mil funcionários, do total de vinte e sete mil trabalhadores. Assim, o sindicalismo mineiro, força decisiva na política boliviana desde a Revolução de 1952, não recuperou mais seu protagonismo. Muitos desses mineiros juntaram-se ao movimento cocaleiro, nas regiões de *Las Yungas* e *Chapare*, fronteira agrícola da coca. Com efeito, esses trabalhadores levaram com eles suas tradições de luta política ao movimento cocaleiro.

2.5 Aproximação entre Bolívia e Brasil na Década de 1990 e Desregulamentação do Setor Petrolífero Boliviano.

Desde o governo Ernesto Geisel (1974-1979), passando por José Sarney (1985-1990) e por Fernando Collor de Mello (1990-1992), os hidrocarbonetos bolivianos atraíram o interesse do Brasil. No entanto, a consolidação dessa política só ocorreu na presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) com a construção do Gasbol. Um dos intuitos de construir o gasoduto era transformar positivamente as relações bilaterais de Brasil e Bolívia. Para Santos (*apud* Hage, 2008: 67): “O Gasbol, em particular, foi um projeto de dois governos, cuja fundamentação econômica ainda não estava completamente justificada no momento de sua construção, devendo, portanto, ser interpretado como um projeto geopolítico do Brasil à Bolívia”. De acordo com Hage (2008: 68):

“É ponto pacífico que o projeto de integração energética entre Brasília e *La Paz* tem fito político, de ampliar o raio de ação do Brasil na arena regional, contribuindo para que o vizinho andino tenha condições de fomentar maiores ganhos para superar suas crises econômicas que se alojam na América Latina há muito tempo. Com efeito, a industrialização do gás natural apresentaria a tarefa de alta representação político-diplomática”.

O marco das relações entre os dois países remonta ao ano de 1974, com o Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, que previa a exportação de gás boliviano para o Brasil e a implantação de um pólo industrial e de um complexo petroquímico na fronteira entre os dois países. Isto no bojo do II Plano Nacional de

privado aportava recursos investia 100% do valor de mercado da empresa estatal e obtinha novas ações equivalentes a 50% do novo capital. O resto das ações ficava nas mãos dos cidadãos bolivianos para serem administrados por um fundo de pensão (ALEXANDRE, 2006 a: 17).

Desenvolvimento, feito pelo governo Geisel, que tinha por objetivos reagir ao primeiro choque do petróleo e criar as bases para transformar o Brasil em uma potência mundial. Contudo, esse acordo nunca foi efetivado, devido à oposição política na Bolívia e à incerteza sobre o volume das reservas de gás natural bolivianas, que estavam parcialmente comprometidas por um contrato de venda à Argentina.

Nos anos de 1990, foi finalmente materializada a aproximação entre Brasil e Bolívia. Em 1992, após sucessivas discussões, foi firmado um acordo vinculante⁹⁹ entre a Bolívia e o Brasil. Nesse acordo, foram definidas as condições que deveriam figurar no contrato provisório entre a Petrobras e a *YPFB*, celebrado no mesmo ano. O primeiro contrato provisório foi firmado em 1993, entre os presidentes Itamar Franco (1992-1994) e Jaime Paz Zamora (1989-1993).

Em 1996, os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Gonzalo Sanchez de Lozada (1993-1997) celebraram o Tratado de La Paz, mantendo as condições do acordo de 1992, referente à construção do gasoduto, e também a data de início das obras. O contrato previa o fornecimento de um volume crescente de gás natural pelo período de dois decênios, partindo de oito milhões de metros cúbicos diários (MMCD) e alcançando o máximo de trinta MMCD, que chegariam ao Sudeste brasileiro através de um gasoduto de mais de três mil quilômetros de extensão, cuja construção teve início no ano de 1996. Para o sucesso do empreendimento foi necessário alterar o padrão de consumo de energia do principal pólo industrial do Brasil, em São Paulo.

Com efeito, em trinta de abril de 1996, foi promulgada nova Lei de Hidrocarbonetos (Lei número 1.689), que mantinha a propriedade estatal sobre as jazidas de petróleo e gás, mas permitia o investimento privado em todas as atividades do setor das quais a *YPFB* foi excluída. Com isso, a cadeia de exploração foi desintegrada verticalmente e a *YPFB* deixou de ser a grande estatal do setor, perdendo suas unidades próprias de prospecção, de exploração e de transporte. A estatal ficou limitada à subscrição de contratos com as demais empresas em nome do Estado e a administração de contratos de exportação com a Argentina e com o Brasil.

A proposta de privatização da *YPFB* feita por Lozada causou grande polêmica no país, por prever a transformação da Bolívia em um centro energético do continente, que seria viabilizado inicialmente pela venda de gás natural para o Brasil. Para isso, dividiu-se previamente a companhia em três unidades, sendo duas de

⁹⁹ Acordo vinculante: torna as disposições do acordo obrigatórias para as partes.

exploração e de produção e uma de transporte. Os campos de petróleo e de gás e as refinarias da *YPFB* passaram a ser administrados por contratos de risco sob controle de empresas estrangeiras, como a Petrobras, a *Repsol* e a *British Petroleum*.

A rede de transporte foi arrematada pela *Transredes*, consórcio formado pela *Enron* e a *Shell*. Por intermédio da privatização das duas principais refinarias do país, que foram vendidas à Petrobras, e de alguns ativos de transporte e de armazenagem foi constituída a *CLHB (Compañia Logística de Hidrocarburos Boliviana)*, que foi vendida para um consórcio alemão-peruano. À medida que a privatização ia-se sucedendo, os protestos aumentavam, mas sem conseguir modificar os rumos do projeto político de Lozada. Concomitantemente, iniciavam-se as obras de construção do Gasbol, gasoduto com capacidade de transporte de 30mm³/gás dia, conectando Rio Grande, na Bolívia, a São Paulo.

A *YPFB* continuou a existir, mas sem atuar nas áreas de exploração e de produção. O novo marco regulatório alterou a cobrança de *royalties* e de participações, diferenciando os campos antigos, dos quais o governo ficava com 50% do valor da produção, dos novos campos, dos quais o governo ficava com 18% da produção. Essa medida causou muita polêmica, pois, por diversas vezes, os campos já existentes foram classificados como novos, gerando perdas fiscais para o Estado. Hugo Banzer Suárez (1997-2001) continuou o processo de privatização dos setores de refino, distribuição e de comercialização. A Petrobras e a *Perez Compac* adquiriram o restante da *YPFB*.

Os bolivianos questionavam as condições vantajosas que eram concedidas para as companhias estrangeiras na forma em que as privatizações eram realizadas. Os recursos adquiridos com a capitalização¹⁰⁰ foram utilizados para financiar mudanças no sistema previdenciário. Um exemplo dessa política foi a distribuição do *Bonosol*, um abono salarial concedido aos aposentados no final do ano. Esse bônus só foi concedido uma única vez, sendo cancelado por falta de recursos. Isso contribuiu para a percepção de que as privatizações haviam ocorrido de modo fraudulento para beneficiar a elite do país.

O contrato definitivo de compra e venda de gás natural foi assinado entre a *YPFB* e a Petrobras no ano de 1999, sendo regido pelo Direito Internacional Público,

¹⁰⁰ A capitalização foi uma privatização parcial, pois as empresas privadas assumiram apenas o controle das companhias (entre 50% +1 e 65% das ações), e a participação restante foi constituída em espécies de fundos de pensão. O *Banco Santander Central Hispano* foi vencedor da licitação internacional para a administração dos fundos de pensão.

com cláusula de arbitragem na *American Arbitration Association*¹⁰¹, em Nova York. Com efeito, o acordo prevê que, periodicamente, as partes devem se reunir para rediscutir o preço do insumo¹⁰². Após a assinatura dos contratos entre a *YPFB* e a Petrobras e o processo de privatização e de capitalização, a atividade petrolífera na Bolívia teve rápida expansão. Três jazidas gigantes de gás natural foram descobertas: *San Alberto* (SAL), *San Antonio* (SAN) e *Margarita*. Os dois primeiros campos foram descobertos pelo consórcio formado por *Andina*, Petrobras e a *Total*. A terceira jazida foi descoberta pelo consórcio formado pela *Repsol*, *BP* e *PAE*.

Segundo a história oficial, esses campos foram descobertos em 1998 e 1999, após a privatização. Contudo, há uma segunda versão, que afirma que as jazidas foram descobertas pela *YPFB*, anos antes das reservas serem vendidas a companhias privadas. Os campos teriam sido fechados e o anúncio de sua descoberta postergada. Aqueles que acreditam nesse segundo relato argumentam que a construção do Gasbol não teria sido efetivada se não houvesse a comprovação da existência de jazidas em tamanho suficiente para garantir o fornecimento para o mercado brasileiro. Não existiria financiamento para a construção do gasoduto se não houvesse garantias de que os campos eram ricos em gás natural. Para os críticos, os consórcios de exploração não assumiram nenhum risco na empreitada, pois já sabiam que iriam encontrar campos extremamente produtivos (PIEDRAS, 2008: 149-150).

A Petrobras ganhou a concessão de duas jazidas petrolíferas, *San Alberto* e *San Antonio*, localizadas no estado de *Tarija*. O acordo estabelecia que se encontrassem gás, a estatal brasileira e a *YPFB* seriam sócias na base de 50% para cada empresa. Caso contrário, a Petrobras se retiraria, assumindo metade dos custos. Posteriormente, a Petrobras vendeu 30% de sua participação para a *Total* para reduzir os riscos da empreitada. Os trabalhos que se iniciaram com a *YPFB*, continuaram com a *Andina*. Em junho de 1999, foi confirmado oficialmente que os dois blocos possuíam reservas imensas, calculadas em mais de quinhentos bilhões de metros cúbicos, representando

¹⁰¹ *American Arbitration Association* (AAA) é uma empresa privada que provê ajuda administrativa em arbitragens e mediações de litígios internacionais.

¹⁰² Na assinatura do acordo em 1996, até o ano de 2005, o preço que a Petrobras pagava pela exploração de gás natural era de cerca de US\$ 3,50 o milhão de metros cúbicos, sendo a cifra internacional na casa dos US\$ 6,00. Cálculos demonstram que o percentual de impostos recolhidos pelo país havia caído de 50% para 18% no período de maior presença das empresas internacionais e das privatizações em 1996 (HAGE, 2008: 172).

quase 40% das reservas comprovadas da Bolívia, estimadas em mais de um trilhão de metros cúbicos (CEPIK; CARRA, 2006: 4).

Na década de 1990, a tentativa de reanimar a produção de hidrocarbonetos e a construção do Gasbol ocorreram concomitantemente da tentativa estadunidense de pôr fim ao cultivo de folhas de coca na Bolívia. O “Plano Dignidade” (1997) previa a ajuda financeira dos norte-americanos em troca da erradicação/controlado do cultivo de coca, ignorando a cultura local. Assim os cocaleiros que aceitassem fazer parte do programa receberiam benefícios da ordem de US\$ 2,5 mil para cada hectare de coca não plantado, US\$ 933 por ano pelo cultivo de produtos lícitos, terra gratuita e assistência técnica¹⁰³ (CEPIK; CARRA, 2006: 4). Até então, 60% do PIB da Bolívia provinham desse cultivo, produto do qual o país era o segundo exportador mundial, e que era a principal fonte de renda da maioria dos camponeses.

Os Estados Unidos também propuseram comprar gás natural da Bolívia, mas o governo boliviano temeu ficar muito dependente da *Enron*, uma das sócias no negócio e que tinha o respaldo da Casa Branca. Além disso, o povo boliviano se opôs à exportação de hidrocarbonetos para os EUA, restando assim como única opção vender para o Brasil.

2.6 Governo Fernando Henrique e a Crise de Abastecimento de Energia.

Até 1989, o governo brasileiro investia mais de R\$ 20 bilhões por ano no setor de energia. Todavia, na década de 1990, os recursos destinados ao setor foram reduzidos para apenas R\$ 8 bilhões. Houve pouco investimento em razão das privatizações no setor elétrico, pois não havia incentivo para o Estado investir em um setor que depois iria ser vendido, além da interdição imposta pelo FMI, desde 1987 aos gastos do governo. As estatais, que mantinham 80% da geração e 30% da distribuição de energia, reduziram os investimentos, sucateando o setor (VIANA, 2002: 168-169). Outros problemas ocorreram, como o atraso na licitação de novas termoelétricas; falhas nas linhas de transmissão, que impediram a exportação de energia de uma região para

¹⁰³ De acordo com os sindicatos cocaleiros, os benefícios oferecidos pelos norte-americanos eram muito pequenos, pois os rendimentos das novas lavouras reduziam a renda de US\$ 30,00 para US\$ 4,5 por família semanalmente. Além disso, o pacote tecnológico oferecido incluía a compra de insumos agrícolas importados. O resultado do Plano Dignidade foi o êxodo rural que, somado às expectativas não atendidas com as políticas neoliberais e a deterioração das finanças públicas deram a sensação de que a Bolívia era espoliada mais uma vez.

outra; e a desvalorização do Real em 1999, com impacto negativo nos custos das distribuidoras que, na ocasião, estavam fortemente endividadas em dólar.

Desde o ano de 1997, o governo sabia que o aumento da demanda seria maior do que a oferta. A construção de termoelétricas a gás seria a única opção possível para evitar o desabastecimento. A decisão do governo foi importar o gás natural, pois a maioria das reservas brasileiras são *off-shore* (estão situadas na plataforma continental), com custos altos de produção. O governo Fernando Henrique Cardoso tinha urgência de firmar o acordo com a Bolívia, pois temia que a obra para construção do gasoduto atrasasse e houvesse um colapso no sistema elétrico do país. De acordo com Santoro (2006: 30-31):

“O gasoduto foi inaugurado em 1996 e atendia ao interesse brasileiro de aumentar a participação do gás natural na matriz energética nacional, substituindo o petróleo por uma fonte de energia mais eficiente, barata e limpa. Também se esperava que ele diminuísse a pressão sobre o sistema hidrelétrico, já em meio às dificuldades que culminaram na crise de abastecimento”.

Quando se iniciou o projeto para a importação de gás boliviano, acreditava-se que as variáveis econômicas e políticas estavam favoráveis ao processo. O governo brasileiro pretendia aumentar a participação do gás na matriz energética de 2% para 12% em 2012, com a melhoria da infraestrutura das áreas menos favorecidas pelo abastecimento energético, a Amazônia Ocidental e o Centro Oeste. Assim o governo influenciou as indústrias nacionais para adquirir energia mais barata e mudar a fonte energética utilizada para gás natural (GLÓRIA, 2001: 14).

Em 1999, com a conclusão da primeira parte das obras para a construção do gasoduto, iniciou-se o abastecimento comercial de gás boliviano ao mercado brasileiro. O fornecimento foi previsto em contrato para ocorrer até o ano de 2019. O início da venda de gás natural para o Brasil foi providencial para a Bolívia, pois a Argentina, tradicional importadora de hidrocarbonetos, estava parando de importar esse energético dos bolivianos. O Estado boliviano perderia uma importante fonte de divisas, se o projeto de integração energética com o Brasil não tivesse sido efetivado.

Em 2000, com a iminência da crise de fornecimento de energia elétrica no Brasil, que ocorreu no ano seguinte, a Petrobras, “seguindo ordens do governo brasileiro, providenciou a contratação de quantidade adicional de gás natural, conforme dispositivo existente no contrato com a Bolívia” (PIEDRAS, 2008: 147). O gás seria

utilizado nas usinas termoelétricas, que estavam sendo construídas sob incentivo do governo federal.

Novamente, o risco da operação ficou a cargo da Petrobras, pois não foram criados mecanismos de repasse de riscos para o mercado. Ao contrário de Itaipu, cuja viabilidade foi garantida por intermédio do mercado consumidor, com a garantia de compra de energia pela Eletrobrás, e da venda desta para o mercado, a preço suficiente para remunerar os investimentos. O Gasbol foi assegurado pela Petrobras, não existindo garantias de repasse total dos custos ao mercado consumidor. Além disso, outras companhias transnacionais se envolveram no projeto, garantindo lucro sem risco, pois todo o risco ficou por conta da Petrobras.

No ano 2001, o racionamento de energia não teve paralelos na história do Brasil. Em março desse ano, o nível médio das represas na região Sudeste e Centro-Oeste correspondia a apenas 34,5% do volume total. No Nordeste, o volume útil era de 35,8%. Apesar de haver sobra de energia no Sul e no Norte, esse excedente não pôde ser exportado por falta de infraestrutura (VIANA, 2002: 168).

No governo Fernando Henrique Cardoso, houve grande debate sobre o modelo energético brasileiro, que era até então baseado quase que inteiramente em hidroelétricas, geradoras de mais de 90% da energia elétrica produzida no país. Tal modelo é citado como eficiente em termos ambientais.

Durante o racionamento, o então ministro de Minas e Energia José Jorge de Vasconcelos Lima (2001-2002), anunciou um pacote que contemplava seis mil e duzentos quilômetros de linhas de transmissão, trinta e duas termoelétricas, vinte e duas hidrelétricas e unidades de cogeração ou movidas por fontes de energia alternativas. Simultaneamente, o país passaria a importar energia e voltou-se a debater a retomada do projeto nuclear, com as obras da Usina de Angra 3. O total dos investimentos seria da ordem de R\$ 31,5 bilhões, um terço financiado pelo governo federal e dois terços pela iniciativa privada.

Quando Sanchez de Lozada foi reeleito presidente, em 2001, a construção do Gasbol já havia terminado, sendo a maior fonte de recursos do governo boliviano. Contudo, as privatizações e a abertura da economia não reverteram na melhoria das condições de vida da população, que passou a protestar por temer o esgotamento dos recursos naturais do país.

2.7 Instabilidade Política e a Guerra do Gás.

Entre os anos de 2000 e o de 2006, a Bolívia teve sete presidentes e uma média de três mil e quinhentos conflitos por ano, entre movimentos sociais e o governo, que vitimaram aproximadamente trezentas pessoas. O cerne das disputas foi o controle dos recursos naturais, em particular o gás natural e a água¹⁰⁴. Durante a primeira metade dos anos 2000, nenhum grupo político conseguiu manter-se no poder sem utilizar de violência. A instabilidade política era tão grave que a polícia e as Forças Armadas chegaram a se enfrentar nas ruas. Houve dissenso acerca das melhores políticas públicas a serem adotadas.

Em realidade, o controle dos recursos naturais (terra, prata, estanho, água, petróleo e gás) é alvo de contenda desde a colonização. Os hidrocarbonetos já haviam sido centrais nas disputas políticas nos anos de 1930 e de 1960, quando ocorreram as duas primeiras nacionalizações. Na década de 1990, o setor voltou a ser alvo das lutas internas do país. Os movimentos sociais passaram a reivindicar o aumento do controle, ou até a nacionalização dos hidrocarbonetos. Alguns setores, como os sindicatos dos cocaleiros e os grupos de *Cochabamba*, que a princípio não se interessaram por esses recursos naturais, passaram a entender que a posse dessas riquezas seria a chave para o desenvolvimento do país. Esse fenômeno culminou com a nacionalização boliviana em 2006.

O estopim para a guerra do gás foi o anúncio, feito em 2003, pelo presidente Sanchez de Lozada, do projeto de exportar esse hidrocarboneto para os Estados Unidos, através de portos chilenos. O projeto *Pacific-LNG*, era um consórcio formado pela *British Gas*, a *British Petroleum* e a *Repsol*, para extrair gás natural no campo de Margarida e transportar o produto por gasoduto até um porto do Pacífico no Chile, para

¹⁰⁴ Em 2000, ocorreu a chamada “Guerra da Água” em Cochabamba. Seguindo as diretrizes do Banco Mundial, a cidade privatizou o serviço de abastecimento. Os novos donos, um consórcio formado por empresas da Bolívia, da Itália e dos EUA, proibiram o recolhimento de água da chuva, além de majorar as tarifas. Em uma região onde a maioria das pessoas vive com menos de US\$ 1,00 por dia, as novas regras significaram a exclusão do acesso a água. Diversos movimentos sociais organizaram-se para protestar, e formaram a Coordenadora de Defesa da Água e da Vida, que comandou bloqueios de estradas e a ocupação simbólica da cidade. O governo decretou estado de sítio, mas com dificuldades devido à greve da polícia. Ainda houve enfrentamentos entre os manifestantes e o Exército. Com a continuidade dos protestos chegou-se a uma solução negociada, na qual a privatização foi revertida e a gestão de abastecimento ficou a cargo da Coordenadora. A Guerra da Água foi uma relevante vitória simbólica para os movimentos sociais, que lograram contrapor a agenda comunitária que trata os recursos naturais como um bem da coletividade, derrotando o ideário neoliberal. Tal processo é minuciosamente discutido no livro “A Corporação: a busca patológica por lucro e poder” (2008), de Joel Bakan.

que fosse liquefeito, para permitir o transporte marítimo até o México, onde seria convertido novamente em gás para abastecer o mercado dos Estados Unidos e México.

Segundo Santoro (2006: 40):

“O plano parecia feito sob medida para irritar os nacionalistas, pois implicava acordos econômicos com os Estados Unidos, a quem detestavam por causa da política antidrogas e do apoio prestado às ditaduras militares da Bolívia. E ainda por cima envolvia o Chile e a ferida aberta da perda do litoral boliviano para as tropas daquele país na Guerra do Pacífico no fim do século XIX”.

Assim em 2003, ocorreu a “Guerra do Gás”, que envolveu cinco dos nove estados bolivianos, para exigir a renúncia do presidente Sanchez de Lozada. A insurreição ocorreu em diversas cidades como *El Alto*, *La Paz*, *Sucre*, *Potosí*, *Oruro* e *Cochabamba*, além de áreas agrícolas. Os bloqueios das estradas levaram à paralisação da economia do país. A intervenção das Forças Armadas não conseguiu conter o conflito, apenas o agravou. Tampouco a comissão mediadora¹⁰⁵ enviada pelos presidentes de Brasil e Argentina, Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner (2003-2007), conseguiu resolver o litígio, pois a iniciativa foi percebida pelo povo como uma intervenção nos assuntos internos do país. A “Guerra do Gás” reavivou as memórias das insurreições populares, das quais a classe operária constituiu o principal núcleo, desde o ano de 1952.

Os protestos foram muito violentos e as greves generalizadas levaram à renúncia de Sanchez de Lozada. Ainda em 2003, ocorreu um grave conflito entre as Forças Armadas e a polícia, devido a uma greve policial, que resultou em mais de trinta mortes. A Bolívia corria perigo de se tornar um Estado falido¹⁰⁶, cuja instabilidade poderia afetar a América do Sul. Sanchez de Lozada foi substituído pelo vice-presidente Carlos Diego Mesa (2003-2005), que prometeu um “pacto de governabilidade” baseado em um referendo sobre os recursos energéticos, na revisão da Lei de Hidrocarbonetos e na eleição de uma Assembleia Constituinte. Nesse contexto, Mesa aumentou os

¹⁰⁵ Mediação: é um meio político de solução pacífica de controvérsias, no qual um terceiro toma conhecimento das razões das partes. Ele participa ativamente das negociações, podendo inclusive formular sugestões para a composição do litígio. Assim, é necessário que esse terceiro conte com a confiança das partes em litígio. Os mediadores podem ser Estados, organizações internacionais ou até indivíduos. Com efeito, o mediador não tem poder para decidir de forma vinculante à disputa, pois seus pareceres não são obrigatórios para as partes.

¹⁰⁶ Estado falido é um termo político utilizado para designar um país cujo governo é ineficaz, e que não mantém de fato o controle sobre o seu território, em razão de: altas taxas de criminalidade, corrupção endêmica, extenso mercado informal, sistema de justiça inoperante, interferência militar na política, e presença de grupos paramilitares ou organizações terroristas controlando parte ou todo o território.

impostos sobre o petróleo de 18% para 50%, mas não nacionalizou o setor, em razão das vultosas indenizações que teria que pagar.

Em julho de 2004, foi realizado um referendo, com cinco perguntas, acerca da administração dos hidrocarbonetos. Em um universo de 4,4 milhões de eleitores, 80% votaram pela revogação da lei de 1997, mais de 90% aprovaram a recuperação pela Bolívia da propriedade dos hidrocarbonetos, mais de 95% se pronunciaram pela reativação da *YPFB*, mais de 60% pela utilização do gás como fonte estratégica para obter acesso à soberania do país ao Oceano Pacífico e mais de 65% aprovaram a exportação de gás (ANDRADE, 2007: 176). Todavia, o presidente Mesa adotou nova lei em dezessete de maio de 2005, descartando a nacionalização e se limitando a aumentar os tributos sobre o valor declarado dos lucros das multinacionais.

Em vinte e um de fevereiro de 2005, as organizações populares compostas por setores camponeses, indígenas e urbanos uniram-se em uma plataforma comum chamada de *Pacto de Unidad*, que fazia quatro reivindicações, sendo uma delas a exigência de majorar de 18% para 50% os impostos sobre as companhias de petróleo instaladas no país. Com efeito, ao final do ano de 2005, a relevância do gás natural para a economia boliviana era inegável. Os investimentos feitos desde 1997 no setor de hidrocarbonetos eram de aproximadamente US\$ 3,6 bilhões. A exportação de gás natural saltou de US\$ 70 milhões em 1997, para US\$ 957 milhões em 2005, sendo que as vendas para o Brasil representavam 37% desse valor (ALEXANDRE, 2006 a: 21). A Petrobras havia se tornado a maior investidora externa na economia boliviana, com ativos totalizando 18% do PIB do país (SANTORO, 2006: 30).

Em 2005, Mesa rompe com os cocaleiros, pondo fim ao frágil equilíbrio de poder do país. Esse fato, somado à insatisfação com a questão dos hidrocarbonetos, culminou com os protestos generalizados ocorridos na segunda metade do ano de 2005. Houve risco de golpe e as Forças Armadas sugeriram ao presidente transferir a capital para *Santa Cruz de la Sierra*, onde se acreditava que o governo estaria mais protegido dos protestos populares. Finalmente, Mesa renunciou, após um período de instabilidade, sendo substituído pelo presidente da Suprema Corte, Eduardo Rodriguez, que governou por seis meses até as eleições presidenciais, que foram vencidas por Evo Morales, dirigente do Sindicato dos Cocaleiros, da etnia *aimará*. Sua vitória repercutiu em todo o mundo e imediatamente, novas discussões políticas proliferaram no país.

2.8 Antecedentes da Terceira Nacionalização dos Recursos Energéticos Bolivianos.

Em seu último comício, realizado em quinze de dezembro de 2005, a três dias da eleição, Morales prometeu que nacionalizaria os bens do subsolo e reaveria as propriedades da *YPFB*. Morales ganhou as eleições no primeiro turno, com significativo apoio popular e com o respaldo de movimentos sociais. Todavia, sua vitória ocorreu em um quadro de expectativas crescentes por parte do povo, que esperava que o novo presidente tivesse soluções rápidas em relação à melhoria do padrão de vida dos bolivianos. Morales prometia reverter as iniquidades na exploração dos recursos naturais, para privilegiar os interesses da sociedade, recuperando assim, a sua soberania e autonomia.

A campanha presidencial e os primeiros meses de mandato de Morales foram dúbios em relação aos recursos naturais do país. Sua plataforma política foi pautada por discursos nacionalistas, de resgate da dignidade da população e por promessas de resgate da soberania do povo nas decisões sobre os rumos do país. Muitas vezes seus discursos já demonstravam uma visão negativa sobre a Petrobras e o Brasil. Geralmente, não havia distinção entre a Petrobras e as demais companhias petrolíferas instaladas no país, e quando havia, a estatal brasileira era colocada em posição ainda pior do que a das outras empresas¹⁰⁷. Às vezes defendia-se a nacionalização, outras a revisão dos contratos firmados com as empresas estrangeiras. Para o governo, a alta do preço do petróleo deveria estender-se ao gás natural. De acordo com Alexandre (2006 a: 26).

“Cumpre reiterar que a política de nacionalização não é fruto apenas do presidente recém empossado. A Lei de Hidrocarbonetos sancionada em maio de 2005, já previa a transferência da propriedade dos hidrocarbonetos ao Estado, bem como a imposição de novos contratos e o retorno à atividade operacional da *YPFB*. Não vale, portanto, o argumento de que o presidente Morales teria surpreendido a todos”.

Evo Morales foi eleito presidente com 53,74% dos votos válidos, em uma eleição que contou com a maior participação em toda a história eleitoral da Bolívia, cerca de 84,51% dos eleitores habilitados. Morales foi o primeiro presidente eleito em primeiro turno desde o retorno da democracia nos anos de 1980¹⁰⁸. Além disso, desde a

¹⁰⁷ Isso pode ser percebido nos discursos do Ministro de *Hidrocarburos* do governo Morales, Andrés Soliz Rada, primeiro condutor do atual processo de nacionalização dos hidrocarbonetos.

¹⁰⁸ Esse processo teve início nas eleições presidenciais de 2002, na qual os partidos indígenas conquistaram oito assentos no Senado (de um total de vinte e sete) e trinta e três cadeiras na Assembleia

criação do *Movimiento ao Socialismo* (MAS)¹⁰⁹ em 1987, a votação desse partido aumentou em mais de dois milhões de votos (SOLÓN, 2009: 31). Apesar de os indígenas terem direito de votar desde 1952, eles não tinham se feito representar de forma expressiva na política boliviana¹¹⁰. Desde a democratização do país em 1985, os partidos políticos neoliberais fizeram um pacto para se revezarem no poder. Assim, a eleição de Morales significou uma dupla ruptura, pôs fim ao modelo neoliberal e marcou a emergência das populações indígenas.

Em janeiro de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou a formulação de um grande acordo binacional que se estenderia pelas áreas de gás natural, petroquímica, agrícola, energia hidrelétrica e termoelétrica, financiamento e investimentos, capacitação profissional, transferência de tecnologia, etc. Esse projeto envolveria a Petrobras, a Eletrobrás, o BNDES, a Embrapa, o Banco do Brasil e outras empresas privadas, que seriam posteriormente convidadas a participar do processo (PIEDRAS, 2008: 151).

Em fevereiro de 2006, o governo Lula foi perdendo interlocução junto ao governo boliviano. Por duas ocasiões, foi marcada reunião em La Paz para apresentar e discutir o acordo bilateral, que foi adiada. Finalmente, foi marcado encontro durante a semana do Carnaval, que foi remarcada para a semana seguinte. Após o novo adiamento, o governo do Brasil foi perdendo o canal de diálogo com a Bolívia e o acordo não foi nem sequer apresentado. Em abril de 2006, os governos de Bolívia, Cuba e Venezuela assinaram acordo para a criação da Alba¹¹¹ (*Alianza Bolivariana para las Américas*), que tornou clara a opção de aliança estratégica feita por Morales. Desse modo, o Brasil estava relegado a uma posição secundária.

de Deputados (de um total de cento e trinta). Além disso, lograram colocar Morales como postulante à presidência no segundo turno, que na Bolívia é conduzido por eleição parlamentar (CÂMARA, 2006: 66).

¹⁰⁹ O MAS transformou o perfil da política partidária da Bolívia, ao pôr fim a uma característica que parecia permanente na política local, a de que indígena não votava em indígena. A maioria da população deixou de ser subrepresentada politicamente.

¹¹⁰ O MAS conseguiu agregar diversos setores da sociedade descontentes com os rumos políticos, tornando-se uma força nacional.

¹¹¹ A Alba é um bloco que visa à cooperação entre os Estados partes. O grupo foi criado na cidade de Havana, em quatorze de dezembro de 2004, como um acordo no qual Cuba enviaria médicos para a Venezuela, e esta por sua vez venderia petróleo subsidiado aos cubanos. São membros da Alba: Cuba (2004), Venezuela (2004), Bolívia (2006), Nicarágua (2007), Dominica (2008), Antígua e Barbuda (2009), Equador (2009), e São Vicente e Granadinas (2009). Em vinte e quatro de junho de 2009, o bloco foi rebatizado de Alternativa Bolivariana para as Américas para Aliança Bolivariana para as Américas.

2.9 A Nacionalização de Morales.

Dois fatores geraram tensões que culminaram com a nacionalização de 2006: a ascensão de movimentos sociais que disputavam o controle dos hidrocarbonetos, tidos como fundamentais para o desenvolvimento boliviano; e a elevação dos preços do petróleo após o atentado aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, que aumentou a importância geopolítica dos hidrocarbonetos e o poder de barganha dos países exportadores dessas *commodities*. A Bolívia apostou na alta do preço do petróleo no mercado internacional para reforçar seu poder de barganha, mirando-se nos exemplos da Venezuela e da Rússia. Com o aumento do preço do petróleo, o gás natural cresceu em importância como fonte de energia.

No Dia dos Trabalhadores, Morales anunciou a terceira nacionalização de hidrocarbonetos na Bolívia¹¹². O presidente promulgou o Decreto Supremo 28.701, que ficou conhecido como “*Heroes del Chaco*”, em homenagem aos combatentes bolivianos mortos na Guerra do Chaco. Esse decreto instituiu novas regras, em acordo com a Nova Lei de Hidrocarbonetos, promulgada no ano de 2005¹¹³. A medida atendeu as demandas dos movimentos sociais, que reivindicavam, desde os anos de 1990, a posse dos recursos naturais do país. As principais medidas estabelecidas pelo Decreto foram:

- a) o Estado recuperava a propriedade, posse e controle, assim como o transporte, armazenagem, refino, industrialização e comercialização de hidrocarbonetos;
- b) toda produção de hidrocarbonetos deveria ser entregue à YPFB, que definiria os termos de comercialização, volume de produção, preços e critério de venda ao exterior;
- c) as empresas petrolíferas teriam o prazo de cento e oitenta dias, contados a partir de primeiro de maio, para firmar novos contratos, adaptados aos critérios legais e constitucionais da Bolívia, senão teriam de deixar o país;
- d) a YPFB passaria a ter o controle mínimo de 50% mais um das ações das empresas, *Chaco S.A.*, *Andina S.A.*, *Transredes S.A.*, *Petrobras Bolívia* *Reginación S.A.* e *Compañia Logística de Hidrocarburros de Bolívia S.A.*

¹¹² Sobre a nacionalização boliviana, ver entrevista em anexo, página 151.

¹¹³ Para Melissa Mathias, o resultado direto da nacionalização de Morales foi a redução de investimentos a serem realizados pela Petrobras e pelas demais empresas petrolíferas instaladas no país.

Após o decreto, a popularidade de Morales alcançou 80% de aprovação¹¹⁴, e garantiu a vitória de seu partido nas eleições de julho para a Assembleia Constituinte, apesar de não ter alcançado os dois terços das cadeiras necessárias para aprovar emendas à Constituição. Membros do governo e do Congresso entraram em unidades de produção, com o apoio das Forças Armadas. Com efeito, o uso de forças militares era desnecessário, pois não haveria resistência por parte da Petrobras nem de seus funcionários. Tal fato teve repercussão desfavorável em todo o mundo, principalmente no Brasil.

Em maio de 2006, durante a Cúpula Europa-América Latina, ocorrida em Viena, Morales afirmou que a Petrobras operava de maneira ilegal na Bolívia e que o Brasil havia recebido o território do Acre em troca de dois cavalos. Referência a um presente enviado ao governante boliviano pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Diante dessas declarações, o governo Lula passou a adotar uma posição mais dura em relação ao litígio. Como resposta, Morales recuou e disse que tudo não havia passado de um mal entendido, insuflado pelos meios de comunicação.

Para a política externa brasileira, é muito importante entender esses novos atores sociais e suas demandas em relação à exploração dos recursos naturais. Esse assunto é marcado por tensões e disputas econômicas e ambientais, que possuem um forte componente nacionalista. As relações bilaterais são marcadas pela grande pressão que o povo boliviano exerce sobre o governo de Morales. Afirma-se que nas negociações, “Morales argumenta que a instabilidade política é grande e que se ele não atender as demandas populares seu governo pode ser derrubado como os demais governos recentes” (PIEDRAS, 2008: 154). A solução desses conflitos é essencial para o projeto de integração regional, em especial da Unasul¹¹⁵ (União Sul-Americana de Nações).

Não é interessante para o Brasil a instabilidade da Bolívia. Se o governo Lula tivesse agido de forma mais incisiva nessa questão, poderia desestabilizar o

¹¹⁴ Morales havia enfrentado muitos problemas no início de seu governo, que fizeram com que sua popularidade caísse 12% em apenas quatro meses.

¹¹⁵ O presidente Chávez, visando a acelerar o processo de integração regional, sugeriu a mudança do nome “Casa” para Unasul. Em 2007, na I Cúpula de Energia Sul-Americana, realizada na ilha *Margarita* na Venezuela, o nome do bloco foi mudado para Unasul. A criação da Unasul significou um avanço no projeto integrador da América do Sul. O bloco pretende criar uma área de livre comércio unindo o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Comunidade Andina (CAN), o Chile, a Guiana e o Suriname. Além da integração econômica, a Unasul busca a concertação política, para que o bloco atue como voz única nos foros internacionais.

governo Morales, abrindo caminho para um golpe de Estado, que seria prejudicial para toda a América do Sul. De acordo com Cepik e Carra (2006: 1):

“Para os que consideram o governo de Evo Morales um fator de desestabilização na região, nunca é demais lembrar que muito pelo contrário, depois de anos de instabilidade causada por governos frágeis e políticas privatizantes, a coalizão governante atual é a melhor chance de estabilização daquele país de 9,2 milhões de habitantes (mestiços, *quéchuas*, *aimarás*, *guaranis* e 15% brancos)”.

Se as duas nacionalizações anteriores atingiram empresas estadunidenses, desta vez a empresa mais afetada foi a Petrobras, por ter investido o maior volume de recursos no país, mas também por atuar em toda a cadeia produtiva de hidrocarbonetos, tendo se tornado a maior empresa de distribuição de combustíveis da Bolívia. Grande parte dos meios de comunicação e alguns diplomatas aposentados do Itamaraty exigiram uma reação dura e a defesa intransigente dos interesses comerciais e financeiros do Brasil. Alguns mais exaltados só faltaram pedir a invasão do país para extirpar o populismo da região e os editoriais dos grandes jornais adotaram esse estilo belicoso.

A imprensa e a oposição brasileira criticaram o governo Lula pelo “excesso” de investimentos na Bolívia, pela dependência do gás natural importado e a passividade diante das medidas tomadas por Morales. Além disso, questionou-se a opção sul-americana, criticando a ênfase dada aos países do continente, em suposto detrimento dos países desenvolvidos (Europa e Estados Unidos). A administração Lula reafirmou seu compromisso com o âmbito sul-americano e a resolução pacífica de controvérsias, respeitando a decisão do presidente boliviano.

Esperava-se que o governo boliviano tivesse avisado o Brasil sobre a medida. Afinal, trata-se de nações amigas, e a ação envolvia os ativos de empresa controlada pelo governo brasileiro. Todavia, a Petrobras, o Ministério das Relações Exteriores e o governo Lula foram surpreendidos pela ação, pois as manobras de Morales não foram acordadas ou previamente comunicadas. Esse fato foi amplamente explorado pelos meios de comunicação brasileiros. O uso de tropas foi entendido como uma ofensa ao país, mas o governo Lula admitiu a ação como ato de soberania da Bolívia. De acordo com Piedras (2008: 152): “Talvez a clara precedência de Hugo Chávez sobre Evo Morales tenha feito o governo brasileiro contemporizar, com medo de perder ainda mais sua influência na região e ser tachado de imperialista”. Ademais, a

prioridade do governo Lula era consolidar a Comunidade Sul-Americana de Nações¹¹⁶ (Casa).

Na realidade, o que Morales fez foi encampar não 100% das instalações, mas apenas assumir o controle acionário delas, tendo assim mais poder de decisão sobre o destino dos hidrocarbonetos. A nacionalização foi menos abrangente do que as anteriores, ocorridas nas décadas de 1930 e de 1960. Por intermédio do decreto, a Bolívia assumiu o controle acionário (50% + 1%) de diversas companhias e as maiores jazidas, controladas pela Petrobras e pela *Repsol YPF* tiveram seus tributos majorados de 50% a 82%. Os outros campos continuaram a pagar 50%.

O governo da Bolívia não expropriou os bens da Petrobras como insistiu a imprensa brasileira, mas aumentou sua participação acionária por decreto, o suficiente para ter o controle. Assim a Petrobras passou a ser sócia da *YPFB* na mesma proporção em que é sócia da *PDVSA*, o que não é negativo para o Brasil.

Apesar da ampla exposição, o resultado da privatização dos hidrocarbonetos realizado por Morales não pode ser percebido como grande êxito. Houve o aumento da participação do governo na renda petrolífera, com o retorno da *YPFB* ao setor. Contudo, não se cumpriram as promessas de elevação dos investimentos. Uma empresa como a Petrobras que tem tecnologia, mão de obra e recursos, receia fazer novos investimentos por causa do passado recente do país andino. Em 2008, a Bolívia vendia aproximadamente dez milhões de metros cúbicos por dia de gás natural a menos do que poderia estar exportando (PIEDRAS, 2008: 154).

Para os críticos de Morales, a nacionalização era negativa para os interesses bolivianos, pois prejudicava o Brasil e a Petrobras, maior investidora do país e destino de mais de 60% das exportações de gás da Bolívia. Há poucas opções para o país vender seu gás além do Brasil. A Argentina é autosuficiente e o Chile não tem relações diplomáticas plenas com a Bolívia, devido ao antigo conflito sobre o acesso marítimo. A disputa judicial iniciada com a Petrobras levou à paralisação dos investimentos e ao descrédito do país no exterior. Além disso, o incidente foi amplamente explorado pela imprensa brasileira, gerando descontentamento em relação ao governo Lula e sua diplomacia e aos investimentos feitos pela Petrobras no país.

¹¹⁶ A Comunidade Sul Americana de Nações, criada em 2004 na Cúpula de Cusco. Seu objetivo era a intensificação da integração em infraestrutura, bem como o aprofundamento da concertação política e da integração econômica e comercial entre os países da região.

Da mesma forma, os críticos apontaram a falta de êxito das nacionalizações anteriores e a necessidade de cooperar com outros países que possuam tecnologias mais avançadas. Morales espera que a cooperação com a *PDVSA* seja mais produtiva do que as anteriores com a *Pemex* e com a *YPF* argentina, que não lograram capacitar a mão de obra boliviana.

2.10 Dificuldades bolivianas no mercado energético.

Em relação à exportação de gás natural, a Bolívia tem quatro problemas que devem ser considerados pelo Brasil. Primeiramente, o mercado é um monopólio¹¹⁷, pois a venda depende de um único mercado consumidor¹¹⁸, o Brasil, que absorve 60% de sua produção e lhe rendeu US\$ 800 milhões em impostos no ano de 2005. O outro comprador, a Argentina, além de pagar menos, importa muito menos do que o Brasil.

Em segundo lugar, há a falta de infraestrutura para exportar o gás para outros mercados consumidores. Um gasoduto não fica pronto antes de três ou quatro anos. A exportação além mar é complicada, devido à rivalidade com os seus vizinhos. Ademais, o transporte marítimo é muito complexo e caro, podendo fazer com que o gás boliviano perca competitividade.

Em terceiro lugar, há o problema de estocar o gás natural. A Petrobras não construiu tanques para estocar o gás na Bolívia. Assim o país andino tem três opções: a) não vende o insumo; b) queima o gás (perdendo recursos com isso); c) vende para o Brasil. Outro problema foi a redução de investimentos da Petrobras no país. A empresa brasileira pretendia construir uma gasoquímica e uma unidade de produção de fertilizantes no país.

Por último, o problema mais grave é a falta de investimentos, que pode prejudicar a capacidade produtora do país¹¹⁹. Até 2006, a Bolívia contava com jazidas a serem exploradas, mas não tinha mercado consumidor, pois os investimentos para atender o contrato com o Brasil já haviam sido feitos. Em julho daquele ano, foram firmados dois acordos com a Argentina, um de seis meses e outro de vinte anos, este

¹¹⁷ Monopólio: é uma estrutura de mercado de concorrência imperfeita, em que existe apenas um comprador chamado de monopólio e inúmeros vendedores. É o inverso do que ocorre no monopólio onde existe apenas um vendedor e vários compradores.

¹¹⁸ O gás natural boliviano destina-se basicamente aos mercados brasileiro (75%) e argentino (17%) e 8% são destinados ao mercado interno do país andino (ALEXANDRE, 2006 a: 27).

¹¹⁹ Em entrevista, Melissa Mathias afirmou que a falta de investimento em prospecção na Bolívia fez com que houvesse queda nas reservas do país, assim como ocorreu no passado com a Argentina. A não descoberta de novas jazidas pode vir a inviabilizar a produção boliviana no futuro.

com previsão de início de fornecimento para janeiro de 2007. Nesse segundo contrato, o valor do metro cúbico do gás natural é um pouco acima do valor pago pelo Brasil.

A falta de investimentos no setor pode ocorrer por dois fatores, que não são excludentes: a baixa remuneração recebida pelas companhias frente ao investimento a ser realizado e a incerteza sobre a estabilidade dos marcos regulatórios. Em princípio, a primeira alternativa não parece plausível, pois a remuneração recebida pelas empresas seria suficiente para garantir a viabilização dos investimentos, por causa dos baixos custos de extração do gás boliviano. Como se trata de empresas multinacionais, é preciso avaliar as opções que essas companhias têm de investir seus recursos em outros mercados. Concomitantemente, as multinacionais poderiam estar reduzindo o montante dos recursos investidos para pressionar o governo da Bolívia a negociar melhores condições para os investimentos a serem realizados.

Em relação ao marco regulatório, ainda há muitas regras que não foram definidas. Também persistem as dúvidas acerca da manutenção das normas já estabelecidas. Assim, é natural que as companhias congelem ou reduzam os investimentos no país até haver clareza sobre o marco regulatório.

De qualquer forma, o governo Morales parece contar com duas vantagens ausentes nas nacionalizações anteriores. A primeira é a legitimidade política, pois a nacionalização foi feita por presidente democraticamente eleito. A segunda é que a Bolívia conta com créditos e assistência técnica e financeira da *PDVSA*. Além disso, a Argentina e o Brasil não adotaram posição agressiva em relação ao país.

2.11 Dificuldades do Brasil: Substituição do Gás Boliviano.

Os recursos naturais bolivianos estão no centro da agenda diplomática. O Brasil não tem como substituir de forma econômica o gás boliviano. As Bacias de Campos e de Santos demonstram ter grandes reservas de gás natural, mas sua localização em alto mar exige vultosos investimentos que, para serem viáveis, dependem que o preço internacional dos hidrocarbonetos mantenha-se elevado. Além disso, importar o gás de outros países é custoso e depende da construção de novos gasodutos.

A falta de alternativa para a importação de gás proveniente da Bolívia e os compromissos estratégicos com a integração sul americana explicam as ações do governo Lula após a nacionalização, a qual faz sentido política e economicamente. A

Petrobras investe em todos os países da América do Sul e prevê investimentos nos próximos anos. Um desses negócios é com a *PDVSA*. Na Venezuela, a estatal venezuelana cedeu duas jazidas para explorar e produzir petróleo em associação com a Petrobras, onde cada empresa tem 51% e 49% dos ativos respectivamente. Além disso, a estatal brasileira explora sozinha dois campos na Venezuela.

O gás natural proveniente da Bolívia abastece aproximadamente 50% do parque industrial do Brasil. Esse fato torna o Estado andino fundamental para a consecução da política externa brasileira na América do Sul. As reservas de gás descobertas em Campos e em Santos podem mitigar a dependência brasileira em relação à Bolívia, mas esses campos estão localizados em águas profundas, cuja exploração é difícil e dispendiosa, e só deve se tornar viável em alguns anos.

As injustiças cometidas contra o povo boliviano em quatrocentos anos não devem ser utilizadas para justificar que normas injustas para um lado sejam revertidas em regras injustas para a outra parte, pois o Brasil não se beneficiou das injustiças do passado. Mudar o marco regulatório e alterar o valor pago pelo metro cúbico do gás natural é plenamente aceitável, mas as regras devem ser acordadas e estar claramente estabelecidas, para que o mercado tenha estabilidade, e se possa fazer planejamento de longo prazo.

3. VENEZUELA E O PETRÓLEO.

Ao contrário do que ocorreu em outras regiões, os colonizadores espanhóis não encontraram ouro, prata e nem muito menos pedras preciosas no território que hoje compõe o Estado venezuelano. Por essa razão, a principal atividade econômica a se desenvolver foi a agricultura e a pecuária, com grande emprego de mão de obra escrava africana¹²⁰. Isso deu ao povo venezuelano características em grande medida semelhantes ao brasileiro, como apontou Darcy Ribeiro em sua obra “As Américas e a Civilização” (1970). O principal produto de exportação durante a colônia foi o cacau. Em 1776, foi criada a Real Intendência de Exército e Fazenda, com sede em Caracas. Essa instituição serviu de apoio para a criação da Capitânia Geral da Venezuela no ano seguinte. Assim forjou-se a nacionalidade venezuelana, ao tornar *Maracaibo* dependente de Caracas, e não mais subordinada a Santa Fé de Bogotá.

No ano de 1810, iniciou-se o processo de independência da Venezuela, que se completou em cinco de julho de 1811. Nas lutas contra os metropolitanos e seus representantes, o país foi arrasado. A independência foi proclamada pelos membros da Sociedade Patriótica, que formavam o Congresso da República. Desde a sua independência, a Venezuela viveu longos períodos de instabilidade. Depois da morte de Simon Bolívar, acentuaram-se as disputas pelo poder no país. Com efeito, em 1830 teve início a fragmentação da Grande Colômbia¹²¹, formada por Venezuela, Colômbia e Equador.

Entre os anos de 1830 a 1848, a Venezuela foi administrada por uma elite oligárquica conservadora. Em 1848, os irmãos José Tadeo Monagas e José Gregório Monagas ascenderam ao poder, governando o país por um decênio. O período da ditadura Monagas foi denominado pela historiografia venezuelana como “oligarquia liberal”. Em 1858, Julián Castro liderou uma insurreição para combater os abusos políticos cometidos pelo regime Monagas. A Revolução de março de 1858 conduziu a Venezuela a um período de grande instabilidade política, que foi agravada pela guerra

¹²⁰ O governo venezuelano cogitou a hipótese de indenizar os escravos africanos quando eles foram libertados, definitivamente, em março de 1854. Contudo, o projeto nunca foi concretizado. Os descendentes dos escravos formam a população despossuída do país.

¹²¹ Grande Colômbia ou Grã-Colômbia é o nome do [Estado](#) estabelecido pelo [Congresso de Angostura](#) e existente entre [1819](#) e [1831](#), designado por República da Colômbia para evitar confusões com a atual [Colômbia](#). Era formado pelos antigos territórios do [Vice-reino de Nova Granada](#), [Capitania Geral da Venezuela](#) e [Real Audiência de Quito](#).

civil entre conservadores e liberais, que perdurou entre 1866 e 1870. Entre 1870 e 1888, Antonio Guzmán Blanco governou a Venezuela de forma autoritária. Em sua administração, adotou-se uma política de modernização do país por intermédio de obras públicas, da luta para erradicar o analfabetismo e para mitigar a influência da Igreja Católica sobre os cidadãos venezuelanos. O governo Guzmán foi sucedido por várias ditaduras militares, que perduraram até os anos de 1930.

No final do ano de 1902, a Venezuela sofreu embargo naval da Alemanha, Grã-Bretanha e Itália, como retaliação pela recusa do governo de Cipriano Castro (1899-1908) em saldar as dívidas do país. Apesar de a Doutrina Monroe defender a não intervenção da Europa no continente americano, os Estados Unidos afirmaram que não apoiariam a Venezuela, pois ela não estava sofrendo retaliações para ser recolonizada, e sim para o pagamento de débitos. Então, o *chanceler* argentino, Luis María Drago, defendeu que nenhum país poderia utilizar a força para cobrar dívidas de outra nação. Assim, surgia a Doutrina Drago como forma de protesto contra a ingerência de potências estrangeiras na região. Contudo, essa iniciativa não encontrou respaldo do *chanceler* brasileiro, Barão do Rio Branco (1902-1912). A falta de apoio do Brasil pode ser explicada em parte pelo fato do Brasil ser credor de vários países da região, e também como uma medida de equilíbrio de poder em relação à Argentina, naquele momento em situação superior, em termos econômicos, sociais e militares.

No início do século XX, a Venezuela era um país agrícola, pouco povoado e pobre, com reduzida importância internacional. Fazendeiros e exportadores concentravam a riqueza produzida, o que condenava a maioria da população a uma miséria endêmica. A partir da descoberta de petróleo no estado de *Táchira*, em 1878, a Venezuela, um país atrasado, passou a atrair investimentos externos. A *Royal Dutch Shell* e a *Standard Oil of New Jersey* disputaram entre si as concessões para a exploração de petróleo. Isso acabou por gerar uma consciência nacional rentista, pois a elite do país percebeu que podia lucrar com o petróleo.

3.1 A Tese do Capitalismo Rentístico.

Esta tese defende que a renda petroleira é entendida como uma renda internacional da terra e, assim, não é produto do esforço produtivo interno. O capitalismo rentístico é definido por três fatores: a) é uma forma de desenvolvimento capitalista; b) é uma forma de desenvolvimento capitalista nacional sustentado pela

renda internacional da terra; e c) essa renda proveniente da terra corresponde ao Estado (BARROS, 2007: 78).

Há estudos que demonstram que países ricos em recursos naturais tendem a crescer menos do que os países com menos recursos, devido à facilidade encontrada para importar produtos. Recentemente, identificou-se a “síndrome da doença holandesa”, que ocorre quando a descoberta de uma fonte formidável de recursos naturais gera um excedente nas Contas Correntes¹²² e uma taxa de câmbio real incompatível com a preservação da capacidade produtiva preexistente (FURTADO, 2008: 139). Quando uma economia sofre deste mal, as divisas de exportação valorizam a moeda nacional, barateiam as importações e inibem a industrialização interna. A grande disponibilidade de capital proveniente da exportação de hidrocarbonetos facilita as importações e tende a incentivar a corrupção.

Para Furtado (2008: 139), se toda a população economicamente ativa venezuelana pudesse ser totalmente empregada na indústria de hidrocarbonetos, o problema do subdesenvolvimento do país seria resolvido e a valorização dos termos de troca refletiria na expansão da produtividade da economia. Portanto, para este autor a questão basilar para o desenvolvimento venezuelano é a baixa absorção de mão de obra pelo setor petrolífero e o impacto negativo do câmbio valorizado sobre o setor produtivo.

Os benefícios da alta produtividade do setor petrolífero tendem a concentrar a renda nas mãos dos grupos de maior poder aquisitivo. De acordo com Furtado (2008: 123): “quanto mais se concentra a renda, mais acentuada será a tendência da indústria de utilizar insumos importados, o que reduz o multiplicador interno de emprego e de renda”.

A agricultura continuará por muito tempo sendo o ponto fraco da Venezuela. A possibilidade de importar alimentos a preços relativamente baixos exige da agricultura um esforço modernizante que só os grandes agricultores podem realizar. A baixa renda da agricultura dificultava a expansão do mercado interno, e os baixos salários inibiam a modernização da agricultura.

¹²² Balança do Balanço de Pagamentos de um país, que soma os saldos das Balanças Comercial, de Serviços e de Transferências Unilaterais, conforme discriminação feita pelo FMI.

Nas décadas de 1950 e de 1960, os estudos da Cepal¹²³ (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) influenciaram os países latino-americanos a adotarem o modelo de industrialização por substituição de importações¹²⁴. Nesse momento, desenvolvimento era tido como sinônimo de industrialização. Para Furtado (2008: 145) “a chave para a superação do subdesenvolvimento venezuelano é investir a renda proveniente do petróleo em uma política focada no aumento da produtividade agrícola e industrial”. O economista também apontava para a importância de se alocarem recursos para a consecução de obras públicas com alto impacto social.

No caso da Venezuela, o projeto de industrialização não se completou, devido ao êxito da exportação de hidrocarbonetos. Os recursos provenientes da venda de petróleo fizeram com que o Estado e os empresários se dedicassem prioritariamente à indústria petrolífera. Os recursos fiscais provenientes do petróleo não têm, como ocorre com os impostos que incidem sobre outros produtos, uma contrapartida na oferta interna de bens e serviços. Se esses incrementos não são utilizados, não provocam nenhuma contração da demanda global. Assim, é possível acumular reservas internacionais com fins anticíclicos, sem provocar nenhum enfraquecimento na demanda interna. Isso resultou na pouca diversificação da economia venezuelana, que necessita importar até gêneros alimentícios básicos¹²⁵. O crescimento da Venezuela foi desigual e não modificou a estrutura produtiva do país. Nos anos de 1980, o projeto de industrialização foi abortado com a ascensão de governos neoliberais no continente.

3.2 O Início da Exploração de Petróleo.

A primeira Lei de Petróleo venezuelana foi promulgada em 1920. Por intermédio dessa Lei, o país garantiu aos investidores estabilidade administrativa e fiscal, além de previsibilidade política, ao conceder às multinacionais concessões para

¹²³ A Cepal foi criada em 1948 pelo Ecosoc (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas) a fim de promover a cooperação econômica. A Cepal é uma das cinco comissões econômicas da ONU, possuindo como membros quarenta e quatro Estados e oito territórios não independentes (Anguilla, Antilhas Holandesas, Aruba, Ilhas Virgens Americanas, Ilhas Virgens Britânicas, Monserrate, Porto Rico, e Turcas e Caicos). Além dos países da América Latina e do Caribe fazem parte da organização Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Países Baixos, Portugal, e Reino Unido.

¹²⁴ A Cepal defendia a integração da América Latina por intermédio da industrialização por substituição de importações. Para haver integração, era preciso que as economias da região estivessem articuladas para ter economia de escala. O protecionismo apenas dificultava esse processo.

¹²⁵ Uma das grandes debilidades da Venezuela é a agricultura, pois apenas 2,85% de seu território destinam-se a atividades agrícolas, estando permanentemente plantados apenas 0,88% (COSTA 2008: 36).

explorarem e produzirem petróleo no país. No governo de Juan Vicente Gómez (1908-1935) teve início a transição de uma economia agrária para uma baseada nos hidrocarbonetos. Gómez concedeu diversas vantagens às companhias estrangeiras, que passaram a controlar a exploração de jazidas de petróleo. No final dos anos de 1920, a Venezuela já era o país que mais exportava petróleo no mundo e em 1935, o petróleo era o principal produto da pauta exportadora venezuelana. Isso se deveu em parte à decadência da agricultura voltada para a exportação¹²⁶, o que favoreceu os interesses rentistas nacionais.

A redemocratização ocorrida no ano de 1935 fez aflorar a ideia de que a arrecadação do governo sobre os recursos naturais deveria ser crescente para financiar a modernização do Estado venezuelano. Contudo, a intervenção estatal no setor ocorreu gradativamente. O divisor de águas na indústria petrolífera venezuelana foi o acordo *fifty-fifty*. Esse acordo deu origem à Lei Petrolífera de 1943, que estipulava que as empresas deveriam pagar 16,66% de *royalties*¹²⁷, além de uma soma fixa de Imposto de Renda, a fim de garantir a arrecadação de 50% para o governo. Em contrapartida, o governo renovaria as concessões por mais quatro decênios (CAMPOS, 2007: 135).

Durante a presidência de Eleazar López Contreras (1936-1946), a Venezuela passou pelos momentos mais delicados de sua história, devido à Grande Depressão, que resultou na contração da demanda e na volatilidade dos preços do barril de petróleo. Em 1938, foi promulgada uma nova Lei de Hidrocarbonetos, que atribuiu ao Estado venezuelano a prerrogativa de explorar, refinar e transportar petróleo e seus derivados. Assim, o petróleo tornava-se de forma crescente o produto basilar da pauta exportadora do país. Com efeito, em novembro de 1939, foi firmado o Tratado de Reciprocidade Comercial entre os Estados Unidos e a Venezuela. Esse tratado constitui para as décadas seguintes um mecanismo jurídico de perpetuação da dependência econômica venezuelana em relação a Washington. Com efeito, a Venezuela é um país caribenho, inserido na área de influência direta dos Estados Unidos. Seus paradigmas de política externa giram em torno dessa região e seus problemas como fornecedor essencial de petróleo à economia norte-americana. Após a assinatura do Tratado de Reciprocidade Comercial, a impotência estratégica venezuelana aumentou.

¹²⁶ Em 1934, a desvalorização do dólar pôs fim a estrutura agroexportadora da Venezuela, ao reduzir a renda recebida pelos agricultores.

¹²⁷ Até então, a maioria das companhias pagava apenas 10% de *royalties* para o Estado venezuelano.

O presidente Isaias Medina Angarita (1941-1945) promulgou uma série de normas para aumentar a participação venezuelana na atividade petrolífera e para promover o crescimento econômico. Em 1943, Angarita definiu uma nova lei de hidrocarbonetos, que permaneceu inalterada até a nacionalização do setor, em 1976. No ano de 1945, Angarita foi derrubado por uma junta militar revolucionária do partido *Acción Democrática* (AD). Rómulo Betancourt assumiu o governo entre os anos de 1946 e 1947 e, após um processo constituinte foi eleito um novo presidente, Rómulo Gallegos, logo deposto por um golpe militar, em 1948. Esse foi um período de grande instabilidade política para a Venezuela. Após o golpe, uma Junta liderada por Carlos Delgado Chalbaud governou o país, até o seu assassinato em 1950.

A despeito de críticas à política petrolífera do governo deposto, a junta manteve a lei de hidrocarbonetos de 1943, mas decretou um imposto de 20% sobre as rendas petrolíferas e apoiou a sindicalização dos trabalhadores¹²⁸. Importa frisar que, em 1945, foi criado um imposto adicional, que decretava que os lucros petrolíferos seriam divididos em partes iguais entre as multinacionais estrangeiras e o Estado venezuelano. Nos anos de 1950, com os recursos advindos do petróleo, teve início a modernização de Caracas, que originou fortunas da noite para o dia, e promoveu uma macrocefalia do Estado venezuelano.

A importância geoestratégica da Venezuela ficou comprovada durante a Segunda Guerra Mundial. O petróleo proveniente de Maracaibo representou mais de 60% do abastecimento das tropas aliadas, sendo vital para a sua vitória (MARINGONI, 2009: 51). Para garantir a regularidade do provimento petrolífero, o governo estadunidense interveio diretamente nas questões políticas venezuelanas, para evitar que a indústria fosse estatizada, como tinha ocorrido no México na década de 1940. Com o fim da guerra, a Venezuela tinha acumulado expressivas reservas internacionais, que possibilitaram a melhoria dos padrões de vida e de trabalho de uma parte da classe operária. Dessa forma, as expectativas de se reverter às tendências rentistas mostraram-se frustradas.

Com a bonança dos recursos petrolíferos, a Venezuela passou a vislumbrar uma atuação mais preponderante na América Latina e no Caribe. Em julho de 1956, o presidente Marcos Pérez Jiménez (1952-1958), durante a Reunião dos Chefes de Estado das Nações da América, no Panamá, propôs a criação do Fundo Econômico

¹²⁸ Em 1946, foi criada a Fedepetrol (*Federación Sindical Petrolera de Venezuela*), uma das mais importantes federações da Confederação de Trabalhadores da Venezuela.

Interamericano, nos mesmos moldes que Juscelino Kubitschek (1956-1961) e Arturo Frondizi (1958-1962) lançariam a Operação Pan-Americana¹²⁹ (OPA) dois anos mais tarde. Nesse contexto, a Venezuela reagiu com pouco entusiasmo à iniciativa da OPA. A opinião pública venezuelana também discordava da ideia de criar um mercado comum latino-americano, tida pelo então *chanceler* do país, Ignacio Luis Arcaya, como uma proposta sem inventividade (CERVO, 2003: 153).

3.3 O *Punto Fijo*.

Em vinte e três de janeiro de 1958, um golpe de Estado pôs fim à ditadura de Pérez Jimenez, que foi derrubado em meio a manifestações populares nas ruas de Caracas. Com a sua queda, assumiu o poder, por um curto período de tempo, uma Junta liderada pelo contra-almirante Wolfgang Larrazabal, um dissidente do governo deposto.

Em 1959, o governo Larrazabal rompeu com o acordo *fifty-fifty*. Assim o Estado venezuelano passou a ficar com parcelas maiores da renda do petróleo, abrindo caminho para a estatização de toda a indústria. Diante disso, as multinacionais instaladas no país passaram a explorar de forma predatória os recursos petrolíferos da Venezuela. Nesse ano, foram convocadas eleições presidenciais, e Rómulo Betancourt (1959-1964) elegeu-se presidente pela via direta. Betancourt aliou-se aos conservadores para reprimir os movimentos populares. Em seu governo foi criada a CVP (Corporação Venezuelana de Petróleo), a primeira estatal a participar diretamente de todas as etapas da indústria petrolífera. Nos anos seguintes, criaram-se novas leis estendendo o controle estatal à produção de gás e derivados de hidrocarbonetos. Nesse período, o país foi afetado pela recessão e pelo desemprego, que deterioraram o padrão de vida do povo. Economicamente, o governo Betancourt tentou estabelecer uma política de industrialização por substituição de importações.

A vitória eleitoral de Betancourt representou a primeira concretização do *Punto Fijo*, no qual apenas dois partidos se revezariam no poder, o social democrata

¹²⁹ A OPA está baseada na ideia de desenvolvimentismo. Juscelino Kubitschek queria um Plano Marshall para a América Latina, para evitar o surgimento de ideologias “alienígenas” no continente americano. A OPA foi lançada no contexto em que o vice-presidente Richard Nixon (1953-1961) foi hostilizado em uma visita oficial à América do Sul. Os Estados Unidos não se entusiasmaram com a iniciativa e defenderam que o projeto deveria ser discutido no âmbito da OEA. Os ideais da OPA são retomados por John Kennedy (1961-1963), em um contexto de Revolução Cubana (1959), por intermédio da Aliança para o Progresso.

Ação Democrática¹³⁰ (AD) e o social-cristão Comitê de Organização Política Eleitoral Independente¹³¹ (Copei). O *Punto Fijo* pretendia mitigar as diferenças ideológicas e pragmáticas e lançar as bases para uma convergência de interesses que tinha como ponto de apoio o domínio do aparelho estatal. Esse acordo garantiu a ordem institucional e uma democracia formal, na qual os dois partidos mantiveram políticas similares em quase todos os aspectos. Isso só foi possível devido à capacidade de os arranjos políticos controlarem as massas e de impedirem que elas fossem incorporadas ao processo decisório.

Desde então, a diplomacia venezuelana passou a ter na Doutrina Betancourt e no petróleo suas principais bases. De acordo com a Doutrina Betancourt, a Venezuela somente reconhecia governos oriundos de eleições realizadas em consonância com normas constitucionais. A Doutrina Betancourt levou o país a alinhar-se ou a divergir dos Estados Unidos de acordo com a conjuntura sul-americana. Seguindo essa doutrina, a Venezuela rompeu relações com Cuba, e suspendeu relações com a Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia e Peru. Com efeito, após o golpe de 1964, o presidente Raul Leoni (1963-1968) suspendeu relações diplomáticas com o governo brasileiro, que só foram reatadas dois anos depois. Contudo, um acercamento efetivo só ocorreu com a eleição de Rafael Caldera em 1969, pois o mandatário estava preocupado com o isolamento da Venezuela na região. Importa frisar que havia dissenso na sociedade venezuelana acerca da reaproximação com o Brasil. De acordo com Cerro (2003: 155):

“O isolacionismo venezuelano despiu de conteúdo as relações com os países vizinhos. Ao romper as relações diplomáticas com ditaduras e instar a OEA a aplicar sanções contra tais regimes, se despertava a simpatia de pequenos Estados, provocava a indisposição dos grandes – México, Argentina e Brasil – defensores do princípio da não intervenção. Depois do golpe militar de 1964 no Brasil, as relações bilaterais permaneceram frias. Como poderia o Brasil dos militares apoiar os esforços venezuelanos junto à OEA no sentido de aplicar sanções contra o regime comunista de Cuba, se a democracia de Betancourt havia rompido relações diplomáticas com o grande vizinho?”

Com efeito, a bonança financeira pós choque do petróleo permitiu ao país expandir sua influência mundial, por intermédio de sua participação no Movimento dos Países Não Alinhados¹³² (MNA).

¹³⁰ O AD foi fundado em 1941 por Rómulo Gallegos e Rómulo Betancourt.

¹³¹ O Copei foi fundado em 1946 por Rafael Caldera. É um partido democrata cristão composto por grupos conservadores, principalmente a Igreja Católica e o empresariado

¹³² O MNA foi criado em 1961, com o objetivo de manter uma posição neutra e não associada a nenhum bloco durante a Guerra Fria. Cuba é o único país latino-americano que participou como membro desde a I

Apesar de ter sido a esquerda popular que pôs fim ao regime ditatorial venezuelano na década de 1950, o sistema político a partir daí caracterizou-se pelo conservadorismo e por impedir a participação efetiva do povo no processo decisório do país. A população podia apenas votar. De acordo com Carmo (2007: 16): “A única forma de participação democrática que parece caber no sistema político dos Estados latino-americanos é a participação eleitoral. Qualquer ação política que ultrapasse o ato burocrático de depositar o voto na urna ameaça o sistema político”.

A união da Teoria das Elites¹³³ e da Teoria da Democracia¹³⁴ gerou a perspectiva de que um regime democrático fosse definido pela participação nas urnas. Assim, a democracia seria um método de tomada de decisão. O que gerou um esvaziamento no conceito de democracia, excluindo o povo do processo de tomada de decisões. Nos Estados periféricos, a questão se torna mais séria, devido a que toda tentativa de incorporar as massas ao processo decisório tende a ser percebida como uma ameaça às instituições. A participação ativa da população no processo decisório é a essência da democracia. Para Merquior (*apud* CARMO, 2007: 20)

“Democrático é, antes de tudo, o regime onde há participação igualitária em decisões vitais para uma dada sociedade. Com isso, não se quer desprezar nenhuma das precondições da democracia: as liberdades de palavra e associação, os mecanismos institucionais de controle de governo e de sucessão, etc.”

Na Venezuela, assim como nos demais Estados latino-americanos, não foram criados mecanismos pelos quais o povo pudesse se expressar diretamente. Assim, a construção de um novo aparato institucional para regular a relação entre o povo e o Estado. Alguns consideram que o colapso do *Punto Fijo* durante os anos de 1990 acarretou um vácuo político, que possibilitou a ascensão de Hugo Chávez ao poder.

Cúpula. O Brasil nunca fez parte do movimento, limitando-se a ser observador. A última reunião do MNA, XVI Cúpula, foi realizada em Cuba no ano de 2006.

¹³³ A Teoria das Elites ou Elitismo defende que em cada sociedade, o poder político está a cargo de uma diminuta elite, que impõe as suas decisões para toda a sociedade. Gaetano Mosca, em sua obra *Elementi di scienza politica* (1896), afirma que em todas as sociedades, desde as mais primitivas até as mais desenvolvidas, existe a classe de governantes e a de governados (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996: 235-236).

¹³⁴ Há duas vertentes da Teoria da Democracia, a convencional e a radical. Na primeira, o povo desempenha um papel passivo e se limita a escolher “negativamente” entre o que os candidatos têm a oferecer. Na segunda, o povo tem um papel positivo, propulsor, pois os candidatos respondem as iniciativas políticas do povo e não ao contrário (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996: 181-182).

3.4 A “Petrodiplomacia” Venezuelana antes de Chávez.

Desde a implantação do *Punto Fijo*, a Doutrina Betancourt e o petróleo passaram a ser basilares para a política externa venezuelana. No âmbito regional, a partir da década de 1970, a Venezuela atuou por meio do Sela¹³⁵ (Sistema Econômico Latino-Americano) e procurou desempenhar papel preponderante no Caribe e na América Central. Todavia, nesse período, o país não estava interessado em projetos de integração regional. Nessa época, os países sul-americanos tentaram promover a industrialização por substituição de importações, e utilizavam barreiras comerciais para proteger suas indústrias nascentes. Por sua vez, a dependência econômica do petróleo fez com que as relações bilaterais entre Caracas e Washington se tornassem cada vez mais próximas.

Entre os anos de 1967 a 1980, a diplomacia venezuelana buscou aproximar-se dos países sul-americanos, sem deixar de defender os ideais democráticos proclamados pela Doutrina Betancourt. Nesse período, a Venezuela associou-se ao Pacto Andino¹³⁶ e à Alalc¹³⁷ (Associação Latino-Americana de Livre Comércio). Com efeito, o governo Caldera se aproximou de Cuba, e restabeleceu relações com a República Democrática Alemã, China, e Hungria. No ano de 1978, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela firmaram o Tratado de Cooperação Amazônica¹³⁸ (TCA). O acordo diferia dos demais esquemas de integração regional por não contemplar temas comerciais. Seu objetivo era promover a cooperação dos países amazônicos em relação aos recursos naturais, transporte e comunicações.

¹³⁵ Em outubro de 1975, foi fundado o Sela, um fórum regional intergovernamental, com sede em Caracas, que tem por objetivo a promoção e a coordenação de posições e estratégias comuns relacionadas a economia na América Latina e Caribe com outros países, fóruns e organismos internacionais, além de estimular e promover a cooperação e integração entre os países latino-americanos e caribenhos. O Sela é formado por: Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela.

¹³⁶ Em 1969, por intermédio do Acordo de Cartagena é criado o Pacto Andino. Seus membros originais são: Bolívia, Colômbia, Chile (que se retirou do bloco durante o governo Pinochet), Equador e Peru. A Venezuela ingressou em 1973 e se retirou em 2006, para integrar-se ao Mercosul. Em 1997, após a assinatura do *Protocolo de Trujillo*, o Pacto Andino é renomeado para Comunidade Andina de Nações (CAN).

¹³⁷ Na década de 1960, a Alalc se propôs a criar uma área de livre comércio na América Latina. Faziam parte da organização internacional: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Em 1970, houve expansão dos Estados membros com a entrada de: Bolívia, Equador e Venezuela. Em 1980, a Alalc é substituída pela Aladi (Associação Latino-Americana de Integração).

¹³⁸ A assinatura do TCA promoveu a primeira visita oficial de um presidente venezuelano ao Brasil. Em 1979, João Baptista Figueiredo (1979-1985) viajou oficialmente à Venezuela, iniciando processo de intercâmbio de visitas oficiais entre os dois países.

Na década de 1980, a diplomacia venezuelana encontrou restrições, devido à crise da dívida e aos sérios problemas econômicos que o país enfrentava. Além da crise econômica, as instabilidades na América Central, a Guerra das Malvinas (1982) e a intervenção estadunidense em Granada no ano de 1983 enfraqueceram a diplomacia venezuelana no continente. A essas tensões, a Venezuela reagiu, criando com o México, a Colômbia e o Panamá, o Grupo de Contadora¹³⁹. O objetivo desse grupo era alcançar uma solução pacífica para os conflitos centro-americanos. Em uma tentativa de se aproximar da Argentina, apoiou o país durante a Guerra das Malvinas. Nesse período, a dependência em relação aos Estados Unidos acentuou-se, com a assinatura de diversos tratados bilaterais. Com efeito, no ano de 1980, a Venezuela e o México firmaram acordo para vender petróleo mais barato para as nações da América Central e do Caribe.

A partir da década de 1990, a diplomacia venezuelana, influenciada pelo fim da Guerra Fria e o Consenso de Washington, passou a buscar a cooperação Norte-Sul, com a adoção de medidas impostas pelo Banco mundial e pelo FMI. No âmbito latino-americano, a Venezuela, a Colômbia e o México criaram o Grupo dos Três, a fim de expandir a integração econômica e promover a democracia e a segurança regional. Com efeito, a Venezuela passou a exercer um papel mais preponderante no âmbito da OEA (Organização dos Estados Americanos). O país foi um dos principais defensores da Resolução 1.080 da OEA, que previa que a Organização deveria tomar as medidas cabíveis em caso de ruptura democrática em algum de seus Estados-membros. A redemocratização brasileira serviu para consolidar a confiança venezuelana na diplomacia do Itamaraty, proporcionando maior convergência nas relações entre Brasil e Venezuela¹⁴⁰. Com efeito, o fim das ditaduras militares na Argentina e no Uruguai fez com que a política externa de Caracas focasse em temas econômicos e nas tensões na América Central e Caribe.

As relações Brasil-Venezuela se intensificaram durante os governos Itamar Franco e Rafael Caldera. A Iniciativa Amazônica, lançada por Franco em Buenos Aires, durante o encontro do Grupo do Rio, em dezembro de 1992, foi essencial para estreitar a cooperação bilateral. O Brasil queria ampliar as fronteiras econômicas e comerciais da região amazônica, exportando produtos industrializados para o Grupo Andino, a Guiana

¹³⁹ Grupo de Contadora foi uma resposta a política intervencionista do governo Reagan (1981-1989) na América Central. Em 1986, a união entre o Grupo de contadora e o Grupo de Apoio a Contadora (formado por Argentina, Brasil, Peru e Uruguai) originou o Grupo do Rio, único fórum político no continente que conta com a presença exclusiva de países latino-americanos.

¹⁴⁰ O governo Sarney (1985-1990) chegou a solicitar ao Itamaraty estudos para uma integração econômica com a Venezuela.

e o Suriname, e importando petróleo da Venezuela e do Equador, carvão térmico da Colômbia, e gás natural do Peru e da Bolívia (VIZENTINI, 2003: 65).

Para Soares de Lima (2007: 6): “depois da eleição de Rafael Caldera, a política externa venezuelana passou a enfatizar a construção de uma relação estratégica com o Brasil.” O ápice dessa política ocorreu em março de 1994, com a assinatura do *Protocolo de La Guzmania* pelos presidentes Caldera e Itamar Franco. Esse acordo estabeleceu a criação de uma Comissão Binacional de Alto Nível, que seria constituída pelos *chanceleres* das Relações Exteriores dos dois países. Franco e Caldera debateram os temas da atualidade internacional e regional, coincidindo na avaliação das transformações substanciais no cenário mundial, que representam novos e importantes desafios políticos, econômicos e sociais para a América Latina. Em relação ao Mercosul, a Venezuela manifestou seu interesse de aproximação em 1995. Isso demonstra que a adesão da Venezuela ao Mercosul é um projeto de Estados e não de governos. No ano de 1995, Fernando Henrique visitou a Venezuela e, dois anos mais tarde, firmou com o presidente Caldera o primeiro contrato para construir uma linha de transmissão energética entre o Brasil e a Venezuela, que foi inaugurada em 2001.

3.5 A década de 1970 e a Nacionalização do Petróleo.

Em 1975, foi promulgada a *Ley de Reversión*, que dava ao Estado venezuelano a exclusividade sobre todas as atividades da indústria petrolífera. O novo código propôs também a criação de uma empresa *holding*¹⁴¹, com 100% de capital estatal. Assim, um ano depois, foi criada a Petróleos de Venezuela (PDVSA), com o objetivo de atuar nas áreas financeira, de planejamento e de coordenação. Formalmente, a estatal estava subordinada ao Ministério das Minas e Energia (MME). Todavia, em 1983, a empresa adquiriu autonomia diante do MME e do governo venezuelano. A liberdade de ação da estatal era tanta, que a PDVSA era conhecida como um Estado dentro do Estado.

Com efeito, antes da nacionalização do petróleo, quatorze empresas atuavam no setor de hidrocarbonetos no país, a Companhia Venezuelana de Petróleo e treze internacionais. Após a nacionalização, teve início o processo de fusão dessas empresas, que foi concluído apenas no ano de 1986, com a criação de três companhias

¹⁴¹ Uma *holding* é uma forma de sociedade, cujo objetivo é administrar um conglomerado de empresas.

verticalmente integradas: a Maraven, a Corpoven e a Logaven. Essas empresas, filiais da PDVSA, atuavam nos setores de exploração, produção, refino e comercialização de petróleo e derivados. Contudo em trinta e um de dezembro de 1997, essas companhias foram extintas pelo segundo governo de Rafael Caldera (1994-1999), para integrar as atividades da estatal. Para alguns especialistas, essa medida foi um avanço por criar unidades de negócio tidas como mais eficientes. Contudo, para outros, a desverticalização da PDVSA tornava mais fácil a sua privatização.

Apesar da bonança financeira após os dois choques do petróleo, a Venezuela não soube utilizar esses recursos para diversificar sua economia. Segundo o economista Domingo Felipe Maza Zavala, somente entre os anos de 1976 e de 1995, a Venezuela recebeu cerca de US\$ 270 bilhões de ingressos petrolíferos, o que equivaleria a cinco vezes o Plano Marshall¹⁴² (COSTA, 2008: 40). Entre os anos de 1978 e de 1983 a dívida externa passou de US\$ 16,4 bilhões para US\$ 33,5 bilhões (COSTA, 2008: 40-41). As flutuações do preço do petróleo no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, somadas a excessiva dependência venezuelana em relação à exportação desse produto, fizeram com que os efeitos econômicos positivos da alta do barril de petróleo fossem apenas conjunturais, persistindo os problemas estruturais. Para Bresser Pereira (*apud* MARINGONI, 2009: 149), o setor petrolífero, por mais amplo que seja, “emprega pouca mão de obra, e como inviabiliza o restante da economia de bens comercializáveis, acaba tendo efeitos desastrosos sobre a economia do país”. A renda petrolífera tornou as importações mais baratas e encareceu o produto nacional.

No final dos anos de 1970, a Venezuela propôs a criação da primeira transnacional do petróleo formada por países em desenvolvimento, a Petrolatina. Em 1981, um protocolo nesse sentido foi firmado entre Venezuela, Brasil e México. Contudo, a crise da dívida e a chamada “década perdida” impediram que o projeto se consolidasse.

¹⁴² O Plano Marshall, um aprofundamento da Doutrina Truman, foi o principal plano de reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial. Em 1947, teve início a assistência técnica e econômica que se estendeu até o ano de 1951, cerca de US\$ 13 bilhões (o que equivaleria a US\$ 130 bilhões em 2006). Os países contemplados pelo Plano Marshall foram: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia.

3.6 A Crise dos anos 80 e o Plano Brady.

Na década de 1980, a Venezuela estava à beira da falência, devido à queda do preço do barril de petróleo¹⁴³ no mercado internacional e a uma grave crise fiscal. Assim, no ano de 1983, chegou ao fim o período conhecido como *Venezuela Petrolera*. Em 1985, o Plano Baker propôs ajuste macroeconômico ortodoxo e reformas institucionais orientadas para o mercado para pôr fim a crise que atingiu uma parte dos países em desenvolvimento. A crise da dívida foi entendida pelas instituições financeiras internacionais como um problema severo de liquidez. Assim, os países latino-americanos tomaram empréstimos, que exigiram diversas condicionalidades como: a) aumento de impostos; b) privatizações; c) liberalização de investimentos estrangeiros; d) redução de impostos de importação; e) desvalorização da moeda nacional; f) corte de gastos públicos. Essas instituições internacionais propuseram a abertura da Venezuela ao capital estrangeiro e a privatização da PDVSA (CAMPOS, 2007: 140). Contudo, a alta dependência do país na exportação de petróleo tornou inviável politicamente que a estatal fosse vendida. Além disso, os bons resultados econômicos da empresa não justificavam a sua venda.

Em 1988, a Venezuela teve de suspender temporariamente o pagamento da dívida externa, pois a renda do petróleo, que representava 80% da economia venezuelana, caiu abaixo de 50%, devido à queda da cotação mundial. Desse modo, teve início uma reavaliação da política petrolífera venezuelana. O governo decidiu por abrir a indústria ao capital privado nacional e estrangeiro e esse processo foi denominado *Apertura Petrolera*.

Em 1988, ficou claro o fracasso do Plano Baker. A reestruturação da dívida externa havia falhado e os países latino-americanos estavam ainda mais endividados. Dessa forma, em 1989, o Secretário do Tesouro estadunidense, Nicholas F. Brady¹⁴⁴ anunciou um novo plano a fim de renovar a dívida externa dos países em desenvolvimento¹⁴⁵, por meio da troca dos débitos por novos bônus, que ficaram

¹⁴³ A partir de 1982, a PDVSA começou a burlar as cotas impostas pela Opep para fazer caixa para o governo, depreciando ainda mais a cotação do petróleo no mercado internacional.

¹⁴⁴ Nicholas F. Brady foi Secretário do Tesouro norte-americano nos governos de Ronald Reagan e de George H. W. Bush.

¹⁴⁵ Os primeiros países a participar do Plano Brady foram: [Argentina](#), [Brasil](#), [Bulgária](#), [Costa Rica](#), [República Dominicana](#), [Equador](#), [México](#), [Marrocos](#), [Nigéria](#), [Filipinas](#), [Polônia](#) e [Uruguai](#)

conhecidos como *bradies*. Para conseguir a redução do principal ou o alívio dos juros dos empréstimos, os países deveriam promover reformas liberais. Os países da América Latina foram os que mais recorreram ao Plano Brady. O México concluiu o acordo em [1989](#), a Venezuela no ano de [1990](#), a Argentina em [1992](#), e o Brasil no ano de [1994](#) durante o governo Itamar Franco (1992-1994) e a gestão de Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Fazenda (1993-1994).

3.7 A Eleição de Andrés Pérez e *El Gran Viraje*.

Em quatro de dezembro de 1988, Andrés Pérez foi eleito presidente da República pela segunda vez. Sua campanha eleitoral resgatou o mito do progresso, prometendo a mesma prosperidade do período áureo venezuelano. Ainda estava na memória do povo o lema de seu primeiro mandato: “Democracia com energia”. Andrés Pérez assumiu a presidência em um contexto de grave crise econômica, pois a queda do preço do barril de petróleo na década de 1980 havia deteriorado as contas públicas. As reservas do Banco Central que, em 1985, alcançavam US\$ 13,75 bilhões, decresceram para US\$ 6,67 bilhões no final do governo de Jaime Lusinchi (1984-1989). A inflação era de 40% ao ano, o desemprego alcançava os dois dígitos e o salário real despencava. Para piorar, acentuou-se a fuga de capitais do país (MARINGONI, 2009: 69).

Em fevereiro de 1989, poucas semanas após assumir o poder, Andrés Pérez surpreendeu os venezuelanos com um pacote econômico, “*el gran viraje*”¹⁴⁶, que propunha: a) a desvalorização da moeda nacional; b) contração do gasto público e de crédito; c) liberalização dos preços; c) congelamento de salários; d) aumento do preço dos produtos de primeira necessidade; e) reajuste imediato da gasolina de 100%, que resultaria em um aumento e 30% das passagens de ônibus (MARINGONI, 2009: 70). Todas essas medidas penalizavam justamente os mais pobres. O objetivo do governo era receber os recursos de um empréstimo de US\$ 4,5 bilhões do Fundo Monetário Internacional.

Ainda no ano de 1989, a Venezuela teve retração do PIB da ordem de 8,1% e a inflação alcançou 81%. A parcela da população que vivia abaixo da linha da pobreza passou de 15% em 1988, para 45% em 1990 (MARINGONI, 2009: 72). Nesse mesmo ano, a Venezuela abandonou o modelo de economia fechada (industrialização por

¹⁴⁶ O plano reduziu a intervenção estatal na economia, por meio de privatizações, o que resultou na expansão do desemprego e do trabalho informal.

substituição de importações) e iniciou processo de abertura econômica. O governo manteve o câmbio fixo, mas adotou minidesvalorizações periódicas, evitando a apreciação efetiva do bolívar. Essa medida teve o intuito de favorecer as exportações não tradicionais, para reduzir a dependência do país do setor petrolífero.

3.8 *Caracazo*: Uma Revolta Popular que abalou a Venezuela.

O agravamento da crise e o anúncio do plano econômico de Andrés Pérez geraram revolta na população, que se sentiu traída pelo governo. Assim, em vinte e sete de fevereiro de 1989, começaram os primeiros protestos nos terminais de ônibus das cidades dormitórias ao redor de Caracas. Logo, os distúrbios chegaram ao terminal *Nuevo Circo*, na capital. Caminhões de carga foram saqueados e o comércio fechou as portas. A polícia metropolitana passou a intervir quando, o primeiro ônibus foi incendiado. Na madrugada, com a intensificação dos conflitos, o Exército saiu as ruas.

No dia seguinte, Andrés Pérez, em um comunicado em cadeia nacional de rádio e televisão, anunciou toque de recolher e a suspensão de garantias constitucionais, o que intensificou a violência repressiva dos órgãos governamentais. No bairro de *Petare*, as forças repressivas dispararam contra uma multidão, vitimando mais de vinte pessoas. Franco-atiradores estavam posicionados no alto dos prédios. Após o *Caracazo*, Andrés Pérez perdeu credibilidade política, e o *Punto Fijo* perderia sua razão de existir. Denúncias de corrupção e de favorecimento irregular eram comuns em seu governo. Para Maringoni (2009: 73):

“Quebrou-se em fevereiro de 1989, a auto-imagem que os venezuelanos tinham de si mesmos. Segundo ela, o país seria um modelo de democracia e tolerância no continente, com suas eleições regulares, suas instituições, seus direitos civis, seus partidos com sólidas bases sociais etc. (...) Com o *Caracazo*, a Venezuela fizera um pouso forçado na realidade latino-americana”.

O *Caracazo* abalou os próprios militares encarregados de acabar com a revolta e restabelecer a ordem. O ato de atirar contra o povo marcou os integrantes do MBR-200 (Movimento Bolivariano Revolucionário 200), grupo político de Chávez. Um dos fundadores do movimento bolivariano, Felipe Acosta Carles, foi morto durante os protestos populares. Com efeito, Chávez não participou do movimento por encontrar-se enfermo.

3.9 Década de 1990.

Entre 1990 e 1991, o país se beneficiou do aumento do preço do petróleo devido à Guerra do Golfo, que se estendeu de dois de agosto de 1990 a vinte e oito de fevereiro de 1991. Entretanto, a estabilidade era apenas aparente e a bonança financeira não durou. Nesse contexto, a Venezuela rompeu as cotas da Opep para lucrar mais com o conflito. O cartel pressionou o país a reduzir a produção para evitar que os preços despencassem. Para fazer caixa, o governo de Andrés Pérez avançou no seu programa de privatizações¹⁴⁷. Nesse contexto, a PDVSA foi desvinculada do Estado venezuelano.

Apesar do descontentamento popular, as reformas neoliberais de Andrés Pérez continuaram com a aprovação da Lei de Privatizações. Na noite de três para quatro de fevereiro de 1992, oficiais do Exército, comandados pelo então tenente-coronel pára-quedista Hugo Chávez Frías, tomaram a base aérea Francisco de Miranda, em Caracas, conhecida como *La Carlota*, cercaram a casa do presidente, e promovem sublevações nas bases de *Maracaibo*, *Maracay* e *Valência*¹⁴⁸.

3.9.1 O Fracasso do Plano Ezequiel Zamora e a Vitória Política de Chávez.

O plano de tomada de poder se chamava “Ezequiel Zamora” (1846-1860), homenageando o militar e político venezuelano, defensor da reforma agrária, e um dos principais protagonistas da Guerra Federal¹⁴⁹. Contudo, o levante fracassou, pois o elemento surpresa foi perdido. Para alguns houve traição. O Ministro da Defesa, o general de divisão do Exército, Fernando Ochoa Antich, foi informado sobre o deslocamento de tropas em Caracas. Antich conseguiu frustrar os planos de deter Andrés Pérez quando ele desembarcasse, de uma viagem ao estrangeiro, no aeroporto

¹⁴⁷ Até o fim de seu mandato Andrés Pérez eliminaria as regulamentações bancárias; acabaria com a maior parte do controle de preços; privatizaria a companhia nacional de telefones (Cantv), o sistema de portos, a linha aérea *Viasa* e abriria a indústria petrolífera e outros setores estratégicos ao capital privado. Por intermédio de privatizações, a administração de Andrés Pérez buscou reduzir o déficit público e a dívida externa.

¹⁴⁸ O movimento militar ganhou força na década de 1980, quando a queda do preço do barril de petróleo lançou a Venezuela em uma grave crise econômica

¹⁴⁹ A Guerra Federal, que se estendeu de 1859 a 1863, também conhecida como *Guerra Larga* ou *Guerra de los Cinco Años*, foi um enfrentamento militar entre tendências conservadoras e liberais na [Venezuela](#) no século XIX. É considerado o conflito militar mais caro para a Venezuela depois da Guerra de Independência. O conflito envolveu os conservadores e os liberais em lados opostos. Os conservadores se opunham a modificar a ordem social estabelecida desde a colonização. Enquanto que os liberais defendiam os ideais de liberdade e de igualdade.

Simon Bolívar. Andrés Pérez fez um pronunciamento pela televisão à uma e vinte da manhã, dizendo que os golpistas queriam perpetrar um genocídio e instaurar a ditadura no país. Enquanto isso, pequenos veículos blindados e soldados pára-quedistas de *Maracay* cercaram a sede do Executivo, sendo violentamente repelidos pela Guarda de Honra. Antich queria negociar com os insurgentes, mas recebeu ordens do presidente para: “*enchê-los de chumbo*” (MARINGONI, 2009: 94).

Todavia, o plano para depor Andrés Pérez tinha um grande problema: sua presença no *Forte Tuna* era diminuta, o que possibilitou às tropas leais ao presidente reorganizarem-se para pôr fim ao levante. Por não controlarem nenhuma rede de televisão ou de rádio, não conseguiram o apoio da população. Chávez percebeu que continuar o ataque seria uma missão suicida, e decidiu pela rendição. Antich entrou em contato com os líderes do levante, entrincheirados no Museu Histórico Militar de Caracas, para informar que o governo controlava a situação. Chávez disse que se entregaria em três horas. Contudo, o general Ramón Guillermo Santeliz ameaçou bombardear o local com caças F-16 se a rendição não fosse imediata. Doze horas após o seu início, o levante chegara ao fim. Chávez foi preso junto com outros militantes¹⁵⁰, mas lhe permitiram fazer um discurso diante das câmeras de televisão. Em um minuto e doze segundos, ele se apresentou a Venezuela dizendo:

“Antes de mais nada, quero dar bom dia a todo o povo da Venezuela. Esta mensagem bolivariana é dirigida aos valentes soldados que se encontram no regimento de pára-quedistas de Aráguá e na Brigada Blindada de Valência. Companheiros: lamentavelmente, por enquanto, os objetivos que nos colocamos não foram atingidos na capital. Quer dizer, nós, aqui em Caracas, não conseguimos controlar o poder. Vocês agiram muito bem, porém já é hora de refletir. Virão novas situações e o país tem de tomar um rumo definitivo a um destino melhor. Assim que ouçam minha palavra, ouçam o comandante Chávez, que lhes lança essa oportunidade para que, por favor, reflitam e deponham as armas, porque, em verdade, os objetivos que traçamos em nível nacional são impossíveis de ser alcançados. Companheiros ouçam esta mensagem solidária. Agradeço sua lealdade, agradeço sua valentia, seu desprendimento e eu, diante do país e de vocês, assumo a responsabilidade deste movimento militar bolivariano. Muito obrigado” (MARINGONI, 2009: 96).

O breve pronunciamento transformou uma derrota militar em uma vitória política. Por intermédio desse discurso, Chávez se fez conhecer em toda a Venezuela. Duas expressões se destacaram, o “por enquanto¹⁵¹” que reconheceu a derrota naquele

¹⁵⁰ Foram detidos cento e oitenta oficiais, cinquenta e oito suboficiais, noventa integrantes de tropas profissionais e dois mil soldados. Eles ficaram encarcerados nas prisões situadas em *San Carlos* e em *Yare*.

¹⁵¹ Em Caracas, o “por enquanto” de Chávez tornou-se lema em diversos cartazes espalhados pela cidade e em conversas entre a população.

momento, mas afirmava que a luta não havia terminado, e o “assumo toda a responsabilidade”, que teve grande repercussão em um país, que como os demais na América Latina, os políticos em geral não assumem a responsabilidade pelos seus atos. Quatro meses após o levante, pesquisas de opinião demonstravam que a popularidade do então desconhecido Hugo Chávez estava em alta. Aproximadamente 64,7% dos entrevistados o consideravam confiável para dirigir a Venezuela (MARINGONI, 2009: 96). O descrédito da presidência de Andrés Pérez era tanto, que a tentativa de derrubá-lo foi percebida de forma positiva por grande parcela da população.

Os insurgentes haviam preparado vinte e quatro decretos a serem editados assim que chegassem ao Palácio de Miraflores. Esses decretos eram esboços da Constituição que Chávez aprovaria como presidente sete anos depois. No âmbito econômico propunham: a) o controle da circulação de capitais; b) a suspensão das privatizações; c) congelamento provisório dos preços de produtos, de serviços públicos e da gasolina. Com efeito, havia regras proibindo o comércio de armas e punindo o tráfico de drogas.

3.9.2 O *Impeachment* de Andrés Pérez e o Início do Fim do *Punto Fijo*.

A crise política provocou um acordo entre a Ação Democrática e o Copei para atuarem juntos no Parlamento. Todavia, a intensificação da crise econômica e o aumento dos protestos se refletiram no repúdio do povo, que exigia a renúncia de Andrés Pérez. Os militantes do Plano Ezequiel Zamora que escaparam de ser presos tentaram outra insurreição frustrada em novembro de 1992, muito mais violenta, liderada pelo vice-almirante Hernán Grüber. Nessa conjuntura de crise, o presidente anunciou a suspensão das garantias constitucionais com a aprovação do Congresso. O senador vitalício¹⁵² Rafael Caldera, discordou dessas medidas. Em um discurso, Caldera atacou o endividamento externo e terminou com uma frase de efeito dizendo que: “A democracia não pode existir se os povos não comem” (MARINGONI, 2009: 98). Apesar de conseguir derrotar as tentativas de deposição, Andrés Pérez sofreu *impeachment* no ano seguinte, acusado de corrupção. Para Vizentini (2003: 62-63):

“As acusações de corrupção, que formalmente propiciaram o afastamento do presidente, na verdade encobriam um complexo e emaranhado conflito de interesses político-econômicos, deflagrados com a

¹⁵² A Constituição de 1961 prevê que todos os ex-presidentes venezuelanos têm o direito ao cargo de senador vitalício.

brusca abertura externa da economia e os correspondentes ajustes internos. A inviabilização do governo CAP ocorreu de forma bastante acidentada, com duas tentativas de golpe de Estado (o 4 F e o 27 N), forte agitação social e progressiva desagregação do regime político estabelecido em 1958 com o *Punto Fijo*. Além disso, o *impeachment* só ocorreu meses antes das eleições”.

Em 1993, ainda preso¹⁵³, Chávez recomendou a abstenção na eleição presidencial. A disputa foi vencida por Rafael Caldera, que havia presidido a Venezuela vinte e cinco anos antes. Dessa forma, elegeu-se pela primeira vez desde a instituição do *Punto Fijo* um presidente não filiado nem à AD nem ao Copei. A vitória eleitoral de Caldera (1994-1999) foi um ponto de inflexão¹⁵⁴, que iniciou a derrocada do *Punto Fijo*. Depois de cinquenta anos no Copei, Caldera rompeu com o partido, lançando sua candidatura a presidente por uma coalizão de dezessete pequenos partidos, denominada Convergência Nacional. A rejeição aos principais partidos se refletiu no decréscimo de suas bancadas parlamentares. Cresceram as representações de esquerda não identificadas com o regime, como a Convergência de Caldera (que incluía o MAS) e a Causa R., partido de origem trabalhista. Outra ruptura importante foi a completa ausência de membros da AD e do Copei no gabinete ministerial de Caldera (AMORIM NETO, 2003: 88).

3.9.3 A Intensificação da Crise Econômica e a Reestruturação da PDVSA.

Entre os anos de 1993 e 1994, a crise econômica se intensificou. O governo teve de intervir em treze bancos, que representavam 37% do sistema financeiro, despendendo 12% do PIB nessa operação. Contudo, a administração Caldera não conseguiu evitar a fuga de capitais do país. Para tentar reverter a tendência de queda das reservas internacionais do Banco Central, o bolívar foi desvalorizado, e o câmbio passou a ser controlado.

Em dezesseis de abril de 1996, Caldera apresentou o pacote econômico *Agenda Venezuelana*, que previa o aumento do preço da gasolina, fim do controle cambial e de preços e contração dos gastos públicos, além da privatização de diversas estatais. O FMI concedeu ao país um empréstimo de US\$ 7 bilhões. Nesse período, a Venezuela desrespeitava as cotas impostas pela Opep, que tinha como consequência a

¹⁵³ Em março de 1994, Caldera concedeu anistia política aos líderes do levante de 1992, ganhando a liberdade Chávez, Gruber Odreman e Francisco Árias Cárdenas.

¹⁵⁴ Rafael Caldera foi eleito com apenas 30% dos votos. Seu mandato foi marcado por dificuldades para governar.

redução do preço do barril de petróleo no mercado internacional. Na verdade, o que o governo Caldera pretendia era retirar a Venezuela do cartel. Em seu governo, a independência da PDVSA em relação ao Estado venezuelano atingiu seu auge. Com efeito, até o ano de 1993, a estatal pagava em direitos, impostos sobre a renda e exportação cerca de 65% de seus ingressos brutos. Esse montante caiu para a metade quatro anos depois.

Em 1996, a PDVSA passou por um processo de reestruturação, a fim de atrair investimentos estrangeiros diretos. Para isso, a estatal adquiriu dezenove refinarias na Alemanha, Antilhas Holandesas, Bélgica, Estados Unidos, Ilhas Virgens e Reino Unido (SOUZA, 2008: 103). Nesse mesmo ano, a inflação do primeiro trimestre chegou a mais de 20% e as reservas cambiais decresceram devido à fuga de capitais, o que acarretou o desequilíbrio fiscal do governo.

3.10 A Ascensão de Hugo Chávez à Presidência.

Chávez pertence à primeira geração beneficiada pelo Plano Andrés Bello¹⁵⁵. Esse programa, iniciado em 1971, buscou incentivar o aprimoramento da carreira militar, por intermédio do envio de aspirantes a oficiais para universidades. Depois de alcançarem o oficialato, eles poderiam prosseguir seus estudos em um programa de pós-graduação. A grande relevância do Plano Andrés Bello foi retirar a influência da Escola das Américas¹⁵⁶ sobre as Forças Armadas venezuelanas. Por meio desse plano, Chávez passou a conhecer o ideário de Simón Bolívar, ao qual incorporou três elementos em seus ideais políticos: a) a luta anti-colonial; b) a hostilidade aos Estados Unidos; e c) a defesa da integração da América Latina. Em sua retórica, esses elementos formam a base para um discurso anti-imperialista.

¹⁵⁵ O nome é em homenagem ao educador, filósofo e poeta Andrés Bello (1781-1865), contemporâneo de Simón Bolívar.

¹⁵⁶ Escola das Américas (*School of the Americas*) foi renomeada como *Western Hemisphere Institute for Security Cooperation* em 2001. A instituição oferece cursos sobre assuntos militares à oficiais de outros países. Atualmente situada em [Fort Benning, Columbus, Georgia](#), EUA, a escola esteve de 1946 a 1984 situada no [Panamá](#), onde se graduaram mais de sessenta mil militares e policiais, de cerca de vinte e três países latino-americanos como: Guillermo Rodríguez (Equador), Héctor Gramajo (Guatemala), Hugo Banzer (Bolívia), [Leopoldo Fortunato Galtieri](#) (Argentina), [Manuel Antonio Noriega](#) (Panamá), Roberto D'Aubuisson (El Salvador), Roberto Eduardo Viola (Argentina), e Vladmiro Montesinos (Peru). Apesar de não existir confirmação oficial, há indícios de que [Augusto Pinochet](#), ditador chileno, e [Anastasio Somoza](#), ditador de Nicaragua foram alunos da Escola das Américas. Em 2004, a Venezuela informou que não mais enviaria seus cadetes para treinamento na organização americana, decisão que dois anos mais tarde foi seguida pela Argentina e pelo Uruguai.

Chávez buscou uma aproximação com o líder comunista Douglas Bravo que, após romper com o Partido Comunista da Venezuela na década de 1960, passou a se intitular bolivariano. A amizade entre eles perdurou por uma década, até que Chávez rompeu com Bravo, preferindo centrar suas atividades no Exército, ao invés de um partido político ou movimento social. Para Chávez, a ideologia de Bravo não encontraria respaldo nas Forças Armadas, pois o marxismo chocava-se com a natureza da instituição. Em 1977, Chávez tentou articular um grupo político no interior das Forças Armadas, o Exército de Libertação do Povo da Venezuela¹⁵⁷ (ELVP), mas sua iniciativa não obteve êxito. No ano de 1982, militares que se reuniam para discutir a situação do país fundaram o Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), em homenagem ao bicentenário de Simon Bolívar. Logo o MBR-200 se tornou uma força política, discutindo sobre como e quando promover um levante armado contra o regime.

3.10.1 Eleições Presidenciais de 1998 e a Vitória de Chávez.

Em 1998, ano de eleição presidencial, o preço do barril de petróleo atingiu o nível mais baixo desde 1979, agravando os problemas econômicos e políticos do país. A crise fez ruir o *Punto Fijo*. A princípio, Chávez teve dúvidas sobre sua participação nas eleições de 1998, por achar que o sistema era demasiadamente corrupto. Contudo, devido a sua popularidade crescente, ele resolve candidatar-se a presidente. Em seis de dezembro, Chávez foi eleito com 3,67 milhões de votos, alcançando 56,2% dos votos válidos (MARINGONI, 2009: 111). Para Costa (2008: 42), Chávez chegou ao poder “como resultado da mais catastrófica crise econômica, política, social, institucional e moral da Venezuela”. Assim, a ascensão de Chávez ao poder foi a constatação da falência do *Punto Fijo*.

Chávez tomou posse no dia dois de fevereiro de 1999, em uma conjuntura de aguda crise econômica. A contração do PIB foi da ordem de 5%, entre os anos de 1998 e de 1999. Em 1998, o barril de petróleo estava cotado a US\$ 8,74, valor real equivalente ao primeiro trimestre de 1973¹⁵⁸. O governo de Chávez tinha dois objetivos

¹⁵⁷ O ELVP era uma associação armada, com ideais as vezes confusos sobre como deveria ocorrer a revolução na Venezuela.

¹⁵⁸ Dados disponíveis em: *Opec: Annual Statistics*, 1999, p.112 e 119. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/ASB1999.pdf> Consulta em: 25/03/2010.

basilares: a) promulgar uma nova Constituição, e b) integrar as Forças Armadas nas atividades econômicas e sociais do país, por intermédio do programa Plano Bolívar 2000.

No plano econômico, a “Política Econômica de Transição” demonstrou que nos dois primeiros anos de governo, Chávez não pretendia dar uma guinada radical na economia interna. As preocupações do governo estavam concentradas em evitar uma crise de desconfiança interna ou externa que afetasse a economia e que inviabilizasse as mudanças institucionais que ele pretendia realizar.

3.11 Política Externa do Governo Chávez.

Chávez declarou que a política externa de seu governo privilegiaria as relações com a América Latina e com o Caribe. A política externa de seu governo retomou uma política terceiro-mundista, reativa aos efeitos negativos da globalização sobre as nações em desenvolvimento. Chávez adotou a retórica da ruptura com o passado. Isso deveria refletir-se no uso soberano dos recursos do petróleo, no projeto de integração bolivariana da América Latina e em um discurso de confrontação com os Estados Unidos, que se intensificou após o golpe frustrado contra ele em 2002.

A ascensão de Chávez ao poder marcou uma maior aproximação entre Caracas e Brasília. Em abril de 2000, Fernando Henrique Cardoso e Hugo Chávez firmam a Declaração Presidencial de Caracas, que tinha por objetivo estreitar as relações bilaterais e de integração regional. O documento também fazia referência à necessidade de atualizar o *Protocolo de la Guzmania*. A Declaração Presidencial de Caracas destaca a importância de projetos de infraestrutura regional, como a interconexão fluvial Orinoco-Amazonas e a interconexão elétrica *Macagua II- Boa Vista* (SOARES DE LIMA, 2007: 6). Durante a VI Reunião de Ministérios de Relações Exteriores do Tratado de Cooperação Amazônica, sediada em Caracas, decidiu-se por criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica¹⁵⁹ (OTCA).

Importa frisar que o principal objetivo da política externa do início do governo Chávez foi rearticular a Opep, para elevar o preço do barril de petróleo. Assim, a Venezuela se tornou um dos países líderes do cartel, sediando entre os dias vinte e sete

¹⁵⁹ A OTCA tem por objetivo preservar o patrimônio natural amazônico por intermédio do desenvolvimento sustentável. Seus Estados membros são: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

e vinte e oito de setembro de 1999, a II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Opep, que contou com a presença dos mandatários de Arábia Saudita, Argélia, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Líbia, Nigéria, Catar, e Kuwait.

A reunião anterior tinha sido realizada em 1975 na Argélia, com o objetivo de rearticular a Opep e recompor os preços internacionais mediante o restabelecimento das cotas de produção¹⁶⁰. Chávez propôs ao cartel estabelecer uma banda de preços, entre US\$ 22 e US\$ 28 o barril, que variaria de acordo com o nível de produção. Assim, Chávez ajudou a revigorar a Opep, que já havia perdido seu protagonismo e relevância por disputas internas. O cartel decidiu por reduzir as quotas de produção. O preço do barril, que estava em torno de US\$ 9 no início de 1999, passou para cerca de US\$ 20 em 2001. Após 11 de setembro de 2001, o preço do petróleo disparou, devido às incertezas internacionais e ao aumento da demanda nos mercados emergentes.

Em 2000, a política de cotas da Opep foi reforçada pelo aumento de demanda de mercados emergentes, como China e Índia. Os preços aumentaram devido à inelasticidade da oferta no curto prazo. Em 2003, com a Guerra do Iraque, a produção iraquiana¹⁶¹ parou, reduzindo ainda mais a oferta e elevando o preço do barril de petróleo. O fortalecimento da Opep aumentou o controle do mercado por parte dos países produtores de petróleo e mitigou a fragilidade desses diante das grandes economias consumidoras.

Com efeito, a atuação do governo Chávez foi além da rearticulação da Opep. A Venezuela firmou acordos de cooperação energética com países que mantinha esparsas relações diplomáticas, como a Argélia, China, Nigéria e Rússia. Por intermédio de acordos políticos, o país tem vendido petróleo a condições favoráveis a diversos países do Caribe e da América Latina. Além disso, permuta petróleo por serviços médicos com Cuba¹⁶². Chávez concedeu preferência aos países mais pobres da América Latina e do Caribe, como a Bolívia, a Nicarágua, e o Panamá, promovendo a criação da Petrocaribe e da Petroandina. A Petrocaribe é uma aliança em matéria [petroleira](#) entre alguns países do [Caribe](#) com a [Venezuela](#), que consiste em que os países caribenhos comprem o petróleo venezuelano em condições de pagamento preferencial.

¹⁶⁰ O petróleo enfrentava a maior queda de preço desde 1972 (MARINGONI, 2009: 118).

¹⁶¹ A produção iraquiana era quase equivalente a da Venezuela antes da invasão estadunidense.

¹⁶² Chávez vende para Cuba cerca de cinquenta e três mil barris de petróleo por dia a preços abaixo de mercado.

Chávez reaproximou a Venezuela de Cuba¹⁶³, passou a comprar armas da Rússia¹⁶⁴ e estreitou laços comerciais com países do Oriente Médio, como o Iraque (durante o governo de Saddam Hussein¹⁶⁵) e com o Irã. Aumentou sua influência em relação à Bolívia e ao Equador. Estreitou relações com a Argentina, comprando os bônus da dívida desse país. Integrou-se ao Mercosul e abandonou a Comunidade Andina¹⁶⁶ (CAN). Investiu em um programa de modernização das Forças Armadas por intermédio de acordos militares com a Rússia. Criou a Alba como uma proposta alternativa a Área de Livre Comércio das Américas. Para a Venezuela, a Alca seria a perpetuação do *status quo* de dependência e um modo de inviabilizar qualquer projeto de desenvolvimento que não fosse pautado na venda de petróleo para o mercado norte-americano. Para Carmo (2007: 29):

“É evidente que o governo Chávez não esperava que um governo, como o brasileiro (Lula), ou o argentino (Kirchner), se incorporasse ao projeto Alba. Mas, ao apresentar a proposta, torna maior o custo político interno de estes países aderirem à Alca e, deste modo, consegue não ficar numa posição isolada contra a Alca.”

O caminho natural para a Venezuela seria aderir à Alca, da mesma maneira que o México fez em relação ao NAFTA (*North American Free Trade Agreement*). Radicalizando, Chávez aparentemente se isola, e em termos ideológicos, na retórica radical, isso é verdade. Agindo dessa forma, Chávez passa a pautar a esquerda latino-americana, pois a avaliação do que é um governo de esquerda na América Latina está baseada a partir dos parâmetros chavistas. Desse modo, os governos que se intitulam “de esquerda”, como os de Lula e de Kirchner, ficam impedidos de confrontá-lo diretamente. Com a sua reeleição em 2001, Chávez redirecionou sua política externa, ao tentar forjar parcerias com países de mesmos objetivos ideológicos, a fim de contrabalançar o poder dos Estados Unidos.

A política econômica do governo Chávez é caracterizada pelo intervencionismo estatal, em nível fiscal, monetário e cambial, e por políticas sociais,

¹⁶³ Em 2002, durante o golpe de Estado frustrado contra Chávez, seus adversários tentaram invadir a embaixada de Cuba.

¹⁶⁴ Chávez não poderia comprar equipamentos norte-americanos para modernizar as Forças Armadas do país, pois os Estados Unidos têm o poder de vetar as vendas de qualquer equipamento militar que conte com tecnologia norte-americana. Por isso, em onze de janeiro de 2006, o Brasil não pode vender vinte e quatro unidades dos aviões Embraer EMB-314 Super Tucano à Venezuela. Assim, Chávez teve que comprar equipamento bélico russo, por não conter tecnologia estadunidense.

¹⁶⁵ A visita ao Iraque, e o seu encontro com Saddam Hussein foram interpretados como uma afronta pelo governo de George W. Bush.

¹⁶⁶ A Venezuela teria que optar pelo Mercosul ou pela CAN, em razão da divergência no valor da tarifa externa comum (TEC) das duas uniões aduaneiras.

incluindo ações em infra-estrutura. O principal fator que impulsionou a expansão da economia, a partir de 2004, foi o gasto governamental. Em 2005, a dívida pública correspondeu a 24,4% do PIB, a dívida interna a 9,3% e a dívida externa 15% do PIB (CARMO, 2007: 46). Com efeito, o nível de endividamento interno do governo venezuelano é menor do que o do governo brasileiro. Desse modo, Chávez ainda tem margem de manobra para responder a uma redução do preço do barril de petróleo.

Sobre a vantagem do projeto integracionista de Chávez sobre o nacional desenvolvimentismo dos anos de 1950, Carmo (2007: 51) afirma que: “O projeto de Chávez não visa à constituição de uma autarquia; ele não pretende desenvolver a Venezuela isolando-a do mundo, mas redefinir a sua integração na economia mundial, redirecionar dos EUA para a América do Sul.” O projeto de integração apresentado pela Venezuela é o mais audacioso projeto de integração proposto aos países da região desde a década de 1950. Mesmo que não se torne realidade, será um modelo para os países sul-americanos mitigarem a dependência externa. Para Diniz (2007: 29):

“Durante a hegemonia da agenda neoliberal, a adesão incondicional às diretrizes do Consenso de Washington foi responsável pelo período de mais longa estagnação dos países latino-americanos, em contraposição aos países do Sudeste asiático, que experimentaram altos índices de desenvolvimento”.

Para Cervo (2003: 168): “em que pese diferenças de estilo na ação externa, nenhum outro país na América do Sul apresenta relativamente ao Brasil, no início do milênio, tantas variáveis comuns em sua visão de mundo e em sua estratégia externa quanto a Venezuela”. De acordo com Cervo (2003: 168-169), os dois países convergem: a) no conceito de globalização assimétrica, como correção do conceito de globalização benéfica vigente na década de 1990; b) no conceito político e estratégico de América do Sul; c) no reforço do núcleo central robusto da economia nacional como condicionante da interdependência global; d) na prévia integração da América do Sul como condicionante da integração continental; e) na percepção da nocividade da Alca, sem a reciprocidade comercial efetiva; f) na reserva ao Plano Colômbia¹⁶⁷; g) no repúdio a qualquer presença estadunidense e a seus vôos sobre a Amazônia; h) na decisão de não privatizar suas estatais de petróleo.

As relações entre a Venezuela e os Estados Unidos tornaram-se mais difíceis com a aproximação com Cuba; os esforços de aprofundar o comércio e laços

¹⁶⁷ Lançado no ano de 2000, o Plano Colômbia destinou-se oficialmente a combater a produção e o tráfico de cocaína na [Colômbia](#) e desarticular as guerrilhas esquerdistas que atuam no país.

diplomáticos com a China, o Iraque e o Irã e a recusa de Chávez em permitir vôos norte-americanos antidrogas no espaço venezuelano. A experiência bolivariana do governo Chávez pode ser considerada a primeira ruptura de um país sul-americano com o ideário do Consenso de Washington. Com efeito, o projeto chavista não é socialista e a Constituição da Venezuela é clara em relação à livre empresa¹⁶⁸. Uma economia baseada em poucos produtos primários para a exportação torna-se muito vulnerável às flutuações do mercado internacional. De acordo com Carmo (2007: 18):

“Dada a dependência econômica da Venezuela em relação aos EUA devido a economia do país girar em torno do petróleo, qualquer projeto de incorporação social e política das massas associado a um programa de reestruturação da ordem econômica envolve uma posição anti-norte-americana, anti-imperialista. Ou seja, a política da Venezuela em relação aos EUA precisa ser muito mais incisiva do que a adotada pelo governo brasileiro, seja para enfraquecer os grupos internos vinculados aos interesses norte-americanos no país, seja para legitimar as políticas de desenvolvimento econômico que visam romper com o controle estrangeiro sobre a economia nacional. Sem um discurso radical, o projeto de autonomia venezuelano passaria despercebido, tal grau de integração entre a economia venezuelana e a norte-americana”.

É nesse sentido que deve ser entendida a política de Chávez de mitigar a dependência econômica do país em relação aos Estados Unidos. A integração visa a definir e consolidar um novo mercado para os hidrocarbonetos venezuelanos. A integração energética possibilita estabilizar a demanda dos países sul-americanos em relação à produção venezuelana, pois a oferta acabará por se confundir com a oferta interna de energia. Todavia, existe o risco de que mudando o governo o projeto de autonomia em relação aos Estados Unidos seja abandonado. Por isso, a concretização da integração energética na América do Sul tornaria essa reorientação irreversível, ou pelo menos, muito difícil, pois os sucessores de Chávez teriam que honrar os contratos firmados.

Mudar a configuração da dependência significa diversificar as exportações venezuelanas e diversificar os seus parceiros comerciais. É a partir daí que se deve compreender o projeto de Chávez de integrar via energia a América do Sul. Ele pretende criar um mercado consumidor alternativo e estável para o país, e implementar políticas de desenvolvimento endógeno que possibilitem a diversificação da pauta exportadora no futuro. Além disso, a integração permite forjar alianças políticas

¹⁶⁸ Existem diversas iniciativas de associação entre o Estado venezuelano e os empresários do país a fim de reativar o aparato produtivo agro-industrial do país. O objetivo é não somente a recuperação industrial, mas também criar bases sustentáveis para abandonar o modelo econômico rentista, para construir um novo modelo produtivo endógeno capaz de garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento nacional.

defensivas. Externamente, a Venezuela seria ameaçada por uma intervenção militar, pelo conflito na Colômbia, pelo crime organizado internacional e pelo narcotráfico. A adesão de outros países ao projeto chavista aumenta a legitimidade de seu governo no sistema internacional, reduzindo o espectro de ações viáveis de Washington contra a administração de Chávez.

O potencial petrolífero venezuelano proporciona ao país relevantes ações de política exterior, nos âmbitos mundial e regional. A alta do preço do petróleo foi utilizada para a ascensão política da Venezuela no sistema internacional. O potencial energético da Venezuela lhe permite projetar seu poder e formar alianças cooperativas não alinhadas em prol de um sistema mundial multipolar, promovendo inclusive oportunidades de desenvolvimento em regiões mais pobres. Na integração sul-americana, há a possibilidade de independência da região nesse bem energético e escasso, assim como a cooperação em projetos petroquímicos, como na construção da Refinaria Abreu e Lima¹⁶⁹. Com a entrada da [Venezuela](#) no [Mercosul](#), importar petróleo venezuelano ficará mais barato, e assim, o lucro brasileiro ao refinar petróleo venezuelano e exportar derivados industrializados, será ainda maior. Para Garcia (2008: 5): “a alegada ‘instabilidade’ da Venezuela deve ser vista como uma razão suplementar para apressar o ingresso desse país no Mercosul. Deve-se a todo custo evitar o isolamento de Caracas no contexto sul-americano.”

3.12 A Nova Constituição de 1999.

Em sua posse, Chávez assinou um decreto para realizar um referendo sobre a convocação de uma nova Assembleia Constituinte. Assim, em vinte e cinco de abril de 1999, o povo foi às urnas. O resultado do plebiscito foi favorável ao governo, e em julho do mesmo ano os eleitores escolheram seus representantes. O Pólo Patriótico, formado pelo Movimento ao Socialismo (MAS); Movimento V República (MVR)¹⁷⁰ e

¹⁶⁹ A Refinaria Abreu e Lima, localizada em Pernambuco, será a primeira refinaria inteiramente construída com tecnologia nacional. A refinaria estará capacitada a refinar 100% de petróleo pesado com o mínimo de impactos ambientais e produzir combustíveis com teor de enxofre menor do que o exigido pelos padrões internacionais mais rígidos, de dez partículas por milhão (PPM) de enxofre. A previsão é de que até o ano de 2011 as obras de construção já estejam terminadas.

¹⁷⁰ Para Chávez, a Venezuela teve quatro Repúblicas: a) a primeira após a independência; b) a segunda teria lugar dois anos depois; c) a terceira em 1819, quando Bolívar tentou formar a Grande Colômbia; d) a Quarta República que vigoraria de 1830 até a atualidade. O nome do partido, fundado em 1997 por Chávez, deveria evidenciar a ideia de mudança de curso do país seria drástica, pois era necessário criar uma nova República.

Pátria para Todos (PPT), conquistou cento e dezenove das cento e trinta e uma cadeiras. A nova Constituição se tornou o centro dos debates no Parlamento.

O texto final da nova Constituição ficou pronto no dia doze de novembro de 1999, e contava com trezentos e cinquenta artigos. Em quinze de novembro, o povo aprovou por meio de um plebiscito a nova Carta Magna do país. No mesmo mês, houve eleição para vereadores e um referendo sobre o movimento sindical. Sobre a nova Constituição, o sociólogo Edgardo Lander (*apud* MARINGONI, 2009: 114-115) afirma que:

“Pela primeira vez reconhecem-se os direitos dos indígenas, saldando uma velha dívida da sociedade venezuelana em incluir esses povos e outorgar-lhes a dignidade da plena cidadania. Reconhecem-se também os direitos ambientais e amplia-se o conjunto de direitos sociais. Assentam-se as bases para a transformação do Poder Judiciário e se reorganizam os poderes públicos para incorporar o Poder Cidadão, integrado pela Procuradoria e pela nova figura da Defensoria do Povo. Inauguram-se formas participativas do exercício da democracia, com a incorporação ao texto constitucional de diversas modalidades de referendo”.

Chávez promoveu mudanças profundas nas instituições do país. O Parlamento deixou de ser bicameral para ser unicameral, o Judiciário passou a ter eleições para juízes. Chávez rompeu com a representação e organização multiclassista das instituições em privilégio dos setores mais pobres da população, que se tornou sua base política.

3.13 A Lei de Hidrocarbonetos e a Retomada do Controle da PDVSA pelo Governo.

A posse de Chávez foi o marco divisor da indústria petrolífera venezuelana. Chávez passou a adotar política nacionalista que, por meio da Constituição de 1999, proibiu a privatização da PDVSA e a atuação minoritária da estatal nos contratos de exploração e de produção. A aprovação da nova Carta Magna abriu caminho para retomar o controle dos recursos naturais venezuelanos. O fortalecimento do controle do Estado sobre a PDVSA é materializado com a Lei de Hidrocarbonetos. A retomada do controle da PDVSA transferiu em 2004 aproximadamente US\$ 3,5 bilhões para programas sociais do governo (SÉBILLE-LOPPEZ, 2006: 101).

Associações estratégicas com outras companhias eram necessárias para explorar a Faixa do Orinoco¹⁷¹, pois os investimentos eram muito elevados, além de

¹⁷¹ Em maio de 2007, a PDVSA assumiu o controle da exploração de petróleo na Faixa do Orinoco.

precisar de alta tecnologia para explorar o óleo extra-pesado¹⁷². O período de duração das associações é de trinta e cinco anos, a taxa de Imposto de Renda é de 34% e os *royalties* de 1% a 16,6% (variavam de acordo com a jazida). Com efeito, as associações eram isentas de impostos estaduais e municipais (CAMPOS, 2007: 146). A nova Lei de Hidrocarbonetos promulgada por Chávez determina que, para explorar e produzir petróleo ou gás no país, é preciso uma licença emitida pelo Ministério de Energia e Minas, suprimindo assim uma parcela importante da autonomia da PDVSA. De acordo com Maringoni (2009: 120):

“A lei estabelece que: Os ingressos que, em razão dos hidrocarbonetos, receber a nação propiciarão o financiamento da saúde, da educação, de fundos de estabilização macroeconômica e do investimento produtivo, de maneira que se obtenha uma apropriada vinculação do petróleo com a economia nacional, todo ele em função do bem estar do povo”

Com o maior controle da PDVSA, Chávez renegociou contratos firmados pelos governos anteriores. Em vez de apenas arrecadar *royalties*, propôs *joint-ventures*¹⁷³ em que a PDVSA deveria ter participação majoritária. Quem não aceitasse teria o contrato cancelado. A arrecadação subiu para 30% do total da produção e a taxação foi aumentada em dois terços. Várias companhias como a *Exxon* e a *Total* deixaram de operar no país, mas a *Petrobras*, a *Shell* e a *Repsol* continuaram a atuar na Venezuela.

Importa frisar que a Venezuela nunca teve o monopólio do setor petrolífero, apesar de a PDVSA ser uma empresa monopolista na prática, pois a Lei de Nacionalização de 1975 permitia a associação do Estado a companhias privadas. No ano de 1992, teve início o processo de abertura do setor com a aprovação de contratos de serviço para recuperar os campos marginais de óleo pesado e extra-pesado. Em 1995, a Lei de Nacionalização de 1975 foi alterada para permitir que multinacionais petrolíferas atuassem no país sem ter que se associar a PDVSA.

Em 1999, Chávez criou o *Fondo de Inversión para la Estabilización Macroeconómica* (FIEM) composto pelos excedentes das divisas de petróleo. Esses recursos serviriam de garantia para futuras quedas dos preços ou das quantidades exportadas. Entre os anos de 2000 e de 2001, as políticas fiscais e monetárias

¹⁷² Havia quatro projetos, denominados *syncrude*, para transformar o petróleo pesado em leve. Em 2003, tais projetos produziram cerca de 500.000 bbl/d de óleo cru sintético.

¹⁷³ *Joint venture* é uma associação de [empresas](#), definitiva ou não, com fins [lucrativos](#), visando a explorar determinado(s) negócio(s), sem que nenhuma delas perca sua [personalidade jurídica](#).

expansionistas do governo Chávez e a recuperação do preço do barril de petróleo resultaram no crescimento do PIB, respectivamente, 3,7% e 3,4%. Ademais, o PIB não petroleiro cresceu 4% em média, enquanto o PIB petroleiro elevou-se 1,2%, o que significa o início de mudanças estruturais na economia. Houve queda no desemprego, no índice de preços ao consumidor¹⁷⁴ e nas taxas de juros, aumento do crédito, do consumo e do PIB *per capita*.

3.13.1 A Greve Patronal de 2001 e a Criação do Grupo de Amigos da Venezuela.

Todavia, a Lei de Hidrocarbonetos, promulgada em 2001, gerou muitos conflitos entre o governo e a cúpula da PDVSA, ao prever um aumento nos repasses e que a contabilidade das atividades internas e no exterior deveriam ser feitas em separado, o que demonstraria que as atividades internas geravam muitos excedentes, enquanto que as externas, enormes prejuízos. Essa lei fez parte do pacote de quarenta e nove leis decretado pelo presidente Chávez, que marcou o início da rearticulação dos setores derrotados na eleição de 1998 e na Constituinte de 1999. O pacote contou com outras leis polêmicas, como a Lei de Terras¹⁷⁵ e a Lei de Pesca¹⁷⁶.

Em 2001, houve mudança na postura da oligarquia associada ao petróleo, que, até então, comportavam-se ponderadamente, iniciando uma batalha que durou até fevereiro de 2003. No início de abril de 2002, a cúpula da PDVSA convocou uma paralisação geral contra o governo Chávez. Em sete de abril, Chávez demitiu os sete gerentes da PDVSA durante o programa televisivo oficial “*Aló Presidente*”¹⁷⁷. A imprensa intensificou seus ataques ao governo após esse fato. Durante toda a semana após o sete de abril, as emissoras de televisão e de rádio privadas e os principais jornais da capital convocaram uma manifestação de protesto para a quinta-feira, onze de abril.

¹⁷⁴ O índice de preços ao consumidor é uma medida do preço médio necessário para comprar bens de consumo e de serviços. O índice é usado para observar tendências de inflação. A variação percentual de preços em um determinado período é uma das medidas da inflação.

¹⁷⁵ A Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário estabelece a função social da propriedade, ocupação, produtividade e ociosidade da terra, taxação de lotes e direito dos proprietários. Também criou o Instituto Nacional de Terras (INT).

¹⁷⁶ A Lei de Pesca definiu as modalidades de pescas permitidas no país. Com efeito, a Venezuela é o país pesqueiro mais importante da área do Caribe.

¹⁷⁷ O programa “*Aló Presidente*” é um misto de espetáculo, programa e variedades e palanque eletrônico, transmitido semanalmente ao vivo por mais de quatro horas pela TV estatal canal 8.

Pedro Carmona, presidente da Fedecámaras¹⁷⁸, incentivou os manifestantes a rumarem para o Palácio de Miraflores, sede do governo federal, enquanto as lideranças do governo convocavam o povo a manifestar-se diante da sede do Poder Executivo. Ao meio dia, entre três a quatro mil chavistas atenderiam ao apelo do governo. As emissoras de televisão noticiaram que paramilitares de confiança de Chávez estariam executando os manifestantes opositoristas. Como prova do massacre, foram mostradas imagens de um simpatizante do governo atirando de cima da ponte *Llaguno* para algum alvo abaixo, na Avenida Baralt. Meses depois, a verdadeira cena veio a público: o homem não estava atirando em ninguém, pois a marcha estava a um quilômetro e meio de distância daquele local. O chefe do jornalismo de uma das principais emissoras demitiu-se por discordar da manipulação.

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos, Chávez fez um pronunciamento em rede nacional de rádio e de televisão. Os canais privados dividiram a tela no meio, de um lado estava o presidente e de outro a imagem dos manifestantes. No rodapé aparecia escrito: “consideramos que a transmissão em cadeia imposta pelo Poder Executivo nacional é expressão de um abuso de poder e de uma exorbitância de funções” (MARINGONI, 2009: 129). O áudio de Chávez é desligado. Irritado com a afronta, Chávez suspende o sinal da Rádio Caracas, da *Venevisión*¹⁷⁹ (de Gustavo Cineros), e da *GloboVisión*¹⁸⁰.

O general da Guarda Nacional, Camacho Kairuz, pediu a renúncia de Chávez em transmissão pela televisão, em um programa montado na casa de um jornalista. À noite os opositores do governo tomaram a TV estatal. Chávez reuniu-se com seus ministros, assessores, parlamentares e militares para discutir as opções do que poderia ser feito. Havia três alternativas: a) continuar lutando, como fez o presidente chileno Salvador Allende (1970-1973); b) resistir fugindo para o quartel do Exército de *Maracay*, que estava nas mãos de militares fiéis ao presidente; e c) entregar-se. Por telefone, Fidel Castro aconselhou-o a entregar-se, pois seu sacrifício seria inútil. Chávez, então optou pela última alternativa, entregar-se, mas deixou claro que não renunciaria e nem assinaria qualquer documento previamente redigido.

¹⁷⁸ A Federação de Câmaras de Comércio e Produção agrupa os setores empresariais da Venezuela.

¹⁷⁹ A *Venevisión* (*Venezuela Televisión*) foi criada em 1953 com o nome de *Televesa* (*Venezolana de Televisión*). A empresa faliu em 1960, sendo então adquirida por Gustavo Cisneros.

¹⁸⁰ A *GloboVisión* foi fundada por Guillermo Zuloaga em 1995. No início, sua programação atingia apenas a cidade de Caracas, mas com a ajuda da DirectTV Venezuelana conseguiu ter seu sinal transmitido para todo o país.

O descontentamento da elite econômica do país culminou no golpe de Estado de onze de abril de 2002, que teve apoio em maior ou menor grau da cúpula da PDVSA. A Igreja apoiou o golpe de 2002. Chávez foi levado ao *Forte Tiúna*¹⁸¹, por um comboio de quatro veículos blindados. Enquanto isso, os bairros ricos e de classe média comemoravam. O respaldo estadunidense ao golpe de Estado foi rápido¹⁸². Em quarenta e oito horas, Carmona dissolveu todos os poderes legalmente constituídos, como a Assembleia Nacional e os corpos constituintes, destituiu os governadores e prefeitos eleitos pelo povo (LEMOINE, 2002: 208). No sábado, tiveram início as manifestações nos bairros populares, que se dirigiram às imediações do Palácio de Miraflores e do Forte Tiúna. Às cinco da tarde, o batalhão de Caracas prendeu Carmona. O general Raul Isaias Baduel foi decisivo para derrotar o golpe de 2002. Ele ameaçou invadir o Palácio de Miraflores para desalojar Carmona e seus aliados. O golpe foi derrotado pela pressão popular e pelo isolamento internacional dos golpistas¹⁸³. Às três e meia da manhã de domingo, Chávez retornou ao Palácio de Miraflores.

Apesar de o golpe ter sido frustrado, a oposição promoveu, a partir do dia dois de dezembro de 2002 uma greve patronal nacional a partir da PDVSA, de sessenta e três dias, que paralisou a economia do país. A produção de petróleo foi interrompida quando o navio-tanque Pflin León paralisou suas atividades no Lago de *Maracaibo*. Em vinte de dezembro, as Forças Armadas conseguiram retomar o petroleiro¹⁸⁴. O nível de produção de petróleo chegou próximo a zero. Para não suspender completamente as atividades, o governo contou com a ajuda de milhares de técnicos cubanos para trabalhar na estatal.

Durante esse período de grave crise, o Brasil posicionou-se em favor de uma solução em consonância com o quadro institucional do país. Na ocasião da greve patronal de dezembro de 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso enviou gasolina para o país, atendendo solicitação de Chávez. Em vinte e oito de dezembro, o petroleiro *Amazon Explorer* da Petrobras levou ao país mais quinhentos mil barris de

¹⁸¹ Durante as quarenta e seis horas em que ficou detido, Chávez ficou preso, primeiramente, no Forte *Tiúna*, mas depois foi transferido para a Base Militar Naval de *Turiamo*, a cem quilômetros de Caracas. Posteriormente, foi levado para a base militar da ilha de La Orchila, no mar do Caribe, a cento e oitenta quilômetros da capital.

¹⁸² O embaixador Charles Shapiro visitou Pedro Carmona no dia de sua posse. O FMI anunciou a disponibilização de recursos financeiros para a Venezuela. O porta-voz da Casa Branca, Ari Fleisher, disse que: “as ações provocadas pelo governo Chávez provocaram a crise” (MARINGONI, 2009: 134).

¹⁸³ Os únicos países a saldar o golpe de Estado contra Chávez foram os Estados Unidos, a Espanha e o Peru. O restante dos países latino-americanos se posicionou contra o golpe.

¹⁸⁴ A retomada do petroleiro Pflin León representou o primeiro passo na tomada do controle da PDVSA pelo governo.

gasolina. A Venezuela despendeu cerca de US\$ 700 milhões na importação de combustível. Em janeiro de 2003, o presidente Luis Inácio Lula da Silva criou o Grupo de Amigos da Venezuela, que contou com a participação de Chile, Espanha, Estados Unidos, México e Portugal (SOARES DE LIMA, 2007: 7). Seu objetivo era auxiliar nas negociações realizadas pelo secretário-geral da OEA, Cesar Gairia, para sanar a crise venezuelana, por intermédio de um acordo entre os opositores e o governo.

No dia vinte e cinco de abril de 2003, antes do fim da crise venezuelana, Chávez e Lula firmaram a Ata do Recife, demonstrando novamente a importância das relações bilaterais. Esse documento prevê a ajuda brasileira a Venezuela, por meio de mecanismos para garantia de financiamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além de registrar o entendimento entre PDVSA e Petrobras e destacar a relevância de estreitar a cooperação multilateral no âmbito das Nações Unidas¹⁸⁵.

3.13.2 Resultados da Greve Patronal.

Dos quarenta mil funcionários da PDVSA, cerca de dezessete mil foram despedidos. A previsão da antiga cúpula da estatal de que não haveria pessoal qualificado para substituir os antigos empregados não se confirmou. A empresa se recuperou rapidamente e em poucos meses, o nível de produção já se igualava ao de 2001.

Após sessenta e três dias, a greve terminou por causa dos prejuízos ocasionados ao setor privado do país. A Venezuela enfrentava agora uma gigantesca crise econômica. A moeda nacional se desvalorizou em 25%, estabelecimentos comerciais faliram, houve fuga maciça de capitais, da ordem de US\$ 7 bilhões. O governo então passou a adotar o controle cambial¹⁸⁶ para poupar as reservas internacionais. Diante de tais acontecimentos, a economia venezuelana decresceu significativamente, em 2002 e 2003, houve redução do PIB da ordem de 8,9% e 7,7% respectivamente. A produção petroleira chegou a cair de três milhões de barris diários para vinte e cinco mil, desencadeando efeitos por toda a economia, levando à falência centenas de empresas e gerando desemprego.

¹⁸⁵ Venezuela e Brasil defendem a necessidade da reforma do Conselho de Segurança da ONU. Com efeito, Caracas apóia o pleito brasileiro por um assento como membro permanente dessa organização.

¹⁸⁶ Para comprar dólares, os venezuelanos tinham que apresentar documentos à Comissão de Administração de Divisas, comprovando que não devia nada ao fisco.

Após o ano 2004, o administração Chávez pode implementar as políticas sociais prometidas, devido à estabilidade econômica, decorrente do aumento do preço do barril de petróleo. O governo lançou nova política social, as “missões bolivarianas”¹⁸⁷ ou *Missões Cristo*, que passaram a influenciar a vida de parte considerável da população. Os recursos para esses projetos são provenientes da PDVSA. Por essa razão, em maio de 2004, foi criado o Fondespa¹⁸⁸ (Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do País) uma alternativa para o cumprimento dos princípios de vinculação adequada dos ingressos provenientes dos hidrocarbonetos com a economia nacional. O fundo investe em obras de infraestrutura, de apoio à agricultura, saúde e educação. Esses investimentos são possíveis devido aos excedentes do preço do petróleo, como ficou estabelecido no artigo cinco da Lei de Hidrocarbonetos. Com efeito, os gastos em educação passaram de 3,2% do PIB em 1998 para 3,8% do PIB no ano seguinte, 4,4% em 2000 e 4,7% em 2001. Na saúde, os dispêndios passaram de 1,3% do PIB em 1998 para 1,5% em 2001 (BARROS, 2007: 92).

O governo Chávez impôs o controle de capitais, a partir da conturbada greve petroleira, quando a sua fuga foi intensa. O controle de capitais e de câmbio é justificado pelo governo para evitar que fuga de capitais atrapalhe o desenvolvimento da economia venezuelana. Como, historicamente, a receita de exportação de petróleo tendeu a valorizar a moeda nacional e prejudicar o desenvolvimento produtivo do país, devido à concorrência de produtos estrangeiros, o governo fixou o bolívar a uma taxa

¹⁸⁷ As missões se dividem em três áreas: a) educacional: *Misión Robinson*, para alfabetização de adultos, *Misión Ribas* de ensino básico, *Misión Che Guevara* de consciência étnico-moral, e *Misión Sucre* e *Misión Cultura* voltadas para o ensino universitário, *Misión Ciencia* para promover o desenvolvimento científico; b) alimentar, de saúde e de serviços básicos: *Misión Habitat* de construção de moradias populares, *Misión Mercal* de distribuição de alimentos a preços reduzidos, e a *Misión Barrio Adentro* de assistência médica; *Misión Alimentación* que visa a soberania alimentar do país, *Misión Esperanza* de desenvolvimento de células troncos, *Misión Gregório Hernandez*, que ajuda pessoas com doenças genéticas, *Misión Milagro* que opera pacientes que sofrem de catarata; *Misión Sonrisa* de assistência dentária; c) cidadania e desenvolvimento: *Misión Guaicaipuro* para melhorar as condições de vida de minorias étnicas, *Misión Identidad* para aquisição de documentos de identidade, um grave problema histórico no país, *Misión Vuelta al Campo* para prover a agricultura, *Misión 13 de abril* de criação de comunas socialistas; *Misión Cristo* pretende acabar com a pobreza até 2021, *Misión Arbol* voltada para a construção de um novo modelo de desenvolvimento, *Misión Madres del Barrio* de apoio as mães pobres, *Misión Revolución Energética* para promoção do uso racional de energia, *Misión Piar* para melhorar o aproveitamento dos recursos minerais, *Misión Zamora* para promover a reforma agrária. *Misión Niños y Niñas del Barrio* e *Misión Negra Hipólita* de assistência a menores abandonados, *Misión Miranda* de defesa militar e de manutenção da ordem interna. Entre esses projetos o mais destacado é a *Misión Barrio Adentro* de atendimento médico. Inicialmente, o governo pretendia contratar médicos venezuelanos, mediante um salário de US\$ 700, para que se mudassem para as favelas e permanecessem no horário comercial nos postos de saúde. Contudo, apenas quarenta e dois médicos se apresentaram. Chávez teve de recorrer ao acordo com Cuba firmado em 2000. Entre os anos de 2002 e de 2003 aproximadamente vinte mil médicos cubanos foram enviados para a Venezuela. O atendimento é ambulatorial, os casos mais graves são transferidos para hospitais (MARINGONI, 2009: 153-154).

¹⁸⁸ Em seu primeiro ano de funcionamento, o Fondespa contou com recursos da ordem de US\$ 2 bilhões.

desvalorizada¹⁸⁹ em relação ao dólar de 2.750 bolívares por dólar (COSTA, 2008: 51). No caso da Venezuela, um país que tende a consumir produtos supérfluos em demasia, disciplinar o consumo é tão importante quanto orientar a produção. A economia venezuelana se sustenta na exportação de recursos naturais não renováveis, por isso é importante aproveitar as vantagens atuais para criar um setor exportador baseado no trabalho da população.

O governo limitou as remessas de recursos para o exterior e impôs cota de importação de mil dólares por pessoa física, além de proibir o comércio de moeda estrangeira no país. A taxa de câmbio passou a ser fixa e corrigida anualmente. Essas medidas, somadas ao aumento do preço do barril de petróleo, elevaram as reservas cambiais de uma maneira jamais vista. O governo conseguiu mudar a legislação do Banco Central, para poder utilizar parte das reservas em programas sociais. Após essa mudança foi criado em 2005, o *Fonden (Fondo Nacional de Desarrollo)* para financiar planos estratégicos de desenvolvimento em indústrias básicas, petróleo, gás, infraestrutura, transportes e habitação. Os índices de pobreza caíram de seu ponto máximo de 55,1% da população em 2003 para 27,5% no primeiro semestre de 2007¹⁹⁰.

Em fevereiro de 2005, Chávez e Lula formalizaram uma estratégia, por intermédio da assinatura de vinte e seis acordos de cooperação nas áreas de energia, petroquímica, gás, mineração, tributo e aduana, financiamento de indústria e comércio, agricultura, pesca, turismo, cooperação técnica, ciência e tecnologia, comunicação e aviação militar (SOARES DE LIMA, 2007: 8). Em maio do mesmo ano, Néstor Kirchner, Chávez e Lula acederam em criar uma empresa petroleira comum, a Petrosul, que exploraria gás natural na Argentina e realizaria operações conjuntas na Faixa do Orinoco. Em junho, durante o encontro de Cúpula do Mercosul, Chávez declarou que pretendia compor um anel energético, que ligasse o Cone Sul com a América setentrional.

Em vinte e sete de maio de 2007, houve a não renovação do sinal de televisão da RCTV¹⁹¹ (Rádio Caracas de Televisão), episódico polêmico que tocou interesses dos monopólios de telecomunicações. Essa emissora teve um papel

¹⁸⁹ O câmbio valorizado torna baratos os bens de consumo duráveis e os bens de capital importados, e a proteção encarece os produtos não duráveis, concentrando a renda. Assim, os efeitos desse padrão de crescimento desigual ampliam o subdesenvolvimento.

¹⁹⁰ Dados disponíveis em: <www.cepr.net/index.php/other-languages/Spanish-reports/la-economia-venezolana-en-tiempos-de-chavez/> Consulta em: 22/03/2010.

¹⁹¹ A RCTV foi fundada em 1953, foi a primeira emissora de televisão da Venezuela, e era líder de audiência com dez milhões de telespectadores (45% de *share*). No mesmo canal dois, agora é vinculado o canal TVes (*Televisora Venezolana Social*).

fundamental no golpe de Estado de 2002. Não renovar uma concessão de uma empresa privada, que comprovadamente tentou subverter a ordem legal é uma possibilidade reconhecida até mesmo por opositores do presidente Chávez, mas o fato de não ter sido feito um processo formal de denúncia criou embaraços jurídicos. O governo enfrentou sério desgaste com a medida, pois a novela mais assistida da Venezuela era da RCTV. É possível que esse desgaste tenha contribuído para a derrota do governo no referendo de 2007, embora tenha obtido êxito na maior parte das consultas.

3.14 A Diplomacia Midiática do Governo Chávez.

A frase “nosso norte é o sul”, lema da Telesur¹⁹² (*Televisión del Sur*) resume os objetivos midiáticos e políticos de Chávez, que investe em recursos de propaganda e na diplomacia midiática. De acordo com Eytan Gilboa (2001: 275 *apud* MONTEIRO, 2007: 142): “a exposição da diplomacia na mídia para opinião pública criou uma nova diplomacia, com novas regras, técnicas e uma infinidade de implicações para governos, diplomatas, jornalistas e o grande público.” Com efeito, a diplomacia midiática não deve ser confundida com a diplomacia cultural ou diplomacia pública. O que difere a diplomacia midiática das demais é seu caráter pragmático, que também leva em consideração a disseminação de conteúdos culturais e valores ideológicos, mas sem perder o foco nos objetivos específicos.

O objetivo de criar a Telesur é fortalecer o projeto de integração da América Latina, especialmente da América do Sul, e criar mecanismos de proteção contra a ação da diplomacia midiática norte-americana, feita por redes de televisão internacionais e as agências de notícias. O golpe de Estado sofrido por Chávez em 2002 levou mais de quarenta e oito horas para ser classificado como golpe pela mídia internacional. Foi recorrente o uso da expressão “deixou o poder” ao invés de “foi deposto”. Chávez sabe que boa parte da ofensiva estadunidense contra governos que lhe desagradam tem na diplomacia midiática uma relevante ferramenta, por isso resolveu usar o mesmo recurso.

A iniciativa de Chávez de criar uma rede de notícias é inovadora na América Latina. Poucos países além dos Estados Unidos e da Europa Ocidental tentaram fazer

¹⁹² O canal Telesur foi criado, em vinte e quatro de julho de 2005, como uma parceria entre os governos de Venezuela, Cuba, Argentina e Uruguai. Entre os anos de 2006 e de 2007, a Bolívia, o Equador e a Nicarágua passaram a ser co-proprietárias da Telesur. Sediada em Caracas, a Telesur busca ser uma alternativa de comunicação para toda a América Latina, em resposta as grandes corporações internacionais como a *Fox News* e a *CNN*. Os opositores de Chávez acusam a Telesur de ser uma *Al Jazira* latino-americana.

isso. Os casos mais notórios que fogem a essa regra são os da Rússia, que inaugurou a RT¹⁹³ (*Russia Today*) a fim de mudar a imagem negativa do país, do Catar com a criação da *Al Jazira*¹⁹⁴ e de Dubai e dos Emirados Árabes Unidos com a *Al-Arabya*¹⁹⁵.

3.15 A Criação de uma OEA sem a Presença de Estados Unidos e Canadá.

No que se refere à articulação continental, Brasil, Equador, México e Venezuela são os principais articuladores da criação de uma Organização dos Estados Americanos sem a participação de Estados Unidos e de Canadá. A ideia surgiu em dezembro de 2008, durante a Primeira Cúpula da América Latina e Caribe (Calc). A criação do novo órgão regional foi anunciada na segunda cúpula da Calc, realizada em *Playa del Carmen*, no México. Essa nova organização seria um contraponto ao poder estadunidense na América Latina. A organização apelidada de “OEA do B”, ainda não tem formato e nem nome definido. Alguns nomes cogitados são: a) União da América Latina e Caribe; b) Organização dos Estados da América Latina e Caribe.

Essa iniciativa política é de extrema importância para a América Latina, pois pela primeira vez, os países da região se articulam para ter uma voz única nos fóruns internacionais, sem contar com a presença de Estados Unidos e Canadá. A organização regional integrará cerca de trinta e três Estados-membros, provenientes do Grupo do Rio¹⁹⁶ e da Comunidade do Caribe¹⁹⁷ (Caricom) e irá operar em paralelo com a OEA. Os estatutos do fórum regional deverão começar a ser desenvolvidos e discutidos na próxima cúpula do Grupo do Rio, a ser realizada na Venezuela em 2011, ou, o mais tardar, no Chile, no ano de 2012. Com efeito, a criação de uma nova organização regional sem a presença norte-americana e canadense pode ser sintomática da perda de

¹⁹³ A RT, inaugurada em dezembro de 2005, é um canal de notícias russo que inicialmente contava com programação somente em língua inglesa, mas a partir de 2009, começou a transmitir programas em espanhol para o México e para as cidades de Nova Iorque, Miami, Los Angeles, Buenos Aires, e Madrid.

¹⁹⁴ A *Al Jazira* foi criada em 1996 pelo *emir* do Catar (Hamad Bin Khalifa Al Thani) a fim de transformar o país em referência cultural no Oriente Médio. A emissora ganhou notoriedade mundial a partir de 11 de setembro, com a cobertura da Guerra do Afeganistão (2002) e da Guerra do Iraque (2003).

¹⁹⁵ A *Al-Arabya* foi criada em 2003 para competir diretamente com a *Al Jazira*, tida como anti-estadunidense.

¹⁹⁶ O Grupo do Rio não tem burocracia e adota resoluções por consenso, em temas de caráter político.

¹⁹⁷ O Caricom foi criado em 1973 pelo Tratado de Chaguaramas, para substituir a CARIFTA (Associação de Livre Comércio do Caribe). Seus Estados membros são: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago. São territórios associados: Anguilla, Bermudas, Ilhas Caimán, Ilhas Virgens Britânicas, Montserrat, e Turcas e Caicos.

peso econômico e político de Washington na América Latina e da importância crescente da China e da Ásia.

3.16 As Relações Comerciais entre Brasil e Venezuela.

Desde o início do governo Chávez, o Brasil conseguiu ampliar as exportações para o mercado venezuelano. Com efeito, o Brasil é o país que mais se beneficiou do chavismo, pois a Venezuela foi o segundo país com o qual o Brasil teve maior superávit, só perdendo para os Estados Unidos. De acordo com índices do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, as exportações brasileiras destinadas à Venezuela cresceram sete vezes desde que Chávez se tornou presidente, passando de US\$ 706 milhões em 1998 para US\$ 5,1 bilhões em 2008. Ao mesmo tempo em que o Brasil passou a vender mais para o país de Chávez, também passou a comprar menos, melhorando sua balança comercial. De 1998 a 2008, as importações do vizinho ao norte caíram 28%, passando de US\$ 755 milhões para US\$ 538 milhões¹⁹⁸. É muito provável que essa relação não tivesse um crescimento tão vertiginoso, se não fossem as políticas econômicas chavistas¹⁹⁹.

Com efeito, o Brasil deixou de importar petróleo da Venezuela, por conta da produção interna, o que beneficiou a balança comercial brasileira. Em 1998, antes de Chávez se tornar presidente, o Brasil teve um saldo negativo de US\$ 49 milhões com a Venezuela. Dez anos depois, o saldo positivo do Brasil foi de US\$ 4,6 bilhões, com as exportações sendo quase dez vezes maiores que as importações. O crescimento não se deu por acaso. O Brasil tem sido uma prioridade para o governo Chávez nas relações comerciais e nas parcerias de investimento conjunto²⁰⁰.

¹⁹⁸ Dados disponíveis em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0MUL995771-5602,00-DECADA+DE+CHAVEZ+NA+VENEZUELA+BENEFICIOU+ECONOMIA+BRASILEIRA.htm>>
Consulta em: 12/04/2010.

¹⁹⁹ Nem sempre a Balança Comercial bilateral foi favorável ao Brasil. Entre os anos de 1995 a 1997, o comércio entre Brasil e Venezuela teve uma redução de 33% passando de US\$ 2.099 milhões em 1995 para US\$ 1.399 milhões em 1997. As exportações de petróleo representavam 61% do intercâmbio comercial e 88% do total das exportações venezuelanas para o Brasil. (VIZENTINI, 2003: 72).

²⁰⁰ Dados disponíveis em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0MUL995771-5602,00-DECADA+DE+CHAVEZ+NA+VENEZUELA+BENEFICIOU+ECONOMIA+BRASILEIRA.htm>>
Consulta em: 12/04/2010.

Além de o Brasil deixar de comprar petróleo venezuelano, o perfil das exportações brasileiras também mudou. Em 2001, o principal produto da pauta exportadora brasileira para a Venezuela eram veículos automotores. No ano 2009, a base das vendas brasileiras para Caracas eram produtos alimentícios, especialmente carne de frango que, sozinha, é equivalente a quase todo o comércio do Brasil com a Venezuela dez anos antes, US\$ 508 milhões²⁰¹. As boas relações econômicas entre os dois países tornam estranho que políticos brasileiros fossem contra a entrada da Venezuela no Mercosul, ou assumissem postura conflituosa em relação a Chávez. A liberalização comercial com o país favoreceria muito o Brasil, que tem uma estrutura produtiva muito mais avançada. Além disso, se o discurso é de que a Venezuela não é um país democrático, incorporá-la ao Mercosul seria positivo para a democracia do país.

Importa frisar que nenhum outro mandatário venceu tantas disputas nas urnas como Chávez, todas referendadas por organismos internacionais. São doze vitórias eleitorais, entre referendos, escolhas de presidente, governadores, prefeitos, deputados e vereadores, entre 1998 e 2006. Em dezembro de 2007, Chávez foi derrotado, por pequena diferença de votos²⁰², em um plebiscito sobre a reforma constitucional²⁰³. Derrotado no referendo, Chávez acatou os resultados, apesar das constantes ataques da mídia internacional que o chamam de ditador. Contudo, os vitoriosos no referendo não foram exatamente os setores de direita golpista, pois tais correntes pregavam a abstenção. Há uma oposição não golpista, assentada nas mesmas bases sociais da anterior (telecomunicações, poder econômico e apoio estadunidense).

A personalidade forte e o seu carisma tendem a fazer com que a política venezuelana gire em torno de Chávez²⁰⁴, que é um problema para fazer seu sucessor. A saída de Chávez do poder pode tornar vulneráveis as instituições venezuelanas que ele criou. A situação se agrava, pois a oposição não faz uso dessas instituições, para não legitimá-las. Contudo, o ingresso da população de baixa renda na política cria a necessidade da manutenção de instrumentos para sua expressão, daqui para a frente.

²⁰¹ Dados disponíveis: <www.abef.com.br/.../Apresentacao_balanco_exportacoes_2009_janeiro2010.ppt> Consulta em 12/04/2010.

²⁰² A diferença foi pequena: 1,41% de votos ou 124.962 eleitores em um universo de 8.883.746 votos válidos.

²⁰³ As medidas propostas por Chávez no referendo abrangiam ampla gama de temas que modificariam diversos dos trezentos e cinquenta artigos da Constituição. Dentre as propostas, estava acabar com a autonomia do Banco Central.

²⁰⁴ Em 2007, Hugo Chavez criou o [Partido Socialista Unificado Venezuelano](http://www.psuv.org) (PSUV), o qual conquistou mais de 5 milhões de inscritos em poucos meses, tornando-se o principal partido.

4. INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA DA AMÉRICA DO SUL.

A cooperação entre os países sul-americanos se justifica para ampliar os pontos fortes das economias regionais e reduzir as necessidades relativas em relação ao mundo. No caso petrolífero, a consolidação de acordos entre nações e empresas, a formação de megaempresas regionais, como a Petrosur e a Petroamérica, têm por objetivo conservar o máximo possível de rendas petrolíferas no continente, mantendo estoques estratégicos em caso de crises mundiais.

O tema da integração energética da América do Sul se insere no debate que vincula a energia ao desenvolvimento. Na América do Sul, encontram-se os elementos fundamentais para o seu desenvolvimento econômico como recursos energéticos, renováveis e não renováveis; grandes reservas minerais, reservas abundantes de recursos hídricos, potencial de produção de alimentos, e rica biodiversidade. Segundo Soares de Lima e Coutinho (2006: 4):

“A concepção de região embutida na ideia de integração física e energética é distinta daquela de regionalismo aberto, mais próxima da de um espaço de fluxos não territoriais. Ao contrário, a região como integração física e produtiva supõe um conceito de espaço de lugares nacionais. A vinculação entre Estados em uma mesma região supõe territorialidade e contiguidade. A representação mais expressiva do que significa esse conceito de integração é o *gasoduto* (grifo nosso), que pode ser construído gradativamente em módulos, cria interdependência física entre fornecedores e consumidores, e diferentemente das relações de mercado, uma vez constituída, é muito onerosa de ser rompida. Cabe lembrar que os primeiros passos para a integração europeia, em meados do século passado, foram dados a partir da criação da Comunidade do Carvão e do Aço, interligando dois dos principais contendores da política internacional europeia até então, França e Alemanha.”

As assimetrias da América do Sul e a carência de infraestrutura dificultam o comércio intrarregional e os processos integracionistas em curso no continente. Para corrigir esses entraves, é preciso investir em infraestrutura e na integração energética. Importa frisar que a integração energética não diminui a autonomia dos países, mas serve como estímulo para integrar progressivamente os mercados nacionais. Com efeito, conforme citação acima, a integração europeia teve início por meio da energia, com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Ceca), em 1951, pelo Tratado de Paris. Assim sendo, os hidrocarbonetos podem desempenhar um importante papel no processo integracionista sul-americano. Todavia, na América do Sul parece inexistir, como ocorreu na Europa, um fator político, regional ou extra-regional que seja um

incentivo real à cooperação. Por outro lado, ao contrário de um continente que se esfacelou em guerras fratricidas por séculos (hoje as guerras intra europeias podem ser vistas como prélios civis), a América do Sul constitui um subsistema pacífico, por todos os padrões internacionais.

É importante registrar que os recursos energéticos podem não ser encontrados no mesmo país em que se localizam os principais mercados consumidores. Dessa forma, a cooperação entre países poderia solidificar as economias regionais, e também aumentar o grau de controle entre as etapas produtivas. A integração energética pode fortalecer as economias do continente, ao reduzir custos e ao incentivar o comércio intrarregional. Tudo isso além de gerar maior segurança no abastecimento, maior previsibilidade dos preços dos hidrocarbonetos, e no caso do petróleo, maior retenção das rendas petrolíferas na região. Há diversos projetos que possuem o intuito de integrar o mercado sul-americano de energia. Alguns estão no âmbito da Unasul (União Sul Americana de Nações) e outros foram propostos pelo presidente Chávez.

Importa frisar que os projetos de integração por meio de recursos naturais não são iniciativas recentes. Juan Domingo Perón (1946-1955) desejava estabelecer uma união aduaneira na Bacia do Prata, com Bolívia, Brasil Chile e Peru, baseada nos recursos naturais da região²⁰⁵. Em 1967, o liberal Roberto Campos, ministro do Planejamento de Castelo Branco (1964-1967), propôs, em Buenos Aires, uma união aduaneira para os setores siderúrgico, petroquímico e agrícola, que deveria ser efetivado em cinco anos, com desgravação tarifária anual de 20%, que poderia contar com a adesão de outros países. Em 1973, com o retorno ao poder de Perón, houve distensão nas relações Brasil-Argentina. Sua morte, um ano depois, o impediu de encontrar-se com Ernesto Geisel (1974-1979) para discutir o aproveitamento energético de rios comuns (ALMEIDA, 2000: 5-6). O impasse em relação ao uso dos recursos hídricos do Cone Sul terminou, somente, com a assinatura do Acordo Tripartite entre Argentina, Brasil e Paraguai em 1979.

²⁰⁵ A região detinha o monopólio de iodo e zinco, dois elementos químicos essenciais para a indústria química e farmacêutica; 85% da exportação de linhaça; 70% do milho e 23% do algodão. Além do poder de influir nos mercados de ferro, óleo, estanho, cobre e borato de sódio (ALMEIDA 2000:5).

4.1 Potencialidade energética da América do Sul.

O balanço energético da América do Sul demonstra que essa região conta com alta disponibilidade de recursos energéticos para atingir o auto-abastecimento. O Brasil tem reservas de minério de ferro, jazidas de petróleo e de gás natural. Contudo, a maioria das jazidas brasileiras estão localizadas *off-shore*, muitas a mais de dois mil metros de profundidade, sem citar as recentes descobertas do pré-sal, fato que exige vultosos investimentos, que dependem do preço dos hidrocarbonetos no mercado internacional para ser rentável a sua exploração²⁰⁶. O Brasil, assim como a Argentina, detêm o domínio completo do ciclo nuclear. Além disso, Argentina, Brasil e Colômbia possuem reservas consideráveis de urânio e tório. A Colômbia possui jazidas de gás natural, e reservas de carvão de boa qualidade, em contraste com o Brasil, cujo carvão é de baixa qualidade.

A Venezuela tem a sexta maior reserva de petróleo do mundo, a nona maior reserva de gás natural do planeta, além de recursos hídricos. Além de hidrocarbonetos, a Venezuela conta com vastas reservas de xisto betuminoso²⁰⁷. Este apresenta vantagens em relação ao gás natural, pois é transportado pelas mesmas vias do petróleo, não exigindo, como o gás, instalações especiais de liquefação e gaseificação. O xisto betuminoso pode competir diretamente com o gás na geração de eletricidade. Sua importância tende a aumentar no futuro, visto que China, Índia, Itália e Japão estão interessados no produto.

O Chile conta com as maiores reservas mundiais de minério de cobre, que correspondem a 40% de suas exportações. O Suriname tem a maior reserva de bauxita do mundo, ainda pouco explorada. Em relação às riquezas minerais, a América do Sul conta com 46% das reservas mundiais de minérios de ferro, 39% do níquel, 33% das jazidas de cobre e 28% da bauxita. Além de expressivos volumes de zinco, estanho e de vários minerais considerados estratégicos (COSTA, 2009: 531).

A Bolívia, além de gás natural, possui reservas de lítio, matéria prima da bateria de automóveis híbridos e elétricos. Situada no planalto boliviano, a salina de

²⁰⁶ Sobre o pré-sal ver entrevista em anexo, página 152.

²⁰⁷ O xisto betuminoso é uma [rocha sedimentar](#), que contém óleo em sua constituição. Quando essa rocha é aquecida, o óleo (betume) se separa e adquire características semelhantes às do petróleo. Estimativas apontam que a quantidade total de óleo que pode ser produzida a partir do xisto é quatro vezes maior do que todas as reservas de petróleo.

*Uyuni*²⁰⁸, abriga a maior reserva de lítio do mundo. Apesar do interesse de diversas multinacionais, esses recursos ainda são inexplorados. Com o aumento da produção de carros elétricos, esse insumo se tornará cada vez mais importante para a matriz energética mundial. Com efeito, Morales deixou claro que não pretende que a Bolívia seja mera exportadora desse insumo. Ele demanda a participação de seu país no mercado de automóveis produzidos com bateria de lítio.

Na América do Sul, apenas dois países não possuem fronteiras com o Brasil: o Chile, citado anteriormente e o Equador, que já as teve, e que dispõe de grandes recursos petrolíferos²⁰⁹ e hidrelétricos. A exploração de hidrocarbonetos na bacia amazônica equatoriana teve início no final da década de 1960. Em 1972, um golpe militar derrubou o governo de José María Velasco Ibarra²¹⁰ (1968-1972). Os militares que dirigiram o país de 1972 a 1979 utilizaram a riqueza petrolífera e empréstimos estrangeiros para custear um programa de industrialização, [reforma agrária](#), e subsídios para consumidores urbanos. A crise do ciclo econômico do petróleo pôs fim à ditadura. Em 1979, Jaime Roldós, em um pleito marcante, foi eleito presidente. Uma parte relevante de sua plataforma política foi a “política dos hidrocarbonetos”, que se baseava na “premissa de que a maior fonte de recursos do Equador era o petróleo e que toda a exploração futura desse recurso deveria ser feita de uma maneira que trouxesse o maior benefício para a maior porcentagem da população” (PERKINS, 2005: 174).

Roldós morreu em um acidente aéreo no ano de 1981, cinco meses após outro acidente ter matado o general Torrijos (1968-1981), presidente do Panamá, que conseguira dois anos antes a devolução do controle sobre o Canal do Panamá. Para muitos equatorianos, após ter-se chocado com os interesses das grandes empresas do setor, em especial a *Royal Dutch Shell*, ele foi assassinado pela CIA (*Central Intelligence Agency*) em retaliação justamente a sua oposição às multinacionais petrolíferas. A exploração do petróleo pelas transnacionais colocou o país no mapa energético mundial, mas não permitiu que resolvesse seus graves problemas sociais e também o envolveu em atritos com os vizinhos, notadamente com o Peru (o que levou à mediação brasileira e a ações do governo argentino) e com a Colômbia.

²⁰⁸ Metade do lítio do mundo se encontra na salina de *Uyuni* na Bolívia. Com efeito, Argentina, Chile e Tibete também possuem reservas de lítio. Todavia, se houver uma grande expansão da produção de carros elétricos, somente a Bolívia será capaz de atender a demanda mundial.

²⁰⁹ As reservas de petróleo comprovadas do Equador são de 4,36 bilhões de barris. Dados disponíveis em: <http://www.indexmundi.com/pt/equador/petroleo_reservas_provasdas.html> Consulta em: 20/05/2010.

²¹⁰ Ibarra foi democraticamente eleito presidente em quatro ocasiões (1944-1947; 1952-1956; 1960-1961; 1968-1972).

Na Colômbia, apesar de não apresentar grandes volumes de reservas provadas, a exportação de petróleo e derivados corresponde a 26% do PIB (Produto Interno Bruto) do país (CAMPOS, 2007: 120). Importa frisar que entre 1975 a 1985 a Colômbia se tornou importador de petróleo (CAMPOS, 2007: 118). Para diminuir a dependência externa, na década de 1980, o país adotou política petrolífera que visava a sua autossuficiência. A partir dos anos 1990, no bojo das reformas neoliberais, o Estado colombiano reduziu sua função empresarial e fortaleceu a sua função regulatória²¹¹ (CAMPOS, 2007: 122).

Com relação à energia hidrelétrica, a América do Sul apresenta grande potencial, que não foi totalmente explorado. Os cursos fluviais da Venezuela com quedas d'água de potencial superior oferecem reais possibilidades de fornecimento de energia elétrica para as regiões Norte e Nordeste do Brasil²¹². Com efeito, o Paraguai ostenta um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo, mas o país não teve êxito em utilizar esse potencial para o seu desenvolvimento. As centrais hidrelétricas binacionais (Itaipu, *Yaciretá*²¹³ e Salto Grande²¹⁴) situadas na Bacia do Prata formam um pólo natural irradiador e articulador dos fluxos elétricos entre o Cone Sul. Além disso, na América do Sul encontra-se o Aquífero Guarani, o maior lençol de água subterrânea do mundo, que subjaz os territórios brasileiro, paraguaio, argentino e uruguaio.

O continente também conta com três grandes jazidas produtoras de gás natural (*Neuquén*²¹⁵, Campos e *San Alberto*), que são capazes de suprir um anel de gasodutos para o suprimento de gás natural. As reservas de gás natural de *Camisea* são suficientes para tornar o Peru autossuficiente em matéria de energia e ainda gerar excedente exportável. A exploração convergente da capacidade hidrelétrica em conjunto com o anel de gás natural poderia estruturar um mercado energético integrado desde a Patagônia até o Norte do Brasil (OLIVEIRA, 2005: 78-79).

²¹¹ O *Plan Nacional de Desarrollo* (1998-2002) previa “o investimento de volumes exorbitantes de recursos (US\$ 940 milhões somente em 1999) e a revisão da política sobre a participação obrigatória da Ecopetrol em novos contratos de associação e a porcentagem da participação estatal” (CAMPOS, 2007: 123).

²¹² Com efeito, o primeiro contrato para a construção de uma linha de transmissão de energia entre os dois países foi firmado pelos presidentes Caldera e Fernando Henrique (CERVO, 2003: 170).

²¹³ A usina de *Yaciretá* está localizada a quatrocentos metros abaixo de Itaipu, no Rio Paraná. Essa usina gera energia para a Argentina e para o Paraguai.

²¹⁴ A usina de Salto Grande está localizada no curso médio do Rio Uruguai, cerca de quinze quilômetros ao norte da cidade uruguaia de Salto e da cidade argentina de Concórdia.

²¹⁵ Neuquén é uma província da Patagônia argentina, e conta com as maiores reservas de gás e petróleo da Argentina.

Está previsto que o [Anel Energético Sul-Americano](#) deverá conectar [Argentina](#), [Brasil](#), [Chile](#), [Paraguai](#) e [Uruguai](#) com gás natural de diversas fontes, como o projeto [Gás de Camisea](#) no [Peru](#) e os depósitos de gás de [Tarija](#) na [Bolívia](#). Apesar dessa proposta ter sido assinada e ratificada, dificuldades políticas e econômicas na [Argentina](#) e na [Bolívia](#) atrasaram a iniciativa. Sendo assim, esse acordo permanece mais como um protocolo, visto que o [Chile](#) e o [Brasil](#) estão construindo terminais de gás natural liquefeito para importar esse insumo de fornecedores externos.

4.2 Segurança Energética.

Apesar da potencialidade da região, a carência de energia tem sido em geral um obstáculo ao desenvolvimento, e sua abundância nem sempre tem gerado progresso e bem-estar. Esse é o caso da maioria dos países petrolíferos subdesenvolvidos, cujos rendimentos os levaram a construir sociedades desiguais, altamente vulneráveis a partir do exterior. De acordo com Pinheiro Guimarães (2007 b: 7):

“A questão da segurança energética é central nos dias de hoje e no futuro previsível. A integração energética e a autonomia regional em energia para garantir a segurança de abastecimento energético é prioridade absoluta da política externa brasileira na América do Sul. Não há possibilidade de crescer a 7% a/a na média durante um período longo sem um suprimento eficiente, seguro e crescente de energia. Este suprimento depende de investimentos de prazo mais ou menos longo de maturação, tais como a prospecção de jazidas de petróleo, gás e urânio, a construção de barragens, a construção de usinas hidro e termoelétricas, assim como nucleares. (...) Assim, a integração energética da região permitirá reduzir as importações extra-regionais e fortalecer a economia da América do Sul. No esforço de fortalecer e de integrar o sistema energético da região, o Brasil tem financiado a construção de gasodutos na Argentina e tem se empenhado na concretização do projeto do Grande Gasoduto do Sul que deverá vincular os maiores centros produtores de energia (a Venezuela e a Bolívia) aos maiores mercados consumidores (Brasil, a Argentina e o Chile).”

A América do Sul pode mitigar o custo de seu suprimento de energia, como pode-se tornar exportadora líquida de hidrocarbonetos. Para isso, é preciso estruturar um ambiente de cooperação energética entre os países da região, voltada para a oferta e segurança de suprimento dos sistemas energéticos nacionais. Para Oliveira (2005: 76): “A integração energética é um caso cristalino dos benefícios decorrentes da integração dos mercados regionais. Ela não apenas permite reduzir o custo do seu suprimento energético, como também aumentar a segurança do suprimento da região.”

Uma política energética comum na América do Sul necessita criar instrumentos adequados de estoque de hidrocarbonetos. Contudo, um grande obstáculo para isso é a tênue conexão entre os países sul-americanos. No setor energético, há falta de infraestrutura para conectar os sistemas energéticos nacionais. Além disso, inexistem um regime regulamentar que favoreça o intercâmbio de fluxos energéticos na região (OLIVEIRA, 2005: 70).

O problema da segurança do suprimento energético da América Latina depende de: a) construção de infraestrutura, que seja capaz de levar energia para os centros de consumo de maneira economicamente competitiva; b) confiabilidade do arcabouço institucional de suporte às decisões de construção e operação dessa infraestrutura. Na ausência de regulamentação, apoiada em instrumentos jurídicos sólidos, os investimentos necessários para o desenvolvimento integrado do mercado energético não virão e a segurança do abastecimento torna-se uma quimera (OLIVEIRA, 2005: 78). Assim sendo, os desafios da segurança energética da América do Sul são: desenvolver uma estratégia comum de segurança de suprimento energético e os correspondentes mecanismos adequados de criação de estoques críticos.

A relação positiva entre abertura e integração do setor petrolífero sul-americano apresenta problemas e especificidades que devem ser levados em consideração. Em primeiro lugar, o alinhamento dos preços internos de petróleo e de seus derivados aos preços do mercado internacional tornou as economias regionais mais vulneráveis às suas grandes flutuações. Para amenizar essa questão, países exportadores como Venezuela e Colômbia, e países importadores como o Chile, implementaram Fundos de Estabilização de Preços e de Poupança de Recursos de Petróleo, para regular as flutuações de preços e suas conseqüências macroeconômicas no nível de atividades e na evolução da inflação das economias domésticas.

A busca da superação dos déficits energéticos dos países sul-americanos deve ser acompanhada pela necessidade de agir com critérios de alta racionalidade energética, promovendo os usos mais adequados para cada combustível. A indefinição do aproveitamento dos recursos energéticos põe em xeque o projeto de desenvolvimento da América do Sul. A perspectiva de integração via energia do continente é positiva, pois há grandes jazidas de hidrocarbonetos e existe tecnologia para a exploração desses recursos. Além dos combustíveis fósseis, há fontes alternativas de energia, como o etanol e o biodiesel, mais desenvolvido no Brasil, o que alterou a posição de liderança no setor. Da mesma forma, existe grande potencial hídrico na região.

A América do Sul possui relevante vantagem comparativa em relação a outras regiões, no que se refere ao seu potencial hidroelétrico. Isso ocorre em virtude da grande disponibilidade de recursos hídricos e de seu relativo baixo custo de aproveitamento, se comparado a outras formas de geração de energia. Há grande perspectiva nos Andes e na Amazônia, além da Bacia do Prata, cujo potencial ainda não foi inteiramente utilizado (COSTA, 2009: 523). Contudo, as questões ambientais não podem mais ser descartadas, como demonstra o caso da usina hidrelétrica brasileira de Belo Monte²¹⁶.

Os maiores projetos de integração energética regional foram realizados pelo Brasil, a Usina Hidrelétrica de Itaipu²¹⁷ tendo o Paraguai como parceiro, e o Gasbol em sociedade com a Bolívia. Importa frisar que, o Gasbol eliminou o gargalo da oferta de gás natural associado ao petróleo proveniente da Bacia de Campos e permitiu estender o abastecimento ao Centro-Oeste, Sudoeste, e Sul do Brasil. Para Piedras (2008: 146):

“O espírito por trás de ambos projetos foi mais pragmático do que idealista, a busca por fontes de energia. Cabe diferenciar a formatação de cada projeto. Para Itaipu, foi desenhado um esquema que garantiu a viabilidade do projeto enquanto negócio, através do mercado consumidor, com a garantia da compra de energia pela Eletrobrás, e da venda desta para o mercado, a preço suficiente para remunerar os investimentos. Para o Gasbol, o esquema de garantias parou na Petrobras, não havendo garantias de repasse total dos custos ao mercado consumidor, além disso muitas outras empresas

²¹⁶ A usina de Belo Monte está projetada para ser construída no Rio Xingu, no Pará. Esta deverá ser a maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira, pois a usina de Itaipu está localizada na fronteira entre Brasil e Paraguai. Seu custo estimado é de R\$ 19 bilhões. Segundo estimativas do governo Lula, Belo Monte terá a capacidade de gerar energia para uma região de vinte e seis milhões de pessoas, com perfil de consumo elevado como o da região metropolitana do estado de São Paulo. Os opositores da obra afirmam que a usina alterará o regime de escoamento do rio Xingu, reduzindo o fluxo de água, o que afetaria a fauna e flora locais. Outro argumento apontado é que a obra irá alagar, permanentemente, os igarapés Altamira e Ambé, que cruzam as cidades de Altamira, e parte da área rural de Vitória do Xingu. De acordo com especialistas, a redução da vazão do rio afetará todo o ciclo ecológico da região, que está condicionado aos regimes de secas e de cheias. Já os defensores do projeto afirmam que o plano de desenvolvimento regional, orçado em R\$ 500 milhões, geraria aumento de empregos, melhoria na educação, o desenvolvimento da agricultura e atrairia novos investidores para a região.

²¹⁷ A Usina de Itaipu começou a ser negociada entre Brasil e Paraguai durante os anos de 1960. No dia vinte e dois de julho de 1966, a Ata de Iguazu foi firmada pelos *chanceleres* Juracy Magalhães e Sapena Pastor. O documento declarou o interesse mútuo em estudar o aproveitamento dos recursos hídricos do Rio Paraná. Em vinte e seis de abril de 1973, Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu, mecanismo legal para aproveitar o potencial hidroelétrico do Rio Paraná por ambos países. Com efeito, a assinatura do Acordo Tripartite entre Brasil, Paraguai e Argentina em 1979, foi de suma importância para o aproveitamento dos recursos hídricos no trecho do Rio Paraná desde Sete Quedas, até a foz do Rio da Prata. Superando, assim os temores do governo militar argentino de que o Brasil, em um eventual conflito pudesse abrir as comportas de Itaipu, inundando *Buenos Aires*. A primeira unidade geradora começou a funcionar em maio de 1984. A cada ano eram instaladas entre duas a três unidades geradoras, de um total de vinte. As duas últimas unidades geradoras entraram em operação em 2006 e em 2007, aumentando a capacidade instalada para catorze mil *mega watts*.

multinacionais se envolveram no projeto, garantindo lucro sem risco (na verdade, risco da Petrobras).”

No ano 2000, com a iminência da crise de fornecimento de energia elétrica no Brasil, o governo Fernando Henrique Cardoso deu ordens à Petrobras para que contratasse quantidades adicionais de gás natural em relação ao previsto no contrato com a Bolívia. Esse gás seria utilizado nas usinas termelétricas a gás, que estavam sendo construídas sob incentivo do governo federal. Novamente, o risco ficou a cargo da Petrobras, pois não houve mecanismos de repasse dos riscos para o mercado. Na ocasião verificaram-se diferentes pontos de vista entre a Agência Nacional de Petróleo e a estatal.

Estudos demonstram que a crise energética brasileira ocorrida em 2001, poderia ter sido evitada, se houvesse redes de difusão para transmitir energia ociosa da Argentina para o Brasil. Especialistas afirmam que a situação crítica dos sistemas energéticos da Argentina e do Chile seria minimizada se houvesse infraestrutura para transmitir energia proveniente da Bolívia e do Brasil (OLIVEIRA, 2005: 77). Cabe observar que, desde 1987, quando foram assinadas as contas de intenção com o FMI, até 2003, o Brasil não vinha investindo em redes de distribuição de energia elétrica.

O Chile possui jazidas pouco significativas, o que o torna dependente da importação de petróleo e de gás natural. Sendo assim, o país é um importador nato de energia. Apesar de ter reservas de gás natural no sul do país, na região de *Magallanes*, o volume e a produção são baixos. O gás representa 26% da matriz energética, sendo direcionado basicamente para a geração de energia elétrica (ALEXANDRE *et al*, 2006: 7).

A partir dos anos 1990, o Chile buscou alternativas para diversificar sua matriz energética, em um contexto de elevação da demanda, causada pelo crescimento econômico das décadas de 1980 e de 1990, e de estiagens que tornaram o fornecimento das hidrelétricas instável. Petróleo e carvão eram alternativas possíveis, mas o preço era volúvel. Assim sendo, o governo escolheu construir termelétricas abastecidas por gás natural proveniente da Argentina. À época, esse insumo tinha preço estável e disponibilidade segura. Em 1996, foi construído o gasoduto *Bandurria*, o primeiro que conectou o Chile à Argentina. No ano seguinte, o Chile passou a importar o gás argentino em larga escala. Em 2003, o gás já representava 23,7% da matriz energética nacional. Nos anos seguintes foram construídos mais seis gasodutos: *Methanex Pan*, o

Methanex SIP, o Gás Pacífico, o Gás Andes, o Norandino e o Gás Atacama, que começaram a operar em 1999 (ALEXANDRE *et al*, 2006: 8).

Em abril de 2004, a crise energética argentina fez com que o governo Néstor Kirchner (2003-2007) deixasse de cumprir o contrato de fornecimento de gás para o Chile. A Resolução número 27, emitida pelo Executivo argentino, suprimiu os efeitos do Protocolo de Cooperação Energética, privilegiando a demanda doméstica. Foram frequentes os cortes de envio de gás, que variaram entre 20% a 50% do volume acordado. A situação, além de gerar problemas diplomáticos, colocou em dúvida a eficácia do modelo de suprimento energético argentino (ALEXANDRE *et al*, 2006: 8-9).

O presidente chileno, Ricardo Lagos (2000-2006), preparou uma agenda para mitigar o problema energético, que propunha: a) reativação de projetos hidrelétricos; b) licitação internacional pela estatal ENAP (Empresa Nacional de Petróleo) em prol de viabilizar infraestrutura que permitisse importar gás natural; c) implementar anel energético no Cone Sul, em parceria com a Argentina, aproveitando as reservas gasíferas de *Camisea*, no Peru para construir um gasoduto que ligaria a região de *Pisco* (Peru) a *Tocopilla* (Chile); d) busca por fontes alternativas ao gás natural para diminuir a dependência da Argentina. Hoje, a integração energética regional esta sendo negociada por intermédio do gasoduto do Sul, que deverá conectar a Venezuela, Brasil, Argentina, e Uruguai, a um custo de US\$ 20 bilhões. O Chile seria beneficiado indiretamente, devido à conexão Argentina-Venezuela, mas continuaria dependente da Argentina.

Existem projeções que demonstram que a América do Sul possui vantagem comparativa na produção de energia termoelétrica, em virtude da abundância de jazidas de gás natural. Todavia, a região explora pouco o seu potencial, enquanto que a Europa e os Estados Unidos contam com enormes redes de gasodutos que abastecem seus mercados consumidores. O gás natural tem-se tornado cada vez mais valioso, com participação crescente na matriz energética mundial, podendo vir a ser a mais importante fonte de energia em quatro ou cinco decênios, quando, segundo especialistas, o petróleo se tornará escasso (COSTA, 2009: 253).

4.3 A Integração Energética promovida pelo Presidente Chávez: Petroamérica, Petrocaribe, Petrosur e Petroandina.

Desde a ascensão de Chávez à presidência, a Venezuela vem adotando uma política de aproximação com países, que, anteriormente, não eram considerados relevantes para sua diplomacia. Além dos acordos petrolíferos firmados com diversos Estados centro-americanos e caribenhos, Chávez financia inúmeros projetos em outros países, que não estão relacionados diretamente à questão energética²¹⁸. A Venezuela propôs a ampliação do mercado energético sul-americano por meio de parcerias estratégicas entre as estatais petrolíferas sul-americanas. Para Costa (2008: 58):

“A política externa da Venezuela atende aos interesses do Brasil. Primeiro por privilegiar a América do Sul, contrariando a antiga tradição daquele país de, nas Américas atender prioritariamente aos interesses norte-americanos, e depois por construir um espaço mais liberto da hegemonia dos EUA, o que possibilitará alcançar o que é também desejo da diplomacia brasileira: um mundo multipolar.”

A Petroamérica é uma proposta venezuelana de integração do sistema energético da América Latina e do Caribe. O projeto prevê a associação entre as estatais da Venezuela, da Argentina, do Equador e da Bolívia (PDVSA, Enarsa, Petroecuador e YPFB). A iniciativa teve grande impulso a partir do ano 2005 e vem avançando aceleradamente mediante as três empresas que a compõem: a) Petrocaribe; b) Petrosur; c) Petroandina²¹⁹, essa última recebendo novo impulso com as eleições de Evo Morales ao governo da Bolívia, e de Rafael Correa no Equador.

Inicialmente, a Petroamérica propunha a cooperação entre as empresas nacionais para promover a aquisição de energia pelos países do continente, respeitando as decisões soberanas e o marco jurídico de cada país (CAMPOS, 2007: 240). Contudo, a organização foi além: a) propôs a criação do Gasoduto do Sul e do Gasoduto Transcaribenho; b) materializou projetos para construção e remodelação de refinarias na Argentina, Brasil, Cuba, Equador, Nicarágua e Jamaica, entre outros; c) estabeleceu acordos petroquímicos entre o Brasil e a Venezuela; d) elevou a capacidade de

²¹⁸ Em 2006, um grupo de políticos estadunidenses perguntou às grandes petrolíferas se elas poderiam prover óleo mais barato para famílias pobres durante o inverno, pois os preços estavam muito altos e essas pessoas não tinham como pagar a calefação de suas casas. Somente uma empresa respondeu ao apelo, a *Citgo*, uma subsidiária da PDVSA, que aceitou vender óleo subsidiado para famílias pobres nos EUA. Essa atitude foi muito criticada pelo governo e pela mídia norte-americanos, que alegaram que Chávez estava utilizando o petróleo para ganhar apoio político (CHOMSKY b, 2007: 59-60).

²¹⁹ A Petroandina foi fundada por Bolívia e Venezuela no dia dez de agosto de 2007.

armazenamento dos países do Caribe, importadores líquidos de petróleo; e) ofertou transporte a custo de frete; f) instalou usinas produtoras de eletricidade e moinhos de vento; g) concretizou políticas de racionalidade energética; h) sugeriu a criação da Opegasur²²⁰ (*Organización de Países Exportadores y Productores de Gas de Sudamérica*); i) assegurou a participação de países como Argentina, Brasil e Uruguai nos blocos *Carabobo* e *Ayacucho* da Faixa Petrolífera do Orinoco (HERNÁNDEZ-BARBARITO, 2009: 238-239). Com efeito, a ideia de criar uma organização dos países exportadores de gás foi do Irã, que convidou a Rússia a aderir a ela.

A criação da Petrocaribe foi uma iniciativa do governo Chávez, acordada com os países centro-americanos e caribenhos que, em sua maioria, não possuem controle estatal de seus recursos energéticos. Diversos países da América Central e do Caribe sofrem com racionamentos periódicos de energia. A Petrocaribe foi fundada no dia quatorze de junho de 2005, durante a I Cúpula da Petrocaribe realizada na cidade venezuelana de *Puerto la Cruz*. São Estados-membros da organização: Antigua e Barbuda, Bahamas, Belize, Cuba, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, República Dominicana, São Cristóvão e Neves, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, [Suriname](#) e Venezuela. Com efeito, Haiti²²¹, Honduras e Nicarágua²²² aderiram formalmente à organização durante a III Cúpula da Petrocaribe (PIRELA, 2008: 245).

O retorno de Daniel Ortega²²³ à presidência da Nicarágua facilitou a ação venezuelana na América Central, ao mesmo tempo em que a aliança com Chávez permite a Ortega solucionar um problema crônico para o seu país, que é a falta de energia. Os únicos países da região que não aderiram à Petrocaribe foram [Barbados](#) e [Trinidad e Tobago](#). Há especulações de que Barbados não aderiu à organização devido a

²²⁰ A Opegasur foi uma iniciativa do presidente Chávez a fim de formar a “Opep do gás”, que também teria cotas de produção para regular o preço do insumo no mercado internacional. Em teoria, a organização se limitaria na América do Sul a Argentina, Bolívia e Venezuela em seu início, para depois aceitar novos membros. Se os maiores produtores mundiais de gás natural (Rússia, Irã e Qatar) aderirem ao novo cartel, poderá se criar uma nova Opep.

²²¹ O Haiti só aderiu à Petrocaribe no ano de 2007, durante a III Cimeira Petrocaribe, pois a Venezuela não reconhecia o governo de Boniface Alexandre (2004-2006). Foi somente após a eleição de René Preval em 2006, que o país foi aceito como membro da Petrocaribe

²²² A Nicarágua aderiu à Petrocaribe durante a III Cimeira Petrocaribe realizada em 2007.

²²³ José Daniel Ortega Saavedra governou a Nicarágua entre os anos de 1985 a 1990. Em seu primeiro mandato realizou reforma agrária e adotou política de redistribuição de riquezas. Seu governo foi combatido pelos “Contras”, que eram apoiados e financiados pelos Estados Unidos, conforme ficou comprovado com o escândalo Irã-Contras. Ortega foi derrotado por Violeta Chamorro nas eleições de 1990, mas continuou a exercer liderança política em seu país. Em 2006, Ortega foi eleito novamente presidente da Nicarágua.

pressões estadunidenses. Em relação a Trinidad e Tobago, é compreensível que o país não tenha firmado o acordo, por ser exportador de petróleo e de gás natural.

Com efeito, governos centro-americanos igualmente têm-se associado, e, em sua ausência, municípios e governos setoriais, graças à chamada diplomacia indireta, que pode beneficiar essas populações com o abastecimento de eletricidade e combustíveis para transporte público, a preços solidários e condições de pagamento favoráveis.

Por intermédio dessa aliança estratégica petrolífera, os países caribenhos podem comprar petróleo venezuelano em condições de pagamento preferencial. A Petrocaribe financia 40% da fatura, permite o pagamento em um período entre dezessete a vinte e cinco anos, e a Venezuela se dispõe a receber parte do pagamento em bens (tais como [bananas](#), [arroz](#) e [açúcar](#)) ou serviços²²⁴. O acordo é muito atrativo para esses países, que sofrem com graves desequilíbrios em suas balanças de pagamento. Até países produtores e exportadores de petróleo e gás natural, como a Bolívia, sofrem com problemas de abastecimento interno, o que faz que a cooperação com a Venezuela, mesmo na gestão dos recursos e da regulamentação da exploração, seja proveitosa.

Importa frisar que a PDVSA poderia investir nesses países diretamente, mas prefere utilizar a Petrocaribe e formar empresas com participação dos Estados-membros, o que os compromete com o projeto político de Chávez. Uma integração energética efetiva poderia reorientar politicamente alguns países da órbita estadunidense para a de Chávez, pois essas nações dependem da importação de combustíveis para o funcionamento de suas economias. Para Carmo (2007: 34):

“A PDVSA se torna desse modo um instrumento para exportar a ‘Revolução Bolivariana’ e não apenas o discurso, mas um compartilhamento dos frutos da revolução que ocorre na Venezuela – a PDVSA é a forma de materialização do discurso sobre a solidariedade entre povos latino-americanos.”

A Petrocaribe não financia apenas a venda de petróleo a países pobres. Há a preocupação de desenvolver a infraestrutura dessas nações, para assim fomentar suas economias. Foi estabelecido no acordo da organização, que parte dos ganhos gerados no setor de energia devem ser utilizados para o desenvolvimento do transporte aéreo e marítimo dos Estados membros. A Venezuela apresenta nas negociações o próprio lucro dos projetos de integração energética para financiar a integração em outras áreas. Se o

²²⁴ O governo cubano paga parte de sua fatura petrolífera à Venezuela com serviços médicos, de educação e esportes.

Mercosul tivesse tido a mesma preocupação desde a sua criação, o processo integracionista teria sido mais profundo. Contudo, o Focem²²⁵ (Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento das Instituições do Mercosul) só entrou em operação no ano 2006.

Para Carmo (2007: 42): “Um projeto como a Petrocaribe só é viável, porque a Venezuela não foi isolada pelo Brasil no subsistema sul-americano. Do contrário, a reação norte-americana às investidas de Chávez no Caribe seriam muito mais fortes.” Todavia, isso não significa que o presidente venezuelano não encontrou resistências a sua iniciativa. O México, por intermédio do *Plan Puebla-Panamá*²²⁶ tenta mitigar a influência venezuelana na América Central, buscando participar da solução do problema energético desses países, a fim de diminuir o poder de atração do petróleo da Venezuela. O México e a Venezuela disputam a implantação de refinarias na região como forma de aproximação política (CARMO, 2007: 33).

A Petroandina, devido aos compromissos atuais e/ou potenciais com os Estados Unidos, em razão dos tratados de livre comércio, teve de agir a nível bilateral. Com efeito, é necessário que os países andinos desenvolvam uma aliança energética subregional, visto que 52% de suas exportações totais estão baseadas em petróleo, gás natural e carvão.

A Petrosur, uma iniciativa venezuelana, reúne os acordos estratégicos entre a Venezuela e os países do Mercosul (HERNÁNDEZ-BARBARITO, 2009: 238). A Petrosur se propõe a criar cooperação energética entre Venezuela, Brasil e Argentina para avançar nas complementaridades de suas três empresas petrolíferas estatais (PDVSA, Petrobras e Enarsa). Em maio de 2005, durante a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), os presidentes Kirchner, Lula e Chávez concordaram em criar a Petrosur, para explorar gás na Argentina e para ser responsável por operações conjuntas na Faixa do Orinoco.

Com efeito, a Petrosur existe como uma coordenadora de políticas energéticas regional e como apoio ao conselho energético da Unasul. Durante a Cúpula do Mercosul, Chávez declarou sua intenção de compor um anel energético, que unisse o Cone Sul com a região setentrional da América do Sul, que inclui a Venezuela. Entre os

²²⁵ O Focem visa a financiar projetos de desenvolvimento nas áreas mais pobres dos países mercosulinos. Esse fundo será implementado gradualmente até alcançar US\$ 100 milhões por ano, dos quais 70% serão provenientes do Brasil, 27% da Argentina, 2% do Uruguai, e 1% do Paraguai (COUTINHO 2005: 2).

²²⁶ O *Plan Puebla-Panamá* (PPP) foi concebido inicialmente para ser um contraponto ao Mercosul, mas foi reformulado no ano de 2007 para combater a influência de Chávez na América Central e no Caribe.

projetos energéticos está a consecução do Gasoduto do Sul, que conectaria a Venezuela à Argentina, com participação do Brasil e da Bolívia.

Para Carmo (2007: 31-32):

“Os projetos de integração propostos por Chávez tendem a incorporar uma solução tanto para as ameaças internas quanto externas que atingem o Estado venezuelano no que se refere ao combate à pobreza, deterioração econômica, governabilidade, ameaça militar norte-americana, conflito colombiano.”

Em 2006, os presidentes de Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela reunidos em *Puerto Iguazú*, destacaram que a integração energética é um dos elementos basilares para a integração regional e ratificaram a decisão de avançar no projeto do Gasoduto do Sul. O Gasoduto do Sul deverá vincular os maiores centros produtores de energia – Venezuela e Bolívia – aos maiores mercados consumidores - Brasil, Argentina e Chile-. No ano de 2007, durante a I Cúpula Energética Sul-Americana, sediada na Venezuela, foi criado o Conselho Energético da América do Sul. A principal meta do conselho é estabelecer uma Estratégia Energética Sul-Americana, um Plano de Ação e um Tratado Energético Regional.

De acordo com Costa (2008: 55):

“O objetivo do governo Chávez é impulsionar uma integração regional cooperativa a partir do Mercosul. Para o objetivo da integração sul-americana, Chávez aposta numa relação estreita entre o eixo Buenos Aires-Brasília- Caracas. Chávez também tem trabalhado com influência direta e proximidade com líderes sul-americanos, como os Presidentes Evo Morales, da Bolívia, e Rafael Correa, do Equador.”

Para Chávez, a integração energética com países importantes, como a Argentina e o Brasil, é uma forma de elevar os custos políticos de seus sucessores reverterem a sua política externa. Chávez tem consciência de que não pode levar adiante um projeto de integração sem a presença do Brasil. Se a Alca não tem sentido sem o Brasil, o mesmo ocorre em relação a qualquer outro projeto integracionista sem ele. Nesse sentido, a Bolívia se tornou uma peça-chave para as pretensões venezuelanas, pois é muito mais fácil comprometer Brasil e Argentina²²⁷ com o projeto de Caracas, atraindo a Bolívia do que em uma relação direta com Buenos Aires e Brasília, pois os

²²⁷ A Argentina se aproximou de Chávez para poder melhorar seu poder de barganha em relação ao governo brasileiro.

dois países já integraram a sua matriz energética com a Bolívia e, portanto, têm interesse em qualquer movimento de integração do qual a Bolívia faça parte.

O projeto chavista propõe um novo tipo de desenvolvimento, que passa pela democratização da sociedade, pela redução da dependência e pela redução do subdesenvolvimento, que não signifique apenas modernização tecnológica, mas de inclusão social. Mesmo que o projeto bolivariano não se consolide, Chávez terá exercido um relevante papel, ao demonstrar que os países latino-americanos podem ser mais aguerridos, podem buscar objetivos que não estejam na cartilha neoliberal, e podem buscar políticas alternativas concretas e não apenas de retórica.

4.4 Cooperação Energética entre Brasil e Venezuela.

Os governos Lula e Chávez têm como prioridade de suas políticas externas a integração da América do Sul, privilegiando o setor de infraestrutura, e dentro dele, o setor de energia. Seria excepcional para a integração da América do Sul, a criação de uma empresa latino-americana de energia por meio da associação entre a PDVSA, que possui tecnologia e reservas, e a Petrobras, que detém tecnologia *offshore*, recursos e jazidas. A experiência da Petrobras na exploração de hidrocarbonetos em águas profundas é extremamente importante para a PDVSA, que precisa explorar as jazidas de petróleo na Faixa do Orinoco.

Em 2004, durante a 35ª Reunião de Ministros de Energia da Olade²²⁸ (Organização Latino Americana de Energia), Brasil e Venezuela firmaram acordos de cooperação em diversas áreas. Há memorandos de entendimento sobre colaboração científica, técnica e de capacitação de mão de obra entre a Petrobras e a PDVSA. Da mesma forma, existe a presciência de cooperação bilateral para elaborar o marco regulatório da indústria de petróleo e para incluir o etanol na matriz energética venezuelana. Além disso, prevê-se a cooperação tecnológica nas áreas agrícola e tecnológica para produzir insumos destinados a fabricação do combustível etanol em escala comercial (CAMPOS, 2007: 247-248).

²²⁸ A Olade foi criada pelo Convênio de Lima em dois de novembro de 1973. Sua fundação ocorreu durante a primeira crise do petróleo, que atingiu fortemente a América Latina e o Caribe, devido à carência de políticas energéticas. Sua missão é contribuir para a integração, o desenvolvimento sustentável e a seguridade energética da região, assessorando e fomentando a cooperação e a coordenação entre seus Estados-membros. Sediada no Equador, a Olade conta como membros: Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad y Tobago, Uruguai e Venezuela.

Parcerias estratégicas entre a Petrobras e a PDVSA podem assumir impactos significativos para impulsionar o processo de integração energética e econômica da América do Sul²²⁹. Nos últimos anos, a Petrobras e a PDVSA adotaram estratégias de internacionalização distintas. A estatal da Venezuela, assim como a mexicana *Pemex*, implementaram táticas de intensificar as atividades de *upstream* e internacionalizar as suas operações no *downstream*, enquanto, a Petrobras privilegia o aumento das reservas e da produção de petróleo em território nacional, além de explorar reservas fora do país.

No dia quatorze de fevereiro de 2005, Brasil e Venezuela, por meio de suas estatais, Petrobras e PDVSA, fortaleceram os laços de integração energética com a assinatura de quatorze convênios. O objetivo basilar desses acordos é possibilitar a complementaridade econômica e social bilateral, no marco da Petrosur, aumentando a potencialidade em matéria energética. Além desses acordos, podem-se citar como importantes parcerias estratégicas os acordos celebrados entre a *Repsol-YPF* e a Petrobras para realizar operações conjuntas; e as negociações entre a *Repsol-YPF* e a estatal chilena ENAP²³⁰ (*Empresa Nacional del Petroleo*) visando ao fornecimento estável de petróleo para o Chile (CAMPOS, 2007: 240).

4.5 A integração Energética por Meio da Casa e da Unasul.

No dia oito de dezembro de 2004, durante a III Reunião de Presidentes da América do Sul, os presidentes ou representantes dos doze países sul-americanos firmaram a Declaração de *Cusco*, uma carta de intenções de duas páginas, que criou a Casa (Comunidade Sul-Americana de Nações). A cimeira contou com a participação de [Panamá](#) e [México](#) como observadores. Para Taunay Filho (2008: 16):

“A Casa é criada em momento de refluxo da onda neoliberal na região, após grande sofrimento com crises de confiança geradas no exterior, aumentando a exclusão social e dos protestos das massas miseráveis, e no caso da Argentina, o colapso político e econômico quase completo pelo qual o país passou em 2001 e 2002.”

²²⁹ Sobre a importância de uma parceria entre a Petrobras e a PDVSA, ver entrevista em anexo, página 152-153.

²³⁰ A ENAP foi criada pela Lei Nº 9.618 de dezenove de junho de 1950 pelo Estado chileno, e atua na exploração, produção, e comercialização de petróleo e seus derivados. Por intermédio de sua filial *ENAP Sociedad Internacional Petrolera (ENAP Sipetrol)*, fundada em 1990, atua em diversos países como Argentina, Colômbia, Egito, Equador, Irã, Peru e Iêmen.

A Casa foi lançada em um contexto em que ficavam claros os desequilíbrios inerentes às negociações da Alca, e no qual a conclusão da Rodada Doha²³¹ era adiada mais uma vez pela insistência dos países desenvolvidos em não observar o mandato negociador.

Em 2007, durante a I Cúpula Energética Sul-Americana, o nome da organização foi modificado de Casa para Unasul. Importa frisar que a Unasul é um esforço para integrar a América do Sul em torno de três eixos: o da cooperação política, o da integração econômica e o desenvolvimento de infra-estrutura. A cooperação política terá como temas fundamentais a democracia, os direitos humanos e o desenvolvimento social. Além da adoção de posições conjuntas em temas relevantes da agenda internacional. Com relação à integração econômica, a Unasul não parte do zero, mas de dois processos de integração – Mercosul e CAN -, aos quais se somam os acordos de livre comércio firmados entre os dois blocos. Contudo, é preciso pôr em vigor esses acordos, homologá-los em um único acordo sul-americano e aprofundá-lo para incorporar-lhes elementos mais substantivos da atual agenda comercial. Por último, no que concerne ao desenvolvimento da infra-estrutura, a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana) possui dez eixos de atuação e trezentos e cinquenta projetos, sendo que trinta e dois foram tidos como prioritários e devem ser executados nos próximos anos.

A Unasul é sobretudo um grande programa político e de desenvolvimento regional descentralizado, e uma oportunidade para corrigir desequilíbrios e assimetrias no interior dos países do continente. É um esforço para integrar a região em três eixos: a) cooperação política; b) integração econômica; c) desenvolvimento de infraestrutura.

A agenda da Unasul privilegia na área econômica temas não comerciais que tiveram pouca relevância na agenda de integração da década de 1990 como a preservação de “espaços de política” e o tratamento dos impactos distributivos dos processos de liberalização e de integração. A Comissão de Reflexão sobre a Integração Sul-Americana em seu documento “Um Novo Modelo de Integração da América do Sul: Rumo à União Sul-Americana de Nações” identifica várias áreas de cooperação a serem explorados pela Unasul como infraestrutura, energia, complementação industrial e agrícola, meio ambiente, combate a pobreza e à exclusão social, fontes de

²³¹ A Rodada Doha, ou Rodada do Desenvolvimento, foi lançada em 2001, com previsão de término no ano 2006. Seu objetivo era reduzir as barreiras mundiais contra produtos estrangeiros, e negociar a liberalização dos mercados agrícolas e industriais. Os subsídios agrícolas são uma das principais controvérsias nas negociações.

financiamento para o desenvolvimento, projetos de integração fronteiriça, segurança, educação, cultura, ciência e tecnologia.

A criação da Unasul pode ser entendida como um retorno às idéias da Alcsa²³², mediante a convergência progressiva da CAN, do Mercosul e do Chile, com a participação da Guiana e do Suriname. A organização conta com personalidade jurídica internacional, e com um Conselho de Chefes de Estado e de Governo, um Conselho de Ministros de Relações Exteriores e um Conselho de Delegados (BANDEIRA, 2009: 120). A Unasul aspira à consolidação de um projeto político e de desenvolvimento de ampla envergadura na América do Sul, sua agenda privilegia na área econômica temas não comerciais que tiveram pouca relevância na agenda de integração da década de 1990. Para Guimarães (2007 b: 2):

“Os países médios que constituem a América do Sul se encontram diante do dilema ou de se unirem a assim formarem um grande bloco de 17 milhões de km² e de 400 milhões de habitantes para defender seus interesses inalienáveis de aceleração do desenvolvimento econômico, de preservação da autonomia política e de sua identidade cultural, ou de serem absorvidos como simples periferias de outros grandes blocos, sem direito à participação efetiva na condução dos destinos econômicos e políticos desses blocos, os quais são definidos pelos países que se encontram em seu centro.”

O projeto da Unasul repousa na ideia de um Mercosul fortalecido e dinâmico, a fim de criar uma aliança de maior envergadura econômica, política e comercial. O Brasil necessita afirmar sua liderança nesse processo de integração. O impasse com a Bolívia, durante o episódio da nacionalização dos hidrocarbonetos, foi um grande teste para as pretensões brasileiras de vir a ser o interlocutor privilegiado da América do Sul. Alcançar um espaço pleno de cooperação permitiria limitar a esfera de influência de uma superpotência, preservar a estabilidade em uma região e incrementar o bem-estar de seus membros.

²³² O governo Itamar Franco propôs a criação da Alcsa como uma contraposição a Alca. A idéia do governo brasileiro era unificar o Mercosul e o Pacto Andino, além do Chile, da Guiana e do Suriname através da negociação de acordos de livre comércio. A Alcsa pretendia promover a desgravação automática nos moldes do Mercosul, assegurando o comércio intrarregional em um prazo de dez anos. A criação de uma área de integração na América do Sul aumentaria a margem de manobra e a capacidade de resistência em relação à Alca. Todavia, o projeto de integração sul-americano só seria retomado em 2003, com a Casa (Comunidade Sul-Americana de Nações) posteriormente rebatizada como Unasul (União Sul-Americana de Nações) em 2007.

4.6 A importância do desenvolvimento de infraestrutura.

A área de infraestrutura é o principal déficit de integração da América do Sul. A atual infraestrutura da América do Sul reflete as prioridades do modelo exportador voltado para o comércio extra-regional e o modelo de industrialização por substituição de importação, voltado para o mercado interno. Essa falta de infraestrutura impacta negativamente os fluxos de comércio intra-regional. No âmbito andino, o transporte continua sendo uma área crítica para o livre comércio tornando-se assim um grave obstáculo para a inserção de suas economias. A conexão física, energética e de telecomunicações entre os países sul-americanos são um dos pilares da Unasul. O setor de energia apresenta grande oportunidade para a integração do continente, podendo ter o mesmo papel que o carvão e o aço tiveram para a integração européia. Para Soares de Lima e Coutinho (2006: 5):

“A integração física depende não apenas da maior capacidade de coordenação dos Estados, como da existência de suficiente poder infra-estrutural dos mesmos, já que se supõe uma visão estratégica da região e, portanto, atores com capacidade estratégica como são os Estados, ao contrário dos atores do mercado. Talvez se possa pensar a própria ideia de integração física e produtiva como uma antítese da globalização e das relações virtuais, assinalando o declínio daquelas ideias-força que se impuseram de forma tão absoluta nos anos 1990, impulsionadas pelo fim da Guerra Fria e pela internacionalização dos mercados e dos circuitos financeiros.”

A América do Sul está geograficamente afastada das principais rotas de comércio mundial, que atuam na parte norte do hemisfério. Isso impõe custos de transporte e de logística ao continente tanto nas exportações quanto nas importações. Além de estar afastada das principais rotas comerciais, a América do Sul sofre com o seu déficit infraestrutural, que prejudica os intercâmbios intrarregionais e com o exterior. Assim sendo, o comércio sul-americano como um todo é modesto em relação aos fluxos de comércio internacional.

4.6.1 Dificuldade de acesso a crédito.

Uma das maiores dificuldades dos países sul-americanos é o acesso a crédito para investir em infraestrutura, devido a limites de endividamento externo e à falta de acesso a instrumentos de garantia. O Brasil vem contribuindo para o fortalecimento da

CAF²³³ (Cooperação Andina de Fomento), entidade financeira multilateral classificada pelo mercado internacional como AA, e que tem como missão apoiar o desenvolvimento sustentável de seus Estados-membros e a integração regional. Além disso, o governo brasileiro e participou de forma positiva no processo de construção do Banco do Sul²³⁴, outro projeto de integração proposto pelo governo Chávez.

O Banco do Sul tem como objetivo financiar o desenvolvimento econômico e social de seus Estados-membros, assim como reduzir as assimetrias e promover a equitativa distribuição dos investimentos a fim de consolidar a Unasul (PIRELA, 2008: 250). Apesar da existência de instituições de fomento na América do Sul, ressalta-se a necessidade de constituição de um banco de fomento direcionado para a integração regional.

O presidente Luis Inácio Lula da Silva deu continuidade ao projeto de integração física e energética da América do Sul elaborado pelo governo Fernando Henrique, ampliando a participação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Com efeito, o Brasil é o único país da região que dispõe de um forte banco de desenvolvimento, com ativos de US\$ 87 bilhões, maiores do que os do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), cujos ativos são de US\$ 66 bilhões. O BNDES pode emprestar recursos para a execução de obras de infra-estrutura em condições competitivas de mercado e sem condicionar os empréstimos a compromissos de política externa ou a promoção de reformas econômicas. Todavia, por não ser um banco de fomento regional, o BNDES só pode financiar projetos que contemplem empresas brasileiras. Devido a essa restrição, o BNDES financia projetos na América do Sul por intermédio do Fonplata (*Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata*) ou da CAF.

De acordo com Pinheiro Guimarães (2007 b: 7):

“É parte essencial da estratégia brasileira de integração fornecer crédito aos países vizinhos para a execução de obras de

²³³ A CAF foi fundada em 1970, com sede em Caracas, além de possuir escritórios em: Bogotá, Brasília, Buenos Aires, La Paz, Lima, Madrid, Panamá e Quito. A CAF é uma instituição financeira multilateral, que presta diversos serviços bancários dos setores públicos e privados de seus países acionistas. A instituição está comprometida com o desenvolvimento sustentável e a integração regional. Seus acionistas são: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela, além de quatorze bancos privados. A CAF é a principal fonte de financiamento multilateral dos países andinos e a principal fonte de recursos na área de infraestrutura da América Latina.

²³⁴ O Banco do Sul foi subscrito por apenas sete países: Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Está previsto o início dos financiamentos em 2010.

infraestrutura e, no futuro, vir a fornecer créditos a empresas desses países em condições normais, semelhantes às que se exigem de empresas brasileiras, tendo em vista o interesse vital brasileiro no crescimento e no desenvolvimento dos países vizinhos até mesmo por razões de interesse próprio, devido à grande importância de seus mercados para as exportações brasileiras e, em consequência, para o nível de atividade econômica geral e de suas empresas.”

A criação de instituições que forneçam empréstimos aos países sul-americanos é de vital importância para o desenvolvimento regional, pois muitos deles não conseguem captar recursos externos no Banco Mundial devido ao critério de boa governança.

4.7 A relevância da criação da IIRSA para a América do Sul.

A IIRSA tem como objetivo promover o desenvolvimento da infraestrutura de transporte, de energia e de comunicações sul-americana. A iniciativa surgiu em 2000, na Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília. Nessa reunião, chegou-se ao consenso de que era necessário realizar ações conjuntas para impulsionar o processo de integração política, social e econômica da América do Sul, o que incluía a modernização da infra-estrutura-regional e ações específicas para estimular a integração e o desenvolvimento sustentável.

A IIRSA constitui um conjunto de empreendimentos organizados a partir do conceito de eixos de integração. Esse conceito é inspirado em dois preceitos clássicos da teoria do desenvolvimento regional, os da economia de aglomeração e de pólos de crescimento, que foram formulados por Alfred Marshall²³⁵ e François Perroux²³⁶, e cujo escopo foi ampliado com os estudos de Paul Krugman acerca da interação entre economias de escala, custo de transporte e distribuição espacial da produção. De acordo com Pinheiro Guimarães (2007 b: 6):

“Não há a menor possibilidade de um espaço econômico e político sul-americano (economicista ou solidarista, não importa) sem um

²³⁵ Alfred Marshall (1842-1924) foi um economista inglês, cujas principais obras são “Princípios de Economia” e “Indústria e Comércio”.

²³⁶ O economista francês François Perroux (1903-1987) elaborou no ano de 1955 a teoria dos pólos de crescimento, ao estudar a concentração de indústrias na França e na Alemanha. Segundo sua teoria, os pólos industriais podem surgir ao redor de uma aglomeração urbana ou ao longo das fontes de matérias primas, assim como em locais de passagem e de fluxos comerciais relevantes. O pólo de crescimento tem conotação geográfica, pois é fruto de economias de aglomeração geradas por complexos industriais, liderados por indústrias motrizes. O pólo de crescimento pode tornar-se pólo de desenvolvimento, ao gerar transformações estruturais e expandir a produção e o emprego no meio em que se insere.

amplo programa de construção e de integração da infraestrutura de transportes, de energia e de comunicações dos países da América do Sul.”

Em dezembro de 2004, terminou a primeira etapa do programa IIRSA com a criação de dez eixos e trezentos e cinquenta projetos, dentre eles trinta e dois que foram considerados prioritários, para serem executados nos próximos anos. Com efeito, os eixos da IIRSA são:

- a) Eixo Andino: envolve Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela na construção de gasodutos;
- b) Eixo Peru-Brasil-Bolívia: tem por objetivo redirecionar as exportações brasileiras para o Pacífico;
- c) Eixo Hidrovia Paraguai-Paraná: envolve o Sul e o Sudoeste brasileiros, além de Argentina, Uruguai e Paraguai, na integração dos transportes fluviais e no incremento da oferta de energia hidrelétrica;
- d) Eixo de Capricórnio: contempla a região de *Antofagasta* no Chile, *Jujuy* na Argentina, Assunção no Paraguai e Porto Alegre no Brasil, visa a integração energética, a incorporação de novas terras a agricultura de exportação e o desenvolvimento de biocombustíveis;
- e) Eixo Andino do Sul: envolve a região andina na fronteira entre Argentina e Chile, busca fomentar as redes de transporte e o turismo;
- f) Eixo Mercosul-Chile: contempla Argentina, Brasil, Chile e Uruguai na construção de gasodutos e de hidrelétricas;
- g) Eixo Interoceânico Central: envolve a região Sudeste brasileira, Bolívia, Paraguai, o norte do Chile e o sul do Peru na construção de redes de transporte para exportar *commodities* agrícolas brasileiras e minerais bolivianos pelo Oceano Pacífico;
- h) Eixo do Amazonas: envolve Brasil, Colômbia, Equador e Peru na criação de uma rede eficiente de transportes entre a Bacia Amazônica e o litoral do Pacífico, a fim de fomentar as exportações;
- i) Eixo do Escudo Guianense: contempla Venezuela, Guiana, Suriname e o extremo norte do Brasil para aperfeiçoar a rede rodoviária;
- j) j) Eixo do Sul: envolve as regiões do sul da Argentina e do Chile na exploração de hidrocarbonetos e no fomento do turismo.

A saída para o Pacífico é extremamente relevante para o Brasil, pois se o país se tornar um exportador relevante de etanol, seu principal mercado consumidor será a Ásia, em especial China e Japão. Durante a III Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em dezembro de 2004 no Peru, Lula anunciou a construção da Rodovia Interoceânica em parceria com o Peru. Essa obra, com mil e cem quilômetros de extensão, conectaria o Acre aos portos peruanos de *Matarani*, *Ilo* e *Maratani*, na região de *Madre de Díos*, no sudeste peruano. Seu objetivo é possibilitar que o Brasil alcance mais facilmente o mercado asiático, por intermédio do Oceano Pacífico, reduzindo custos logísticos e de transporte. A Rodovia está orçada em US\$ 700 milhões, desse total, 60% serão financiados pelo Brasil, por meio do Proex²³⁷ (Programa de Financiamento às Exportações) e o restante pelo Peru, com o apoio da CAF. Além dessa obra, foram firmados mais trinta e um projetos de infraestrutura para a região, consolidando a agenda estratégica da integração física e energética (BANDEIRA, 2006: 290).

Para Brasil e Bolívia, a integração física tem uma grande importância estratégica. No caso da Bolívia, situada no centro do continente, interligando os Andes ao Cone Sul, a integração pode ser percebida como o corolário do que tem sido seu papel estratégico de irradiação política regional, antecipando muito dos movimentos e tendências que primeiramente lá se manifestaram. O Gasbol, que interconectou o Brasil a Bolívia, renunciou o movimento corrente da integração física. Solidificada a interdependência, mas em um contexto de assimetria econômica ponderável, a Bolívia “espera apenas que o Brasil seja sócio e não patrão” (SOARES DE LIMA e COUTINHO, 2006: 6).

Os projetos da IIRSA foram escolhidos por intermédio de cinco parâmetros: a) adequação dos investimentos aos ecossistemas de cada região; b) impactos transnacionais; c) complementaridade entre os projetos, que em cada eixo estão organizados em torno de um determinado número de projetos âncora; d) sinergias resultantes da interação direta e indireta entre os eixos; e) geração de oportunidades de emprego e renda para os habitantes locais (ARAÚJO JÚNIOR, 2009: 7).

José Paulo Silveira (*apud* IGLESIAS, 2008: 163), um dos formuladores da IIRSA, afirmou que:

²³⁷ O Proex foi instituído pelo governo federal para proporcionar às exportações de bens e serviços brasileiros condições de financiamento equivalentes às do mercado internacional. O Banco do Brasil operacionaliza o programa com recursos do Tesouro Nacional.

“Um eixo de desenvolvimento não é um corredor de transportes, mas um espaço geoeconômico, onde existem demandas e oportunidades que deve ser satisfeitas mediante ações integradas. Tais ações devem ser realizadas nos campos da infraestrutura econômica (transportes, energia, telecomunicações, recursos hídricos), desenvolvimento social (educação, saúde, moradia), informação e conhecimento (qualificação profissional, desenvolvimento tecnológico, difusão e acesso à informação), além de gestão ambiental”.

O investimento total da IIRSA é da ordem de US\$ 70 bilhões, distribuídos em mais de quinhentos projetos. Há projetos brasileiros que impactarão os países vizinhos, e existem projetos binacionais, como a construção de pontes, túneis, passagens de fronteira, transmissão de energia, hidrovias, ferrovias e rodovias (ARAÚJO JÚNIOR, 2009: 8).

Uma qualidade importante da IIRSA foi a de estimular a participação de todos os países da América do Sul. Em cada país, a iniciativa está estruturada em torno de Coordenadores Nacionais, que são responsáveis por articular a participação dos diversos ministérios e órgãos governamentais envolvidos, além da iniciativa privada e ONGs (Organizações não Governamentais).

Um dos principais desafios que os governos enfrentam é negociar projetos comuns na área de infraestrutura é o de encontrar soluções que atendam aos interesses nacionais de todos os participantes do empreendimento. Sua principal fragilidade é a dependência de recursos governamentais. A continuidade da IIRSA dependerá da capacidade dos governos em manter foco nas negociações em torno dessas questões. Importa frisar que, o Brasil executa por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento²³⁸ (PAC) trinta e quatro projetos da IIRSA.

4.8 Gasoduto do Sul.

O projeto do Gasoduto Venezuela-Brasil-Argentina, o chamado *Gasoduto do Sul*, foi concebido a partir da constatação da crise energética que paira sobre os países do Cone Sul nos próximos dez anos, devido à redução das reservas de gás natural argentinas e à existência de imensas jazidas venezuelanas ainda não exploradas (COSTA, 2009: 523).

²³⁸ Lançado no dia vinte e oito de janeiro de 2007, o PAC é um programa do governo federal do Brasil, que envolve políticas econômicas que têm como objetivo acelerar o crescimento do país, por intermédio de metas para os próximos quatro anos. O desenvolvimento da infraestrutura em: energia, saneamento, habitação, transporte e recurso hídricos é central para o PAC.

O Gasoduto do Sul representa a maior obra de integração física na América do Sul e é a maior obra efetiva em prol da integração regional, especialmente entre os países beneficiários do Cone Sul, e deverá proporcionar uma oferta adicional de significativo volume de gás natural, suficiente para atender a demanda reprimida, com forte impacto para o desenvolvimento regional²³⁹. Segundo Costa (2009: 523):

“Esse projeto possibilitará a construção de um verdadeiro anel energético sul-americano, ao prolongar-se em direção ao Chile, Bolívia, Peru, Equador, e Colômbia, aproveitando, ao longo de seu traçado, as reservas de gás desses países, fechando na Venezuela.”

Dependendo do trajeto a ser seguido, a extensão do Gasoduto do Sul poderia chegar a quase dez mil quilômetros. Sua linha-tronco teria cerca de seis mil e seiscentos quilômetros, sua capacidade seria da ordem de cento e cinquenta e milhões de metros cúbicos por dia (cinco vezes mais que o Gasbol) e seu orçamento atingiria a cifra de US\$ 23 bilhões. Os números podem parecer astronômicos, mas como afirmou Costa (*apud*: LIMA, 2008: 118): “também Itaipu, quando foi projetada, era considerada uma loucura.”

Além da integração energética, há vários projetos em diversos setores, que podem ser realizados a fim de explorar complementaridades estáticas e potenciais nos setores: petroquímico, gás-químico, de construção civil e naval, alimentos e bebidas, têxteis, produtos químicos e farmacêuticos, exploração de minérios e siderurgia, máquinas e equipamentos de transporte (COSTA, 2008: 56).

A realização de um projeto dessa envergadura representará a integração dos recursos energéticos da América do Sul, que possibilitará uma absorção considerável do déficit do balanço de oferta e demanda de derivados de petróleo, no próximo decênio. A auto-suficiência e independência em relação aos hidrocarbonetos fortalecerão a posição política e econômica sul-americana no sistema internacional (COSTA, 2009: 524).

4.9 A Importância dos Combustíveis Não Fósseis para o Brasil: o Etanol e o Biodiesel.

O álcool combustível, ou etanol, é um biocombustível que pode ser produzido a partir da cana de açúcar, milho, mandioca, cevada, trigo, milho ou

²³⁹ Sobre o Gasoduto do Sul ver entrevista em anexo, página 153.

beterraba. Graças ao álcool, o Brasil tornou-se o primeiro país a produzir um combustível de alta octanagem²⁴⁰, sem a adição de chumbo tetraetila, um dos maiores poluentes atmosféricos, e causador de danos à saúde dos seres humanos. Isso reduz os custos indiretos obtidos com a não emissão de gases decorrentes do uso de derivado de petróleo.

O Programa Nacional do Álcool, lançado em 1975, decorreu da necessidade de uma resposta imediata à dependência que o país registrava na importação de combustíveis fósseis, em um contexto de choque de petróleo. A implementação do programa permitiu: a) redução da dependência de energia importada originada de fonte não renovável; b) abrandamento dos desequilíbrios na Balança Comercial; c) redução dos problemas ambientais, especialmente aqueles relacionados à poluição do ar; d) desenvolvimento de uma tecnologia nacional para a produção de combustível alternativo.

O álcool combustível é originário de uma cadeia agrícola que tem se desenvolvido com muita eficiência nos últimos três decênios no Brasil. O Pro-Álcool passou por diversos problemas desde a sua criação. O projeto chegou a perder credibilidade em virtude das oscilações bruscas no preço e no fornecimento do açúcar, fenômeno típico de uma *commodity* agrícola, cujo preço é cotado internacionalmente.

Desde 1997, por determinação do governo Fernando Henrique Cardoso, começou-se a misturar álcool com gasolina para diminuir o consumo de petróleo. Inicialmente, essa mistura era de 4,5% e atualmente oscila entre 20 a 25%. O álcool é utilizado misturado à gasolina em diversos países, como os Estados Unidos, México, Índia, Argentina, Colômbia, Venezuela e Japão. O uso do álcool puro é feito somente no Brasil. Misturando álcool na gasolina, na proporção de 25%, e vendendo álcool puro em lugar de gasolina, o Brasil consegue economizar cerca de 40% de gasolina (LIMA, 2008: 102).

Em razão de Brasil e Estados Unidos produzirem 70% do etanol mundial, os dois países associaram-se na promoção de novas fontes alternativas de energia. A cooperação no campo energético, com ênfase em biocombustíveis passou a desempenhar papel indutor da diversificação da agenda entre Brasil e Estados Unidos. A ex-Secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice (2001-2005), afirmou que: “o acordo de etanol com o Brasil é apenas o começo de uma relação transformada,

²⁴⁰ Octanagem é o índice de resistência à detonação de combustíveis usados em motores no [ciclo de Otto](#), como a [gasolina](#), o [álcool](#), o [GNV](#) e o [GPL Auto](#).

apropriada ao tamanho e importância do Brasil, regional e globalmente” (*apud* PATRIOTA, 2008: 104).

Associar-se aos Estados Unidos foi a melhor alternativa para o Brasil, que não tem capacidade de competir diretamente com os norte-americanos, devido aos subsídios concedidos aos produtores de milho, insumo do qual é feito o etanol daquele país. Para se fortalecer nesse mercado, o Brasil deve tentar criar um mercado mundial alternativo de biocombustível, aliando-se a países emergentes. Para criar um mercado internacional, é preciso que o Brasil disponibilize a tecnologia do etanol para os demais países em desenvolvimento. Com efeito, o Brasil já vende etanol para a Índia, e a gasolina indiana conta com 10% de etanol brasileiro.

Pinheiro Guimarães (2007 b: 7-8) afirma que:

“O Brasil está disposto a compartilhar a tecnologia que desenvolveu na área de bicombustíveis, acreditando que a crise energética e ambiental somente poderá ser enfrentada com eficiência a partir de uma modificação gradual da matriz energética mundial, de uma redução do consumo e do desperdício nos países altamente desenvolvidos, principais responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa.”

Em seu primeiro mandato, Lula definiu a meta de introduzir o biodiesel na matriz energética brasileira. Um Grupo de Trabalho Interministerial foi constituído em dois de julho de 2003, com o objetivo de produzir combustível renovável a partir do processamento de óleos de origem vegetal e animal, como substituto do óleo Diesel, e com impactos positivos nas áreas econômica, social²⁴¹ e ambiental. Economicamente, o programa ajudaria a mitigar a dependência externa de óleo Diesel. Apesar da autossuficiência em petróleo, as refinarias brasileiras não estão capacitadas a atender toda a demanda do país. De acordo com Lima (2008: 108):

“As medidas que estão sendo tomadas no governo do presidente Lula não só estão introduzindo o biodiesel no consumo massivo dos brasileiros, como podem confirmar a liderança do País no mercado internacional dos combustíveis ‘verdes’”.

Em 2004, o governo Lula lançou um programa de inserção sustentada dos bicombustíveis na matriz energética brasileira e, em janeiro de 2005, a ANP passou a se chamar Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis, de acordo com a

²⁴¹ Os incentivos fiscais concedidos aos produtores de biodiesel, a partir do selo “Combustível Social” pelo governo Lula, demonstram que o objetivo social do programa é assentar os agricultores no campo, evitando o êxodo rural.

Lei número 11.097/2005, que definiu metas e maneiras para se introduzirem os bicompostíveis em nossa matriz. A partir desse momento, a ANP passou a regular o álcool combustível.

O biodiesel é produzido a partir de oleaginosas como a soja, a palma e o girassol. O problema dos biocompostíveis são os custos energéticos de produção, já que para produzi-los é necessário aplicar energia fóssil a terra, por meio de fertilizantes, fungicidas e praguicidas, que são provenientes do petróleo. Semear, colher, processar e transportar também requer petróleo e eletricidade.

Os biocompostíveis são estratégicos para o Brasil. O governo Lula vem realizando esforços a fim de divulgar mundialmente esses combustíveis. Apesar de que não se esteja pensando neles como um fator de integração regional, no futuro, isso pode mudar e o Brasil pode ceder tecnologia aos países sul-americanos e caribenhos para que eles possam produzir e exportar biocompostíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A América do Sul possui base territorial, riquezas minerais, reservas hídricas e potencial agrícola para desenvolver-se de maneira autônoma. O continente sul-americano é uma das regiões mais ricas do mundo, não carece nem de alimentos, nem de meios de produzir energia, nem de quaisquer outros recursos para promover seu desenvolvimento industrial. No entanto, a carência de energia e de infraestrutura para conectar os países exportadores aos importadores de hidrocarbonetos prejudicou o desenvolvimento sul-americano. Os déficits infraestruturais impactam negativamente os fluxos de comércio intrarregional e oneram as exportações para o resto do mundo.

Para haver desenvolvimento, é preciso formular uma política energética comum para toda a América do Sul. Apesar de, desde o ano 2000, as reservas mundiais comprovadas de petróleo e de gás natural terem aumentado, os preços dos hidrocarbonetos devem elevar-se “uma vez que o equilíbrio entre demanda, produção e reservas globais de petróleo se deslocará e os custos de exploração de jazidas de petróleo em águas profundas e em regiões distantes e pouco acessíveis aumentarão nitidamente” (JOCHEN, 2005: 30). Uma política energética regional deve ser capaz de criar mecanismos apropriados para estocar esses hidrocarbonetos. Para isso, é preciso contar com infraestrutura que seja capaz de conectar os sistemas energéticos dos países sul-americanos. No entanto, apesar dos avanços, essa infraestrutura ainda é muito tênue.

A ideia de integração via infraestrutura relaciona-se ao conceito de construção do Estado nacional no plano regional. Esse deve ser um projeto comum de todos os países da região, e não apenas de governos. Nesse contexto, o Brasil, em razão de ser a principal economia sul-americana, será o país que terá que fazer as maiores concessões para reduzir as assimetrias regionais. O Brasil precisa liderar o processo, e estar disposto a pagar os custos econômicos e políticos.

Com efeito, potências médias, como o Brasil, terão cada vez mais um papel decisivo em um mundo não mais dividido em pólos de poder. O Brasil possui extensão continental, força econômica e poder político crescente para se tornar um *global player* relevante no sistema internacional. Segundo Cabral (2004: 20): “Como o verdadeiro múltiplo vetor do desenvolvimento em sua macrorregião, o Brasil apresenta-se como o núcleo central e natural da futura integração latino-americana, a projetar-se como um protagonista da cena internacional.”

Um grande entrave à integração econômica é a assimetria de desenvolvimento entre os países sul-americanos. É extremamente difícil integrar economias intermediárias, como a brasileira e a argentina, com economias atrasadas, como a paraguaia e a boliviana, sem contar com mecanismos para desenvolver as regiões mais pobres do continente. Se a integração for apenas comercial, ela pode converter-se em desintegração, pois ao debilitar, ou mesmo aniquilar, as empresas mais vulneráveis das economias menos desenvolvidas, pode gerar desemprego e arrefecimento do poder de compra, reduzindo o mercado regional. Assim sendo, um projeto de integração continental, para que seja estável, tem de basear-se em uma distribuição equitativa de benefícios entre os participantes.

A expansão do capitalismo brasileiro muitas vezes é interpretada como imperialismo (ou *subimperialismo*) e gera ressentimentos nos países menos desenvolvidos da região. Esse fenômeno vem ocorrendo nos países sul-americanos, nos quais o empresariado nacional encontra excelentes reservas naturais e uma melhor plataforma de exportação. Uma comprovação desse interesse pela América do Sul é a internacionalização das companhias brasileiras estatais e privadas, na direção desses países, o que implica grandes investimentos e necessidade de garantias. Para Cervo (2008: 168): a integração da América do Sul pode ser vista como “terreno contíguo e adequado da expansão dos negócios brasileiros”. O controle de cerca de 20% do PIB boliviano pela Petrobras despertou em sua população o sentimento de reparação do que considerava uma injustiça, fomentando conflitos que não favoreciam a integração.

Para equacionar as assimetrias regionais, a União Européia aportou recursos, a fundo perdido, para desenvolver a infraestrutura ou para viabilizar a reconversão industrial dos países mais pobres, como Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda²⁴². A América do Sul vem buscando diminuir os desníveis regionais por meio da IIRSA e do Focem, além de implementar parcerias produtivas, sobretudo na área energética, como petróleo e gás. Além das assimetrias de desenvolvimento, a falta de crédito para investimentos é outro entrave ao desenvolvimento dos países sul-americanos. Nesse sentido, a atuação do Banco do Sul e do BNDES é vital para o desenvolvimento regional.

²⁴² Estabelecido em 1975, o Feder (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), é um instrumento financeiro da Comissão Europeia, que tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico das regiões menos desenvolvidas da União Europeia. O Fundo Europeu atua em função de uma estratégia global e integrada com os outros fundos estruturais.

Importa frisar que, assim como ocorreu na Europa, a energia é essencial para a formulação de uma estratégia de desenvolvimento sul-americana. Com efeito, a integração energética adquire cada vez mais relevância para o governo brasileiro, com a criação pelo governo Lula de um departamento de coordenação estratégica no âmbito do Itamaraty, voltado não somente para o Gasoduto do Sul, mas também para os biocombustíveis. O Brasil possui experiência acumulada de décadas de pesquisa de produção do etanol em escala industrial, além de tecnologia, grandes extensões de terra e condições de clima favoráveis à produção de cana.

Na área de biocombustíveis, é preciso haver sincronia nos esforços entre a Petrobras, a Única²⁴³ (União da Indústria de Cana de Açúcar), a ANP e com as ações do Itamaraty, que vem negociando a quebra de barreiras comerciais²⁴⁴, com outros países. Para o Brasil alcançar abrangência mundial e competitiva na distribuição de biocombustíveis, precisará de parceiros como o Chile e o Peru, para diminuir as distâncias e os custos de exportação para a Ásia, um grande mercado consumidor em potencial. Também será necessário investir em infraestrutura e escoamento da produção do continente. Além disso, a difusão de tecnologia brasileira no setor de etanol pode aumentar sua influência econômica e política na América Latina e no Caribe.

A integração, para ser efetiva, necessita da cooperação plena entre todos os países, por meio de uma atuação planejada voltada para o desenvolvimento regional. Para isso, é imperativo considerar as vantagens comparativas de cada país, para poder estabelecer de forma eficiente a infraestrutura viária e energética do continente. Somente a criação de infraestrutura poderá corrigir um dos maiores entraves no processo integracionista da região, que é o fato de os países sul-americanos permanecerem de costas uns para os outros: uns voltados para o Pacífico (Colômbia, Chile, Equador, Peru) outros para o Atlântico (Argentina, Brasil e Uruguai), e outros para o Caribe (Guiana, Suriname e Venezuela) (COSTA, 2009: 521).

A implementação dessa infraestrutura, pela sua relevância estratégica para a integração regional, deve anteceder a uma efetiva demanda para evitar gargalos e para fomentar o desenvolvimento regional. A prioridade para um projeto de implantação

²⁴³ A Única é a maior organização representativa do setor açucareiro e de bioetanol do Brasil. Sua criação, no ano de 1997, foi resultado da fusão de diversas organizações setoriais do estado de São Paulo, após a desregulamentação do setor. As companhias a ela associadas são responsáveis por mais de 50% do etanol e 60% do açúcar produzidos no Brasil.

²⁴⁴ Existem fortes barreiras comerciais aos maiores mercados e subsídios aos produtores de países ricos. Além de não haver consenso mundial, quanto ao uso dos biocombustíveis.

deve-se concentrar em um sistema energético, que compreenda o aproveitamento do grande potencial hidráulico existente e a consequente interligação do sistema de distribuição.

Individualmente os países sul-americanos têm seus objetivos e problemas nacionais, que podem conter pontos de afinidade ou de divergência com os demais, facilitando ou dificultando a cooperação entre eles. Conflitos e reivindicações são resultado natural do avanço da integração. Todavia, há uma carência de auto-percepção regional comum. Como conjunto, a América do Sul ainda não existe como ator internacional (SOUTO MAIOR, 2008: 52).

Conflitos de interesses entre os governos sul-americanos fazem com que a imprensa difunda a ideia de que a integração continental é inviável. No entanto, são essas contradições, que caracterizam um processo integracionista. Se elas não forem antagônicas, os conflitos podem ser superados por meio de negociações. Dessa forma, tem sido determinante a atuação da diplomacia brasileira, que resgatou os princípios norteadores da política externa formulada pelo Barão do Rio Branco, que estabeleceu a integração econômica regional²⁴⁵ como prioridade e a negociação como o melhor instrumento para alcançar os objetivos nacionais.

No primeiro decênio do século XXI, a América do Sul assistiu a ascensão de dirigentes comprometidos, mesmo que apenas na retórica, com o projeto de integração regional. Não há mais o clima de desconfianças e rivalidades, que dificultaram a integração do continente, e que levaram ao fracasso da Alalc.

Observe-se que, em 1999, Hugo Chávez assumiu o governo da Venezuela, defendendo a doutrina integracionista bolivariana; em 2003, Lula assumiu o governo do Brasil, estabelecendo a integração da América do Sul como prioridade de sua diplomacia²⁴⁶ (em conformidade com a Constituição brasileira); no ano de 2003, Néstor Kirchner²⁴⁷ foi eleito presidente da Argentina, depois de uma intensa crise provocada

²⁴⁵ O Barão do Rio Branco propôs a criação do Pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile), a primeira tentativa de integrar a América do Sul. Apesar de não ter tido êxito, o projeto serviu de inspiração para Juan Domingo Perón (1946-1952) na década de 1950.

²⁴⁶ Lula, em seu discurso de posse afirmou que a principal prioridade da política externa seria a construção de uma América do Sul estável politicamente, prospera e justa, retomando uma iniciativa do presidente Cardoso, contudo, atribuindo-lhe prioridade que seu antecessor não concedeu. Nesse sentido, o Mercosul representaria um teste para as pretensões do país de exercer papel de liderança no continente em favor de novas propostas de desenvolvimento e de integração internacional.

²⁴⁷ Brasil e Argentina consolidaram sua aliança estratégica bilateral com o Consenso de Buenos Aires (outubro de 2003) e a Declaração de Copacabana (março de 2004), onde se comprometeram a intensificar a cooperação bilateral e mercosulina, defendendo uma série de valores e posições comuns frente à própria região e o mundo.

pela associação entre liberalismo econômico e política cambial equivocada; em 2005, Tabaré Vázquez²⁴⁸ (2005-2010) se tornou o presidente do Uruguai, em nome da Frente Ampla, a qual, entre seus princípios, sempre defendeu a integração sul-americana; no ano de 2006, a dirigente do Partido Socialista chileno, Michelle Bachelet²⁴⁹ (2006-2010), assumiu o governo do país sul-americano mais integrado comercialmente com os Estados Unidos, o Chile, mas, em visita oficial ao Brasil, a presidente chilena afirmou que o projeto prioritário de sua administração seria a integração sul-americana; em 2006, os dois candidatos da disputa eleitoral peruana, Alan Garcia²⁵⁰ e Ollanta Humala, defendiam em maior ou menor grau, a integração da região; ainda em 2006, assumiram o governo da Bolívia o presidente Evo Morales e o do Equador, Rafael Correa, ambos possuidores de um histórico de compromisso com a integração do continente nos moldes da concepção bolivariana.

Importa frisar que o pensamento bolivariano sempre foi elástico e maleável para admitir interpretações à esquerda ou à direita. Na Venezuela, o pensamento de Bolívar tem sido adaptado em diferentes épocas por diversos governos. A imagem do *Libertador* “foi apropriada por todas as classes sociais venezuelanas como um fator de unidade nacional (...), ou como símbolo da manutenção de determinada ordem” (MARINGONI, 2004: 202). Até mesmo parte dos comunistas venezuelanos, como Douglas Bravo, buscou desde a década de 1960, interpretar o marxismo com alguns postulados de Bolívar, “para criar uma leitura local do materialismo dialético” (MARINGONI, 2004: 203). Com efeito, Chávez articula o ideário do Libertador pelo seu viés mais antiimperialista. Citações de passagens da vida e da obra de Bolívar são usuais em seus discursos.

Os venezuelanos, ao contrário de outros povos sul-americanos, que associam os militares a golpes de Estado e repressão, cultuam os militares como sendo os únicos com força e capacidade para comandar o país em momentos de dificuldade. Nas

²⁴⁸ Tabaré Vasquez é o líder da principal coalizão de centro-esquerda uruguaia, a Frente Ampla, e tornou-se o primeiro presidente de esquerda eleito na história do Uruguai. Vasquez elegeu seu sucessor, José Mujica, um ex-guerrilheiro do Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros, que combateu à ditadura civil-militar no Uruguai (1973-1985).

²⁴⁹ Michele Bachelet foi sucedida, em 2010, por Sebastián Piñera, do partido de centro-direita *Renovación Nacional*. Com efeito, Piñera é um dos empresários mais ricos do Chile. Ele é dono do canal de televisão *Chilevisión*. Além disso, ele possui 26% das ações do grupo *Lan Airlines*, que é uma grande acionista da ABSA, empresa de logística aérea brasileira, com sede em Campinas, no estado de São Paulo. Piñera também detém 13,77% da Sociedade *Blanco y Negro*, que controla um dos principais times de futebol do país, o *Colo-Colo*.

²⁵⁰ Alan Garcia venceu as eleições presidenciais com 52,6% dos votos. Ele já havia sido presidente do Peru entre 1985 e 1990.

escolas, as crianças aprendem mais sobre os feitos de Bolívar do que sobre o papel dos civis na luta pela descolonização. Isso em parte ajuda a explicar a ascensão política de Chávez, um militar que ganhou projeção nacional em um dos momentos mais difíceis enfrentados pela Venezuela.

Chávez, um grande conhecedor dos escritos do *Libertador*, faz uso político do mito de Bolívar. A Constituição de 1999 foi chamada de *Bolivariana*; no mesmo ano, o país mudou seu nome para República Bolivariana da Venezuela; em 2003, foram criadas as Missões Bolivarianas. Da mesma forma, Chávez criou o conceito de *socialismo bolivariano do século XXI*. A ideia de que Bolívar defenderia os ideais socialistas foi uma criação de Chávez, pois o *Libertador* morreu no ano de 1830, antes de Marx (1818-1883) publicar o *Manifesto Comunista* (1848) e *O Capital* (1867) e de o conceito de marxismo ser criado. Bolívar não foi um socialista *avant la lettre*, ele era proveniente de uma família aristocrática de origem basca. Todavia, Chávez mistura em sua retórica diversas referências, pois Marx está distante do imaginário popular venezuelano, Bolívar, no entanto, é um herói nacional.

Em prol da integração regional, Chávez tem buscado criar instrumentos que fortaleçam os laços entre os países da região e propiciem uma integração industrializante e redutora de assimetrias. A Venezuela tem preconizado uma forte atuação dos organismos de fomento à integração regional, seja para o estabelecimento de novos regimes contratuais, seja para constituição de organismos supranacionais que garantam a segurança institucional aos investimentos voltados para integração de infraestrutura, tanto de transportes quanto de energia. Com efeito, a adesão da Venezuela ao Mercosul, em 2006, expandiu a importância do bloco em termos políticos, econômicos e comerciais. O Mercosul passou a contar com duzentos e cinquenta milhões de habitantes, além de deter 76% do PIB da América do Sul, e mais de US\$ 300 bilhões de comércio exterior (CERVO, 2008: 173-174).

Pode-se destacar que o interesse do empresariado brasileiro na economia venezuelana, um interessante parceiro comercial, constituiu um forte fator para que o Senado do país concordasse com o ingresso da Venezuela no Mercosul, visto haver uma séria tendência política à não-aceitação, devido à oposição dos conservadores à política externa desenvolvida pelo chanceler Celso Amorim. O estímulo inicial à aceitação de Caracas no bloco, porém, proveio do governo argentino, uma vez que Hugo Chávez vem há tempos comprando títulos da dívida externa argentina, o que é fundamental para a sustentabilidade do país, que ainda enfrenta dificuldades de rolagem da dívida externa.

Os anseios de Simon Bolívar de integrar a América do Sul física, cultural e economicamente²⁵¹ servem de inspiração para Chávez, que procura promover a integração e a cooperação entre os povos. Integrar a América do Sul é importante para o projeto político de Chávez para mitigar a dependência econômica da Venezuela em relação aos Estados Unidos da América, seu principal mercado importador. A integração regional via energia, foi o meio encontrado por Chávez para elevar os custos políticos e econômicos de reverter sua política externa. Com efeito, a integração energética poderia reorientar politicamente alguns países da órbita dos EUA para a Venezuela. Para Maringoni (2004: 204): “O chavismo representa uma dinâmica em construção, cujo roteiro não está previamente traçado.”

Em realidade, sem o impulso venezuelano, a Unasul não nasceria. O projeto da Casa foi lançado sem muito entusiasmo, em 2004, durante a reunião de cúpula de doze países²⁵². Depois que a Unasul foi criada, o processo integracionista evoluiu mais rápido. Ideia de Chávez de aprofundar a integração, a Unasul visa a ir além de uma área de livre comércio, ao promover valores, soberania dos Estados, boa convivência, projetos produtivos e o sonho de Bolívar. Sua maior contribuição reside na constituição de um eixo triplo estratégico entre os três grandes países da região, para investir, conjuntamente, nos setores de energia, infraestrutura e projetos sociais. Desde a primeira cimeira, em 2005, salientou-se a orientação para a cooperação energética e de infraestrutura, com projetos de integração ambiciosos e concretos (CERVO, 2008: 173).

A construção do Gasoduto do Sul representa a maior obra de integração física sul-americana. Sua consecução será essencial para integrar o continente. O gasoduto deverá proporcionar uma oferta adicional de gás natural, suficiente para atender a demanda reprimida, o que impulsionaria o desenvolvimento regional, ao conectar os mercados produtores (Bolívia, Peru e Venezuela) aos mercados consumidores (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai). Segundo estimativas da

²⁵¹ Na Carta da Jamaica, de 1815, Bolívar demonstrou seu desejo de formar uma confederação hispano-americana com as regiões recém independentes da Espanha. Nesse projeto foram excluídos os Estados Unidos, o Brasil e o Haiti. Em 1826, Bolívar tentou promover a integração da América do Sul, ao convocar o Congresso do Panamá, mas não obteve êxito. Compareceram apenas os representantes dos governos do México, da Federação Centro-Americana, da Grã Colômbia e do Peru. Os demais países independentes da região (Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos, Haiti, Paraguai e Uruguai) não participaram da cimeira.

²⁵² No início da década de 1990, surgiu dentro do Ministério das Relações Exteriores, então comandado pelo chanceler Celso Amorim (1993-1995), a ideia de criar uma área de livre comércio sul-americana, ao unir o Mercosul e a Comunidade Andina, além de Chile, Guiana e Suriname. Surgia assim, o projeto da Alcsa em contraposição ao da Alca. O ideário integracionista foi retomado em 2004, com a criação da Casa, renomeada como Unasul, no ano 2007.

Agência Internacional de Energia, a América Latina precisará despende US\$ 1,3 trilhão em novos investimentos antes de 2030 para atender a demanda²⁵³. Esse projeto se soma a outros gasodutos construídos na América do Sul, no esforço de tornar o continente autosuficiente em gás natural.

O projeto de integração energética entre Brasil e Bolívia foi, essencialmente, político, de expandir a influência brasileira na América do Sul, e ao mesmo tempo ajudar o país andino a sobrepujar suas instabilidades econômicas e políticas. Para os formuladores da política externa do governo Cardoso, o papel de líder do Brasil devia-se a sua proeminência econômica e deveria se restringir à sua vizinhança, devido à escassez de recursos financeiros, militares e políticos²⁵⁴. Dessa forma, a construção do Gasbol pode ser entendida como uma estratégia geopolítica brasileira, pois o projeto não tinha sido completamente justificado no momento de sua formulação. Para viabilizar o gasoduto, foi preciso modificar o padrão de consumo de energia das indústrias do Sudeste brasileiro.

A nacionalização do gás natural promovida por Evo Morales teve a finalidade de responder ao conjunto de alianças políticas que apoiavam o seu governo e à estratégia de seu projeto político, que necessitava angariar maior aprovação popular ante as eleições da Assembleia Constituinte, ocorridas em julho de 2006. Morales percebeu que a alta do preço do petróleo no mercado internacional poderia aumentar seu poder de barganha em relação ao Brasil. Diante da crise, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva conservou sua orientação política de dar continuidade às negociações para, assim, preservar o canal de diálogo entre as partes. De acordo com Mireles (2006: 2):

“Contrariamente às pressões internas que demandam atitudes duras contra o governo boliviano, o Governo Lula reitera uma nova visão para o processo de integração baseada na importância de se fundarem os vínculos regionais não somente nos interesses que mobilizam os Estados, mas também na consideração de que, inclusive em situações de tensão, deve prevalecer a amizade entre as nações.”

²⁵³ Disponível em: < http://www.iea.org/textbase/nppdf/free/2000/southa_2003.pdf > Consulta em: 20/04/2010.

²⁵⁴ Ao contrário dos idealizadores da política externa da administração Cardoso, os formuladores da política externa de Lula sustentam que a liderança brasileira deve ser feita através de uma ação diplomática mais efetiva e dinâmica e pela defesa de temas tidos como “universais”. Com efeito, os governos de FHC e de Lula representam tradições diplomáticas distintas, diferenciando-se nas ações, preferências e nas crenças, perseguindo resultados distintos em relação à política externa, mas ao mesmo tempo, buscando não afastar-se de um objetivo basilar: o desenvolvimento econômico do país preservando certo grau de autonomia política. Acredita-se, aqui, que uma das diferenças mais relevantes entre o governo Fernando Henrique e o governo Lula reside nas interpretações e ideologias distintas dos dois presidentes e de seus respectivos funcionários acerca dos constrangimentos e das possibilidades do sistema internacional.

Para alguns analistas, as respostas adequadas para o “radicalismo” de Morales seriam a retaliação e o uso da enorme capacidade de barganha do Brasil. Contudo, no que se refere à questão da propriedade do subsolo, o governo de La Paz se amparava em Resolução da ONU, do início dos anos sessenta. Ao persistir no diálogo, a administração Lula fez uma opção que, como qualquer outra alternativa envolvia riscos, já que dependia da capacidade dos representantes brasileiros de alcançar uma resposta amistosa da Bolívia, que resultasse em acordos favoráveis aos dois países. A diplomacia brasileira agiu pautada em razões estratégicas de longo prazo. Uma Bolívia estável, próspera e pacífica é essencial ao projeto de integração sul-americana e aos interesses da política externa brasileira na região. Somente o desenvolvimento do país poderá aplacar o estigma de derrota e de pertencimento a uma nação fraca militar, econômica e politicamente.

A política externa de Lula reflete em parte posições tradicionais do Partido dos Trabalhadores, que sempre enfatizou a importância das alianças com países em desenvolvimento, o que pode ser interpretado como uma volta ao terceiro-mundismo. Essas diretrizes do PT tornariam difícil para o governo Lula agir de outra forma em relação à nacionalização do gás boliviano. Grande parte das iniciativas da gestão de Lula situa-se no âmbito das negociações comerciais internacionais e na busca de coordenação política com os países emergentes. Com efeito, os novos elementos da diplomacia da presidência de Lula não devem ser reduzidos a uma simples mudança de estilo em relação ao governo Cardoso, somada a disposição à assertividade²⁵⁵. Objetivos, prioridades e instrumentos foram revistos e reorganizados resultando em um perfil distinto dos governos precedentes, mesmo sem haver rupturas ou grandes inovações.

A nacionalização do gás boliviano fez com que a administração Lula orientasse a Petrobras a revisar seu portfólio de projetos de produção de gás natural e a estudar formas de acelerar a entrada em operação de campos brasileiros de gás natural. A Petrobras concluiu que alguns projetos, que deveriam se estender por cinco anos, poderiam ser antecipados para dois anos. Sendo assim, a empresa, em parceria com o

²⁵⁵ Vaz (2006: 90) argumenta que a definição das prioridades e estratégias da política externa da gestão de Lula teve como objetivos: reverter à postura defensiva da presidência Cardoso; e resgatar valores e dimensões da política exterior brasileira que teriam sido negligenciadas durante a década de 1990. Lula assumiu uma postura revisionista que procurava alinhar a política externa aos anseios de mudança e às propostas e compromissos que havia assumido internamente, sem afastar-se radicalmente dos legados do governo FHC.

governo brasileiro, criou o Plangás, um projeto que tem por objetivo o aumento da produção interna de gás natural no Brasil. A iniciativa envolve os setores de exploração e de produção, gás e energia, e abastecimento, além de centros de pesquisa e desenvolvimento como o Cenpes²⁵⁶. Aprovado pelo Conselho Nacional de Política Energética²⁵⁷ (CNPE), o Plangás transformou-se em um programa de governo federal e dos governos estaduais (LIMA, 2008: 116).

A América do Sul e o Brasil devem investir nos próximos anos na: a) prospecção de combustíveis fósseis; b) pesquisa e produção de energias alternativas como o etanol; c) cooperação entre as estatais petrolíferas; d) pesquisa de novas tecnologias na exploração de hidrocarbonetos em águas profundas; e) construção de gasodutos que interliguem as economias do continente. A integração energética é fundamental para o desenvolvimento da América do Sul, e para sua inserção na economia mundial.

Acredita-se que o incremento do consumo energético da América do Sul na próxima década será um fator catalisador para as iniciativas de integração física do continente. Existe espaço para o aproveitamento das complementaridades energéticas sul-americanas. Será preciso investir em infraestrutura e fomentar a cooperação na área de energia, para que as economias da América do Sul possam crescer e se desenvolver de maneira mais autônoma, sem precisar importar hidrocarbonetos de outros mercados. A participação do gás natural na matriz energética sul-americana deve aumentar, assim como deve haver um incremento da produção de biocombustíveis, área em que o Brasil possui excelência e que pode transformá-lo em líder desse mercado. Além da integração dos mercados de hidrocarbonetos é preciso reduzir ao mínimo as barreiras endógenas ao comércio e os gargalos na infraestrutura.

O projeto de integração física e energética sul-americana deve ser um projeto de Estado e não de governo, para que não seja abandonado com a eleição de novos governantes. A integração infraestrutural será capaz de transbordar esse processo para outros setores da economia, como mostram os estudos que estiveram por trás dos primeiros passos da integração européia, iniciada com o carvão, o aço e a energia atômica. A integração potencializará a capacidade negociadora do Brasil e de cada um

²⁵⁶ O Centro de Pesquisa Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes) é a unidade da Petrobras responsável pelas atividades de pesquisa e de desenvolvimento e engenharia. Criado em 1963, sua missão é prover e antecipar soluções tecnológicas inovadoras e sustentáveis para a estatal.

²⁵⁷ O CNPE foi criado em seis de agosto de 1997, como um órgão de assessoramento do presidente da República destinado à formulação de políticas e diretrizes energéticas.

dos países sul-americanos na esfera mundial. É essa, aliás, uma das principais funções de um bloco econômico: aumentar a capacidade conjunta e de cada um de seus membros nas negociações internacionais.

ANEXO

ENTREVISTA: DARC COSTA²⁵⁸.

- 1) Qual sua avaliação sobre as críticas feitas ao governo Lula durante o episódio da nacionalização dos hidrocarbonetos realizada pelo presidente Morales?

Costa: É interessante mostrar que a situação da Bolívia era uma situação de muita instabilidade política e o gasoduto foi construído dentro de um espaço de total falta de institucionalidade política na Bolívia, porque houve vários governos que duraram seis meses. Então, isso criou uma situação estrutural difícil de ser administrada, até pelo próprio governo Fernando Henrique. Agora, com respeito ao episódio da nacionalização, a Petrobras foi a culpada, porque os dois possíveis candidatos a presidente da República, o Quiroga e o Morales, todos os dois, na sua plataforma eleitoral colocavam a questão da nacionalização do gás como questão central. Evo Morales levou três meses para poder tomar a medida, tomou em um primeiro de maio. Ele tinha tomado posse em janeiro. Houve tempo hábil para que a Petrobras pudesse negociar o processo, e a Petrobras não negociou, deixou que o fato acontecesse, quando todos que observavam a cena sabiam que aquele fim era claro, eles seriam obrigados a nacionalizar. Quanto mais o Evo Morales, porque senão podia vir a turma de *El Alto* tomar o Palácio e pressionar porque ele havia prometido uma coisa na campanha e não cumpriu. Então, aquele episódio decorre da falta, na minha opinião, de uma ação política da Petrobras condizente com o governo que o Evo Morales estava iniciando. Esse é um episódio em que a maior responsável é a Petrobras, que teve outros episódios, inclusive o acordo que eles fizeram com a *Repsol*, um acordo feito antes do ingresso do Evo Morales, que de certa forma prejudicava o governo da Bolívia, e que o governo boliviano soube. Para resolver esse quadro, eu diria o seguinte, a Petrobras precisa entender que ela é uma empresa do Estado brasileiro. Ela não pode continuar se comportando como se fosse uma empresa de mercado quando lhe interessa. A Petrobras deve entender que é uma empresa do Estado brasileiro e que para isso, sua política tem que ser condizente com a política externa do governo brasileiro.

²⁵⁸ Entrevista realizada no dia vinte e seis de maio de 2010.

- 2) Qual sua percepção acerca da criação de uma organização política na América Latina, sem a participação dos Estados Unidos e do Canadá? Essa iniciativa inédita seria sintomática da perda de peso político e econômico de Washington na América Latina e da importância crescente da China e da Ásia para a região?
- Costa: Não diria que decorre do crescimento da China e da Ásia na região. Eu diria que a prioridade dos Estados Unidos deixou de ser desde 1997 o hemisfério ocidental, e passou a ficar muito mais interessado na faixa estreita que vai do Golfo Pérsico passa pelos Montes Urais até o Norte da Sibéria. Por que eles têm esse interesse? Porque ali tem 66% do petróleo do mundo, o governo norte-americano sabe que os americanos consomem cerca de 27% do petróleo existente e que eles são incapazes de produzir 40% desse petróleo que consomem. Então, eles têm que procurar em outros lugares, e como os Estados Unidos se colocaram como potência hegemônica em cima do chamado ciclo do petróleo, eles acham que a questão central é o petróleo. Por isso, priorizam essa região e deixaram espaço na América do Sul, na América Latina de certa forma, fora de suas prioridades. Ao fazê-lo criaram possibilidade de outros atores se posicionarem na cena, como é o caso da China e o nosso próprio caso.
- 3) O que o senhor tem a dizer aos críticos da integração sul-americana, que afirmam que após as descobertas do pré-sal, teria sido um erro investir na Bolívia e na Venezuela?
- Seria importante perguntar a esses críticos o que é o pré-sal. Se eles sabem o que é o pré-sal. Se eles sabem o que é o petróleo que existe na Venezuela e o gás que existe na Bolívia. Se eles souberem responder essa questão, essa questão deixa de existir. É só ver o custo do petróleo do pré-sal e o custo do petróleo da Faixa do Orinoco. O petróleo é um bem estratégico, é muito melhor consumir o petróleo dos outros, do que gastar o seu próprio. As pessoas precisam entender isso.
- 4) Qual a sua avaliação sobre uma possível associação entre a Petrobras e a PDVSA, a fim de criar uma empresa integrada de energia na América do Sul?
- Costa: Acho que isso seria uma grande solução para o problema da América do Sul. Mas eu vejo isso com um monte de problemas, porque existe dentro da mitologia das duas empresas um discurso em que uma atrapalha a outra. O que

se tivesse um pouco de visão, o baixo clero dessas empresas, porque isso está no baixo clero, veriam o seguinte: que isso é um mercado com tal potencial que cabe as duas empresas, e que elas poderiam em vez de entrar em um processo de competição, entrar em um processo de cooperação, que seria muito mais útil para elas estruturar o mercado na América do Sul do que fragmentá-lo.

- 5) Como o senhor percebe os projetos de criação do anel energético e do Gasoduto do Sul para a região?

Costa: Esses projetos mudam completamente a dinâmica territorial da América do Sul. Tiram a América do Sul de uma orientação que vem desde a colônia costeira e estruturam uma orientação para o interior do continente. O que cria uma dimensão nova na capacidade do continente responder as demandas de suas populações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACOSTA, Alberto. Ecuador, um país em busca de la senda perdida... De la crisis a la Constituyente. V Curso para diplomatas sul-americanos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guillon. A política externa do governo Fernando Henrique. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guillon. SEITENFUS, Ricardo. CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de (coord.). Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990). Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006.

ALEJO, Esteban Ticona. Bolívia: “La revolución democrática y cultural” del presidente Evo Morales y el movimiento al socialismo (MAS) 2006-2008. In: V Curso para Diplomatas Sul-Americanos (textos acadêmicos). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

ALMEIDA, Fernando Roberto de Freitas. Relações econômicas internacionais: a Era Colombiana e a marcha da insensatez. In: LESSA, Monica Leite. GONÇALVES, Williams da Silva. História das Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2007.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A política internacional do PT e a diplomacia do governo Lula. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guillon. SEITENFUS, Ricardo. CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de (coord.). Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990). Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006.

ALTEMANI DE OLIVEIRA, Henrique. Política Externa Brasileira. São Paulo: Saraiva, 2005.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. A Revolução Bolivariana. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

AQUINO, Ítalo de Souza. Como escrever artigos científicos. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2008.

BAKAN, Joel. A Corporação: a busca patológica por lucro e poder. São Paulo: Novo Conceito, 2008.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: Funag, 2009.

BARROS, José D’Assunção. O campo da História: especialidades e abordagens. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BARROS, José D’Assunção. O Projeto de Pesquisa em História. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BARROS, Orlando. Sinopse da História das Relações Externas brasileiras. In: LESSA, Monica Leite. GONÇALVES, Williams da Silva. História das Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2007.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. A política externa ambiental: do desenvolvimentismo ao desenvolvimento sustentável. In: ALTEMANI, Henrique. LESSA, Antonio Carlos (org.). Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas - volume 2. São Paulo: Saraiva, 2006.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington. Rio de Janeiro: Consulta Popular, 1994.

BAYLIS, John. SMITH, Steve. OWENS, Patricia. The globalization of world politics: an introduction to international relations. New York: Oxford University Press, 2008.

BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. São Paulo: Garamond, 2007.

BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: GOMES, Paulo Cezar da Costa. CORREA, Roberto Lobato. CASTRO, Ina Eilas de. Geografia conceitos e temas. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007.

BERGIER, Jacques. A guerra secreta do petróleo. São Paulo: Hemus Livraria Editora LTDA, s/d.

BIATO, Marcel. América Latina e Caribe: nova fronteira da política externa brasileira. O Brasil no mundo que vem aí. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BLOCH, Marc. Introdução à História. Lisboa: Europa-América, 1974.

BRAZILIAN Foreign Policy Handbook. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Novo desenvolvimentismo e ortodoxia convencional. In: DINIZ, Eli (org.). Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BRZEZINSKI, Zbigniew. Second Chance – three Presidents and the Crisis of American Superpower. New York: Basic Books, 2008.

CAMPOS, Adriana Fiorotti. Indústria do Petróleo: reestruturação sul-americana nos anos 90. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2007.

CARMO, Corival Alves. BARROS, Pedro Silva. MONTEIRO, Leonardo Valente. Venezuela: mudanças e perspectivas. Brasília: IPRI, 2007.

CASTRO, Therezinha de. Nossa América: geopolítica comparada. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1994.

CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz (org.). O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CHÁVEZ, Hugo. HARNECKER, Marta. Understanding the Venezuelan Revolution: Hugo Chávez talks to Marta Harnecker. New York: Monthly Review Press, 2005.

CHÁVEZ, Hugo. El golpe fascista contra Venezuela. Havana: Ediciones Plaza, 2003.

CHENAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

CHENE, Andrés de. Petróleo, gran emperador del subsuelo venezolano. Caracas: Tipografía Vargas, 1966.

CHEVALIER, Jean Marie. Les grands batailles de l'énergie: Petit traité d'une économie violente. Paris: Gallimard, 2004.

CHOMSKY, Noam. What we say goes: conversations on US power in a changing world. New York: Penguin Books, 2007.

CHOMSKY, Noam. Interventions. New York: Penguin Books, 2007.

CHOMSKY, Noam. Failed States: the abuse of power and the assault on democracy. New York: Metropolitan Books, 2006.

CHOMSKY, Noam. Dominer le monde ou sauver la planète? Paris: Librairie Arthème Fayard, 2004.

CHOMSKY, Noam. Rogue States: the rule of force in world affairs. Cambridge: South End Press, 2000.

CHOMSKY, Noam. Ano 501: a conquista continua. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.

COSTA, Darc. Fundamentos para o estudo da estratégia nacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

COSTA, Darc. Uma visão geral sobre a Venezuela. In: América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

COUTO E SILVA, Golbery do. Conjuntura Política Nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

COUTO E SILVA, Golbery do. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.

CRONOLOGIA da política externa do governo Lula (2003-2006). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

CSURGAI, Gyula. La nation et ses territoires en Europe centrale: une approche géopolitique. Bern: Peter Lang SA, Editions scientifiques européennes, 2005.

DELAITE-VENNEN, Anne. CSURGAI, Gyula. Lectute géopolitique de l'actualité internationale. Lausanne: CRFJ - Centre Romand de Formatio des Journalistes, 2003.

DEUTSCH, Karl. Análise das Relações Internacionais. Brasília: Editora UNB, 1982.

DEUTSCH, Karl. On the concepts of politics and Power. In: FARREL, John. SMITH, Ásia (Ed.). Theory and reality in international relations. New York: Columbia University Press, 1967.

DINIZ, Eli. O pós-Consenso de Washington, tendências e perspectivas: um balanço. In: DINIZ, Eli (org.). Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ESTATÍSTICAS. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

FIORI, José Luís. Estados Unidos, América do Sul e Brasil: seis tópicos para uma discussão. DEP: Diplomacia, Estratégia e Política. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2009.

FOOT, Rosemary. Estratégias chinesas em uma ordem global hegemônica: acomodação e *hedging*. In: HURRELL, Andrew. SOARES DE LIMA, Maria Regina. HIRST, Monica. MAC FARLANE, Neil. NARLIKAR, Amrita. FOOT, Rosemary. Os Brics e a ordem global. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FURTADO, Celso. Ensaio sobre Venezuela: subdesenvolvimento com abundancia de divisas. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

GIAMBIAGI, Fabio. VILLELA, André (org.). Economia brasileira contemporânea (1945/2004). São Paulo: Campus, 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. TONETO JR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

GUIMARÃES, César. Integração hemisférica ou integração autônoma. In: SOARES DE LIMA, Maria Regina (org.). Desempenho de governos progressistas no Cone Sul: Agendas alternativas ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: Edições IUPERJ, 2008.

HAAS, Ernst B. The uniting of Europe: political, social and economic forces 1950-1957. Indiana: University of Notre Dame Press, 2004.

HAAS, Ernst B. Words can hurt you; or, who said what to whow about regimes. In: KRASNER, Stephen D. (ed.). International Regimes. Massachussets: Cornell University Press, 1983.

HAGE, José Alexandre Altahyde. Bolívia, Brasil e a Guerra do Gás. Curitiba: Juruá Editora, 2008.

HERZ, Monica. HOFFMANN, Andrea Ribeiro. Organizações internacionais: história e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HIRST, Monica. Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

HIRST, Monica. MACFARLANE, Neil. NARLIKAR, Amrita. FOOT, Rosemary. Os Brics e a ordem global. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

HOFMEISTER, Wilhelm. Integração regional e políticas de coesão: as experiências do Brasil e da União Europeia. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2008.

HURRELL, Andrew. Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes? In: HURRELL, Andrew. SOARES DE LIMA, Maria Regina. HUSAR, Jörg. MAIHOLD, Günther. Gás natural: matéria contenciosa na América do Sul. In: Energia: da crise aos conflitos? Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, dezembro 2005.

HURRELL, James. Regionalism in Americas. In: FAWCETT, Louise. HURRELL, Andrew (ed.). Regionalism in World Politics: Regional Organization and International Order. New York: Oxford University Press, 1995.

HURRELL, Andrew. Regionalism in Theoretical Perspective. In: FAWCETT, Louise. HURRELL, Andrew (ed.) Regionalism in World Politics: Regional Organization and International Order. New York: Oxford University Press, 1995.

HURRELL, Andrew. FAWCETT, Louise. Conclusion: Regionalism and International Order? In: FAWCETT, Louise. HURRELL, Andrew (ed.) Regionalism in World Politics: Regional Organization and International Order. New York: Oxford University Press, 1995.

IRWIN, Richard D. Teoria da Integração Econômica. Lisboa: Livraria Clássica, Editora A. M. Teixeira & CA (Filhos), 1961.

JAGUARIBE, Hélio. América Latina no presente Sistema Internacional. O Brasil no mundo que vem aí. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

JAGUARIBE, Hélio. Introdução Geral. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guillon. SEITENFUS, Ricardo. CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de (coord.). Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990). Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006.

JOCHEN, Eberhard. Eficiência energética: uma chance negligenciada em âmbito nacional e internacional. In: Energia: da crise aos conflitos? Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, dezembro 2005.

KEOHANE, Robert O. NYE, Joseph. Power and Interdependence. New York: Longman, 2001.

KEOHANE, Robert O. NYE, Joseph. Realism and Complex Interdependence. In: LINKLATER, Andrew (ed.). International Relations volume II. New York: Routledge, 2000.

KEOHANE, Robert O. The Demand for International Regimes. In: KRASNER, Stephen D. (ed.). International Regimes. Massachusetts: Cornell University Press, 1983

KISSINGER, Henry. Precisará a América de uma Política Externa? Uma diplomacia para o século XXI. Lisboa: Gradiva, 2008.

KISSINGER, Henry. Diplomacy. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994.

KLARE, Michael. Resource wars: the new landscape of global conflict and the forthcoming petropolitics. Metropolis Books, 2004.

KRASNER, Stephen D. Regimes and The Limits of Realism: Regimes as Autonomous Variables. In: KRASNER, Stephen D. (ed.). International Regimes. Massachusetts: Cornell University Press, 1983

KRUGMAN, Paul R. OBSTFELD, Maurice. Economia internacional: teoria e política. São Paulo: Addison Wesley, 2005.

LACOSTE, Yves. A Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1989.

LAFER, Celso. A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LEIGUE, Antonio Peredo. La concepción de un nuevo país: El caso boliviano. In: V Curso para Diplomatas Sul-Americanos (textos acadêmicos). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

LESTER, Richard K. A few comments on globalization, energy and innovation. In: The United States: present situations and calejes. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

LIMA, Haroldo. Petróleo no Brasil: a situação, o modelo e a política atual. Rio de Janeiro: Synergia, 2008.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. Política e comércio exterior. In: LAMOUNIER, Bolívar. FIGUEIREDO, Rubens (org). A Era FHC: um balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

MAACHOU, Abdelkader. La OPAEP y el petróleo árabe. Paris: Berger-Levrault, 1982.

MACFARLANE, Neil. O “R” dos Brics: a Rússia é uma potência emergente? In: HURRELL, Andrew. SOARES DE LIMA, Maria Regina. HIRST, Monica. MACFARLANE, Neil. NARLIKAR, Amrita. FOOT, Rosemary. Os Brics e a ordem global. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. São Paulo: Editora Campus, 2001.

MARINGONI, Gilberto. A Revolução Venezuelana. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARINGONI, Gilberto. A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MASCARENHAS, Anderson. Roboré: um torpedo contra a Petrobras. São Paulo: Editora Fulgor, 1959.

MEIRA MATOS, Carlos. Geopolítica e trópicos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1984.

MEIRA MATOS, Carlos. Uma geopolítica pan-amazônica. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MEIRA MATOS, Carlos. A geopolítica e as projeções do poder. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1977.

MEIRA MATOS, Carlos. Brasil: geopolítica e destino. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

MELO, Pedro. PULIDO, João Garcia. MARQUES, Paulo. BEATO, Alexandra. Estudos sobre energia: petróleo e gás natural. Coimbra: Almedina: 2004.

MELLO MOURÃO, Gonçalo de Barros. A América Latina e o Caribe; e o Brasil. O Brasil no mundo que vem aí. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MINGST, Karen. Princípios de relações internacionais. São Paulo: Campus, 2008.

MORAVCSIK, Andrew. The choice for Europe. Social purpose and State power from Messina to Maastricht. News York: Cornell University Press, 1998.

MORGENTHAU, Hans. A Política entre as Nações. São Paulo: IPRI, 2003.

MOSCARDO, Jerônimo. CARDIM, Carlos Henrique (org.). O Brasil no mundo que vem aí. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

NASSIF, Luís. Política macroeconômica e ajuste fiscal. LAMOUNIER, Bolívar. FIGUEIREDO, Rubens (org). A Era FHC: um balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

NAVAJAS, Fernando. CONT, Walter. Uma anatomia da crise energética argentina. In: Energia: da crise aos conflitos? Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, dezembro 2005.

NEGROPONTE, Diana Villiers. Is the United States distancing itself from global engagement towards limited responsibility? In: The United States: present situations and challenges. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

NOGUEIRA, João Pontes. MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE JR., Joseph S. O Paradoxo do Poder Americano – Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo: UNESP, 2002.

OLIC, Nelson Bacic. Geopolítica da América Latina. São Paulo: Editora Moderna, 1992.

OLIVEIRA, Adilson de. Segurança energética no Cone Sul. In: Energia: da crise aos conflitos? Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, dezembro 2005.

OLIVEIRA, Amaury. China, Índia e Japão no mundo que vem aí. O Brasil no mundo que vem aí. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

OLIVEIRA, Jorge Leite de. Texto Acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

ONUJI, Janina. O Brasil e a construção do Mercosul. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (org.). Relações internacionais do Brasil: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, v.1, 2006.

OUTHWAITE, William. BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. The USA and the world: perceptions. In: The United States: present situations and challenges. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

PECEQUILO, Cristina Sorenu. The George W. Bush Era (2001-2007): The USA and the international system. In: The United States: present situations and challenges. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

PENHA, Eli Alves. Geopolítica das Relações Internacionais. In: LESSA, Monica Leite. GONÇALVES, Williams da Silva. História das Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2007.

PERKINS, John. Confissões de um assassino econômico. São Paulo: Cultrix, 2005.

PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel. Quinhentos anos de periferia. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2007.

PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel. CARDIM, Carlos Henrique (org.). Venezuela: visões brasileiras. Brasília: IPRI, 2003.

PINHO, Diva Benevides. VASCONCELLOS, Marco Antônio S. (org.). Manual de economia – equipe de professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2006.

PIRELA, Miguel Angel Pérez. Política exterior de Venezuela em el siglo XXI: un nuevo panorama de integración latinoamericana. In: V Curso para Diplomatas Sul-Americanos (textos acadêmicos). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

PUCHALA, Donald J. HOPKINS, Raymond F. International Regimes: Lessons From Inductive Analyses. In: KRASNER, Stephen D. (ed.). International Regimes. Massachusetts: Cornell University Press, 1983.

RIBEIRO, Darcy. As Américas e a civilização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

ROCHE, Jean-Jacques. Théories des Relations Internationales. Paris: Montchrestien, 2006.

ROSA, Luiz Piguelli. A Política de Energia Elétrica da Venezuela. In: Venezuela: Visões Brasileiras. Brasília: Editora Fundação Alexandre de Gusmão, 2003.

ROSENAU, James N. DURFEE, Mary. Thinking Theory Thoroughly: Coherent Approaches to an Incoherent World. Boulder: Westview Press, 2000.

ROVAI, Renato. Midiático poder: o caso venezuelano e a guerrilha informativa. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

RUGGIE, John Gerard. International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order. In: KRASNER, Stephen D. (ed.). International Regimes. Massachusetts: Cornell University Press, 1983.

SANTANA, Carlos Henrique V. Os limites da integração financeira e políticas de crédito na América do Sul: um novo modelo de desenvolvimento regional? In: DINIZ, Eli (org.). Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SANTORO, Mauricio. CÂMARA, Marcelo Argenta. SEGABINAZZI, Alessandro. Bolívia: de 1952 ao Século XXI. Brasília: IPRI, 2006.

SANTOS, Fabiano. VILAROUCA, Márcio. MANTOVANI, Thaís. Do cartel ao condomínio parlamentar: análise comparativa dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. In: DINIZ, Eli (org.). Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SARAIVA, Miriam Gomes. A Evolução dos Processos de Integração na América Latina. In: LESSA, Mônica Leite. GONÇALVES, Williams. História das Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.

SÉBILLE-LOPEZ, Philippe. Geopolíticas do petróleo. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. HIRST, Monica. Brasil como país intermediário e poder regional. In: HURRELL, Andrew. SOARES DE LIMA, Maria Regina. HIRST, Monica. MACFARLANE, Neil. NARLIKAR, Amrita. FOOT, Rosemary. Os Brics e a ordem global. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SPYKMAN, Nicholas John. America's Strategy in World Politics – The United States and the Balance of Power. New York: Archon Books, 1970.

SOBERANIA E AUTODETERMINAÇÃO: a luta na ONU: discursos históricos: Che, Allende, Chávez, Arafat. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOLÓN, Pablo. Alguns elementos para entender a Bolívia. DEP: Diplomacia, Estratégia e Política. Brasília: Projeto Raúl Prebisch, 2009.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio (org.). História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2007.

SOUZA, Amaury de. A agenda internacional do Brasil: a política externa brasileira de FHC a Lula. Rio de Janeiro: Elsevier: Cebri, 2009.

TAUNAY FILHO, Jorge d'Escragnolle. Comunidade Sul-Americana de Nações – CASA. In: América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

TOLEDO, José Roberto de. Transportes. In: LAMOUNIER, Bolívar. FIGUEIREDO, Rubens (org). A Era FHC: um balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. The role of oil in american geopolitics. In: The United States: present situations and challenges. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

UMBACH, Frank. Suprimento seguro de energia também no futuro. In: Energia: da crise aos conflitos? Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, dezembro 2005.

URBANEJA, Diego Bautista. Pueblo y petróleo em la política venezolana del siglo XX. Caracas: Monte Ávila Latinoamericana C.A., 1993.

VAZ, Alcides Costa. O Brasil e o sistema interamericano: dos anos 1990 até o presente. In: ALTEMANI, Henrique. LESSA, Antônio Carlos (org.). Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas volume 2. São Paulo: Saraiva, 2006.

VIANA, Francisco. Indústria e tecnologia. In: LAMOUNIER, Bolívar. FIGUEIREDO, Rubens (org). A Era FHC: um balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

VIZENTINI, Paulo. Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

VOLPON, Tony. A globalização e a política: de FHC a Lula. São Paulo, Revan, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. O declínio do poder americano. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. O fim do mundo como o concebemos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

WEINBERGER, Eliot. Crônicas da Era Bush: o que ouvi sobre o Iraque. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

WENDT, Alexander. Social theory of international politics. New York: Cambridge University Press, 2008.

WIESENBRON, Marianne. Introdução: a aceleração dos processos de integração e tratados de livre comércio desde 1989. In: WIESENBRON, Marianne; GRIFFITHS, Richard (Org.). Processos de integração regional e cooperação internacional desde 1989. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ZAKARIA, Fareed. O Mundo Pós-Americano. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Revistas e periódicos:

ABRAMOVAY, Ricardo. Eficiência e contestação socioambiental do etanol brasileiro. Política Externa. São Paulo: volume 17, número 2, set./out./nov. 2008.

ALEXANDRE, Cristina Vieira Machado. A política boliviana da nacionalização de petróleo e gás. Observador On-Line OPSA. Rio de Janeiro: volume 1, número 3, maio 2006.

ALEXANDRE, Cristina Vieira Machado. PINHEIRO, Flávio Leão. ACSELRAD, Vitor. As políticas do gás natural dos governos de Morales e Bachelet. Observador On-Line OPSA. Rio de Janeiro: volume 1, número 1, março 2006.

ALI, Tariq. Venezuela: por que Chávez venceu? Comunicação & Política. Rio de Janeiro: n.s. v. XI, número 2, maio/agosto 2004.

ALMEIDA, Fernando Roberto de Freitas. A idéia de união aduaneira nas relações Brasil-Argentina. Revista CADE. Rio de Janeiro: volume 2, janeiro-junho 2000. Disponível em: http://64.233.163.132/search?q=cache:q1Ax-QkiAgJ:www.moraesjunior.edu.br/pesquisa/cade2/ideia_uniao_aduaneira.doc+carta+de+Per%C3%B3n+a+Vargas&cd=8&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br >

ALVES, Rex Nazaré. A evolução da matriz energética brasileira: alternativas para 2022. Seminário Pensar Brasil, julho 2005.

AMARAL, Pedro. O pan-americanismo hoje. Comunicação & Política. Rio de Janeiro, volume 25, número 2, maio/agosto 2002.

ARAÚJO JR, José Tavares de. Infraestrutura e integração: o papel da IIRSA. Breves Cindes. Rio de Janeiro: número 20, setembro de 2009.

AUED, Idaletto Malvezzi. CAMPANA, Samya. Concepção de história em Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein: uma análise marxiana. Revista Eletrônica Cadernos de História. Ouro Preto: ano I, número 2, setembro de 2006. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/download/CadernosDeHistoria-01-02-Livre.pdf>>

AYERBE, Luis Fernando. Bush e Obama: estratégias e concepções do uso do poder na América Latina. Política Externa. São Paulo: volume 18, número 2, set./out./nov. 2009.

BAIVA, Silvio Caccia. Gigante pela própria natureza. Le Monde Diplomatique, ano 2, número 19, fevereiro 2009.

BARBOSA, Rubens. A cúpula do BRIC. Política Externa. São Paulo: volume 18, número 2, set./out./nov. 2009.

BARBOSA, Rubens. A política externa do Brasil para a América do Sul e o ingresso da Venezuela no Mercosul. Interesse Nacional. São Paulo: ano 1, número 1, abril/junho 2008.

BERTONHA, João Fábio. O gás boliviano, o Mercosul e a liderança brasileira na América do Sul. Um sonho desfeito? Meridiano 47. Brasília: número 70, maio 2006.

BIZZOZERO, Lincoln J. Estado e espaço no surgimento de um processo de integração. Os casos do Mercosul e da Comunidade Europeia. Contexto Internacional. Rio de Janeiro: volume 14, número 1, jan/jun 1992.

BORJA, Rodrigo. Equador, perspectiva de um ex-presidente. DEP: Diplomacia, Estratégica e Política. Brasília: número 9, janeiro/março 2009.

BORON, Atílio. Chávez: um nuevo comienzo. Comunicação & Política. Rio de Janeiro: 29 novembro 2005. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/site/artigo.php?cod=13>

BOTAFOGO GONÇALVES, José. BRIC: sigla contingente ou permanente? Política Externa. São Paulo: volume 18, número 2, set/out/nov 2009.

CAMPOS MELLO, Patrícia. Em cúpula, Brasil defende 'OEA do B'. O Estado de São Paulo, 21 fevereiro 2010.

CARELLI, Gabriela. Lítio na Bolívia, o combustível do futuro. Arquivos de Artigos ETC. São Paulo: 07 março 2009. Disponível em: <http://arquivoetc.blogspot.com/2009/03/litio-na-bolivia-o-combustivel-do.html>

CARVALHO, Carlos Eduardo. Passos importantes, muitas dificuldades. Le Monde Diplomatique, ano 2, número 19, fevereiro 2009.

CASSEN, Bernard. Resposta ao liberalismo. Le Monde Diplomatique, ano 2, número 19, fevereiro 2009.

CEPIK, Marco. A crise andina e o futuro da Unasul. Análise de Conjuntura OPSA. Rio de Janeiro: número 4, abril 2008.

CEPIK, Marco. CARRA, Marcos. Nacionalização boliviana e desafios da América do Sul. Análise de Conjuntura OPSA. Rio de Janeiro: número 4, abril 2006.

CERVO, Amado. Globalização, integração e Estado Nacional no mundo contemporâneo. Meridiano 47. Brasília: número 84, julho 2007.

CHAVEZ, Gonzalo. Bolívia y Brasil: relaciones densas y tensas. Breves Cindes. Rio de Janeiro: número 3, maio de 2008.

CHOMSKY, Noam. Coups, UNASUR, and the U.S. Z Magazine: october 2009. In: <<http://www.zmag.org/zmag/viewArticle/22733>>

CORREA, Luis Felipe de Seixas. Da colônia ao Reino Unido e à independência: a inserção internacional do Brasil. Política Externa. São Paulo: volume 17, número 2, set./out./nov. 2008.

COSTA, Mariana Timóteo da. Distorções bolivarianas. O Globo, 17 abril 2010.

COUTINHO, Marcelo. Um passo para a integração. OPSA. Rio de Janeiro: 04 dezembro 2007.

COUTINHO, Marcelo. Integração, paz e prosperidade. Gazeta Mercantil, 27 setembro 2007.

COUTINHO, Marcelo. Venezuela no Mercosul: adaptação. OPSA. Rio de Janeiro: 28 julho 2006.

COUTINHO, Marcelo. O Brasil e a integração sul-americana. Jornal O Globo, 14 maio 2006

COUTINHO, Marcelo. Mercosul ampliado. OPSA. Rio de Janeiro: 22 junho 2005.

DUNAWAY, Steven. Why China may stumble. Council on Foreign Relations: october 2009. In: <<http://www.cfr.org/publication/20384/>>

EGLER, Claudio. Energia e conflitos territoriais na América do Sul: uma visão geoeconômica. LAGET-UFRJ. Rio de Janeiro: s/d. Disponível em: <http://www.edugeo.ufrj.br/egler/pdf/ANPEGE_3.pdf>

ERTHAL, Juliana. A sociedade fora da pauta. OPSA. Rio de Janeiro: 10 dezembro 2005.

FARES, Seme Taleb. O desafio da nacionalização do gás boliviano à diplomacia brasileira. Meridiano 47. Brasília: número 71-72, junho/julho 2006.

FAVERÃO, Gustavo. RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Comunidade Sul-Americana de Nações: implicações para a Alca e reflexos o Mercosul. Meridiano 47. Brasília, número 62, setembro 2005.

FERRER, Aldo. Integração regional e desenvolvimento na América do Sul. Fórum de Integração regional/IUPERJ. Rio de Janeiro: 28 abril 2006.

FIDELIS, Marco Antonio Barbosa. MATHIAS, Melissa Cristina Pinto Pires. Brazil and Opec cartel. Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. Disponível em: <http://www.ibp.org.br/eventos/33iaee/pdfs/33IAEE_1116_2010043014291116_melissa_mathi.pdf>

FIORI, José Luís. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. Oikos: Revista de Economia Heterodoxa. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, número 8, ano VI, 2007.

FUSCO, Camila. STEFANO, Fabiane. Onde as coisas acontecem. Exame. Edição 952, ano 43, número 18, 23/09/2009.

GALEANO, Eduardo. O país que quer existir. Comunicação & Política. Rio de Janeiro: volume 24, número 2.

GALVÃO, Thiago. A nacionalização do petróleo na Bolívia: ecos e reverberações. Meridiano 47. Brasília: número 77, dezembro 2006.

GALVÃO, Thiago. Relações Internacionais da América Latina. Via Mundi. Brasília: número 5, jul/set. 2001.

GARCIA, Marco Aurélio. A opção sul-americana. Interesse Nacional. São Paulo: ano 1, número 1, abril/junho 2008.

GLÓRIA, Delchi Bruce Forrechi. O gás no Mercosul: uma perspectiva brasileira. Via Mundi, Brasília: número 5, jul./set. 2001.

GÓMEZ, José María. Democracia política, integração regional e contexto global na América Latina (Repensando alguns “nós problemáticos”). Contexto Internacional, Rio de Janeiro: vol. 13, número 2, jul/dez 1991.

GONÇALVES, José Botafogo. BRIC: sigla contingente ou permanente? Política Externa. São Paulo: volume 18, número 2, set./out./nov. 2009.

GUIMARÃES, Cesar. DOMINGUES, José Maurício. As reformas bolivianas e o contexto Sul Americano atual. Análise de Conjuntura OPSA. Rio de Janeiro: número 5, maio 2007.

HAASS, Richard N. The age of nonpolarity what will follow U. S. dominance. Foreign Affairs: May/June 2008.

HAAGE, José Alexandre Altahyde. Integração física regional e biocombustíveis. Meridiano 47. Brasília: número 89, dezembro 2007.

HAAGE, José Alexandre Altahyde. Por que criar o Banco do Sul? Meridiano 47. Brasília: número 87, outubro 2007.

HERNÁNDEZ-BARBARITO, María A. A integração energética da América Latina e Caribe. DEP: Diplomacia, Estratégia e Política. Brasília: número 9, jan-mar 2009.

HIRST, Monica. Venezuela cambiará el equilibrio del Mercosur. OPSA. Rio de Janeiro: 16 julho 2006.

IGLESIAS, Roberto. Algunos elementos para caracterizar los intereses brasileños en la integración de la infraestructura en América del Sur. Integración & Comercio, número 28, 2008. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2660139>

LEMOINE, Maurice. Golpe de Estado na Venezuela – Hugo Chávez salvo pelo povo. Comunicação & Política. Rio de Janeiro: ns, volume IX, número 2.

LESSA, Ronaldo. A política do álcool nos Estados. Comunicação & Política. Rio de Janeiro: n.s, volume VIII, número 3.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. O enigma Obama e as grandes expectativas mundiais. Política Externa. São Paulo: volume 17, número 3, dez/jan/fev 2008-2009.

MACHADO NETO, José Ribeiro. Venezuela: tendências radicais e novas assimetrias no Mercosul. Meridiano 47. Brasília: número 85, agosto 2007.

MACHADO NETO, José Ribeiro. A nova crise boliviana e o estado brasileiro: necessidade de novos rumos para a diplomacia financeira. Meridiano 47. Brasília: número 75, outubro 2006.

MAISONNAVE, Fabiano. Criação de nova entidade regional é prioridade de cúpula. Folha de São Paulo, 21 fevereiro 2010

MALAMUD, Andrés. Spillover in European and South American Integration: a comparative evaluation. CIES e-Working Paper 1/ 2005. Disponível em: http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/155/4/CIES-WP1_Malamud_.pdf

MALLMANN, Maria Izabel. Integração regional: instituições e processo. Meridiano 47. Brasília: número 87, outubro 2007.

MANKOFF, Jeffrey. Russian Foreign Policy: The Return of Great Power Politics. Foreign Affairs: November/ December 2009. In: < <http://www.foreignaffairs.com/articles/65640/jeffrey-mankoff/russian-foreign-policy-the-return-of-great-power-politics>>

MARREIRO, Flávia, Oposição a Insulza faz ofensiva para tirá-lo da OEA. Folha de São Paulo: 21 de fevereiro de 2010.

MARTINEZ, Jorge Hernández. Os EUA e Cuba: mudanças, permanências e significados para a geopolítica hemisférica. Política Externa. São Paulo: volume 18, número 2, set./out./ Nov. 2009.

MEDEIROS, Rodrigo Loureiro. Renascimento desenvolvimentista e integração econômica na América Latina. Revista Intellectus. Rio de Janeiro: ano 07, volume I, 2008.

MENEZES, Cynara. O desafio do comandante. Carta Capital. São Paulo: ano XIV, número 473, 5 dezembro 2007.

MIRELES, Pedro David Montes. Mito y realidad de la ola chavista: Amenaza para la región o provocación ideológica? OPSA. Rio de Janeiro: outubro de 2006.

MIRELES, Pedro David Montes. A encruzilhada da integração sul-americana: interesse ou amizade? OPSA. Rio de Janeiro: maio de 2006.

MISSÃO brasileira discute cooperação com Bolívia. Jornal do Brasil, 7 de abril de 2010.

MORALES, Evo. Bolívia, fator de integração. Diplomacia, Estratégia e Política. Brasília: abril/junho 2006.

MORALES, Evo. Tarea de todos, recuperar los recursos naturales: mensaje a la Nación del presidente de Bolivia desde Caraparí. Comunicação & Política. Rio de Janeiro: volume 24, número 2.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. A China e o fim da era anglo-saxã. Política Externa. São Paulo: volume 17, número 1, jun./jul./ago. 2008.

Opec: Annual Statistics, 1999, p.112 e 119. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/ASB1999.pdf>

PALMER, David Scott. AMARAL, Arthur Bernardes do. US relations with Latin America during the Clinton years: opportunities lost or opportunities squandered? Política Externa. São Paulo: volume 17, número 2, set./out./nov. 2008.

PARKHALINA, Tatyana. A política externa russa: tendências básicas. Política Externa. São Paulo: volume 17, número 2, set./out./nov. 2008.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. O Brasil e a política externa dos EUA. Política Externa. São Paulo: volume 17, número 1, jun./ jul./ ago. 2008.

PENHA FILHO, Pio. Hugo Chávez e a diplomacia venezuelana. Meridiano 47. Brasília: número 87, outubro 2007.

PETRÓLEO & gás: anuário 2009. Rio de Janeiro: Editora Brasil Energia S.A.

PIEDRAS, Ricardo. Integração sul-americana: uma visão a partir da experiência com a Bolívia. Oikos: Revista de Economia Heterodoxa. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, número 9, ano VII, 2008.

PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel. O mundo multipolar e a integração sul-americana. Funceb. Bahia: 19 junho 2007. Disponível em:

<<http://www.funceb.org.ar/pensamiento/mundomultipolar.pdf>>

RIOS, Sandra. IGLESIAS, Roberto. América do Sul: resposta à crise – Síntese dos estudos nacionais. Breves Cindes. Rio de Janeiro: número 23, setembro de 2009.

RIOS, Sandra. IGLESIAS, Roberto. América do Sul: resposta à crise. Breves Cindes. Rio de Janeiro: número 24, setembro de 2009.

RODRIGUEZ, Raúl M. Lombana. Nación y región: Inyroduccion a un análisis del problema teórico de las formaciones nacionales y el nacionalismo en el contexto latinoamericano. Oikos: Revista de Economia Heterodoxa. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, número 9, ano VII, 2008.

ROZENWURCEL, Guillermo. VÁZQUEZ, Claudia. América do Sul: resposta à crise. Breves Cindes. Rio de Janeiro: número 25, setembro de 2009.

SANTOS FILHO, José Luiz Niemeyer. COELHO, Paulo Sergio de Souza. Estado, defesa e sistema internacional: uma “matemática” para o pós-Guerra Fria. Política Externa. Sao Paulo: volume 17, número 3, dez/jan/fev 2008-2009.

SCHOTT, Jeffrey J. Completing the Doha Round. Policy Briefs in International Economics, number PB067, October 2006.

SEITH, Anne. Rodada Doha está fadada ao fracasso. O Estado de São Paulo. 11 julho 2009.

SEGRILLO, Ângelo. A Rússia em novo contexto estratégico mundial: uma análise histórica. Política Externa. São Paulo: volume 17, número 3. dez/jan/fev 2008-2009.

SILVA, José Graziano. SCHUETZ, Guilherme. TAVARES, Lucas. Em busca da produção sustentável de bicompostíveis. Política Externa. São Paulo: volume 17, número 2, set./out./nov. 2008.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. Política Externa da Venezuela e relações com o Brasil. OPSA: Papeis Legislativos. Rio de Janeiro: número 6, outubro 2007.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. Os interesses regionais e o dilema da integração. OPSA. Rio de Janeiro: 12 maio 2006.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. COUTINHO, Marcelo. Integração moderna. Análise de Conjuntura OPSA. Rio de Janeiro: número 1, janeiro de 2006.

SOUTO MAIOR, Luiz Augusto P. Geopolítica e regionalismo continental. Carta Internacional, fevereiro 2008.

SOUTO MAIOR, Luiz Augusto P. Quem quer a América do Sul que queremos? Carta Internacional. São Paulo: outubro 2007.

SOUZA, Emerson Maione de. Saída diplomática na Bolívia. Meridiano 47. Brasília: número 70, maio 2006.

SOUZA, Hamilton Octavio. RODRIGUES, Lúcia. SALLES, Marcelo. MERLINO, Tatiana. Entrevista: José Sérgio Gabrielli de Azevedo. Caros Amigos. São Paulo: ano XIII, número 149, agosto 2009.

SOUZA, Nilson Araújo. A integração da América do Sul: contradições e possibilidades. Data Vênia. São Paulo: ano V, número 20/21, abril/set. 2007. Disponível em: <http://www.belasartes.br/data_venia/data_venia_20.htm#indice>

TAUTZ, Carlos. Da Alca à IIRSA. Le Monde Diplomatique, ano 2, número 19, fevereiro 2009.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. Amazônia: região pivô da integração sul-americana. Análise de Conjuntura OPISA. Rio de Janeiro: número 7, julho de 2006.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. Nova chance para a integração. Revista Eletrônica Carta Maior: 20 julho 2006.

TIZÓN, Allan Wagner. Comunidade Andina: integração para o desenvolvimento na globalização. Diplomacia, Estratégia e Política. Brasília: janeiro/março 2005.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. O Cone Sul e suas relações internacionais. Um espaço de cooperação para a América do Sul. Política Externa. São Paulo: volume 17, número 1, jun./jul./ago. 2008.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. A crise da economia japonesa nos anos 90: impactos da bolha especulativa. Revista de Economia Política. São Paulo: volume 17, número 1, janeiro/março 1997. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/65-1.pdf>>

VIGEVANI, Tullo. Venezuela: novos atores em cena. Panorama da Conjuntura Internacional. São Paulo: número 23, ano 6, out./nov. 2004.

WEISBROT, Max. Venezuela: Mais fôlego para o desenvolvimento. Le Monde Diplomatique. São Paulo: ano 3, número 33, abril 2010.

WEISBROT, Max. The United States and the world: where are we headed? In: Seminar on United States: presented at the Alexandre de Gusmão Foundation and The International Relations Research. Rio de Janeiro, 29 setembro 2008.

ZAPATA, Francisco. Estado, sociedade e integração regional: livre comércio e reestruturação da América Latina. Contexto Internacional. Rio de Janeiro: volume 17, número 2, jul/dez 1995.

Dissertações e teses:

ALMEIDA, Fernando Roberto de Freitas. Brasil e Argentina: razões da coesão. 255 p. Tese (Doutorado em História) – Área de concentração Relações Internacionais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, Romina Batista Lucena de. O desenvolvimento econômico da Venezuela, 1950/2006. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Faculdade de Ciências Econômicas, 2008.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)